

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA
DOUTORADO EM ECONOMIA

MARIA CAROLINA DO AMARAL COUTO

MATRÍCULA: 12113ECO004

TRÊS ENSAIOS SOBRE TRABALHO REPRODUTIVO, VIOLÊNCIA CONTRA AS
MULHERES E SAÚDE MENTAL

Uberlândia - MG

2025

MARIA CAROLINA DO AMARAL COUTO

**TRÊS ENSAIOS SOBRE TRABALHO REPRODUTIVO, VIOLÊNCIA CONTRA AS
MULHERES E SAÚDE MENTAL**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Economia da Universidade Federal de
Uberlândia (PPGE/UFU) como requisito para
obtenção do título de Doutora em Economia.

Orientador: Prof. Dr. Carlos César Santejo Saiani

Uberlândia - MG

2025

Ficha Catalográfica Online do Sistema de Bibliotecas da UFU
com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).

C871
2025

Couto, Maria Carolina do Amaral, 1994-
Três ensaios sobre trabalho reprodutivo, violência
contra as mulheres e saúde mental [recurso eletrônico] /
Maria Carolina do Amaral Couto. - 2025.

Orientador: Carlos Cesar Santejo Saiani.
Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Uberlândia,
Pós-graduação em Economia.
Modo de acesso: Internet.
Disponível em: <http://doi.org/10.14393/ufu.te.2025.240>
Inclui bibliografia.

1. Economia. I. Saiani, Carlos Cesar Santejo, 1981-,
(Orient.). II. Universidade Federal de Uberlândia. Pós-
graduação em Economia. III. Título.

CDU: 330

Bibliotecários responsáveis pela estrutura de acordo com o AACR2:

Gizele Cristine Nunes do Couto - CRB6/2091
Nelson Marcos Ferreira - CRB6/3074



ATA DE DEFESA - PÓS-GRADUAÇÃO

Programa de Pós-Graduação em:	Economia				
Defesa de:	Tese de Doutorado, Nº 98, PPGE				
Data:	29 de abril de 2025	Hora de início:	14:00	Hora de encerramento:	16:45
Matrícula do Discente:	12113ECO004				
Nome do Discente:	Maria Carolina do Amaral Couto				
Título do Trabalho:	Três Ensaios sobre Trabalho Reprodutivo, Violência contra as Mulheres e Saúde Mental				
Área de concentração:	Desenvolvimento Econômico				
Linha de pesquisa:	Análise de Políticas Públicas				
Projeto de Pesquisa de vinculação:	Saneamento Básico no Brasil: determinantes e efeitos de diferentes governanças da provisão				

Reuniu-se a Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em Economia, assim composta: Profa. Dra. Michele Polline Veríssimo - UFU; Profa. Dra. Ana Carolina Pereira Zoghbi - UNB; Profa. Dra. Ana Claudia Polato e Fava - UFABC; Profa. Dra. Monica Yukie Kuwahara - UFABC; Prof. Dr. Carlos César Santejo Saiani - UFU orientador da candidata. Ressalta-se que em conformidade com deliberação do Colegiado do PPGE e manifestação do orientador, a participação da aluna e dos membros da banca ocorreu de forma remota. A Profa. Ana Carolina Pereira Zoghbi participou desde a cidade de Brasília (DF) e as professoras Ana Claudia Polato e Fava e Monica Yukie Kuwahara participaram desde a cidade de São Paulo (SP). A aluna, o orientador e a Profa Michele Polline Veríssimo participaram desde a cidade de Uberlândia (MG).

Iniciando os trabalhos o presidente da mesa, Dr. Carlos César Santejo Saiani, apresentou a Banca Examinadora e a candidata, agradeceu a presença do público, e concedeu à Discente a palavra para a exposição do seu trabalho. A duração da apresentação da Discente e o tempo de arguição e resposta foram conforme as normas do Programa.

A seguir o senhor presidente concedeu a palavra, pela ordem sucessivamente, às examinadoras, que passaram a arguir a candidata. Ultimada a arguição, que se desenvolveu dentro dos termos regimentais, a Banca, em sessão secreta, atribuiu o resultado final, considerando a candidata:

Aprovada

Esta defesa faz parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutor.

O competente diploma será expedido após cumprimento dos demais requisitos, conforme as normas do Programa, a legislação pertinente e a regulamentação interna da UFU.

Nada mais havendo a tratar foram encerrados os trabalhos. Foi lavrada a presente ata que após lida e achada conforme foi assinada pela Banca Examinadora.



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Cesar Santejo Saiani, Professor(a) do Magistério Superior**, em 29/04/2025, às 16:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Michele Polline Verissimo, Professor(a) do Magistério Superior**, em 29/04/2025, às 16:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ana Carolina Pereira Zoghbi, Usuário Externo**, em 29/04/2025, às 18:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ana Claudia Polato e Fava, Usuário Externo**, em 29/04/2025, às 22:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Monica Yukie Kuwahara, Usuário Externo**, em 30/04/2025, às 12:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **6268175** e o código CRC **441FA683**.

AGRADECIMENTOS

A Maria que finaliza esses longos quatro anos de doutorado e escreve estas palavras definitivamente não é a mesma que iniciou esse processo em 2021. Ao longo desse período, vivi inúmeras vidas diferentes e todas elas, de alguma forma, contribuíram para que eu chegasse até aqui e concluísse esta etapa, com a entrega e defesa desta tese. Para minha sorte, não estive sozinha. Nunca estive sozinha. Como forma de reconhecimento – ainda que insuficiente diante de tudo o que essas pessoas fizeram por mim ao longo destes e de tantos outros momentos da minha vida –, quero expressar minha gratidão a algumas delas.

Aos meus pais, Silvana e Marco Antônio. Foi a força de vontade, a dedicação e a valorização do estudo que eles me transmitiram desde o início da minha formação acadêmica que me trouxeram até aqui. Do esforço em me proporcionar uma boa educação básica aos sacrifícios financeiros para que eu pudesse realizar o sonho de me graduar em uma universidade federal... Eu não estaria aqui se não fosse por eles.

Agradeço também à minha irmã, Ana Paula, pela parceria de toda uma vida. As risadas, as dificuldades e as memórias compartilhadas, da infância à vida adulta, me dão a certeza de que nunca estarei sozinha.

Aos meus avós, tios, tias, primos e primas. Nossa família, sempre afetuosa, me permitiu ter a certeza de que, independentemente dos desafios que surgissem nesta jornada por terras mineiras, eu sempre teria um lar para onde voltar.

Aos meus amigos. Corro o risco de cometer injustiças, mas faço questão de citar alguns deles: Nicolas, Sarah, Kamila, Rodrigo, Welber, Juliana, Vinicius, Izabela, Mateus, Thays, Gabriel, Ana, Eduardo e Giulia. Sem as risadas e as conversas intermináveis, sem as partidas de jogos de tabuleiros, sem as reuniões para comer e beber até perder a hora, sem as viagens, as piadas internas, os desabafos e conselhos, sem a partilha dos pequenos e grandes momentos que dão sentido à existência, eu tenho absoluta certeza de que não teria conseguido cruzar a linha de chegada do doutorado. Obrigada por me lembrarem, todos os dias, que a vida vale muito a pena.

Ao meu querido, Hugo. O que começou como uma amizade despretenhosa se transformou no amor mais bonito que eu jamais poderia ter sonhado viver. Obrigada por confiar mais em mim do que eu mesma, por me alimentar e cuidar de mim, por me encher de carinho nos momentos difíceis, quando minha cabeça me vence, mas quando tudo é tranquilo também. Que sorte a minha.

Agradeço ainda a Priscila e Clessio. Obrigada por terem me acolhido na família como se eu sempre tivesse feito parte dela e, não apenas isso, mas também por terem contribuído ativamente para que essa etapa fosse concluída. O interesse constante pelo meu trabalho, as palavras de apoio e tranquilização e a disposição para ajudar sempre que algum contratempo surgia tornaram a reta final do doutorado menos árdua do que poderia ter sido.

Assim como nos agradecimentos da minha dissertação, sinto-me novamente na obrigação de agradecer à minha cachorrinha, Diana. A relação entre um ser humano e um animal que só tem carinho para oferecer transcende qualquer explicação lógica. Ela foi minha principal e mais fiel “colega de classe” nos semestres de ensino remoto durante a pandemia de COVID-19, nos dias que se transformavam em noites enquanto eu escrevia análises ou estimava regressões por horas a fio, nos momentos em que o cansaço me vencia e tudo o que eu queria era deitar no sofá e ouvir sua respiração em meio aos barulhos da televisão. Ela não sabe, nunca vai saber, mas eu serei eternamente grata por sua existência.

Ao meu orientador, Carlos Saiani. Agradeço pela parceria que se iniciou no mestrado e seguiu ao longo do doutorado. Os estudos e achados apresentados nesta tese só foram possíveis porque alguém aceitou embarcar comigo nessa jornada de discussões tão relevantes no contexto atual e, pessoalmente, extremamente significativas.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal de Uberlândia, que fizeram parte, em maior ou menor medida, de alguma etapa desses 10 anos de formação em Ciências Econômicas.

Em especial, às professoras Ana Paula, da Universidade Federal de Uberlândia, e Ana Fava, da Universidade Federal do ABC, cujas contribuições na banca de qualificação foram fundamentais para o desenvolvimento desta tese. Agradeço também às demais professoras da banca de defesa, Ana Carolina, Michele e Mônica, que se dispuseram a participar como avaliadoras.

Por fim, agradeço à CAPES pelo apoio financeiro, que viabilizou o desenvolvimento deste trabalho.

Hoje sei que há muitas outras vidas que ainda posso viver e muitos caminhos que ainda posso trilhar, mas me orgulho imensamente deste que agora se encerra. Obrigada a cada um que fez parte dele.

RESUMO

As diferenças socialmente construídas entre homens e mulheres manifestam-se em diversos âmbitos políticos, sociais e econômicos, resultando em uma série de desigualdades de gênero. Nesse contexto, a presente Tese de Doutorado tem como objetivo investigar a inter-relação entre a divisão sexual do trabalho, a violência contra as mulheres e a saúde mental. Para isso, foram estruturados três ensaios que abordam essas temáticas de forma progressiva, demonstrando sua interdependência. Todos os estudos utilizaram dados da Pesquisa Nacional de Saúde (PNS) de 2019. O *estudo 1* analisa em que medida a realização do trabalho reprodutivo – entendido, aqui, como o somatório de afazeres domésticos e cuidados com pessoas – impacta as condições laborais de homens e mulheres, especialmente no que se refere à probabilidade de ter um trabalho formal, atuar em jornada parcial ou ser trabalhador(a) por conta própria. Para lidar com potenciais problemas de endogeneidade e seleção, foram empregados estimadores por variável instrumental e *Probit* com seleção. Os principais resultados indicam que a realização de afazeres domésticos, bem como o tempo dedicado ao trabalho reprodutivo, reduz a probabilidade de inserção no emprego formal e aumenta a probabilidade de trabalhar em jornada parcial ou por conta própria, efeito observado para ambos os gêneros, mas mais pronunciado entre as mulheres. O *estudo 2* investiga se o trabalho remunerado influencia a ocorrência de violência contra as mulheres, examinando a possibilidade de um efeito protetivo do emprego, conforme a “teoria da barganha conjugal”, ou de um aumento do risco de vitimização, de acordo com a “teoria do *backlash*”. Para mitigar o problema de endogeneidade amplamente reconhecido na literatura, foi utilizada regressão por variável instrumental. Os resultados sugerem que, ao corrigir a endogeneidade, há indícios de um efeito protetivo do trabalho remunerado. Por fim, o *estudo 3* relaciona as principais discussões dos ensaios anteriores – trabalho reprodutivo e vitimização – à saúde mental das mulheres. Foram estimados modelos de probabilidade linear e *Probit*, além da realização de testes de robustez com estratégias de *Propensity Score Matching*. Os resultados indicam que ser vítima de violência aumenta significativamente a probabilidade de apresentar sintomas de depressão, particularmente de quadros de depressão moderada, grave e muito grave. No que se refere ao trabalho reprodutivo, os achados sugerem que realizar tarefas de cuidado de pessoas eleva a probabilidade de sintomas depressivos, especialmente em casos graves, enquanto a realização de afazeres domésticos não apresenta efeitos significativos de forma consistente. Além das investigações principais, todos os estudos realizam análises de heterogeneidade, evidenciando a importância de considerar as diferenças sociodemográficas entre as mulheres e os distintos impactos dos fenômenos de gênero sobre elas.

Palavras-chave: Trabalho reprodutivo; Mercado de trabalho; Violência contra as mulheres; Saúde mental; Mulheres.

ABSTRACT

The socially constructed differences between men and women manifest across various political, social, and economic spheres, leading to a range of gender inequalities. In this context, this Doctoral Thesis aims to investigate the interrelationship between the sexual division of labor, violence against women, and mental health. To this end, three essays were structured to progressively address these topics, demonstrating their interdependence. All studies used data from the 2019 National Health Survey (PNS). The first study examines the extent to which reproductive labor – understood here as the sum of household chores and caregiving – affects men's and women's labor market conditions, particularly their likelihood of holding a formal job, working part-time, or being self-employed. To address potential issues of endogeneity and selection bias, instrumental variable estimators and Probit models with selection were employed. The main findings indicate that both performing household chores and the time devoted to reproductive labor reduce the likelihood of formal employment and increase the probability of working part-time or being self-employed. These effects are observed for both genders but are more pronounced among women. The second study investigates whether paid work influences the occurrence of violence against women, examining the potential protective effect of employment, as proposed by the “marital bargaining theory”, or an increased risk of victimization, in line with the “backlash theory”. To mitigate the widely recognized endogeneity problem in the literature, instrumental variable models were applied. The results suggest that, when correcting for endogeneity, there is evidence of a protective effect of paid work. Finally, the third study connects the key discussions from the previous essays – reproductive labor and victimization – to women's mental health. Linear probability models and Probit models were estimated, along with robustness tests using the Propensity Score Matching methodology. The findings indicate that experiencing violence significantly increases the likelihood of exhibiting depressive symptoms, particularly moderate, severe, and very severe depression. Regarding reproductive labor, the results suggest that engaging in caregiving increases the probability of experiencing depressive symptoms, especially severe cases, while performing household chores does not consistently yield significant effects. In addition to the main analyses, all studies conduct heterogeneity analyses, highlighting the importance of considering sociodemographic differences among women and the distinct ways in which gender-related phenomena impact them.

Keywords: Reproductive labor; Labor market; Violence against women; Mental health; Women.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1.1 - Estrutura de organização e apresentação dos estudos da Tese.....	18
Figura 4.1 - Avaliação do balanceamento de covariáveis antes e após o <i>matching</i> , de acordo com os métodos de pareamento VMP-SR e VMP-CR para a variável de interesse <i>Vítima de violência</i>	176
Figura 4.2 - Avaliação do balanceamento de covariáveis antes e após o <i>matching</i> , de acordo com os métodos de pareamento VMP-SR e VMP-CR para a variável de interesse <i>Vítima de violência física</i>	177
Figura 4.3 - Avaliação do balanceamento de covariáveis antes e após o <i>matching</i> , de acordo com os métodos de pareamento VMP-SR e VMP-CR para a variável de interesse <i>Vítima de violência psicológica</i>	178
Figura 4.4 - Avaliação do balanceamento de covariáveis antes e após o <i>matching</i> , de acordo com os métodos de pareamento VMP-SR e VMP-CR para a variável de interesse <i>Vítima de violência sexual</i>	179
Figura 4.5 - Avaliação do balanceamento de covariáveis antes e após o <i>matching</i> , de acordo com os métodos de pareamento VMP-SR e VMP-CR para a variável de interesse <i>Afazer doméstico</i>	180
Figura 4.6 - Avaliação do balanceamento de covariáveis antes e após o <i>matching</i> , de acordo com os métodos de pareamento VMP-SR e VMP-CR para a variável de interesse <i>Cuidado de pessoas</i>	181
Figura A.1 - Avaliação do balanceamento de covariáveis antes e após o <i>matching</i> , de acordo com os métodos de pareamento VMP-SR e VMP-CR para a variável de interesse <i>Vítima de violência</i> , considerando a gravidade do quadro depressivo	246
Figura A.2 - Avaliação do balanceamento de covariáveis antes e após o <i>matching</i> , de acordo com os métodos de pareamento VMP-SR e VMP-CR para a variável de interesse <i>Afazer doméstico</i> , considerando a gravidade do quadro depressivo	247
Figura A.3 - Avaliação do balanceamento de covariáveis antes e após o <i>matching</i> , de acordo com os métodos de pareamento VMP-SR e VMP-CR para a variável de interesse <i>Cuidado de pessoas</i> , considerando a gravidade do quadro depressivo.....	248

LISTA DE TABELAS

Tabela 2.1 - Brasil: percentual (%) de participação em afazeres domésticos e de cuidado e média semanal de horas dedicadas ao trabalho reprodutivo, segundo o gênero e as macrorregiões geográficas (2019)	46
Tabela 2.2 - Brasil: percentual (%) de participação em afazeres domésticos e de cuidado e média semanal de horas dedicadas ao trabalho reprodutivo, segundo o gênero e a situação do domicílio (2019)	48
Tabela 2.3 - Brasil: percentual (%) de participação em afazeres domésticos e de cuidado e média semanal de horas dedicadas ao trabalho reprodutivo, segundo o gênero e as faixas etárias (2019)	49
Tabela 2.4 - Brasil: percentual (%) de participação em afazeres domésticos e de cuidado e média semanal de horas dedicadas ao trabalho reprodutivo, segundo o gênero e os níveis educacionais (2019)	51
Tabela 2.5 - Brasil: percentual (%) de participação em afazeres domésticos e de cuidado e média semanal de horas dedicadas ao trabalho reprodutivo, segundo o gênero e a cor/raça (2019) ..	52
Tabela 2.6 - Brasil: percentual (%) de participação em afazeres domésticos e de cuidado e média semanal de horas dedicadas ao trabalho reprodutivo, segundo o gênero e o estado civil (2019)	53
Tabela 2.7 - Brasil: percentual (%) de participação em afazeres domésticos e de cuidado e média semanal de horas dedicadas ao trabalho reprodutivo, segundo o gênero e as faixas de rendimento domiciliar (2019)	54
Tabela 2.8 - Brasil: percentual (%) de participação em afazeres domésticos e de cuidado e média semanal de horas dedicadas ao trabalho reprodutivo, de acordo com o gênero e a participação no mercado de trabalho (2019)	55
Tabela 2.9 - Brasil: percentual (%) de participação em afazeres domésticos e de cuidado e média semanal de horas dedicadas ao trabalho reprodutivo, segundo o gênero e o status de ocupação (2019)	55
Tabela 2.10 - Brasil: percentual (%) de participação em afazeres domésticos e de cuidado e média semanal de horas dedicadas ao trabalho reprodutivo, segundo o gênero e a formalidade do trabalho (2019)	56
Tabela 2.11 - Brasil: percentual (%) de participação em afazeres domésticos e de cuidado e média semanal de horas dedicadas ao trabalho reprodutivo, segundo o gênero e a jornada de trabalho (2019)	57
Tabela 2.12 - Brasil: percentual (%) de participação em afazeres domésticos e de cuidado e média semanal de horas dedicadas ao trabalho reprodutivo, segundo o gênero e a posição na ocupação (2019)	58
Tabela 2.13 - Descrições das variáveis (de seleção, dependentes, de interesse, instrumentais e de controle) e estatísticas descritivas básicas das amostras de homens e mulheres	60
Tabela 2.14 - Resultados da estimação do 1º estágio (MQ2E) para a amostra de mulheres: variável dependente <i>horas de trabalho reprodutivo</i> e variável instrumental de interesse <i>rede geral de água</i>	71

Tabela 2.15 - Resultados das estimações: variáveis dependentes <i>trabalho formal, jornada de trabalho parcial e conta própria</i> e variáveis explicativas de interesse <i>afazeres domésticos e cuidado de pessoas</i>	74
Tabela 2.16 - Resultados das estimações: variáveis dependentes <i>trabalho formal, jornada de trabalho parcial e conta própria</i> e variável explicativa de interesse <i>horas de trabalho reprodutivo</i>	76
Tabela 2.17 - Análises de heterogeneidade: resultados das estimações para as variáveis dependentes <i>trabalho formal, jornada de trabalho parcial e conta própria</i> e variáveis explicativas de interesse <i>afazeres domésticos e cuidado de pessoas</i> , segundo a cor/raça das mulheres	77
Tabela 2.18 - Análises de heterogeneidade: resultados das estimações para as variáveis dependentes <i>trabalho formal, jornada de trabalho parcial e conta própria</i> e variável explicativa de interesse <i>horas de trabalho reprodutivo</i> , segundo a cor/raça das mulheres	80
Tabela 2.19 - Análises de heterogeneidade: resultados das estimações para as variáveis dependentes <i>trabalho formal, jornada de trabalho parcial e conta própria</i> e variáveis explicativas de interesse <i>afazeres domésticos e cuidado de pessoas</i> , segundo o estado civil das mulheres	81
Tabela 2.20 - Análises de heterogeneidade: resultados das estimações para as variáveis dependentes <i>trabalho formal, jornada de trabalho parcial e conta própria</i> e variável explicativa de interesse <i>horas de trabalho reprodutivo</i> , segundo o estado civil das mulheres	83
Tabela 2.21 - Análises de heterogeneidade: resultados das estimações para as variáveis dependentes <i>trabalho formal, jornada de trabalho parcial e conta própria</i> e variáveis explicativas de interesse <i>afazeres domésticos e cuidado de pessoas</i> , segundo o nível de escolaridade das mulheres	84
Tabela 2.22 - Análises de heterogeneidade: resultados das estimações para as variáveis dependentes <i>trabalho formal, jornada de trabalho parcial e conta própria</i> e variável explicativa de interesse <i>horas de trabalho reprodutivo</i> , segundo o nível de escolaridade das mulheres ...	86
Tabela 3.1 - Brasil: incidência de violência doméstica, de acordo com as macrorregiões geográficas (2019)	102
Tabela 3.2 - Brasil: incidência de violência doméstica, de acordo com as situações dos domicílios (2019).....	102
Tabela 3.3 - Brasil: incidência de violência doméstica, segundo as faixas etárias das mulheres (2019)	103
Tabela 3.4 - Brasil: incidência de violência doméstica, segundo o nível educacional das mulheres (2019).....	103
Tabela 3.5 - Brasil: incidência de violência doméstica, de acordo com a cor/raça das mulheres (2019)	104
Tabela 3.6 - Brasil: incidência de violência doméstica, de acordo com as faixas de rendimento domiciliar mensal (2019).....	105
Tabela 3.7 - Brasil: incidência de violência doméstica, segundo o status ocupacional das mulheres (2019).....	105

Tabela 3.8 - Descrição das variáveis (de interesse, instrumentais e de controle) e estatísticas descritivas básicas.....	112
Tabela 3.9 - Resultados das estimações para a variável dependente <i>vítima de violência</i>	118
Tabela 3.10 - Resultados das estimações para a variável dependente <i>vítima de violência física</i>	119
Tabela 3.11 - Resultados das estimações para a variável dependente <i>vítima de violência psicológica</i>	121
Tabela 3.12 - Resultados das estimações para a variável dependente <i>vítima de violência sexual</i>	122
Tabela 3.13 - Análise de heterogeneidade: resultados das estimações para a variável dependente <i>vítima de violência</i> , considerando a cor/raça das mulheres.....	124
Tabela 3.14 - Análise de heterogeneidade: resultados das estimações para as variáveis dependentes <i>vítima de violência física</i> , <i>vítima de violência psicológica</i> e <i>vítima de violência sexual</i> , considerando a cor/raça das mulheres	125
Tabela 3.15 - Análise de heterogeneidade: resultados das estimações para a variável dependente <i>vítima de violência</i> , considerando o rendimento familiar das mulheres.....	126
Tabela 3.16 - Análise de heterogeneidade: resultados das estimações para as variáveis dependentes <i>vítima de violência física</i> , <i>vítima de violência psicológica</i> e <i>vítima de violência sexual</i> , considerando o rendimento familiar das mulheres.....	127
Tabela 4.1 - Brasil: Percentual de mulheres com sintomas depressivos clinicamente relevantes, segundo as macrorregiões geográficas (2019).....	154
Tabela 4.2 - Brasil: Percentual de mulheres com sintomas depressivos clinicamente relevantes, segundo a situação do domicílio (2019).....	155
Tabela 4.3 - Brasil: Percentual de mulheres com sintomas depressivos clinicamente relevantes, segundo as faixas etárias (2019).....	155
Tabela 4.4 - Brasil: Percentual de mulheres com sintomas depressivos clinicamente relevantes, segundo os níveis educacionais (2019)	156
Tabela 4.5 - Brasil: Percentual de mulheres com sintomas depressivos clinicamente relevantes, segundo a cor/raça (2019).....	157
Tabela 4.6 - Brasil: Percentual de mulheres com sintomas depressivos clinicamente relevantes, segundo o estado civil (2019).....	158
Tabela 4.7 - Brasil: Percentual de mulheres com sintomas depressivos clinicamente relevantes, segundo as faixas de rendimento domiciliar mensal (2019)	158
Tabela 4.8 - Brasil: Percentual de mulheres com sintomas depressivos clinicamente relevantes, segundo o <i>status</i> de ocupação (2019).....	159
Tabela 4.9 - Brasil: Percentual de mulheres com sintomas depressivos clinicamente relevantes, segundo a realização de trabalho reprodutivo (2019).....	159
Tabela 4.10 - Brasil: Percentual de mulheres com sintomas depressivos clinicamente relevantes, segundo a vitimização (2019).....	160

Tabela 4.11 - Brasil: Percentual de mulheres com sintomas depressivos clinicamente relevantes, segundo a vitimização, por tipo de violência (2019).....	160
Tabela 4.12 - Descrição das variáveis (dependentes, de interesse e de controle) e estatísticas descritivas básicas.....	166
Tabela 4.13 - Resultados das estimações para a variável dependente <i>Mulheres com sintomas depressivos clinicamente relevantes</i>	169
Tabela 4.14 - Resultados das estimações para a variável dependente <i>Mulheres com sintomas depressivos clinicamente relevantes</i> , considerando os tipos de violência.....	173
Tabela 4.15 - Resultados das estimações para as variáveis dependentes de gravidade da depressão	174
Tabela 4.16 - Teste de robustez: resultados das estimações para as variáveis de interesse de violência, de acordo com os métodos de pareamento	183
Tabela 4.17 - Teste de robustez: resultados das estimações para as variáveis de interesse de trabalho reprodutivo, de acordo com os métodos de pareamento	183
Tabela 4.18 - Teste de robustez: resultados das estimações para as variáveis dependentes de gravidade da depressão, de acordo com os métodos de pareamento (variável explicativa de interesse = <i>Vítima de violência</i>)	183
Tabela 4.19 - Teste de robustez: resultados das estimações para as variáveis dependentes de gravidade da depressão, de acordo com os métodos de pareamento (variável explicativa de interesse = <i>Afazer doméstico</i>)	184
Tabela 4.20 - Teste de robustez: resultados das estimações para as variáveis dependentes de gravidade da depressão, de acordo com os métodos de pareamento (variável explicativa de interesse = <i>Cuidado de pessoas</i>).....	184
Tabela 4.21 - Análise de heterogeneidade: resultados das estimações para a variável dependente <i>Mulheres com sintomas depressivos clinicamente relevantes</i> , considerando a cor/raça das mulheres	186
Tabela 4.22 - Análise de heterogeneidade: resultados das estimações para a variável dependente <i>Mulheres com sintomas depressivos clinicamente relevantes</i> , considerando o rendimento familiar	187
Tabela 4.23 - Análise de heterogeneidade: resultados das estimações para a variável dependente <i>Mulheres com sintomas depressivos clinicamente relevantes</i> , considerando o nível de escolaridade das mulheres	188
Tabela A.1 - Informações do tamanho da amostra total da PNS e segundo as principais variáveis de interesse da Tese de Doutorado, por gênero	216
Tabela A.2 - <i>Estudo 1</i> : resultados da estimação do 1º estágio (MQ2E) para a amostra de homens: variável dependente horas de trabalho reprodutivo e variável instrumental de interesse rede geral de água.....	216
Tabela A.3 - <i>Estudo 1</i> : resultados completos das estimações (variável dependente = <i>trabalho formal</i> ; variável de interesse = <i>afazer doméstico</i>)	216

Tabela A.4 - <i>Estudo 1</i> : resultados completos das estimações (variável dependente = <i>jornada de trabalho parcial</i> ; variável de interesse = <i>afazeres domésticos</i>).....	220
Tabela A.5 - <i>Estudo 1</i> : resultados completos das estimações (variável dependente = <i>conta própria</i> ; variável de interesse = <i>Afazeres domésticos</i>)	221
Tabela A.6 - <i>Estudo 1</i> : resultados completos das estimações (variável dependente = <i>Trabalho formal</i> ; variável de interesse = <i>Cuidado de pessoas</i>)	222
Tabela A.7 - <i>Estudo 1</i> : resultados completos das estimações (variável dependente = <i>Jornada de trabalho parcial</i> ; variável de interesse = <i>Cuidado de pessoas</i>).....	223
Tabela A.8 - <i>Estudo 1</i> : resultados completos das estimações (variável dependente = <i>Conta própria</i> ; variável de interesse = <i>Cuidado de pessoas</i>).....	224
Tabela A.9 - <i>Estudo 1</i> : resultados dos testes para as estimações de análise de heterogeneidade	225
Tabela A.10 - <i>Estudo 1</i> : resultados completos das estimações (variável dependente = <i>Trabalho formal</i> ; variável de interesse = <i>Horas de trabalho reprodutivo</i>)	226
Tabela A.11 - <i>Estudo 1</i> : resultados completos das estimações (variável dependente = <i>Jornada de trabalho parcial</i> ; variável de interesse = <i>Horas de trabalho reprodutivo</i>).....	227
Tabela A.12 - <i>Estudo 1</i> : resultados completos das estimações (variável dependente = <i>Conta própria</i> ; variável de interesse = <i>Horas de trabalho reprodutivo</i>)	228
Tabela A.13 - <i>Estudo 2</i> : resultados das estimações do 1º estágio dos MQ2E (variável dependente = <i>Mulher Trabalha</i> ; instrumentos = <i>Criança de 0 a 5 anos, Família nuclear, Índice de recursos domiciliares</i>).....	229
Tabela A.14 - <i>Estudo 2</i> : resultados das estimações de MPL com a inclusão dos instrumentos no vetor de variáveis de controle	230
Tabela A.15 - <i>Estudo 2</i> : resultados das estimações de <i>Probit</i> com variável instrumental (efeito marginal).....	230
Tabela A.16 - <i>Estudo 2</i> : resultados das estimações do 1º estágio dos MQ2E da análise de heterogeneidade, considerando a raça das mulheres (variável dependente = <i>Mulher Trabalha</i> ; instrumento = <i>Criança de 0 a 5 anos</i>)	231
Tabela A.17 - <i>Estudo 2</i> : resultados das estimações do 1º estágio dos MQ2E da análise de heterogeneidade, considerando a raça das mulheres (variável dependente = <i>Mulher Trabalha</i> ; instrumentos = <i>Criança de 0 a 5 anos + Família Nuclear</i>)	232
Tabela A.18 - <i>Estudo 2</i> : resultados das estimações do 1º estágio dos MQ2E da análise de heterogeneidade, considerando a raça das mulheres (variável dependente = <i>Mulher Trabalha</i> ; instrumentos = <i>Criança de 0 a 5 anos + Família Nuclear + Índice de Recursos Domiciliares</i>)	233
Tabela A.19 - <i>Estudo 2</i> : resultados dos testes para as estimações de análise de heterogeneidade, considerando a raça das mulheres (variáveis dependentes = <i>vítima de qualquer tipo de violência; vítima de violência física; vítima de violência psicológica; vítima de violência sexual</i>).....	234
Tabela A.20 - <i>Estudo 2</i> : resultados das estimações do 1º estágio dos MQ2E da análise de heterogeneidade, considerando o rendimento familiar das mulheres (variável dependente = <i>Mulher Trabalha</i>)	235

Tabela A.21 - <i>Estudo 2</i> : resultados dos testes para as estimações de análise de heterogeneidade, considerando o rendimento familiar das mulheres (variáveis dependentes = <i>vítima de qualquer tipo de violência; vítima de violência física; vítima de violência psicológica; vítima de violência sexual</i>).....	237
Tabela A.22 - <i>Estudo 3</i> : resultados completos das estimações, considerando os tipos de violência (variável dependente = <i>Mulheres com sintomas depressivos clinicamente relevantes</i>)	238
Tabela A.23 - <i>Estudo 3</i> : resultados completos das estimações para a variável dependente <i>Mulheres com sintomas depressivos clinicamente relevantes</i> , considerando a cor/raça das mulheres	240
Tabela A.24 - <i>Estudo 3</i> : resultados completos das estimações para a variável dependente <i>Mulheres com sintomas depressivos clinicamente relevantes</i> , considerando o rendimento mensal domiciliar das mulheres	242
Tabela A.25 - <i>Estudo 3</i> : resultados completos das estimações para a variável dependente <i>Mulheres com sintomas depressivos clinicamente relevantes</i> , considerando o nível de escolaridade das mulheres	244

LISTA DE QUADROS

Quadro 2.1 - Síntese dos trabalhos levantados que investigam a divisão sexual do trabalho e/ou padrões de divisão do trabalho reprodutivo.....	29
Quadro 2.2 - Síntese dos trabalhos levantados que investigam os determinantes da participação no mercado de trabalho.....	38
Quadro 2.3 - Perguntas da PNS utilizadas para a construção das variáveis explicativas de interesse	63
Quadro 3.1 - Síntese da revisão de trabalhos aplicados que investigam a relação entre o status de ocupação da mulher e a ocorrência de violência	98
Quadro 3.2 - Perguntas da PNS utilizadas na construção das variáveis dependentes do <i>estudo 2</i>	108
Quadro 4.1 - Estrutura do instrumento de rastreamento de depressão: comparativo entre as perguntas e respostas do PHQ-9 e da PNS 2019	140
Quadro 4.2 - Síntese da revisão de trabalhos aplicados que investigam a relação entre saúde mental e trabalho reprodutivo.....	144
Quadro 4.3 - Síntese da revisão de trabalhos aplicados que investigam a relação entre saúde mental e violência doméstica.....	149

SUMÁRIO

I – INTRODUÇÃO	17
II – <i>ESTUDO 1</i> : EFEITOS DO TRABALHO REPRODUTIVO NAS CONDIÇÕES DO EMPREGO DE HOMENS E MULHERES NO BRASIL	23
2.1. Apresentação	23
2.2. Revisão teórica e empírica.....	25
2.2.1. Evidências da divisão sexual dos trabalhos produtivo e reprodutivo.....	25
2.2.2. Abordagens sobre diferenças de gênero na dedicação ao trabalho reprodutivo ..	33
2.2.3. Determinantes da participação feminina no mercado de trabalho: evidências ...	36
2.3. Análises descritivas: caracterização do trabalho reprodutivo no Brasil	45
2.4. Procedimentos metodológicos	59
2.5. Resultados e discussões	69
2.5.1. Análise dos efeitos do trabalho reprodutivo nas condições laborais de homens e mulheres	70
2.5.2. Análise de heterogeneidade dos efeitos do trabalho reprodutivo nas mulheres segundo atributos pessoais	78
2.6. Conclusões.....	87
III – <i>ESTUDO 2</i> : RELAÇÃO ENTRE VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES E EMPREGO REMUNERADO NO BRASIL	90
3.1. Apresentação	90
3.2. Revisão teórica e empírica.....	93
3.2.1. Violência contra as mulheres: causas e efeitos.....	93
3.2.2. Violência contra as mulheres e <i>status</i> ocupacional: referencial teórico.....	96
3.2.3. Violência contra as mulheres e <i>status</i> ocupacional: revisão empírica	97
3.3. Análises descritivas: caracterização da violência contra as mulheres no Brasil ...	101
3.4. Procedimentos metodológicos	105
3.5. Resultados e discussões	115
3.5.1. Efeitos do emprego remunerado na ocorrência de violência contra as mulheres	115
3.5.2. Análise de heterogeneidade dos efeitos do emprego remunerado segundo atributos pessoais.....	123
3.6. Conclusões.....	128
IV – <i>ESTUDO 3</i> : RELAÇÕES ENTRE DEPRESSÃO, VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES E TRABALHO REPRODUTIVO	132
4.1. Apresentação	132
4.2. Revisão teórica e empírica.....	135

4.2.1. Depressão e o PHQ-9 como ferramenta de identificação	135
4.2.2. Relação entre saúde mental e trabalho reprodutivo	141
4.2.3. Relação entre saúde mental e violência doméstica	147
4.3. Análises descritivas: caracterização do perfil das mulheres com sintomas depressivos clinicamente relevantes no Brasil	153
4.4. Procedimentos metodológicos	161
4.5. Resultados e discussões	168
4.5.1. Efeitos do trabalho reprodutivo e da vitimização na manifestação de quadros depressivos	168
4.5.2. Análises de robustez	175
4.5.3. Análise de heterogeneidade dos efeitos do trabalho reprodutivo e da vitimização segundo atributos pessoais	185
4.6. Conclusões	189
V – CONSIDERAÇÕES FINAIS	192
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	197
APÊNDICE	216

I – INTRODUÇÃO

Pensar as estruturas sociais que estabelecem papéis desiguais entre homens e mulheres é fundamental para entender o cerne de diversas desigualdades de gênero observadas nos mais diversos âmbitos da vida em sociedade. A tradicional designação do ambiente doméstico às mulheres, enquanto aos homens era destinada a atuação de uma vida pública, ajudou a moldar concepções que naturalizam a ideia de que as mulheres seriam inerentemente mais cuidadosas, carinhosas, ligadas à família, frágeis e, por isso, destinadas ao trabalho doméstico e de cuidado.

Em contrapartida, os homens foram socialmente atrelados à coragem, à proteção e à provisão da família, consolidando a noção de que sua presença no mercado de trabalho e em esferas de decisão pública seria algo natural. No entanto, tais características não são naturais, mas sim construídas ao longo do tempo pela dinâmica social para moldar os espaços que cada um dos gêneros deveria e poderia ocupar (Bastos *et al.*, 2018; Kergoat, 2009; Piscitelli, 2009).

Rebater essa ideia de naturalização dos papéis sociais de homens e mulheres é essencial para o combate às desigualdades de gênero, que se refletem em estatísticas que evidenciam a dupla jornada feminina: apesar dos avanços na inserção das mulheres no mercado de trabalho, elas continuam a carregar a maior parte das responsabilidades domésticas e de cuidado, além de enfrentarem desigualdades salariais e sub-representação em espaços de poder (IBGE, 2021). Assim, a carga desproporcional de trabalho reprodutivo¹ realizado pelas mulheres pode afetar diretamente a inserção feminina no mercado de trabalho, bem como impactar as condições de emprego, limitando suas oportunidades profissionais e reforçando desigualdades estruturais.

Participar do mercado de trabalho e ter um emprego remunerado, por sua vez, tem sido apontado como um elemento fundamental para o processo de individualização, reconhecimento social e autonomia econômica das mulheres, sendo frequentemente associado à redução de vulnerabilidades em relações conjugais (Fontoura; Gonzalez, 2009; Lavinias; Cobo; Veiga, 2012; Phan, 2015). No que diz respeito particularmente à relação entre emprego e violência, no entanto, não há um consenso teórico ou empírico. Argumenta-se que, se, por um lado, o acesso ao trabalho remunerado pode representar um aumento do poder de barganha das mulheres que tenderia a ser utilizado para diminuir a incidência de violência ou mesmo viabilizar a saída de relacionamentos abusivos, por outro lado, a maior independência financeira feminina pode

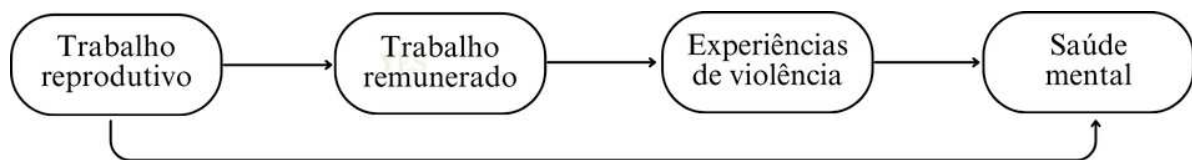
¹ Ao longo da presente Tese de Doutorado, “trabalho reprodutivo” é entendido como o somatório dos afazeres domésticos e do cuidado de pessoas (Pinheiro, 2016).

desencadear reações adversas dentro de relações marcadas por dinâmicas de poder desiguais, resultando em aumento dos episódios de violência doméstica (Lenze; Klasen, 2016).

Pelo exposto, torna-se evidente que as dinâmicas sociais baseadas no gênero, como a desigualdade na distribuição do trabalho reprodutivo e a vitimização, influenciam diversos aspectos da vida das mulheres e podem reverberar na sua saúde mental. A saúde mental tem se consolidado como um tema central no debate em saúde pública e, nesse contexto, o gênero é entendido como um dos determinantes de bem-estar psíquico (Ludermir, 2008; World Health Organization, 2000). Assim, é possível que a desigual divisão do trabalho reprodutivo ou a exposição à violência produzam impactos negativos sobre a saúde psicológica das mulheres, aumentando a probabilidade de desenvolvimento de transtornos mentais, como a depressão.

A Figura 1.1 ilustra a linha de raciocínio adotada para organizar a estrutura da presente Tese de Doutorado, que se reflete na sequência dos três estudos que a compõem. A proposta é conectar progressivamente esses elementos, demonstrando a interdependência entre trabalho (reprodutivo e remunerado), violência e saúde mental. Ao fazer isso, os estudos endereçam importantes contribuições para a literatura e garantem algum grau de ineditismo à Tese.

Figura 1.1 - Estrutura de organização e apresentação dos estudos da Tese



Fonte: elaboração própria.

Considerando que os estudos desenvolvidos nesta Tese de Doutorado são motivados por tais discussões, três **problemas investigativos** foram levantados para orientar a pesquisa, os quais são:

- a) Em que medida a divisão sexual do trabalho prejudica as condições dos empregos das mulheres?
- b) Ter um emprego remunerado influencia a ocorrência de violência contra as mulheres no Brasil?
- c) Há relações entre a saúde mental feminina e algumas experiências vivenciadas majoritariamente e relacionadas ao “ser mulher” do ponto de vista social?

Para responder a estes problemas, são definidos os seguintes **objetivos gerais**:

- a) Investigar os impactos do trabalho reprodutivo sobre as condições de emprego de homens e mulheres no mercado de trabalho, verificando como ele influencia a probabilidade de ter um emprego formal, de ter uma jornada de trabalho parcial e de ser trabalhador(a) conta própria.
- b) Analisar a relação entre o emprego remunerado das mulheres e a probabilidade de ocorrência de violência, considerando os três tipos de agressão: física, psicológica e sexual, de modo a entender como a inserção no mercado de trabalho pode estar associada a maior ou menor risco de vitimização.
- c) Apurar as possíveis relações entre a saúde mental das mulheres, especialmente a prevalência de sintomas depressivos, e dois fatores principais: o trabalho reprodutivo e a exposição à violência doméstica, buscando compreender como essas dimensões impactam o bem-estar psicológico feminino.

Isso posto, considerando a linha de raciocínio que fundamenta a Figura 1.1, os problemas de pesquisa e os objetivos já apresentados, é possível descrever de maneira sucinta os três estudos que compõem esta Tese de Doutorado da seguinte maneira:

- a) no *estudo 1*, a investigação enfoca o trabalho reprodutivo e sua desigual distribuição por ser predominantemente assumido pelas mulheres, avaliando seus possíveis impactos em condições laborais por meio de estratégias empíricas que lidam com os potenciais problemas de seleção (*Probit* com seleção) e endogeneidade (variável instrumental). A análise é conduzida separadamente para homens e mulheres, permitindo comparar entre eles como a realização de afazeres domésticos e de cuidado de pessoas e a quantidade de horas dedicadas a tais atividades afetam as condições do emprego. Especificamente, examina-se a influência do trabalho reprodutivo na probabilidade de ter um emprego formal, trabalhar em jornada parcial (até 30 horas) e atuar como trabalhador(a) por conta própria. Pode-se esperar que os prováveis impactos negativos do trabalho reprodutivo serão mais expressivos nas mulheres, refletindo as desigualdades estruturais de gênero na divisão do trabalho e no acesso a oportunidades laborais.
- b) no *estudo 2*, é examinada a existência de relação entre ter um emprego remunerado e a probabilidade de ocorrência de violência contra as mulheres. A partir de estimações econométricas com a utilização de variável instrumental, é averiguado se o trabalho remunerado pode atuar como um fator protetivo ou de risco para a vitimização das mulheres. Uma contribuição adicional é a investigação de acordo com tipos de violência (física, psicológica e sexual), algo que não é sempre verificado na literatura aplicada.

- c) no *estudo 3*, são relacionadas as principais discussões dos dois primeiros estudos – i.e., o trabalho reprodutivo e a violência contra as mulheres – à saúde mental feminina. Tendo por base as perguntas do *Patient Health Questionnaire-9* (PHQ-9), que permitem a identificação de casos clinicamente relevantes de depressão, são estimados modelos de probabilidade linear e *Probit* para analisar as relações entre o quadro depressivo e as duas variáveis supracitadas. Ademais, também são considerados os diferentes graus de severidade da depressão, permitindo avaliações e evidências mais detalhadas.

Para a realização dos três estudos, são utilizados os dados oriundos da Pesquisa Nacional de Saúde (PNS), desenvolvida pelo Ministério da Saúde (MS) em convênio com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Considerando que todos os estudos que compõem esta Tese utilizam a mesma base de dados, as principais características da PNS são apresentadas nesta introdução, sem repetições e redundâncias ao longo do texto. Dessa forma, cada estudo poderá detalhar os procedimentos metodológicos específicos e a forma como as perguntas da PNS foram utilizadas na construção das variáveis empregadas nos seus exercícios empíricos.

Antes do desenvolvimento desta pesquisa, o acompanhamento de indicadores de saúde da população brasileira era realizado, em grande medida, por meio dos Suplementos Saúde da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), também do IBGE, que contou com três edições: 1998, 2003 e 2008. Porém, entendeu-se que era necessário ampliar a capacidade de captação de informações para atender às demandas do MS e, em 2013, foi a campo a primeira edição da PNS. Atualmente, a pesquisa conta com uma segunda edição, a de 2019. Ela foi planejada para ter periodicidade quinquenal, mas algumas questões relacionadas à sua execução fizeram com que a segunda edição fosse realizada apenas um ano depois (Stopa *et al.*, 2020) e, desde então, nenhuma outra foi feita. Por isso, a edição a ser utilizada para o desenvolvimento dos três estudos da presente tese é a referente a 2019, último ano em que a pesquisa foi realizada.

A PNS é fundamentada por três eixos principais: o desempenho do sistema nacional de saúde; as condições de saúde da população brasileira; e a vigilância das doenças e agravos de saúde e fatores de risco associados. Para isso, é uma pesquisa amostral e representativa para o Brasil todo e para áreas urbanas e rural, grandes regiões geográficas, Unidades da Federação, capitais e regiões metropolitanas. A pesquisa conta com três questionários: i) questionário domiciliar – coleta informações sobre o domicílio, sendo respondido pelo seu responsável –; ii) questionário sobre todos os moradores do domicílio – abrange dados gerais sobre todos os

moradores do domicílio, sendo apenas um morador encarregado pelas respostas para todos –; e 3) questionário individual – conta com questões destinadas apenas ao morador entrevistado².

Convém destacar algumas limitações associadas à PNS, bem como certas vantagens que a pesquisa oferece. As limitações dizem respeito, em grande medida, à própria natureza dos dados, uma vez que a PNS não permite desagregação por municípios, por exemplo. Ainda assim, argumenta-se que a pesquisa apresenta importantes vantagens, especialmente no que tange ao seu pluralismo informacional. O questionário contempla inúmeras informações socioeconômicas, demográficas e de saúde, o que possibilita a realização de análises abrangentes, relacionando temas diversos, como saúde mental, violência e trabalho – justamente o escopo desta Tese. Assim, apesar das limitações, que se tornam mais evidentes na aplicação do método de variáveis instrumentais (*estudos 1 e 2*) – dado que diversos instrumentos poderiam ser teoricamente adequados, mas não são viáveis no contexto da PNS –, espera-se que as vantagens associadas ao pluralismo informacional e às possibilidades de articulação temática oferecidas pela pesquisa sejam suficientes para contrabalancear tais restrições.

Para finalizar esta introdução, deve-se ressaltar que o processo de naturalização dos papéis atribuídos a homens e mulheres dificulta o questionamento da realidade, perpetuando assimetrias estruturais. No entanto, políticas públicas e ações dos mais diversos segmentos da sociedade podem desempenhar papéis centrais na transformação dessas dinâmicas desiguais (Dedecca, 2012). Assim, o desenvolvimento da presente Tese se justifica por articular e produzir novas evidências sobre problemáticas que contribuem para a reflexão sobre as desigualdades de gênero, sugerindo sua interconexão e a necessidade de uma abordagem holística para a promoção de melhorias efetivas na condição de vida das mulheres nos mais diversos âmbitos.

Nesse sentido, ampliar o entendimento sobre os efeitos deletérios da divisão sexual do trabalho, identificar os determinantes do processo de vitimização das mulheres (em particular, do trabalho) e analisar o impacto desses fenômenos na saúde mental feminina – os objetivos da presente Tese – são essenciais para compreender a realidade das mulheres brasileiras. Esse é o ponto de partida para estruturar políticas públicas e ações de diferentes atores eficazes para a

² Como a PNS é composta por três questionários e apresenta particularidades na elegibilidade para determinados módulos – como o módulo de violência, que é respondido apenas por indivíduos com 18 anos ou mais –, o número de observações varia conforme a(s) pergunta(s) analisada(s). A Tabela A.1 do Apêndice apresenta o tamanho da amostra total da PNS, bem como sua distribuição de acordo com as principais variáveis de interesse desta Tese. Cabe destacar que essa Tabela exibe os dados totais, desagregados por gênero, sem aplicar restrições às informações. No entanto, os estudos desta Tese consideram apenas mulheres em idade economicamente ativa, por exemplo, o que reduz o tamanho da amostra efetivamente utilizada. Ainda assim, a Tabela A.1 é relevante por oferecer um panorama geral da dimensão da pesquisa.

mitigação das desigualdades de gênero e transformação das condições sociais que as sustentam. Ademais, ao articular temas diversos, porém inter-relacionados, em três estudos distintos que dialogam entre si, espera-se que esta Tese também contribua para a literatura ao adotar uma abordagem plural na investigação e compreensão das questões de gênero.

Além desta introdução e das considerações finais, esta Tese de Doutorado está organizada em outros três capítulos, cada um correspondendo a um estudo específico. Assim, o segundo capítulo contempla o *estudo 1*; o terceiro capítulo abrange o *estudo 2* e, por fim, o *estudo 3* está no quarto capítulo. Por sua vez, cada capítulo apresenta uma organização clara e padronizada, iniciando com uma apresentação introdutória e, em seguida, uma revisão da literatura, que discute tanto os fundamentos teóricos quanto as evidências empíricas relevantes. Após isso, são realizadas algumas análises descritivas para contextualizar melhor as discussões. Na sequência, são descritos os procedimentos metodológicos adotados e, depois, os resultados são analisados. Por fim, cada capítulo é concluído com discussões que sintetizam as evidências e contribuições.

II – *ESTUDO 1*: EFEITOS DO TRABALHO REPRODUTIVO NAS CONDIÇÕES DO EMPREGO DE HOMENS E MULHERES NO BRASIL

2.1. Apresentação

Cozinhar, lavar louça, cuidar de roupas, organizar o espaço doméstico, acompanhar crianças e idosos ao médico e auxiliá-los em cuidados pessoais básicos, entre outras atividades, constituem a base para a manutenção da reprodução social. Esse tipo de trabalho, denominado na presente Tese de Doutorado como trabalho reprodutivo, em conformidade com a literatura (Pinheiro, 2016), é realizado diariamente e frequentemente desvalorizado ou reconhecido de forma inadequada. Majoritariamente desempenhado pelas mulheres, essa dinâmica se observa tanto no Brasil quanto na maioria dos países do mundo (Dedecca, 2012; Dong; An, 2015; Pinheiro *et al.*, 2023). A distribuição desigual dessas responsabilidades, que tende a atribuir aos homens a esfera produtiva e às mulheres o cuidado do espaço doméstico, é conceituada pela teoria feminista como divisão sexual do trabalho (Kergoat, 2009).

O trabalho reprodutivo, por demandar energia, disponibilidade e, sobretudo, tempo para ser realizado (Bandeira; Melo, 2014), impõe limitações significativas à inserção das mulheres no mercado de trabalho. Assim, a premissa norteadora da investigação deste capítulo (*estudo 1*) é a de que, como as principais responsáveis pelo trabalho reprodutivo e as que mais dedicam tempo a ele (Pinheiro *et al.*, 2023), as mulheres enfrentariam restrições que afetam as condições dos empregos que acessam, criando barreiras à equidade de gênero no mercado de trabalho.

Isso posto, o **problema investigativo** do *estudo 1* é: em que medida a divisão sexual do trabalho prejudica as condições dos empregos das mulheres? A **hipótese principal** avaliada é que, dada a existência de uma estrutura hierárquica desigual de gênero na divisão social do trabalho reprodutivo, as mulheres enfrentariam prejuízos significativos no tipo de inserção no mercado de trabalho. Esses efeitos, por sua vez, não seriam observados entre os homens ou, se presentes, ocorreriam de forma menos intensa, assim como poderiam ser distintos segundo as características individuais das mulheres – i.e., efeitos heterogêneos conforme gênero e atributos pessoais. Desse modo, o **objetivo geral** é investigar os impactos do trabalho reprodutivo sobre as condições de emprego de homens e mulheres no mercado de trabalho a partir de dados da PNS de 2019 do IBGE.

Mais especificamente, os modelos, estimados por Mínimos Quadrados em dois estágios (MQ2E) com uso de variáveis instrumentais e *Probit* com seleção, investigam três variáveis

dependentes que refletem condições de emprego das pessoas: se possuem um emprego formal, se trabalham em jornada parcial e se exercem atividades como trabalhador(a) por conta própria. As variáveis de interesse (explicativas), por sua vez, são: i) uma *dummy* que identifica os indivíduos que realizam afazeres domésticos, como preparar alimentos, cuidar de roupas, organizar o ambiente, entre outros; ii) uma *dummy* representativa dos indivíduos que realizam atividades de cuidado, como ajudar nos cuidados pessoais e monitorar ou acompanhar pessoas em diversas atividades; e iii) uma variável que mensura a quantidade de horas dedicadas ao trabalho reprodutivo, entendido como as atividades domésticas e de cuidado em conjunto.

Vale ressaltar que a maior parte dos trabalhos encontrados que averiguam o trabalho reprodutivo no Brasil utiliza dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Anual (descontinuada em 2016) ou da PNAD Contínua, ambas do IBGE. Porém, a PNS também apresenta um módulo com perguntas detalhadas sobre as atividades de trabalho reprodutivo, além do tempo dedicado a elas. Assim, são utilizados dados de uma base diferente daquela usualmente empregada, o que endereça evidências adicionais à literatura. Ademais, é mantida coerência interna ao longo da Tese, já que a PNS é também utilizada nas demais investigações.

Portanto, este estudo contribui à literatura ao fornecer evidências dos efeitos da divisão sexual do trabalho nas condições de emprego de homens e mulheres. Embora existam estudos para o contexto brasileiro que analisam a incidência e a divisão do trabalho reprodutivo segundo o gênero (Garcia; Marcondes, 2022; Pinheiro *et al.*, 2023), assim como estudos que relacionam a participação no mercado de trabalho ao trabalho reprodutivo (Madalozzo; Martins; Shiratori, 2010; Passos; Machado, 2022), não foram identificadas, no extenso levantamento bibliográfico aqui realizado, avaliações que explorem especificamente a relação entre o trabalho reprodutivo e as condições de emprego.

Antecipadamente, corroborando outros estudos, os indícios das análises de estatísticas descritivas indicam que as mulheres são as principais responsáveis pela execução de afazeres domésticos e atividades de cuidado, além de dedicarem mais horas a eles em comparação aos homens, independentemente dos atributos pessoais avaliados. Já os resultados das regressões destacam uma menor probabilidade de ter um trabalho formal e a uma maior probabilidade de trabalhar em jornada parcial ou por conta própria associadas a realizar afazeres domésticos, tanto nas mulheres quanto nos homens. Porém, os efeitos são mais pronunciados nas mulheres.

Os modelos que consideram a realização de atividades de cuidado, por sua vez, revelam resultados relativamente inesperados: para as mulheres, o efeito deletério é constatado apenas no caso da jornada de trabalho; em contrapartida, para os homens, resultados consistentes são observados na formalidade do emprego e no trabalho por conta própria. No que diz respeito ao

tempo dedicado ao trabalho reprodutivo, é verificado um pequeno impacto nas duas amostras, mas mais acentuado nas mulheres. Verifica-se que cada hora adicional de trabalho reprodutivo reduz a probabilidade de as mulheres terem um trabalho formal e aumenta a probabilidade de elas trabalharem em jornadas parciais (até 30 horas semanais) ou por conta própria.

Ademais, os resultados das regressões referentes à heterogeneidade dos efeitos segundo atributos pessoais, alinhados aos indícios das análises descritivas, evidenciam que o impacto do trabalho reprodutivo varia entre as mulheres de acordo com a cor/raça e a escolaridade. Efeitos maiores são associados às mulheres não-brancas e àquelas com menores níveis de escolaridade. A análise conforme o estado civil, por sua vez, não apresenta evidências conclusivas.

Encerrada esta apresentação, cabe apontar que o presente capítulo é composto por outras seis seções. A segunda seção apresenta uma breve revisão bibliográfica, teórica e empírica, sobre a divisão sexual do trabalho, impactos na participação feminina no mercado de trabalho e condicionantes desta participação. Na terceira seção, são realizadas análises descritivas sobre a realização e dedicação de tempo de mulheres e homens brasileiros ao trabalho reprodutivo de acordo com atributos pessoais selecionados. A quarta seção discute as estratégias empíricas e a quinta seção analisa os resultados obtidos. Na sexta seção, são sintetizadas as conclusões.

2.2. Revisão teórica e empírica

2.2.1. Evidências da divisão sexual dos trabalhos produtivo e reprodutivo

Não é possível analisar o trabalho feminino sem considerar a constante articulação entre os âmbitos de produção e reprodução social (Bruschini, 2006). Homens e mulheres ocupam espaços diferentes e com valores sociais distintos na sociedade, não em decorrência de traços biológicos dos sexos, mas sim devido a uma hierarquia modulada histórica e socialmente. Ao longo do tempo, uma “lógica naturalista” tem legitimado a ideia de que homens e mulheres possuem características intrínsecas determinadas pela biologia, desconsiderando o processo de construção social que fundamenta e perpetua relações sociais desiguais.

A discussão feminista trouxe à tona tal questão ao desenvolver o conceito de divisão sexual do trabalho, defendendo que tal processo moldou os comportamentos e as expectativas atribuídas a homens e mulheres. Enquanto aos homens foi dedicado o espaço público, relativo à tomada de decisões coletivas e ao trabalho produtivo, às mulheres foram relegados o espaço

privado e o trabalho reprodutivo³ (Bastos *et al.*, 2018; Dedecca, 2012; Hirata; Kergoat, 2007; Kergoat, 2009; Passos; Guedes, 2018; Soares; Saboia, 2007).

A partir da segunda metade do século XX, em algum grau, isso começou a mudar e as mulheres começaram a ingressar de forma mais massiva no mercado de trabalho; ou seja, na esfera pública. Para fins de comparação e considerando os dados disponíveis, a participação feminina no mercado de trabalho formal nos Estados Unidos da América (EUA) era de 18,6% em 1890 e aumentou para 56,8% em 2016. No Canadá, essa taxa era de pouco mais de 17% em 1920 e cresceu para 61,3% em 2016 (Ortiz-Ospina; Tzvetkova; Roser, 2018). Em 2022, a taxa mundial de participação feminina no mercado de trabalho era de quase 48%, com considerável variação entre as regiões do mundo: na África Subsaariana, essa taxa era de 60,5%, enquanto no Oriente Médio e Norte da África era de 18,7%. A participação feminina no mercado de trabalho pode variar bastante até mesmo intrarregionalmente. No Sul da Ásia, por exemplo, o Paquistão apresentava uma taxa de 30%, enquanto o Nepal uma taxa de 80% (Verick, 2018).

Apesar de certo avanço, os homens ainda apresentam taxas de participações maiores do que as mulheres: a proporção entre as taxas de participação feminina e masculina na força de trabalho mundial em 2022 foi de 68% (Ortiz-Ospina; Tzvetkova; Roser, 2018). A desigualdade entre homens e mulheres também persiste em termos de tipo de inserção no mercado de trabalho e remuneração. As mulheres ainda são minoria em postos de trabalho de níveis mais altos na hierarquia organizacional e têm maior probabilidade de trabalhar no setor de serviços, enquanto os homens tendem a trabalhar na indústria (Verick, 2018; World Health Organization, 2011)⁴.

Uma consequência da segregação ocupacional – em conjunto com outros fatores, como maior prevalência de mulheres trabalhando em meio período, normas sociais que incentivam o desenvolvimento de habilidades distintas entre homens e mulheres, penalização pela maternidade e discriminação (Ortiz-Ospina; Hasell; Roser, 2018) – é a disparidade salarial entre os gêneros. Estima-se que esta varia de 8% a 48% a depender da região do mundo (Ñopo; Daza; Ramos, 2011).

No Brasil, houve um ingresso acentuado de mulheres no mercado de trabalho a partir da década de 1970. Bandeira e Melo (2014) destacam a necessidade econômica como um dos

³ Reforçando o que foi comentado na apresentação deste capítulo, o termo trabalho reprodutivo é aqui utilizado para fazer referência, de forma conjunta, aos afazeres domésticos (i.e., lavar e passar roupas, preparar alimentos, lavar louça, limpar a casa etc.) e às tarefas de cuidados com outras pessoas, principalmente crianças, idosos, enfermos ou pessoas com deficiência (Medeiros; Pinheiro, 2018; Pinheiro, 2016).

⁴ Em geral, o rendimento no setor industrial tende a ser maior do que no setor de serviços; para fins ilustrativos, no Brasil, em 2022, a remuneração mensal média em salários mínimos na indústria era 3,1 (IBGE, 2024b), enquanto no setor de serviços, era 2,3 (IBGE, 2024c). Além da diferença salarial, destaca-se também a maior formalidade no setor industrial, que proporciona aos trabalhadores acesso a benefícios e direitos trabalhistas.

principais motivos para esse processo, especialmente devido à deterioração dos salários reais dos trabalhadores, o que fez com que a renda feminina fosse vista como um complemento e a sua força de trabalho como “suplementar”. Outros fatores que contribuíram para essa mudança incluem a própria expansão do mercado de trabalho, transformações culturais sobre os papéis de gênero, queda da taxa de fecundidade e aumento da escolarização feminina. Esses elementos ajudam a explicar a presença crescente das mulheres no mercado de trabalho brasileiro nas últimas décadas, indicando uma tendência de mudança estrutural (Fontoura, Gonzalez, 2009; Garcia, Marcondes, 2022).

Os dados do mercado de trabalho brasileiro apresentam um padrão similar ao observado globalmente, indicando a existência de uma relação social desigual entre homens e mulheres, estabelecida e mantida pelo trabalho. De acordo com informações do IBGE (2022), em 2021 o nível de ocupação das mulheres era de 41,9%, enquanto o dos homens era de 63,1%. Isso revela uma diferença de mais de 20 pontos percentuais (p.p.) entre os grupos a favor dos homens, e no triênio de 2019 a 2021, em um contexto de crise econômica, essa distância aumentou. Isso porque, em tempos de crise, as mulheres figuram entre os trabalhadores mais afetados em termos de perda de ocupação (Tedesco; Souza, 2020). Uma das possíveis explicações para esse fenômeno é o fato de as mulheres ocuparem, no geral, postos de trabalho mais precários – maior facilidade na reposição e menos custos associados à demissão (Guedes; Araújo, 2011).

A disparidade persiste ao analisar os rendimentos do trabalho, sendo ainda maior quando se considera o recorte de cor/raça. Estimando as razões de rendimento com base nos dados levantados por Zanlorenssi e Gomes (2021), em 2020, as mulheres recebiam, em média, 78% do rendimento dos homens. Quando se comparam os extremos da hierarquia social (mulheres pretas ou pardas e homens brancos), elas recebiam pouco mais de 45% do rendimento deles.

Essas diferenças de rendimentos estão, em parte, relacionadas à proporção de mulheres ocupadas em trabalho por tempo parcial, que é bastante superior à dos homens, com maiores disparidades ao também ser considerada a cor/raça. Em 2022, do total de pessoas em trabalho parcial, quase 31% eram mulheres pretas ou pardas, enquanto 25% das mulheres brancas tinham ocupações com essa característica, comparado a 12,8% dos homens brancos (IBGE, 2024a).

Analisar essa realidade a partir de uma perspectiva feminista pode conferir significado mais profundo a essas estatísticas, especialmente ao reconhecer um importante determinante que diferencia significativamente a alocação do tempo entre homens e mulheres: o trabalho reprodutivo. Afinal, o tempo é um recurso finito e este tipo de trabalho, que “demanda disponibilidade e envolvimento permanente” (Bandeira; Melo, 2014, p. 36), é majoritariamente realizado pelas mulheres, limitando suas possibilidades de inserção no mercado de trabalho.

Evidências mostram que, em todas as regiões do mundo, as mulheres dedicam mais tempo ao trabalho reprodutivo do que os homens. Em média, as mulheres gastam entre três e seis horas diárias nesse tipo de trabalho, enquanto os homens dedicam entre meia e duas horas por dia (Ortiz-Ospina; Tzvetkova; Roser, 2018). O Quadro 2.1 apresenta uma síntese dos estudos revisados, os quais analisam a divisão sexual do trabalho e as desigualdades de gênero a ela associadas.

Bianchi *et al.* (2012), analisando a realidade dos EUA ao longo de 40 anos, observam que os homens aumentaram o tempo dedicado ao trabalho doméstico semanalmente. Porém, as mulheres ainda realizavam, em média, 1,6 vezes mais trabalhos domésticos do que os homens. Zhai, Gao e Wang (2020) com dados da China revelam que as mulheres dedicavam muito mais tempo ao trabalho reprodutivo em comparação aos homens. As esposas eram responsáveis por uma maior parcela das tarefas de cuidado com a casa e com familiares, enquanto os homens dedicavam mais tempo ao trabalho remunerado e às atividades de lazer. Além disso, a educação se mostrou como um importante fator para reduzir a desigualdade na alocação do tempo entre os casais, especialmente para as mulheres que viviam em áreas urbanas.

Já para o Canadá, um estudo conduzido por Smith *et al.* (2020), focado no impacto do cuidado de pessoas idosas nas variáveis do mercado de trabalho, revela que as mulheres eram significativamente mais propensas a sofrerem tal impacto. Nota-se que as mulheres tinham 73% mais de probabilidade de deixar o mercado de trabalho para cuidar de idosos e eram cinco vezes mais propensas a optarem pelo trabalho de meio período devido a essas responsabilidades.

Em Portugal, Perista (2002) observa que, além de as mulheres serem responsáveis pela maior parte do trabalho reprodutivo, há uma clara divisão de tarefas dentro do lar. De maneira geral, os homens tendiam a realizar tarefas domésticas que exigiam menor dispêndio de tempo e recorrência e as mulheres assumiam as tarefas rotineiras.

Esse padrão é corroborado por outros trabalhos para diferentes locais (Jung; O'Brien, 2019; Tao; Janzen; Abonyi, 2010). Estes sinalizam que os homens costumavam realizar tarefas domésticas de natureza esporádica e intermitente; ou seja, aquelas que podem ser iniciadas e finalizadas segundo a conveniência de quem as realiza, sem caráter de urgência (como fazer reparos na casa ou no carro e cuidar do jardim). Em contraste, as mulheres eram as principais responsáveis pelas atividades rotineiras, repetitivas e pouco flexíveis; i.e., as que precisam ser realizadas diariamente ou quase todos os dias (como preparar alimentos, lavar roupas e louças, limpar a casa etc.). Esse padrão também é observado no Brasil (Garcia; Marcondes, 2022).

Quadro 2.1 - Síntese dos trabalhos levantados que investigam a divisão sexual do trabalho e/ou padrões de divisão do trabalho reprodutivo

Trabalho	Delimitação geográfica e temporal	Metodologia	Principais resultados
Perista (2002)	Portugal - 1999	Quantitativa (análise de estatísticas descritivas)	<ul style="list-style-type: none"> - O trabalho reprodutivo é majoritariamente realizado pelas mulheres; - Os homens tendem a realizar mais tarefas domésticas cuja especificidade é a de que exigem menor dispêndio de tempo e recorrência, enquanto as mulheres realizam as tarefas rotineiras.
Soares e Saboia (2007)	Brasil – 2001 e 2005	Quantitativa (análise de estatísticas descritivas)	<ul style="list-style-type: none"> - As mulheres dispendem muito mais tempo na realização de trabalho reprodutivo do que os homens; - A jornada de trabalho semanal total delas supera a dos homens em quase 5 horas.
Madalozzo, Martins e Shiratori (2010)	Brasil - 2006	Quantitativa (MQO e decomposição da desigualdade de Oaxaca)	<ul style="list-style-type: none"> - Há uma grande diferença de dedicação de tempo para a realização de trabalho reprodutivo em desfavor das mulheres.
Schiebinger e Gilmartin (2010)	EUA	Quantitativa (análise de estatísticas descritivas)	<ul style="list-style-type: none"> - As mulheres cientistas realizam 54% das tarefas domésticas principais (cozinhar, limpar e lavar roupas), enquanto os homens realizam 28%; - Os homens tendem a realizar atividades mais periódicas, esporádicas e que necessitam menos tempo (i.e. cuidar do quintal, fazer reparos em carros ou na casa).
Gálvez-Muñoz, Rodríguez-Modroño e Domínguez-Serrano (2011)	15 países europeus – 1998 a 2004	Quantitativa (análise de estatísticas dos países e de <i>cluster</i>)	<ul style="list-style-type: none"> - O trabalho reprodutivo é majoritariamente realizado pelas mulheres; - Em quase todos os países avaliados, as mulheres possuíam uma carga de trabalho total superior à dos homens – a única exceção era a Suécia.
Bianchi <i>et al.</i> (2012)	EUA – 1965 a 1995	Quantitativa (análise de estatísticas descritivas)	<ul style="list-style-type: none"> - Ao longo do tempo, os homens aumentaram o tempo de trabalho doméstico realizado por semana, mas - As mulheres ainda realizavam, em média, 1,6 vezes a quantidade de trabalho dos homens.
Souza e Guedes (2016)	Brasil – 2004 e 2014	Quantitativa (análise de estatísticas descritivas)	<ul style="list-style-type: none"> - O trabalho reprodutivo é majoritariamente realizado pelas mulheres; - A jornada total de trabalho semanal total delas supera a dos homens em 8 horas.
Jesus (2018)	Brasil – 2013	Quantitativa (análise de estatísticas descritivas com dados padronizados a partir da pesquisa de uso do tempo colombiana)	<ul style="list-style-type: none"> - As mulheres, após a infância, são transferidoras líquidas de tempo doméstico não remunerado, com diferenças a depender do nível de renda; - Os homens, por sua vez, são consumidores líquidos de tempo doméstico, independentemente do nível de renda.
Medeiros e Pinheiro (2018)	Brasil – 2013	Quantitativa (análise de estatísticas descritivas)	<ul style="list-style-type: none"> - Verifica-se divisão sexual do trabalho: homens empregam mais tempo em trabalho pago e menos em trabalho não pago, enquanto as mulheres têm jornadas semelhantes (levemente inferiores) de trabalho pago, mas muito mais longas de trabalho não pago; - Logo, o tempo total de trabalho das mulheres é, em média, maior que o dos homens (41 e 37,8 horas, respectivamente).

Fonte: elaboração própria com base nos textos do quadro. Observação: MQO = Mínimos Quadrados Ordinários

Quadro 2.1 – Síntese dos trabalhos levantados que investigam a divisão sexual do trabalho e/ou padrões de divisão do trabalho reprodutivo (*continuação*)

Trabalho	Delimitação geográfica e temporal	Metodologia	Principais resultados
Smith <i>et al.</i> (2020)	Canadá – 1997 a 2015	Quantitativa (MQO e regressões logísticas)	<ul style="list-style-type: none"> - As mulheres apresentavam maior tendência a deixar o mercado de trabalho, optar por jornadas de meio período ou ausentar-se temporariamente devido ao cuidado de pessoas; - Além disso, dedicavam, em média, 160 minutos a mais por semana nessas ausências em comparação aos homens.
Zhai, Gao e Wang (2020)	China – 2010	Quantitativa (MQO)	<ul style="list-style-type: none"> - As mulheres dispendem muito mais tempo na realização de trabalho reprodutivo do que os homens, sendo que - As esposas realizavam mais tarefas de cuidados com a casa e de familiares, enquanto os homens dedicam mais tempo ao trabalho e a atividades de lazer.
Koster <i>et al.</i> (2021)	Holanda – 2015/2016	Quantitativa (MQO)	<ul style="list-style-type: none"> - Uma divisão desigual do trabalho reprodutivo, principalmente do cuidado de crianças, era percebida como justo pela maioria dos homens e pequena parcela das mulheres. - As mulheres dispendem muito mais tempo na realização de trabalho reprodutivo do que os homens, sendo que
Garcia e Marcondes (2022)	Brasil – 2019	Quantitativa (análise de estatísticas descritivas)	<ul style="list-style-type: none"> - Os homens tendem a realizar mais tarefas domésticas cuja especificidade é a de que que são mais relacionais e secundárias, enquanto as mulheres realizam as tarefas rotineiras.
Passos e Machado (2022)	Brasil – 2022	Quantitativa (regressões <i>Probit</i>)	<ul style="list-style-type: none"> - A realização de afazeres domésticos diminui a probabilidade de participação no mercado de trabalho das mulheres, enquanto aumenta a dos homens.

Fonte: elaboração própria com base nos textos do quadro. Observação: MQO = Mínimos Quadrados Ordinários

Quando se trata do cuidado com pessoas, as discussões tendem a apresentar maiores nuances. Bianchi *et al.* (2012) indicam que a desigualdade de dedicação entre os homens e as mulheres se mantém nesse aspecto. Porém, outros estudos distinguem os dois tipos de trabalho reprodutivo, afazeres domésticos e cuidados com pessoas, com base na percepção de que o primeiro é mais chato, repetitivo e desinteressante e o segundo, especialmente o cuidado com as crianças, suscita maior satisfação pessoal (Ervin *et al.*, 2022; Jung; O'Brien, 2019).

Outras diferenças notáveis na natureza desses dois tipos de trabalho reprodutivo incluem a escolha como um elemento central – uma vez que ter filhos pode ser considerada como uma decisão consciente, enquanto as tarefas domésticas são uma exigência constante e inevitável – e a evolução ao longo do tempo. À medida que os filhos crescem, as atividades de cuidado se transformam, enquanto as tarefas de manutenção do lar tendem a permanecer invariáveis e intermináveis (Koster *et al.*, 2021).

Mesmo assim, as atividades de cuidado, particularmente com crianças, apresentam um padrão de gênero distinto: os homens tendem a se envolver mais em atividades de lazer, como brincar com elas, enquanto as mulheres tendem a assumir multitarefas de cuidado e atividades mais tediosas, como disciplinar as crianças. Além disso, a maioria dos homens que prestam cuidados às crianças o faz com a participação da mulher (Jung; O'Brien, 2019; Perista, 2002).

Cabe destacar, ainda, que os países da Europa Ocidental, a Austrália e os EUA têm realizado pesquisas estruturadas sobre o uso do tempo desde a década de 1960, permitindo análises longitudinais e comparações intertemporais. Em contraste, o Brasil ainda não dispõe de dados com o mesmo nível de desagregação e profundidade⁵ (Cavalcanti; Paulo; Hany, 2010; Pinheiro, 2016). A principal fonte de dados brasileiros disponível para esse tipo de investigação é a PNAD⁶, que introduziu pergunta específica sobre o tempo dedicado aos afazeres domésticos a partir de 2001 (Bruschini, 2006).

Isso permitiu o avanço da literatura empírica brasileira sobre o tema, com a realização de uma série de estudos que destacam a desigualdade na dedicação de tempo entre homens e mulheres às atividades de trabalho reprodutivo (Dedecca, 2012; Fontoura; Gonzalez, 2009; Garcia; Marcondes, 2022; Madalozzo; Martins; Shiratori, 2010; Medeiros; Pinheiro, 2018; Soares; Saboia, 2007; Souza; Guedes, 2016). Em geral, estes estudos mostram que, nos termos

⁵ Embora o Brasil não disponha de uma pesquisa específica e aprofundada sobre o uso do tempo como em outros países, o tema tem sido reconhecido como uma área de interesse crescente no desenvolvimento de dados (Vieceli, 2024). Inclusive, chegou a ir a campo uma pesquisa piloto em 2009, mas ela ficou restrita a uma amostra limitada e não foi seguida por uma coleta de dados nacional abrangente (Cavalcanti; Paulo; Hany, 2010).

⁶ Apesar da PNAD ser a principal pesquisa a nível nacional com informações sobre a realização de trabalho reprodutivo, destaca-se que a PNS, base de dados utilizada na presente tese, também conta com perguntas que permitem tal investigação.

de Jesus (2018, p. 80), as mulheres são “transferidoras líquidas de tempo de trabalho doméstico não remunerado”, enquanto os homens são “consumidores líquidos de trabalho doméstico”, independentemente da idade e do nível de renda.

Nesse ponto, vale ressaltar que os sistemas de classe e raça tendem a aprofundar as desigualdades de gênero (Bianchi *et al.*, 2012; Dedecca, 2012; Garcia; Marcondes, 2022). Mulheres pobres, por exemplo, dedicam ainda mais tempo ao trabalho doméstico, pois não têm os recursos para delegar essas tarefas, como as mulheres ricas podem fazer; delegação essa que, em geral, recai sobre outras mulheres. Trata-se, portanto, da “substituição de uma mulher por outra (paga ou não por isso) na realização de determinadas tarefas” (Perista, 2002, p. 463). Em outras palavras, não há impactos no papel social da mulher, que continua sendo a principal responsável pelas tarefas domésticas, seja as executando ou delegando (Hirata; Kergoat, 2007). Além disso, para as mulheres pobres, o dilema não apenas persiste, como atua de modo a perpetuar o ciclo de reprodução da pobreza (Passos; Guedes, 2018).

Como resultado, as mulheres tendem a ter uma jornada de trabalho completa – somando as horas de trabalho remunerado às de trabalho reprodutivo – superior à dos homens, devido à quantidade de tempo e esforço exigidos pelas atividades domésticas e de cuidado, que, embora essenciais à reprodução da vida humana, não são valoradas ou valorizadas (Dedecca, 2012; Passos; Guedes, 2018). Nessa linha, analisando 15 países europeus, Gálvez-Muñoz, Rodríguez-Modroño e Domínguez-Serrano (2011) encontram indícios de que as mulheres tinham uma carga de trabalho total superior à dos homens, com exceção da Suécia.

No Brasil, em 2022, a diferença de horas dedicadas ao trabalho reprodutivo entre homens e mulheres ocupados era de 6,8 horas a mais para elas; entre os não ocupados, a diferença ultrapassava 11 horas (IBGE, 2023). Assim, apesar de os homens terem aumentado o tempo dedicado ao trabalho doméstico nas últimas décadas, ainda há uma enorme disparidade frente ao tempo que as mulheres, em média, dedicam a essas atividades (Bianchi *et al.*, 2012; Fontoura; Gonzalez, 2009).

Em conclusão, embora muitas mulheres tenham superado a barreira que as confinava ao espaço privado e conquistado acesso ao mercado de trabalho, tal mudança não foi acompanhada por uma transformação na percepção da responsabilidade pelo trabalho reprodutivo (Bandeira; Melo, 2014; Guiginski; Wajnman, 2019). Apesar de terem conquistado espaço no mercado de trabalho, as mulheres continuam sendo as principais, ou até mesmo as únicas, responsáveis pelo trabalho doméstico e de cuidado com pessoas. Essa dupla responsabilidade impede que elas se dediquem ao mercado de trabalho da mesma forma que os homens o fazem, mantendo, assim, inalterada a divisão sexual do trabalho (Madalozzo; Martins; Shiratori, 2010).

Em outras palavras, mesmo com a conquista de novos espaços e oportunidades, a visão tradicional sobre quem deve ser responsável pela manutenção do ambiente doméstico, trabalho de cuidado de idosos e outros dependentes, bem como criação dos filhos não sofreu alterações significativas. Esse fenômeno é frequentemente chamado de “revolução pelas metades” – *half of a revolution*, em inglês (Schiebinger; Gilmartin, 2010) – ou “revolução incompleta” (Souza; Guedes, 2016).

2.2.2. Abordagens sobre diferenças de gênero na dedicação ao trabalho reprodutivo

A subseção anterior, a partir da literatura empírica, indica diferenças significativas na dedicação ao trabalho reprodutivo entre os homens e as mulheres, apesar do recente aumento da participação feminina no mercado de trabalho. Esse fenômeno motivou o desenvolvimento de várias abordagens/perspectivas teóricas que buscam explicar tal diferenciação. As principais são: i) dos recursos relativos; ii) da disponibilidade de tempo; e iii) da ideologia de gênero⁷.

A perspectiva dos recursos relativos parte do princípio de que o trabalho reprodutivo é percebido como indesejado, fazendo com que os indivíduos tentem evitá-lo. Assim, a decisão sobre quem assumirá as responsabilidades de cuidado e manutenção do ambiente doméstico é resultado de negociações implícitas entre os cônjuges. Aqueles com mais recursos (geralmente entendidos como a renda do trabalho) tendem a usá-los para “comprar” a possibilidade de se dedicar menos àquelas tarefas (Greenstein, 2000; Horne *et al.*, 2018; Pinheiro, 2016; Sullivan, 2021). Uma variação dessa perspectiva é a “teoria da dependência”, que sugere que as mulheres têm maior probabilidade de serem economicamente dependentes dos parceiros e, por isso, não conseguem barganhar o tempo alocado para o trabalho reprodutivo (Greenstein, 2000; Pinheiro, 2016).

Esta perspectiva tem algumas implicações importantes. Em primeiro lugar, a renda se configura como uma forma de poder na dinâmica entre os casais (Horne *et al.*, 2018), enquanto o gênero influencia a alocação do trabalho reprodutivo somente de forma indireta, visto que, caso as mulheres obtenham maior renda, podem utilizar essa vantagem para diminuir o tempo dedicado às atividades domésticas e de cuidados (Greenstein, 2000). Além disso, a ideia de que

⁷ Estas discussões estão amplamente fundamentadas na dinâmica de famílias pautadas na heteronormatividade e na forma como eles dividem o trabalho reprodutivo (Sullivan, 2021). Pinheiro (2016), no entanto, ressalta que, nos últimos anos, houve um aumento nos esforços para compreender a dinâmica também em casais homoafetivos.

a alocação das tarefas domésticas é fruto de negociação, dada a natureza indesejada dessas atividades, sugere que os indivíduos agem conforme seus interesses próprios (Pinheiro, 2016).

Pinheiro (2016) discute que há evidências empíricas que dão suporte parcial a essa teoria, uma vez que, para as mulheres, existiria uma relação entre o aumento de renda e a diminuição das horas dedicadas ao trabalho reprodutivo. No entanto, os resultados para os homens são inconclusivos e não seguem o mesmo padrão; por exemplo, um dos resultados mencionados pela autora revela que homens economicamente dependentes de suas esposas realizam menos trabalho doméstico quanto maior for essa dependência, comportamento oposto ao previsto pela abordagem dos recursos relativos.

A abordagem da disponibilidade de tempo, por sua vez, baseia-se no pressuposto de que, considerando o número finito de horas diárias disponíveis para todos os indivíduos, o tempo dedicado ao trabalho remunerado determina em que medida os indivíduos se envolverão nas atividades de trabalho reprodutivo. Assim, as pessoas que dedicam mais tempo à sua ocupação no mercado de trabalho realizam menos tarefas domésticas do que aquelas que trabalham menos horas ou estão desempregadas (Greenstein, 2000; Horne *et al.*, 2018; Smith *et al.*, 2020).

A alocação do tempo, portanto, ocorre de maneira racional entre os membros de um domicílio, levando em conta tanto a disponibilidade temporal de cada indivíduo quanto a quantidade de trabalho a ser realizada. Essa abordagem é fundamentada na teoria econômica neoclássica, que propõem a especialização dos parceiros: ou seja, aqueles com vantagem comparativa no mercado de trabalho se especializam nele, enquanto os outros o fariam na produção doméstica (Medeiros; Pinheiro, 2018).

Nesse contexto, as mulheres teriam vantagem comparativa no trabalho reprodutivo “em função da sua experiência enquanto mães” (Pinheiro, 2016, p. 77). Com base nos argumentos dessa abordagem, pode-se dizer que ela também é neutra em relação ao gênero (Pinheiro, 2016). Isso ocorre porque a alocação do tempo entre os cônjuges é vista como uma decisão racional, fundamentada na especialização e na maximização da eficiência do núcleo familiar. Nessa perspectiva, as mulheres acabam dedicando mais horas ao trabalho doméstico não por uma imposição cultural ou desigualdade de gênero, mas porque sua experiência e habilidades nesse âmbito as tornam mais produtivas nessas tarefas. Assim, a divisão do trabalho seria resultado de uma escolha estratégica e economicamente eficiente, e não de uma estrutura social que privilegia um gênero em detrimento de outro.

Greenstein (2000), ao discutir as evidências empíricas embasadas nessa abordagem, aponta a existência de estudos que demonstram que as mulheres que trabalham fora de fato gastam menos tempo em afazeres domésticos, mas a diferença é pequena e insuficiente para

explicar o padrão observado. Pinheiro (2016) reforça essa análise, discutindo que tanto homens quanto mulheres com jornadas no mercado de trabalho dedicam menos tempo ao trabalho doméstico, mas esse impacto é menor para elas. Mais uma vez, surge a ideia de que essa abordagem é insuficiente para explicar o padrão desigual de gênero na realização do trabalho reprodutivo.

Antes de expor os princípios da perspectiva da ideologia de gênero, vale esclarecer o significado da expressão. Segundo Greenstein (2000), ideologia de gênero refere-se à forma como as pessoas se identificam em relação aos papéis tradicionalmente atribuídos aos gêneros masculino e feminino e, conseqüentemente, ao que devem (ou não) desempenhar. O casamento e a família são alguns dos espaços sociais onde as pessoas exercitam essa ideologia, validando suas identidades sobre o que significa “ser homem” e “ser mulher”. Replicando o exemplo do autor, dois homens que se identificam com o gênero masculino podem ter percepções distintas sobre o que significa “ser homem”: é possível que um acredite que homens não devem realizar trabalho reprodutivo, enquanto o outro defende a importância de dividir igualmente as tarefas domésticas e de cuidados com a parceira.

Compreender o conceito de ideologia de gênero ajuda a entender como ele explica a desigualdade na dedicação ao trabalho reprodutivo, que se relaciona às crenças que homens e mulheres têm sobre os papéis de gênero, construídas social e culturalmente e expressas nas dinâmicas afetivas e familiares (Greenstein, 2000). Assim, a perspectiva da ideologia de gênero, que se opõe criticamente às demais já apontadas, sustenta que a alocação de tempo entre homens e mulheres no trabalho reprodutivo é determinada por vários fatores além da disponibilidade de tempo ou da escolha racional baseada nos recursos de cada cônjuge (Pinheiro, 2016).

Influenciados por construções sociais, haveria um condicionamento e uma naturalização do comportamento e atuação esperados de homens e mulheres desde a infância, a partir da socialização familiar e da educação escolar. As meninas, por exemplo, tendem a dedicar muito mais tempo em afazeres domésticos do que os meninos, em um processo de retroalimentação que reproduz identidades e perpetua os elementos de um sistema desigual de gênero (Fontoura; Gonzalez, 2009; Perista, 2002; Soares; Saboia, 2007).

Portanto, o gênero não é neutro e afeta diretamente a divisão do trabalho reprodutivo, ao contrário das abordagens anteriores, que o consideram apenas uma influência indireta. Logo, sob a perspectiva de gênero, as visões tradicionais dos papéis que homens e mulheres devem ocupar – provedores e cuidadoras, respectivamente – são reforçadas, com as pessoas validando suas identidades ao desempenhar exatamente aquilo que é esperado. Para Passos e Machado (2022), a alocação do tempo das mulheres é influenciada por normas sociais que determinam a

função que devem desempenhar. Portanto, “a alocação de tempo em trabalho doméstico não pago pode derivar não das relações de troca econômicas, mas de relações de gênero que regulam as expressões simbólicas de masculinidade e feminilidade” (Pinheiro, 2016, p. 80).

Além disso, é possível questionar a lógica de racionalidade implícita nas abordagens de disponibilidade de tempo e recursos relativos, uma vez que a execução de trabalho reprodutivo está amplamente relacionada ao amor, afeto e dever materno. Para Passos e Machado (2022), o comportamento das mulheres não se assemelha ao de uma “empresa capitalista”, dado que suas decisões envolvem altruísmo e vínculos de profundo afeto (com os filhos, por exemplo).

Algumas evidências empíricas tendem a comprovar a perspectiva da ideologia de gênero (Greenstein, 2000). Um exemplo é o trabalho de Madalozzo, Martins e Shiratori (2010), que analisa a realidade brasileira a partir de dados da PNAD de 2006. Os resultados indicam que parte significativa da desigualdade na distribuição do trabalho doméstico advém de atributos sociais e da formação de condutas de gênero. Pelo método de decomposição da desigualdade de Oaxaca, os autores compararam homens e mulheres com exatamente os mesmos atributos pessoais, exceto o gênero, e constataam uma grande diferença nas horas dedicadas ao trabalho doméstico. Assim, concluem que essa diferenciação tem origem em características pessoais não consideradas na pesquisa ou em normas sociais associadas ao gênero.

Em articulação às outras abordagens, é possível pensar, nos termos de Perista (2002), que, à medida que as mulheres continuam assumindo a maior parte do trabalho reprodutivo devido ao condicionamento das normas sociais, convenções e tradições, sua capacidade de se dedicar plenamente ao mercado de trabalho é limitada. Esse fator, por sua vez, repercute em sua posição na família, perpetuando uma condição de menor poder e recursos em comparação aos seus parceiros. Portanto, o trabalho reprodutivo seria tanto a causa quanto o efeito da desigualdade econômica entre homens e mulheres (Sullivan, 2021). Por essa razão, Medeiros e Pinheiro (2018) argumentam que as três perspectivas tendem a se reforçar mutuamente, embora a perspectiva da ideologia de gênero tenha uma maior capacidade explicativa.

2.2.3. Determinantes da participação feminina no mercado de trabalho: evidências

Como proposto na introdução, o objetivo do *estudo 1* é investigar o impacto do trabalho reprodutivo nas condições de emprego de homens e mulheres. Para fazer essa análise, é preciso entender os determinantes da participação no mercado de trabalho. Assim, esta subseção realiza

uma revisão de pesquisas que analisaram empiricamente os determinantes da participação feminina no mercado de trabalho, tanto no Brasil quanto em outros países. Embora alguns fatores afetem similarmente as participações feminina e masculina, outros têm maior probabilidade de impactar de forma diferenciada cada um desses grupos. Ademais, por mais que o foco principal esteja nas variáveis que capturam a realização do trabalho reprodutivo, deve-se levar em conta outros determinantes que devem compor o modelo completo, que será discutido na próxima seção ao apresentar os procedimentos metodológicos aqui adotados.

O Quadro 2.2 oferece uma síntese das principais características dos estudos levantados, sendo discutidos, na sequência, os resultados mais importantes em termos de determinantes que se mostraram relevantes para a participação feminina no mercado de trabalho. As discussões não esgotam todas as variáveis utilizadas nesses trabalhos, mas destacam as mais recorrentes.

O primeiro destaque é a *educação*. A literatura empírica aponta consistentemente que ela exerce uma influência positiva e significativa sobre a participação no mercado de trabalho, tanto para homens quanto para mulheres (Contreras; Mello; Puentes, 2011; Hotchkiss, 2006; Passos; Machado, 2022). Maiores níveis educacionais são associados a maiores produtividades e habilidades, o que resulta em salários mais altos e, assim, em um custo de oportunidade mais elevado para deixar o mercado de trabalho (Faridi; Chaudhry; Anwar, 2009; Ullrich, 2021). Esse custo é particularmente relevante para as mulheres, pois se contrapõe à opção de dedicação integral ao trabalho reprodutivo (Faridi; Chaudhry; Anwar, 2009). Ademais, a educação não só eleva o potencial de ganhos salariais para as mulheres ao ingressarem no mercado de trabalho, mas também as capacita a adotar posturas mais orientadas para a carreira (Evans; Kelley, 2004).

Diversos estudos apontam um efeito positivo e estatisticamente significativo da educação na participação feminina no mercado de trabalho. Há evidências nessa linha para vários países, como: África do Sul (Ntuli, 2007), Austrália (Evans; Kelley, 2004), Brasil (Barbosa; Costa, 2017; Guiginski; Wajnman, 2019; Passos; Machado, 2022; Scorzafave; Menezes-Filho, 2001; Tedesco; Souza, 2020), Camarões (Che; Sundjo, 2018), Chile (Bravo; Puentes, 2012; Contreras; Mello; Puentes, 2011), Holanda (Euwals; Knoef; Vuuren, 2011), Jordânia (Chamlou; Muzi; Ahmed, 2011), Paquistão (Faridi; Chaudhry; Anwar, 2009; Kozel; Alderman, 1990), países do Oriente Médio e Norte da África (Hayo; Caris, 2013) e membros da OCDE (Jaumotte, 2003).

Quadro 2.2 - Síntese dos trabalhos levantados que investigam os determinantes da participação no mercado de trabalho

Trabalhos	Delimitações Geográficas e Temporais	Metodologias	Analizou homens, mulheres ou ambos?	Principais determinantes da participação
Kozel e Alderman (1990)	Paquistão – 1986	Regressões <i>Probit</i>	Ambos	- para mulheres: educação (+), outras mulheres no domicílio (+), homens no domicílio (-) - para homens: idade (+), outros homens no domicílio (-), meninas no domicílio (-)
Scorzafave e Menezes-Filho (2001)	Brasil – 1982 a 1997	Regressões <i>Probit</i> e análise de decomposição	Mulheres	- idade (+), idade ² (-), educação (+), chefe do domicílio (+), ser cônjuge (-), renda domiciliar (-), filhos com idade de 0 a 10 anos (-), filhos com idade entre 11 e 17 anos (+), número de adultos no domicílio (-), regiões (variável) e área metropolitana (- a partir de 1987)
Jaumotte (2003)	17 países da OCDE – 1985 a 1999	Regressões por MQ2E	Mulheres	- políticas públicas de licença maternidade remunerada e subsídios infantis (+), benefícios infantis (-), educação (+)
Evans e Kelley (2004)	Austrália – 1984 a 2002	Regressões logísticas	Mulheres	- urbana (+), educação (+), mãe solteira (-), casada e com filhos (-), <i>status</i> de emprego do marido (+)
Ntuli (2007)	África do Sul – 1995 a 2004	Regressões logísticas e análise de decomposição	Mulheres	- idade (+), idade ² (-), urbana (+), casada (-), educação (+), criança no domicílio (-), outros tipos de renda (-) e regiões (variável)
Faridi, Chaudhry e Anwar (2009)	Paquistão – 2007-08	Regressões logísticas	Mulheres	- educação (+), idade (+), casada (+), ativos financeiros (-), <i>status</i> de emprego do marido (-), número de dependentes da família (+), pessoas no domicílio (-), urbano (-), criança no domicílio (-)
Russell <i>et al.</i> (2009)	Irlanda – 2005	Regressões <i>Probit</i>	Mulheres	- idade (-), criança no domicílio (-), renda do marido (- para mulheres qualificadas)
Magidu (2010)	Uganda – 2008-09	Regressões logísticas	Ambos	- ser mulher (-), mulher solteira (+ no setor formal), educação (+), urbana (+ para estar no mercado formal)
Foguel e Barros (2010)	Brasil – 2001 a 2005	Regressões em painel por MQO, efeitos fixos e aleatórios, 1ª diferença e GMM	Ambos	- para mulheres: idade (+), idade ² (-), educação (+), branca (-) - para homens: idade (+), idade ² (-), casado (+), receber PBF (+)
Chamlou, Muzi e Ahmed (2011)	Jordânia – 2008	Regressões <i>Probit</i>	Mulheres	- idade (+), idade ² (-), educação (+), casada (-), normas sociais tradicionais (-)
Contreras, Mello e Puentes (2011)	Chile – 1990/1996/2003	Regressões <i>Probit</i>	Ambos	- para mulheres: idade (+), educação (+), crianças (-) ou idosos (+) no domicílio, outros tipos de renda (+), chefe do domicílio (+), rural (-) - para homens: idade (+), educação (+), crianças (+) ou idosos (-) no domicílio, outros tipos de renda (-), chefe do domicílio (+), rural (+)

Fontes: elaboração própria com base nos trabalhos do quadro. Observações: GMM = Método dos Momentos Generalizados. MQO = Mínimos Quadrados Ordinários. MQ2E = Mínimos Quadrados em dois estágios. PBF = Programa Bolsa Família. OCDE = Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico.

Quadro 2.2 – Síntese dos trabalhos levantados que investigam os determinantes da participação no mercado de trabalho (*continuação*)

Trabalhos	Delimitações Geográficas e Temporais	Metodologias	Analizou homens, mulheres ou ambos?	Principais determinantes da participação
Euwal, Knoef e Vuuren (2011)	Holanda – 1992 a 2004	Regressões logísticas e análise de decomposição	Mulheres	- idade (+), educação (+), presença de crianças (-), ser casada (-)
Bravo e Puentes (2012)	Chile – 2009	Regressões <i>Probit</i> bivariado e variáveis instrumentais	Mulheres	- educação (+), idade ² (-), presença de crianças (-), presença de cônjuge (-), mãe da mulher trabalhava (+) e tinha ensino superior (+)
Hayo e Caris (2013)	Países do Oriente Médio e Norte da África – 2000/2005	Regressões <i>Probit</i>	Mulheres	- idade (+), idade ² (-), educação (+), ser casada (+), ser chefe do domicílio (+), presença de crianças (-), regiões (variável), religião (variável)
Hussain, Anwar e Huang (2016)	Paquistão – 2008-09	Regressões logísticas	Ambos	- ser homem (+), educação (+), idade (+), regiões (variável)
Barbosa e Costa (2017)	Brasil – 2001 a 2015	Regressões <i>Probit</i>	Mulheres	- idade (+), idade ² (-), educação (+), urbano (+ a partir de 2005), presença de crianças (-), ser casada (-), afazeres domésticos (-)
Che e Sundjo (2018)	Camarões – 2011	Regressões logísticas	Mulheres	- idade (+), outras mulheres no domicílio (+), presença de crianças (-), ser muçulmana (-)
Guiginski e Wajnman (2019)	Brasil – 2013	Regressões logísticas	Ambos	- para mulheres: idade (+), idade ² (-), educação (+), presença de crianças (-), cônjuge (-), idosos (-) ou outros adultos (-) - para homens: idade (+), idade ² (-), educação (+), presença de crianças (+), presença de cônjuge (+), presença de idosos (-)
Rosa, Souza e Fernandes (2020)	Brasil – 2011 a 2015	<i>Propensity Score Matching</i>	Mulheres	- acesso a creche (+)
Tedesco e Souza (2020)	Brasil – 2001 a 2015	Regressões <i>Probit</i>	Ambos	- ser mulher (-), educação (+), ser chefe de família (+), realizar afazeres domésticos (-), presença de crianças (+).
Passos e Machado (2022)	Brasil – 2018	Regressões <i>Probit</i> bivariado	Ambos	- para mulheres: idade (+), idade ² (-), educação (+), negra (-), ser pessoa de referência (-), presença de crianças (-) e idosos (-), cuidar de crianças (-) e idosos (+), afazeres domésticos (-), receber PBF (-) - para homens: idade (+), idade ² (-), educação (+), ser pessoa de referência (+), presença de crianças (+) e idosos (-), cuidar de crianças (variável) e idosos (+), afazeres domésticos (-) receber PBF (+).

Fontes: elaboração própria com base nos trabalhos do quadro. Observações: GMM = Método dos Momentos Generalizados. MQO = Mínimos Quadrados Ordinários. MQ2E = Mínimos Quadrados em dois estágios. PBF = Programa Bolsa Família. OCDE = Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico.

Alguns trabalhos observam efeitos de maiores magnitudes associados à educação superior (Chamlou; Muzi; Ahmed, 2011; Faridi; Chaudhry; Anwar, 2009; Kozel; Alderman, 1990; Ullrich, 2021). Por exemplo, Chamlou, Muzi e Ahmed (2011), analisando a Jordânia, sugerem que as mulheres com diploma universitário têm 45% a mais de chances de participar do mercado de trabalho em comparação àquelas sem formação educacional. Esse resultado está em consonância com a argumentação de Ullrich (2021), que aponta uma redução, nas últimas décadas, do efeito da educação secundária na probabilidade de inserção no mercado de trabalho.

A *idade* e a *experiência* também desempenham papéis cruciais na participação dos indivíduos no mercado de trabalho, frequentemente refletindo um padrão côncavo – na linha da equação de salários/rendimentos de Mincer (1974) –, com a participação aumentando até certa idade/experiência e depois diminuindo. Assim, é demonstrada a existência de uma orientação relacionada aos ciclos de vida das pessoas (Contreras; Mello; Puentes, 2011; Hotchkiss, 2006). Hussain, Anwar e Huang (2016) explicam que tal fenômeno ocorre porque, à medida que os indivíduos envelhecem, a produtividade marginal inicialmente elevada diminui em função da “perda de energia” e do surgimento de problemas de saúde.

Em localidades como Oriente Médio e Norte da África (Chamlou; Muzi; Ahmed, 2011; Hayo; Caris, 2013), Chile (Bravo; Puentes, 2012; Contreras; Mello; Puentes, 2011), Brasil (Passos; Machado, 2022; Scorzafave; Menezes-Filho, 2001) e Paquistão (Faridi; Chaudhry; Anwar, 2009), são observados coeficientes positivos associados à variável que representa a idade das mulheres. Che e Sundjo (2018) também verificam relação semelhante para Camarões e argumentam que ela pode ser explicada pela preferência dos empregadores por mulheres mais maduras, por serem consideradas como mais responsáveis, focadas e experientes. Em contraste, mulheres mais jovens seriam interpretadas como mais focadas em outras metas, como educação e casamento. Na literatura, também há exceções aos coeficientes positivos da idade/experiência, como na Austrália (Evans; Kelley, 2004) e Irlanda (Russell *et al.*, 2009).

Outro destaque é a influência de *fatores geográficos/regionais* na participação feminina no mercado de trabalho. Por exemplo, há indícios de variações significativas entre áreas urbanas e rurais. Alguns estudos apontam que mulheres em áreas urbanas têm maior probabilidade de estar empregadas, como na África do Sul (Ntuli, 2007) e no Chile (Contreras; Mello; Puentes, 2011). Porém, no Paquistão, a situação é inversa: a baixa renda familiar nas áreas rurais pode aumentar a participação feminina no mercado de trabalho (Faridi; Chaudhry; Anwar, 2009). As evidências de Uganda qualificam também o trabalho nos *setores formal ou informal*, indicando que a probabilidade de participação feminina no setor formal é significativamente maior para residentes de áreas urbanas, diminuindo no caso de residentes em áreas rurais (Magidu, 2010).

Além das diferenças urbanas e rurais, a localização regional também parece influenciar a participação feminina no mercado de trabalho. Na África do Sul, residir fora da província de Cabo Ocidental reduz a probabilidade de trabalho para as mulheres (Ntuli, 2007). O estudo, focado na primeira década pós-*apartheid*, aponta que a incapacidade de migrar devido a fatores culturais ou a outras restrições e a permanência em províncias relativamente subdesenvolvidas limitam as oportunidades econômicas para mulheres sul-africanas. Hussain, Anwar e Huang (2016) também encontram evidências de que a localização em diferentes províncias do Paquistão influencia a oferta de trabalho dos indivíduos no país.

No Brasil, Scorzafave e Menezes-Filho (2001) observam que as mulheres residentes da região Sul têm maiores probabilidades de estarem inseridas no mercado de trabalho, seguidas pelas residentes, na sequência, do Nordeste, Norte, Sul e Centro-Oeste – com algumas variações ao longo do tempo analisado pelos autores (1982 a 1997). O mesmo trabalho também constata que as mulheres de áreas metropolitanas têm maiores probabilidades de estarem trabalhando até 1987, quando o sinal se inverte e passa a ser negativo.

As *políticas públicas* também podem desempenhar um papel relevante na determinação da oferta de mão de obra feminina. Em alguns contextos, o acesso a outras fontes de renda, como benefícios para cuidados infantis e pensões, pode reduzir a probabilidade de as mulheres participarem do mercado de trabalho. Esse efeito foi observado, por exemplo, na África do Sul (Ntuli, 2007). Nos países da OCDE, os benefícios infantis também demonstram um impacto negativo na participação feminina, principalmente por meio da redução do trabalho em tempo parcial, uma vez que é entre as mulheres com essa configuração de trabalho que o efeito-renda dos benefícios pode ser suficiente para induzir uma redução na participação (Jaumotte, 2003).

No Brasil, Passos e Machado (2022) mostram indícios de que receber benefícios do Programa Bolsa Família (PBF) diminui a probabilidade de inserção feminina no mercado de trabalho, mas aumenta a dos homens. Por outro lado, Foguel e Barros (2010) indicam que receber benefícios do PBF não é estatisticamente significativo quando relacionado à participação no mercado de trabalho feminina, enquanto, para os homens, há um pequeno efeito positivo.

Já políticas que ampliam o acesso a creches e à educação pré-escolar podem aumentar a participação feminina no mercado de trabalho. No Brasil, Barbosa e Costa (2017) encontram que o maior acesso a creches eleva em 3 p.p. a probabilidade de mulheres com filhos de até 5 anos entrarem no mercado de trabalho. Rosa, Souza e Fernandes (2020), por sua vez, observam que o acesso ao ensino infantil aumenta em 7% a probabilidade de participação feminina no mercado de trabalho, 2% a probabilidade de estar empregada formalmente e resulta em um salário-hora quase 4% maior, além de diminuir em 2% a probabilidade de desemprego.

Para os países da OCDE, Jaumotte (2003) demonstra que gastos públicos com cuidados infantis, como creches e educação pré-escolar, estimulam a participação das mulheres no mercado de trabalho. Ademais, também são relevantes as licenças parentais remuneradas.

A literatura mostra, ainda, indícios de que a *presença de crianças e idosos* no domicílio afeta a participação no mercado de trabalho de maneira diferente para homens e mulheres. Para eles, a presença de crianças é associada a uma demanda maior por renda, o que tende a aumentar a probabilidade de inserção no mercado de trabalho. Para elas, tal presença serve como um indicativo de maior demanda por cuidados, gerando um efeito negativo sobre a participação feminina no mercado de trabalho (Contreras; Mello; Puentes, 2011; Passos; Machado, 2022). Tal efeito é constatado em diversos países, como: África do Sul (Ntuli, 2007), Brasil (Connelly; Degraff; Levison, 1996; Passos; Machado, 2022; Tedesco; Souza, 2020), Camarões (Che; Sundjo, 2018), Chile (Bravo; Puentes, 2012) e Paquistão (Faridi; Chaudhry; Anwar, 2009).

Na Austrália, Evans e Kelley (2004) observam que mulheres casadas com filhos em idade escolar trabalham, em média, 5,7 horas a menos por semana em comparação a mulheres não casadas e sem filhos, *ceteris paribus*. Na Holanda (Euwals; Knoef; Vuuren, 2011) e na Irlanda (Russell *et al.*, 2009), a presença de crianças menores de 4 anos tem um efeito negativo mais acentuado, sendo mais pronunciado com o aumento do número de crianças nos domicílios holandeses. Na Jordânia, o efeito negativo é notável para a presença no domicílio de crianças com até 6 anos de idade (Chamlou; Muzi; Ahmed, 2011).

No Brasil, Barbosa e Costa (2017) mostram que o impacto da presença de crianças no mercado de trabalho feminino é significativo apenas para crianças de até 5 anos, o que diverge, em parte, dos resultados de Passos e Machado (2022) e Tedesco e Souza (2020) no que diz respeito à faixa etária das crianças. Isso porque a presença de filhas adolescentes (acima de 13 anos) tende a aumentar a participação feminina no mercado de trabalho, uma vez que, segundo as autoras, há uma redistribuição das responsabilidades domésticas entre mães e filhas.

Em alguma medida, resultado similar é observado por Scorzafave e Menezes-Filho (2001), que constata que o número de filhos com até 10 anos reduz a probabilidade de inserção da mulher no mercado de trabalho, enquanto a presença de filhos com idade entre 11 e 17 a eleva. Já Guiginski e Wajnman (2019) apontam que a presença de crianças, especialmente entre 0 e 7 anos, não apenas reduz a probabilidade de participação das mulheres brasileiras no mercado de trabalho, como está associada a precariedade laboral, jornadas parciais e trabalho autônomo.

Por outro lado, a presença de idosos no domicílio pode ter impactos variados sobre a participação feminina no mercado de trabalho. No Brasil, estudos indicam um efeito negativo

na probabilidade de trabalho das mulheres (Barbosa; Costa, 2017; Guiginski; Wajnman, 2019; Passos; Machado, 2022); enquanto no Chile e na Jordânia, a presença de idosos pode resultar em um efeito positivo (Chamlou; Muzi; Ahmed, 2011; Contreras; Mello; Puentes, 2011).

Guiginski e Wajnman (2019) e Passos e Machado (2022) sugerem que o efeito negativo verificado no Brasil pode ser explicado pelo fato de muitos dos idosos serem aposentados ou pensionistas, o que cria um efeito-renda ao aumentar o salário de reserva das pessoas que convivem com eles. Essa explicação é reforçada pelos resultados das estimativas da oferta de trabalho masculina, que também tendem a possuir um coeficiente negativo. Em contrapartida, Chamlou, Muzi e Ahmed (2011) argumentam que o efeito positivo verificado na Jordânia pode ser atribuído ao fato de que os idosos contribuem para a manutenção do ambiente doméstico.

O *estado conjugal* também é frequentemente destacado na literatura empírica como um possível determinante da participação feminina no mercado de trabalho, embora as evidências sejam inconclusivas quanto à direção desse impacto. Por um lado, em países como a África do Sul (Ntuli, 2007), Brasil (Barbosa; Costa, 2017), Chile (Bravo; Puentes, 2012) e Jordânia (Chamlou; Muzi; Ahmed, 2011), mulheres casadas apresentam menor probabilidade de estarem engajadas no mercado de trabalho. Por outro lado, no Paquistão (Faridi; Chaudhry; Anwar, 2009) e em Camarões (Che; Sundjo, 2018), a probabilidade de estarem empregadas é maior.

Na Uganda, há uma tendência de mulheres solteiras se engajarem mais em atividades do setor formal em comparação ao setor informal, destacando uma diferença significativa em relação ao estado civil e ao tipo de emprego (Magidu, 2010). Já na Austrália, não foi obtida uma associação estatisticamente significativa entre o estado civil e a probabilidade de trabalhar ou a jornada. Porém, se o marido trabalha, aumenta a probabilidade de a mulher trabalhar mais horas. Em contraste, quanto maior a renda do marido, menor o número de horas trabalhadas pela mulher, embora a magnitude do efeito seja relativamente pequena (Evans; Kelley, 2004).

Vale ressaltar, ainda, que a participação das mulheres no mercado de trabalho também parece ser bastante influenciada pela identidade cultural e pelos valores sociais da localidade em que vivem (*normas sociais*). Em alguns contextos, o engajamento em um trabalho fora do ambiente doméstico pode afetar a identidade da mulher, seja parcialmente ou em sua totalidade. Dois fatores importantes que moldam as normas sociais, incluindo o papel das mulheres, são a religião e as tradições culturais (Hayo; Caris, 2013).

A religião é um dos sistemas sociais que contribui para a manutenção das disparidades de gênero e para uma ordem social estratificada entre homens e mulheres (Lira; Barros, 2015), o que se reflete, entre outros aspectos, no mercado de trabalho. Em Camarões, por exemplo, as

mulheres muçulmanas têm 61% a menos de probabilidade de inserção do mercado de trabalho (Che; Sundjo, 2018).

Além disso, percepções e comportamentos alinhados a visões tradicionais de gênero também parecem ser determinantes da participação feminina no mercado de trabalho. No Chile, mulheres com atitudes mais conservadoras em relação ao gênero têm menor probabilidade de estar empregadas (Bravo; Puentes, 2012). Existem indícios similares para a Jordânia (Chamlou; Muzi; Ahmed, 2011).

A influência de normas e tradições sobre a participação feminina no mercado de trabalho também é evidente em uma análise abrangente de 17 países da OCDE, na qual atitudes culturais, capturadas por meio de efeitos fixos em regressões, são determinantes significativos (Jaumotte, 2003). Já na Holanda, as diferenças na oferta de mão de obra feminina entre mulheres nascidas antes e depois de 1955 sugerem que mudanças nas normas sociais podem ter influenciado os resultados. Aquelas nascidas após 1955, que cresceram em um ambiente de normas sociais em transformação, mostram menor discrepância frente aos homens na participação no mercado de trabalho em comparação às suas predecessoras (Euwals; Knoef; Vuuren, 2011).

Hayo e Caris (2013) analisam a região do Oriente Médio e Norte da África e constataam que mulheres que se declaram com identidades árabes têm probabilidade 26 p.p. menor de conseguir um emprego em comparação a mulheres de outras partes do mundo.

Ressalva-se que são menos comuns os estudos que avaliam como o *trabalho reprodutivo* influencia a participação e inserção dos indivíduos no mercado de trabalho. Em grande parte, isso pode ser atribuído à limitada disponibilidade de informações para a realização deste tipo de análise. Assim, considerar a presença de adultos ou idosos como *proxy* é uma maneira de reconhecer o papel dos afazeres domésticos e do cuidado de pessoas na análise dos fatores determinantes da inserção feminina no mercado de trabalho.

Entre as pesquisas que incluem variáveis diretas de realização de trabalho reprodutivo – e não *proxies* de presença de crianças ou idosos –, destaca-se os resultados apurados por Barbosa e Costa (2017), que utilizaram dados da PNAD de 2001 a 2015 e encontraram coeficientes negativos e estatisticamente significantes da realização de afazeres domésticos associados à participação feminina no mercado de trabalho para todo o período analisado.

Já Passos e Machado (2022) empregam dados da PNAD Contínua de 2018 aplicados em regressões *Probit* bivariadas. Assim, as autoras examinam a relação entre responsabilidades domésticas e a participação de homens e mulheres no mercado de trabalho, oferecendo *insights* valiosos que se alinham a alguns dos objetivos da investigação deste capítulo (*estudo 1*).

Os resultados indicam que a realização de afazeres domésticos reduz a probabilidade de inserção econômica das mulheres; enquanto, para os homens, o efeito foi positivo. Além disso, cuidar de crianças de 0 a 14 anos tem um impacto negativo na participação feminina, mas, para os homens, o efeito é negativo apenas para crianças de 0 a 5 anos, se tornando positivo para as mais velhas. As autoras sugerem que, embora os homens dediquem menos tempo aos cuidados infantis, estes ainda atuam como um inibidor da atividade econômica quando realizados.

Cuidar de idosos apresentou um sinal oposto ao esperado, aumentando a probabilidade de participação no mercado de trabalho tanto para homens quanto para mulheres. Diante disso, as autoras levantam a hipótese de que a maior participação pode estar relacionada à necessidade de recursos financeiros para o cuidado geriátrico, incentivando a atuação econômica por parte dos familiares; no entanto, estudos adicionais seriam necessários para testar essa hipótese.

Para o Chile, Bravo e Puentes (2012) apontam que o cuidado de idosos, pessoas com deficiências ou doenças crônicas diminui a probabilidade de as mulheres estarem empregadas, mas ao considerar a endogeneidade nos modelos, os resultados perdem significância estatística. Já no Canadá, Smith *et al.* (2020) observam os impactos do cuidado de idosos na participação e nas condições de inserção das pessoas no mercado de trabalho. Os resultados sinalizam que as mulheres envolvidas nesse tipo de cuidado têm 73% a mais de chance de deixar o mercado de trabalho, mais de cinco vezes mais probabilidade de trabalhar em regime de tempo parcial e são duas vezes mais propensas a tirar folgas devido às responsabilidades de cuidado informal.

2.3. Análises descritivas: caracterização do trabalho reprodutivo no Brasil

Os dados analisados nesta seção têm como objetivo identificar os padrões de realização e de tempo dedicado ao trabalho reprodutivo no Brasil, com base na PNS de 2019. As análises destacam as dinâmicas associadas ao trabalho reprodutivo no contexto brasileiro, servindo como base para as avaliações posteriores, que utilizam modelos econométricos. Os cálculos levam em conta características locacionais – macrorregiões geográficas e situação domiciliar (urbana ou rural) – e características pessoais (idade, nível educacional, cor/raça, estado civil e renda domiciliar). Por fim, também são apresentadas evidências de acordo com as condições laborais. Como recomendado, tais cálculos incorporam os fatores de ponderação da amostra da PNS 2019 para assegurar a representatividade dos resultados (Ministério da Saúde, 2024).

As tabelas apresentam duas informações distintas: o percentual de homens e mulheres que afirmam realizar afazeres domésticos ou atividades de cuidado e a média de horas semanais

dedicadas à realização de trabalho reprodutivo. Todas constituem variáveis de interesse dos modelos econométricos. Além das médias, também são mostradas as diferenças de horas entre homens e mulheres para cada característica analisada, assim como a razão de horas, calculada pela divisão entre as horas dedicadas a afazeres domésticos e cuidados por homens e mulheres, o que permite realçar as discrepâncias de gênero no tempo alocado ao trabalho reprodutivo.

A Tabela 2.1 revela que, no Brasil em 2019, quase 96% das mulheres declararam realizar algum tipo de atividade classificada como afazer doméstico, enquanto, entre os homens, esse percentual foi de aproximadamente 86%, resultando em uma diferença de 10 p.p.. Já quanto às atividades de cuidado, como auxílio em cuidados pessoais, acompanhamento e monitoramento de outras pessoas, nota-se uma menor frequência geral, mas com a mesma predominância feminina. Aproximadamente 45% das mulheres afirmaram realizar atividades de cuidado, em comparação com 35% dos homens, mantendo-se a diferença de 10 p.p..

Tabela 2.1 - Brasil: percentual (%) de participação em afazeres domésticos e de cuidado e média semanal de horas dedicadas ao trabalho reprodutivo, segundo o gênero e as macrorregiões geográficas (2019)

Percentual de pessoas que realizam afazeres domésticos e atividades de cuidado				
Brasil e macrorregiões	Afazeres domésticos		Cuidado de pessoas	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Percentual de pessoas que realizam afazeres domésticos e atividades de cuidado				
Brasil	85,62%	95,72%	35,34%	44,88%
Norte	85,77%	94,85%	39,81%	52,74%
Nordeste	79,58%	94,80%	33,03%	45,45%
Sul	87,72%	96,21%	34,33%	40,88%
Sudeste	88,07%	96,14%	35,57%	43,25%
Centro-Oeste	88,72%	96,61%	39,04%	50,79%
Média de horas dedicadas ao trabalho reprodutivo por semana				
Brasil e macrorregiões	Homens	Mulheres	Diferença (homens - mulheres)	Razão de horas (homens/mulheres)
Brasil	10,20	22,74	-12,53	0,4488
Norte	10,31	21,35	-11,04	0,4830
Nordeste	9,55	24,58	-15,04	0,3883
Sul	10,44	20,52	-10,08	0,5087
Sudeste	10,58	23,04	-12,46	0,4593
Centro-Oeste	9,85	20,29	-10,44	0,4856

Fonte: PNS de 2019. Elaboração própria.

A análise por macrorregiões, por sua vez, evidencia que as mulheres das regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste apresentam percentuais acima da média nacional para a realização de afazeres domésticos. Entre os homens, todas as macrorregiões, com exceção do Nordeste, superam a média nacional. No Nordeste, cerca de 80% dos homens declaram realizar alguma atividade relacionada à manutenção e cuidado do domicílio; padrão similar de menor percentual masculino também é observado nas atividades de cuidado. Entre as mulheres, destacam-se os

percentuais mais elevados nas regiões Norte e Centro-Oeste para o caso de realização de atividades de cuidado de outras pessoas.

A Tabela 2.1 também expõe a média semanal de horas dedicadas ao trabalho reprodutivo, em 2019, para homens e mulheres no Brasil e nas macrorregiões geográficas. Na média, as mulheres brasileiras dedicavam quase 23 horas semanais à realização de atividades como lavar louça, organizar o ambiente doméstico e ajudar no cuidado de pessoas; enquanto, na média, os homens contribuem com pouco mais de 10 horas. Assim, a razão entre os tempos masculino e feminino revela que os homens dedicam, em média, 44,88% do tempo das mulheres.

Estes resultados, constatados a partir das informações da PNS de 2019, são coerentes com aqueles encontrados por meio da PNAD Contínua, que, como discutido anteriormente, é a base de dados nacional tradicionalmente utilizada para investigar o tempo de dedicação dos brasileiros aos afazeres domésticos e cuidados. Por exemplo, Garcia e Marcondes (2022), utilizando dados da PNAD Contínua de 2019, evidenciaram que o tempo médio feminino foi de 21,4 horas semanais, enquanto o masculino foi de 11 horas.

Convém também apontar uma relativa estabilidade nos padrões de tempo alocados pelos homens a essas atividades ao longo dos anos. Souza e Guedes (2016), analisando dados de 2004 e 2014, sugerem que os homens destinavam, em média, de 10 a 11 horas ao trabalho reprodutivo, valores que permanecem praticamente inalterados cinco anos depois. Em contraste, as mulheres têm reduzido progressivamente o tempo dedicado a essas tarefas. Segundo os mesmos autores, em 2014, aquelas que eram a pessoa de referência no domicílio dedicavam 25 horas semanais às atividades domésticas e de cuidado, já as mulheres que eram cônjuge dedicavam 29 horas.

Ao analisar as macrorregiões brasileiras, nota-se que o Sul apresenta a menor disparidade entre homens e mulheres na dedicação ao trabalho reprodutivo, enquanto a maior diferença está no Nordeste. No Sul, as mulheres dedicam, em média, aproximadamente 10 horas a mais do que os homens, resultando em uma razão de 50,87%. Já no Nordeste, as mulheres destinam mais de 24,5 horas semanais ao trabalho reprodutivo – a maior média feminina entre as regiões –, enquanto os homens contribuem com pouco mais de 9,5 horas – a menor média masculina entre as regiões. Essa discrepância resulta em uma razão de somente 38,8%, indicando que, para cada 1 hora dedicada pelas mulheres, os homens alocam aproximadamente 23 minutos.

Estes resultados contrastam com os de Pinheiro *et al.* (2023), que associam uma maior dedicação feminina ao trabalho reprodutivo nas regiões com maiores níveis de desenvolvimento socioeconômico, como o Sudeste. Porém, disparidades regionais similares às aqui identificadas

são destacadas em outros estudos e explicadas pela existência de normas culturais distintas que orientam o envolvimento dos homens e das mulheres nas atividades de trabalho reprodutivo.

Madalozzo, Martins e Shiratori (2010), por exemplo, mostram que os homens do Sul têm maior participação no trabalho doméstico e sugerem que isso pode ser influenciado, em algum grau, por normas culturais herdadas do processo de imigração que marcou a formação da região. Por outro lado, Soares e Saboia (2007) identificam, assim como no presente estudo, uma menor participação masculina no trabalho reprodutivo no Nordeste, a atribuindo a uma visão culturalmente machista predominante na região, na qual ocorre uma forte associação entre o gênero feminino e a realização de atividades domésticas e de cuidados de pessoas.

Adicionalmente, é plausível argumentar que a elevada média de horas dedicadas pelas mulheres do Nordeste pode se relacionar às condições socioeconômicas da região. Por exemplo, a prevalência de rendimentos domiciliares mais baixos e maiores níveis de pobreza tende a dificultar que as mulheres deleguem a totalidade ou mesmo parte do trabalho reprodutivo a terceiros, resultando, assim, em uma sobrecarga significativa no tempo dedicado às atividades.

A Tabela 2.2, por sua vez, apresenta as informações relativas ao trabalho reprodutivo de acordo com as áreas urbanas e rurais, evidenciando, em 2019, uma desigualdade de gênero mais acentuada nas zonas rurais em comparação às urbanas. Mais de 96% das mulheres residentes em áreas rurais declararam realizar algum tipo de afazer doméstico, enquanto esse percentual foi de 82% entre os homens (diferença de quase 15 p.p.). Em áreas urbanas, embora a diferença entre homens e mulheres também exista, ela é menor (9 p.p.). Quanto às atividades de cuidado, observa-se um padrão semelhante: as mulheres de áreas rurais registraram o maior percentual de participação nessas atividades; já entre os homens rurais, o percentual foi o menor.

Tabela 2.2 - Brasil: percentual (%) de participação em afazeres domésticos e de cuidado e média semanal de horas dedicadas ao trabalho reprodutivo, segundo o gênero e a situação do domicílio (2019)

Percentual de pessoas que realizam afazeres domésticos e atividades de cuidado				
Situações do domicílio	Afazeres domésticos		Cuidado de pessoas	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Urbano	86,36%	95,60%	35,50%	44,48%
Rural	81,63%	96,54%	34,52%	47,71%
Média de horas dedicadas ao trabalho reprodutivo por semana				
Situações do domicílio	Homens	Mulheres	Diferença (homens - mulheres)	Razão de horas (homens/mulheres)
Urbano	10,32	22,21	-11,90	0,4644
Rural	9,61	26,49	-16,88	0,3628

Fonte: PNS de 2019. Elaboração própria.

A desigualdade de gênero também é evidente quando são observadas as informações relativas às horas dedicadas ao trabalho reprodutivo. Em áreas urbanas, as mulheres dedicam,

em média, aproximadamente 12 horas semanais a mais que os homens, o que equivale a uma razão de 46,4%. Já nas áreas rurais, essa diferença atinge quase 17 horas semanais; para cada 1 hora que as mulheres alocam nessas atividades, os homens dedicam cerca de 21 minutos.

A literatura oferece algumas evidências sobre a maior carga de trabalho reprodutivo em áreas urbanas em comparação às rurais (Dong; An, 2015; Singh; Pattanaik, 2020; Welters; Maia; Guimarães, 2018). Contudo, Charmes (2019), ao analisar uma amostra de 35 países, identifica que somente três apresentaram maior dedicação feminina ao trabalho reprodutivo nas áreas rurais – padrão que está, por sua vez, alinhado ao verificado pelos dados do presente estudo.

Para justificar tais diferenças, algumas hipóteses podem ser aventadas. Uma explicação possível é a dificuldade em distinguir mais claramente, nas áreas rurais, o trabalho reprodutivo das atividades vinculadas ao mercado de trabalho (Pinheiro *et al.*, 2023). Outra hipótese é que, nas zonas urbanas, as tarefas domésticas e de cuidado tendem a ser mais intensivas em capital, se beneficiando de maior acesso a infraestruturas básicas, dispositivos que economizam trabalho e alimentos processados. Em contrapartida, nas áreas rurais, o tempo que é dedicado ao processamento de produtos alimentícios, por exemplo, pode ser substancialmente superior (Charmes, 2019).

A análise por faixas etárias, a partir da Tabela 2.3, corrobora um padrão destacado pela literatura (Garcia; Marcondes, 2022; Miranda, 2011; Soares; Saboia, 2007): ao longo da vida, há um aumento do percentual de pessoas que afirmam desempenhar atividades relacionadas à manutenção do domicílio ou ao cuidado de outras pessoas. Esse padrão também se manifesta na tendência de elevação das horas dedicadas ao trabalho reprodutivo, especialmente nas faixas que coincidem com eventos como o casamento, a constituição de família e a chegada de filhos.

Tabela 2.3 - Brasil: percentual (%) de participação em afazeres domésticos e de cuidado e média semanal de horas dedicadas ao trabalho reprodutivo, segundo o gênero e as faixas etárias (2019)

Percentual de pessoas que realizam afazeres domésticos e atividades de cuidado				
Faixas etárias	Afazeres domésticos		Cuidado de pessoas	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
14 a 25 anos	75,88%	90,54%	24,35%	41,99%
26 a 35 anos	87,05%	95,91%	47,64%	64,07%
36 a 49 anos	90,00%	97,69%	47,63%	48,04%
50 anos ou mais	88,72%	97,51%	22,86%	28,91%
Média de horas dedicadas ao trabalho reprodutivo por semana				
Faixas etárias	Homens	Mulheres	Diferença (homens - mulheres)	Razão de horas (homens/mulheres)
14 a 25 anos	7,73	16,27	-8,54	0,4748
26 a 35 anos	10,39	23,65	-13,25	0,4396
36 a 49 anos	11,28	24,61	-13,33	0,4584
50 anos ou mais	11,17	25,13	-13,96	0,4445

Fonte: PNS de 2019. Elaboração própria.

Tal incremento reflete a intensificação das responsabilidades domésticas e de cuidados que frequentemente acompanham esses momentos de transição. Homens e mulheres tendem a elevar as horas dedicadas ao trabalho reprodutivo à medida que avançam nas faixas etárias, mas persistindo uma diferença significativa que recai desproporcionalmente sobre as mulheres.

Ainda em relação ao argumento de que a carga de trabalho reprodutivo é maior em fases específicas da vida, é relevante destacar que, para pessoas com mais de 50 anos, há uma redução no percentual daquelas que afirmaram desempenhar tarefas de cuidado. Isto pode ser explicado pela diminuição das responsabilidades relacionadas aos filhos, que, nessa fase, em geral, já não necessitam de atenção ou cuidados diretos. Porém, a diminuição nas atividades de cuidado não significa redução equivalente nas atividades domésticas, pois outras responsabilidades relativas à manutenção do domicílio permanecem, particularmente para as mulheres. Assim, o trabalho reprodutivo não apenas varia em intensidade ao longo da vida, mas também se reconfigura.

É importante ressaltar, ainda, o padrão distinto entre os indivíduos mais jovens, com idades entre 14 e 25 anos. Enquanto mais de 90% das mulheres afirmaram fazer algum tipo de afazer doméstico, o percentual correspondente para os homens jovens era de 76%. Para as atividades de cuidado, uma diferença considerável é observada (mais de 17 p.p.). Em termos de tempo, embora seja menor do que aquela identificada nas demais faixas etárias, as mulheres mais jovens dedicam, em média, mais de 8 horas semanais além da média masculina ao trabalho reprodutivo. Perista (2002), ao notar um padrão similar com dados de Portugal, sugere que essa diferença revela a perpetuação da desigualdade de gênero entre as gerações mais novas, o que contrasta com as expectativas de progresso em direção à equidade de gênero nesse aspecto.

A Tabela 2.4 apresenta os dados sobre a frequência e o tempo médio semanal dedicado aos afazeres domésticos e atividades de cuidado conforme o nível educacional de homens e mulheres. Observa-se, de modo geral, um padrão inversamente proporcional entre o nível de escolaridade e a desigualdade de gênero na realização dessas atividades. Entre os indivíduos sem instrução, a diferença entre homens e mulheres com algum tipo de afazer doméstico é, em 2019, superior a 18 p.p.; para as atividades de cuidado, a diferença é de quase 14 p.p.. No que diz respeito ao tempo dedicado, as disparidades de gênero eram expressivas, ultrapassando 15 horas semanais, com uma razão que indica que, para cada 1 hora dedicada pelas mulheres, os homens alocam, em média, cerca de 23 minutos.

Por outro lado, as menores disparidades são verificadas entre as pessoas com ensino superior completo, entre as quais mais de 95% das mulheres afirmaram realizar afazeres domésticos, enquanto 91% dos homens relataram o mesmo, resultando em uma diferença de 4 p.p.. Para as atividades de cuidado, a diferença é menor (2,4 p.p.). Ademais, um padrão

semelhante é identificado no tempo médio semanal dedicado ao trabalho reprodutivo, com uma diferença de cerca de 8 horas entre homens e mulheres nesse grupo em 2019. Quanto à razão do tempo dedicado pelos homens em relação às mulheres, que corresponde a 57,15%, isso equivale a aproximadamente 34 minutos de trabalho reprodutivo realizado por eles para cada 1 hora destinada por elas a essas atividades.

Tabela 2.4 - Brasil: percentual (%) de participação em afazeres domésticos e de cuidado e média semanal de horas dedicadas ao trabalho reprodutivo, segundo o gênero e os níveis educacionais (2019)

Percentual de pessoas que realizam afazeres domésticos e atividades de cuidado				
Níveis educacionais	Afazeres domésticos		Cuidado de pessoas	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Sem instrução	74,45%	93,03%	24,71%	38,49%
Ensino fundamental incompleto	84,60%	97,19%	31,89%	42,30%
Ensino fundamental completo	84,36%	95,01%	35,34%	44,60%
Ensino médio incompleto	81,66%	94,72%	33,54%	48,60%
Ensino médio completo	87,45%	96,21%	39,85%	48,82%
Ensino superior incompleto	84,31%	91,67%	27,62%	39,10%
Ensino superior completo	91,39%	95,39%	39,82%	42,26%
Média de horas dedicadas ao trabalho reprodutivo por semana				
Níveis educacionais	Homens	Mulheres	Diferença (homens - mulheres)	Razão de horas (homens/mulheres)
Sem instrução	8,92	24,38	-15,46	0,3658
Ensino fundamental incompleto	10,11	26,69	-16,57	0,3789
Ensino fundamental completo	9,86	23,48	-13,62	0,4200
Ensino médio incompleto	9,42	19,73	-10,31	0,4776
Ensino médio completo	10,65	23,23	-12,58	0,4586
Ensino superior incompleto	9,78	17,51	-7,72	0,5589
Ensino superior completo	10,80	18,89	-8,10	0,5715

Fonte: PNS de 2019. Elaboração própria.

Alguns trabalhos sugerem que a escolaridade afeta a dinâmica de realização do trabalho reprodutivo de duas formas: a) diminuindo o tempo dedicado por mulheres; e b) aumentando a contribuição dos homens (Garcia; Marcondes, 2022; Pinheiro *et al.*, 2023; Sullivan; Billari; Altintas, 2014). Zhai, Gao e Wang (2020), por exemplo, mostram que diferenças de gênero na alocação do tempo nas áreas urbanas da China reduzem conforme aumenta o nível de educação dos indivíduos. Nos termos de Madalozzo, Martins e Shiratori (2010, p. 558), é possível defender o argumento de que “a educação possibilita aos indivíduos a percepção de condições de desigualdade, necessidade e possibilidades de negociação por elas dentro da família”.

Uma maior proporção dos homens com maior nível de escolaridade, de fato, afirma realizar atividades domésticas e de cuidado; já nas mulheres, a variação nesse nível é menos expressiva. Porém, nas horas semanais dedicadas ao trabalho reprodutivo, o tempo alocado pelos homens varia pouco entre os níveis de escolaridade, ao passo que, entre as mulheres, há uma redução significativa. Isso indica que a diminuição da desigualdade de gênero no tempo

dedicado ao trabalho reprodutivo, à medida que aumenta o nível educacional, é explicada, em grande medida, pela redução substancial do tempo dedicado pelas mulheres e não por um aumento significativo na contribuição masculina. Esse padrão reflete a maior probabilidade de mulheres com maior escolaridade ocuparem empregos mais bem remunerados, o que lhes permite delegar parte das responsabilidades domésticas a terceiros (Soares; Saboia, 2007).

A Tabela 2.5 apresenta os dados segundo a cor/raça. Verifica-se que tanto os homens quanto as mulheres pretas foram os que mais relataram realizar algum tipo de afazer doméstico em 2019. Por outro lado, para as atividades de cuidado, a predominância é entre os homens e mulheres indígenas. Nas horas semanais dedicadas ao trabalho reprodutivo, por sua vez, nota-se uma diferença bem menor entre pessoas identificadas como amarelas, embora ainda persista uma disparidade desfavorável às mulheres – a diferença entre homens e mulheres é de quase 3 horas e meia e a razão entre as horas (79%) indica que, para cada 1 hora despendida por mulheres amarelas, os homens dedicam cerca de 47 minutos. Em contraste, a maior diferença ocorre entre as pessoas pardas: nesse caso, as mulheres dedicam, em média, quase 14 horas semanais a mais do que os homens. Resultado similar foi observado por Soares e Saboia (2007).

Tabela 2.5 - Brasil: percentual (%) de participação em afazeres domésticos e de cuidado e média semanal de horas dedicadas ao trabalho reprodutivo, segundo o gênero e a cor/raça (2019)

Percentual de pessoas que realizam afazeres domésticos e atividades de cuidado				
Cores/raças	Afazeres domésticos		Cuidado de pessoas	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Branca	86,25%	95,31%	34,35%	39,50%
Preta	88,52%	96,47%	35,44%	47,06%
Parda	84,25%	95,92%	36,05%	49,01%
Amarela	87,58%	95,52%	39,59%	54,70%
Indígena	85,81%	95,67%	41,12%	55,27%
Média de horas dedicadas ao trabalho reprodutivo por semana				
Cores/raças	Homens	Mulheres	Diferença (homens - mulheres)	Razão de horas (homens/mulheres)
Branca	10,01	21,42	-11,42	0,4671
Preta	10,83	22,96	-12,13	0,4717
Parda	10,13	24,03	-13,90	0,4216
Amarela	13,31	16,84	-3,53	0,7901
Indígena	12,20	24,05	-11,85	0,5071

Fonte: PNS de 2019. Elaboração própria.

A literatura sugere que mulheres casadas dedicam, em média, mais tempo ao trabalho reprodutivo do que mulheres solteiras (Perez, 2019; Pinheiro *et al.*, 2023). Assim, com vistas a avaliar tal possibilidade para o caso brasileiro, a Tabela 2.6 apresenta as informações da PNS de 2019 aqui avaliadas de acordo com o gênero (homens e mulheres) e o estado civil.

Tabela 2.6 - Brasil: percentual (%) de participação em afazeres domésticos e de cuidado e média semanal de horas dedicadas ao trabalho reprodutivo, segundo o gênero e o estado civil (2019)

Percentual de pessoas que realizam afazeres domésticos e atividades de cuidado				
Estados civis	Afazeres domésticos		Cuidado de pessoas	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Solteira	80,93%	93,66%	30,06%	45,72%
Casada	90,73%	97,80%	41,91%	45,01%
Viúva	86,67%	98,66%	26,84%	38,63%
Divorciada	90,60%	96,41%	30,28%	42,14%
Média de horas dedicadas ao trabalho reprodutivo por semana				
Estados civis	Homens	Mulheres	Diferença (homens - mulheres)	Razão de horas (homens/mulheres)
Solteira	9,09	20,00	-10,91	0,4543
Casada	11,36	25,96	-14,59	0,4378
Viúva	13,30	25,63	-12,32	0,5191
Divorciada	11,41	22,06	-10,64	0,5174

Fonte: PNS de 2019. Elaboração própria.

De fato, as pessoas solteiras, tanto homens como mulheres, são as que menos realizam afazeres domésticos. Por outro lado, nas atividades de cuidado, há menor predominância entre os homens e mulheres viúvos. Um resultado inesperado, porém, é observado nas mulheres solteiras, que apresentam uma maior proporção de respostas afirmativas à realização de atividades de cuidado. A interpretação dessa evidência requer uma análise mais aprofundada que foge do escopo do presente estudo, mas é possível levantar a hipótese de que ela esteja relacionada ao cuidado de outros membros da família que não filhos, como pais e irmãos.

Já a análise da média de horas semanais demonstra que a maior disparidade de gênero é observada entre as pessoas casadas, com as mulheres dedicando, em média, mais de 14 horas semanais às atividades domésticas e de cuidado do que os homens na mesma condição. Em contrapartida, a menor diferença está entre os indivíduos divorciados, com uma diferença média de 10,64 horas e uma razão de 51,74% – para cada 1 hora despendida pelas mulheres, os homens dedicam cerca de 31 minutos. Pode-se argumentar que a menor disparidade entre divorciados se deve ao fato de que os homens nessa condição precisam assumir maiores responsabilidades pelas tarefas domésticas na ausência de um cônjuge (Garcia; Marcondes, 2022).

A Tabela 2.7 expõe a realização e dedicação de tempo ao trabalho reprodutivo segundo os gêneros e segmentadas de acordo com as faixas de rendimento domiciliar mensal. Chama a atenção a diminuição mais acentuada da proporção de mulheres que, em 2019, realizam tanto afazeres domésticos como atividades de cuidado à medida que aumentam as faixas de renda domiciliar, enquanto, entre os homens, esse padrão não é tão claro. A análise das horas semanais permite constatar, ainda, que o aumento no rendimento domiciliar reduz a diferença de gênero, embora isso possa ser, em grande parte, atribuído à redução do tempo dedicado pelas mulheres.

Tabela 2.7 - Brasil: percentual (%) de participação em afazeres domésticos e de cuidado e média semanal de horas dedicadas ao trabalho reprodutivo, segundo o gênero e as faixas de rendimento domiciliar (2019)

Percentual de pessoas que realizam afazeres domésticos e atividades de cuidado				
Faixas de rendimentos domiciliares mensais	Afazeres domésticos		Cuidado de pessoas	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Até 1/2 salário mínimo	85,88%	96,07%	34,31%	52,43%
1/2 a 1 salário mínimo	81,97%	96,16%	33,43%	49,86%
1 a 2 salários mínimos	84,52%	96,47%	37,15%	51,43%
2 a 3 salários mínimos	85,03%	96,28%	37,44%	47,09%
3 a 5 salários mínimos	86,76%	95,70%	36,13%	42,65%
5 a 10 salários mínimos	86,85%	95,76%	32,55%	38,80%
10 a 20 salários mínimos	88,10%	92,89%	33,49%	36,12%
Mais de 20 salários mínimos	81,77%	89,32%	31,53%	30,65%
Média de horas dedicadas ao trabalho reprodutivo por semana				
Faixas de rendimentos domiciliares mensais	Homens	Mulheres	Diferença (homens - mulheres)	Razão de horas (homens/mulheres)
Até 1/2 salário mínimo	11,50	26,52	-15,02	0,4338
1/2 a 1 salário mínimo	10,34	25,16	-14,81	0,4111
1 a 2 salários mínimos	10,66	25,71	-15,05	0,4145
2 a 3 salários mínimos	10,43	23,76	-13,33	0,4389
3 a 5 salários mínimos	10,24	21,97	-11,73	0,4660
5 a 10 salários mínimos	9,68	19,88	-10,19	0,4872
10 a 20 salários mínimos	9,54	17,13	-7,59	0,5570
Mais de 20 salários mínimos	8,16	14,52	-6,36	0,5618

Fonte: PNS de 2019. Elaboração própria.

A literatura sugere duas explicações para o fenômeno. A primeira é a maior possibilidade de as famílias com rendimentos mais elevados delegarem as atividades de cuidado a serviços especializados, como escolas, creches, babás, asilos e empregadas domésticas. A segunda refere-se à fecundidade que tende a ser mais baixa ou postergada entre as mulheres de estratos de renda mais elevados (Garcia; Marcondes, 2022; Soares; Saboia, 2007; Souza; Guedes, 2016).

As Tabelas 2.8 a 2.12 abordam características relacionadas ao trabalho dos indivíduos, considerando também as variáveis relevantes para os exercícios empíricos do *estudo 1* (participação no mercado de trabalho, *status* de ocupação, formalidade do trabalho, jornada e posição na ocupação), que serão detalhadas na próxima seção. A Tabela 2.8 apresenta dados sobre a participação no mercado de trabalho, classificados como participantes os indivíduos que estão ocupados ou desocupados, mas procurando trabalho; enquanto não participantes são aqueles que não estão empregados nem em busca ativa de trabalho.

Os participantes do mercado de trabalho, tanto homens quanto mulheres, foram os que, na PNS de 2019, mais relataram realizar atividades domésticas ou de cuidado em comparação àqueles que não participam. A análise das horas, por sua vez, evidencia uma diferença de gênero significativamente maior entre os indivíduos que não participam do mercado de trabalho em comparação aos que participam. Entre as mulheres participantes do mercado de trabalho, a

dedicação ao trabalho doméstico e familiar era, em média, 10 horas superior à alocada pelos homens. Já entre aqueles que não participavam, a diferença era de aproximadamente 16 horas.

Tabela 2.8 - Brasil: percentual (%) de participação em afazeres domésticos e de cuidado e média semanal de horas dedicadas ao trabalho reprodutivo, de acordo com o gênero e a participação no mercado de trabalho (2019)

Percentual de pessoas que realizam afazeres domésticos e atividades de cuidado				
Participação no mercado de trabalho	Afazeres domésticos		Cuidado de pessoas	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Participa	87,88%	96,38%	38,52%	45,09%
Não participa	75,82%	94,62%	21,75%	44,54%
Média de horas dedicadas ao trabalho reprodutivo por semana				
Participação no mercado de trabalho	Homens	Mulheres	Diferença (homens - mulheres)	Razão de horas (homens/mulheres)
Participa	10,26	20,58	-10,32	0,4984
Não participa	9,97	26,34	-16,37	0,3785

Fonte: PNS de 2019. Elaboração própria.

A Tabela 2.9 expõe os dados segundo o *status* de ocupação; i.e., se o indivíduo estava ou não ocupado na semana de referência da PNS. Verifica-se que os homens desocupados são aqueles que menos realizam afazeres domésticos e de cuidado de pessoas; enquanto as mulheres desocupadas são as que mais realizam esses tipos de atividades em 2019. De modo similar, a desigualdade de gênero é mais acentuada entre as pessoas desocupadas, dado que as mulheres sem ocupação dedicam, em média, 14 horas a mais do que os homens na mesma situação.

Entre os ocupados, a diferença diminui, mas ainda é significativa, com as mulheres dedicando quase 10 horas a mais, com uma razão de 51%. Garcia e Marcondes (2022) também mostram que os homens desocupados dedicam mais tempo do que os ocupados, ainda que a diferença seja maior, de 2,6 horas, enquanto a diferença entre as mulheres era de quase 8 horas.

Tabela 2.9 - Brasil: percentual (%) de participação em afazeres domésticos e de cuidado e média semanal de horas dedicadas ao trabalho reprodutivo, segundo o gênero e o status de ocupação (2019)

Percentual de pessoas que realizam afazeres domésticos e atividades de cuidado				
Status de ocupação	Afazeres domésticos		Cuidado de pessoas	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Ocupada	88,18%	96,33%	38,53%	43,97%
Desocupada	83,98%	96,77%	38,32%	53,82%
Média de horas dedicadas ao trabalho reprodutivo por semana				
Status de ocupação	Homens	Mulheres	Diferença (homens - mulheres)	Razão de horas (homens/mulheres)
Ocupada	10,16	19,92	-9,76	0,5100
Desocupada	11,56	25,89	-14,33	0,4465

Fonte: PNS de 2019. Elaboração própria.

Entretanto, a diferença entre as horas dedicadas ao trabalho reprodutivo pelos homens, ocupados ou desocupados, é pequena, com os últimos dedicando apenas 1 hora a mais do que os primeiros. Por outro lado, maior disparidade é observada entre as mulheres, que dedicam significativamente mais tempo ao trabalho reprodutivo quando estão desocupadas. Pode-se, então, aventar que não é apenas o tempo disponível que determina a desigualdade na dedicação ao trabalho reprodutivo, mas também fatores como expectativas de gênero e normas sociais. Isso é evidenciado pelo fato de homens desocupados não aumentarem substancialmente o tempo dedicado às atividades domésticas, ao contrário do que ocorre com as mulheres. Assim, em alguma medida, essa evidência pode corroborar a teoria da ideologia de gênero e, ao mesmo tempo, refutar a abordagem da disponibilidade de tempo – ambas discutidas na seção anterior.

A Tabela 2.10 mostra, por sua vez, as informações sobre o trabalho reprodutivo entre as pessoas ocupadas, diferenciando conforme a formalidade do emprego principal. As mulheres que não possuem um emprego formal apresentam, em 2019, uma leve predominância na realização de atividades relacionadas ao ambiente doméstico e ao cuidado de pessoas, enquanto os homens com emprego formal exibem um percentual maior de participação nessas atividades.

Entre os homens, a diferença de tempo dedicado ao trabalho reprodutivo é bastante baixa em 2019, independentemente de terem um emprego formal ou não. Por outro lado, nas mulheres, essa diferença é mais pronunciada: aquelas com empregos formais dedicam 5 horas a menos ao trabalho reprodutivo do que as que possuem empregos informais. Ao se comparar homens e mulheres que não possuem um trabalho formal, verifica-se que as mulheres dedicam, em média, quase 12 horas a mais por semana a essas atividades em comparação aos homens.

Tabela 2.10 - Brasil: percentual (%) de participação em afazeres domésticos e de cuidado e média semanal de horas dedicadas ao trabalho reprodutivo, segundo o gênero e a formalidade do trabalho (2019)

Percentual de pessoas que realizam afazeres domésticos e atividades de cuidado				
Formalidade do trabalho principal	Afazeres domésticos		Cuidado de pessoas	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Com trabalho formal	88,96%	95,54%	39,99%	43,52%
Sem trabalho formal	87,48%	97,03%	37,23%	44,37%
Média de horas dedicadas ao trabalho reprodutivo por semana				
Formalidade do trabalho principal	Homens	Mulheres	Diferença (homens - mulheres)	Razão de horas (homens/mulheres)
Com trabalho formal	10,19	17,52	-7,33	0,5815
Sem trabalho formal	10,14	22,08	-11,94	0,4593

Fonte: PNS de 2019. Elaboração própria.

A Tabela 2.11 diferencia homens e mulheres segundo a jornada de trabalho. Em 2019, há uma predominância, ainda que relativamente pequena, de mulheres com jornada parcial (até 30 horas semanais) que afirmaram realizar atividades domésticas ou de cuidado de pessoas em

comparação àquelas que trabalham em jornadas maiores. Para os homens, verifica-se o oposto. Além disso, entre as mulheres com jornada parcial, a média de horas dedicadas ao trabalho reprodutivo é de 24 horas semanais. Esse padrão, no entanto, não é constatado entre os homens com jornada parcial, que dedicam, em média, 13 horas a menos a essas atividades.

Ao comparar homens com jornadas parciais e completas, verifica-se que os primeiros têm apenas 1 hora a mais de tempo dedicado aos afazeres domésticos e familiares – indício semelhante ao encontrado por Perista (2002). Para os indivíduos que não trabalham em um regime de jornada parcial, a disparidade entre os homens e as mulheres é um pouco menor, com as últimas dedicando, em média, 7 horas a mais ao trabalho doméstico do que os primeiros.

Tabela 2.11 - Brasil: percentual (%) de participação em afazeres domésticos e de cuidado e média semanal de horas dedicadas ao trabalho reprodutivo, segundo o gênero e a jornada de trabalho (2019)

Percentual de pessoas que realizam afazeres domésticos e atividades de cuidado				
Jornadas de trabalho	Afazeres domésticos		Cuidado de pessoas	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Jornada de trabalho parcial	87,92%	97,78%	35,96%	47,22%
Jornada de trabalho maior	88,23%	95,56%	39,05%	42,26%
Média de horas dedicadas ao trabalho reprodutivo por semana				
Jornada de trabalho	Homens	Mulheres	Diferença (homens - mulheres)	Razão de horas (homens/mulheres)
Jornada de trabalho parcial	10,96	24,34	-13,38	0,4504
Jornada de trabalho maior	10,00	17,61	-7,62	0,5676

Fonte: PNS de 2019. Elaboração própria.

Ao resgatar as teorias que buscam explicar as discrepâncias de gênero quanto ao tempo dedicado ao trabalho reprodutivo, discutidas na seção anterior, é possível contextualizar os achados de forma a questionar as premissas da abordagem da disponibilidade de tempo. Isso porque, enquanto mulheres com jornada parcial de fato têm mais horas dedicadas ao trabalho reprodutivo em comparação àquelas com jornadas maiores, para os homens essa variação é, em média, de apenas uma hora. Dessa forma, pode-se cogitar que a disponibilidade de tempo não é o principal fator que determina os padrões desiguais de dedicação ao trabalho reprodutivo.

Por último, a Tabela 2.12 desagrega os indivíduos segundo a posição na ocupação em: a) conta própria; e b) outras posições. Assim como nas análises anteriores, a média de horas dedicadas ao trabalho reprodutivo pelos homens não varia substancialmente de acordo com esse atributo do emprego. Porém, em 2019, as mulheres que trabalham por conta própria dedicam, em média, cerca de 4 horas a mais ao trabalho reprodutivo em comparação àquelas empregadas em outras posições de ocupação. A razão revela que, para cada 1 hora que as mulheres por conta própria dedicam às atividades, os homens na mesma condição dedicam cerca de 27 minutos.

Tabela 2.12 - Brasil: percentual (%) de participação em afazeres domésticos e de cuidado e média semanal de horas dedicadas ao trabalho reprodutivo, segundo o gênero e a posição na ocupação (2019)

Percentual de pessoas que realizam afazeres domésticos e atividades de cuidado				
Posições na ocupação	Afazeres domésticos		Cuidado de pessoas	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Conta própria	89,69%	97,90%	37,79%	44,63%
Outras posições	87,47%	95,85%	38,88%	43,77%
Média de horas dedicadas ao trabalho reprodutivo por semana				
Posições na ocupação	Homens	Mulheres	Diferença (homens - mulheres)	Razão de horas (homens/mulheres)
Conta própria	10,77	23,48	-12,71	0,4587
Outras posições	9,88	18,85	-8,97	0,5240

Fonte: PNS de 2019. Elaboração própria.

Charmes (2019) constata padrão semelhante de maior dedicação ao trabalho reprodutivo entre trabalhadores por conta própria ao analisar os dados de seis países (Tunísia, China, França, Finlândia, Benim e Turquia). O autor argumenta que isso decorre da maior facilidade em conciliar o trabalho remunerado com as atividades domésticas e de cuidado, já que o local de trabalho costuma estar situado nas proximidades ou até mesmo dentro do domicílio. Na mesma linha, MacDonald, Phipps e Lethbridge (2005) discutem que as mulheres, em maior medida que os homens, adotam algumas estratégias, como o trabalho por conta própria, para melhorar o equilíbrio entre as demandas do emprego e domésticas.

Assim, essa evidência reforça o questionamento à abordagem da disponibilidade de tempo, uma vez que as mulheres que trabalhavam por conta própria aumentaram em mais de quatro vezes o tempo dedicado ao trabalho reprodutivo em comparação aos homens na mesma condição ocupacional. A literatura aponta que esse tipo de ocupação pode proporcionar maior flexibilidade e facilitar a conciliação entre trabalho produtivo e reprodutivo (Bari; Turner; O’Sullivan, 2021; Charmes, 2019). No entanto, esse efeito não parece se aplicar aos homens.

Portanto, de forma consistente, as evidências das análises descritivas, confrontadas a outras existentes na literatura, sinalizam que as mulheres realizam mais atividades domésticas e de cuidado do que os homens e, igualmente, dedicam mais tempo ao trabalho reprodutivo, independentemente dos atributos pessoais e do trabalho levados em consideração nas avaliações. Tais evidências estão alinhadas à discussão teórica previamente apresentada. Porém, as análises conforme os atributos, como cor/raça, nível de renda e idade é relevante para aprofundar esse entendimento, pois as vivências de homens e mulheres resultam da “(...) interação de um conjunto de constrangimentos, privilégios e desvantagens que organizam sua trajetória a partir de sua posição social” (Garcia; Marcondes, 2022, p. 19).

Vale ressaltar que, embora a comparação entre médias não permita inferências robustas sobre a causalidade nas relações entre o trabalho reprodutivo e as condições de trabalho das

mulheres, é plausível supor que a realização dessas atividades, bem como o tempo dedicado a elas, possa impactar negativamente sua inserção no mercado de trabalho, uma vez que o tempo é um recurso finito. Evidências mais robustas são o intuito dos exercícios empíricos, cujos procedimentos metodológicos são detalhados na próxima seção e analisados na subsequente.

2.4. Procedimentos metodológicos

Como apontado no início deste capítulo, o objetivo do *estudo 1* é investigar os impactos do trabalho reprodutivo nas condições laborais de mulheres e homens brasileiros a partir dos dados da PNS 2019. Os focos principais do estudo são os resultados para a amostra feminina; porém, também são realizadas avaliações para os homens. Dessa forma, é possível fazer comparações entre os grupos e identificar possíveis disparidades de gênero nas relações analisadas. Ressalta-se que são considerados os indivíduos em idade economicamente ativa, definidos como aqueles entre 14 e 65 anos⁸. Outra opção é utilizar os dados referentes às condições laborais do trabalho principal, uma vez que este tende a concentrar as maiores jornadas e rendas e há mais dados.

A Tabela 2.13 descreve todas as variáveis utilizadas nas estimações do presente estudo. As variáveis de controle são aquelas comumente utilizadas pela literatura sobre participação no mercado de trabalho – seguindo a revisão bibliográfica realizada anteriormente – e que tenham dados à disposição na PNS 2019 para a construção e utilização nas regressões. Por sua vez, as variáveis dependentes são as seguintes:

- i) *trabalho formal*: variável *dummy* que assume os valores 1, se o indivíduo tem carteira assinada ou é funcionário público ou militar, e 0, caso contrário (Rosa; Souza; Fernandes, 2020). O trabalho formal é amplamente associado à segurança econômica e à proteção social, assim, considerando que a hipótese principal é a de que o trabalho reprodutivo geraria impactos negativos sobre as condições dos empregos das mulheres, são esperadas associações negativas entre os trabalhos formal e reprodutivo para a amostra de mulheres;

⁸ Tradicionalmente, a população economicamente ativa é composta pelas pessoas de 10 a 65 anos de idade (IBGE, 2025). No entanto, para definir o limite inferior da idade no presente estudo, foi levada em consideração a idade atualmente adotada pelo IBGE (2024b) no desenvolvimento da PNAD Contínua, que considera 14 anos como idade mínima para inserção no mercado de trabalho.

Tabela 2.13 - Descrições das variáveis (de seleção, dependentes, de interesse, instrumentais e de controle) e estatísticas descritivas básicas das amostras de homens e mulheres

Variáveis		Descrições	Homens		Mulheres	
			Média	DP	Média	DP
Variáveis dependentes						
Trabalho formal		Dummy que assume valor 1 se a pessoa tem um trabalho formal; e 0, caso contrário	0,4167	0,4930	0,4428	0,4967
Jornada de trabalho parcial		Dummy que assume valor 1 se a pessoa tem uma jornada de trabalho parcial; e 0, caso contrário	0,1993	0,3995	0,3745	0,4840
Conta própria		Dummy que assume valor 1 se a pessoa é trabalhadora por conta própria; e 0, caso contrário	0,3720	0,4833	0,2635	0,4405
Variáveis de interesse (explicativas)						
Afazeres domésticos		Dummy que assume valor 1 se a pessoa realizou algum afazer doméstico na semana; e 0, caso contrário	0,8779	0,3274	0,9636	0,1874
Cuidado de pessoas		Dummy que assume valor 1 se a pessoa realizou alguma atividade de cuidado na semana; e 0, caso contrário	0,3854	0,4867	0,4746	0,4994
Horas de trabalho reprodutivo		Quantidade de horas de trabalho reprodutivo que a pessoa realizou na semana	10,999	10,112	23,103	16,222
Variável de seleção						
Participação		Dummy que assume valor 1 se a pessoa participa do mercado de trabalho; e 0, caso contrário	0,8151	0,3882	0,5896	0,4919
Variáveis instrumentais						
Rede geral de água		Dummy que assume valor 1 se o domicílio da pessoa tem acesso à rede geral de água; e 0, caso contrário	0,7730	0,4189	0,8287	0,3768
Média locacional de participação		Média do número de pessoas que participam do mercado de trabalho em cada região, exclusive a própria observação	0,7865	0,0633	0,5919	0,1097
Variáveis explicativas de controle – atributos locacionais						
Regiões geográficas	Norte	Dummy que assume valor 1 se a pessoa mora no Norte; e 0, caso contrário.	0,2094	0,4069	0,1954	0,3965
	Nordeste	Dummy que assume valor 1 se a pessoa mora no Nordeste; e 0, caso contrário.	0,3367	0,4726	0,3512	0,4773
	Sul	Dummy que assume valor 1 se a pessoa mora no Sul; e 0, caso contrário.	0,1271	0,3331	0,1229	0,3283
	Sudeste*	Dummy que assume valor 1 se a pessoa mora no Sudeste; e 0, caso contrário.	0,2092	0,4067	0,2103	0,4075
	Centro-Oeste	Dummy que assume valor 1 se a pessoa mora no Centro-Oeste; e 0, caso contrário.	0,1177	0,3222	0,1202	0,3252
Urbano		Dummy que assume valor 1 se a pessoa mora em área urbana; e 0, caso contrário	0,7285	0,4447	0,8023	0,3983

Fonte: PNS de 2019. Elaboração própria. Observações: o asterisco (*) indica a *dummy* de referência. DP = desvio padrão.

Tabela 2.13 – Descrições das variáveis (de seleção, dependentes, de interesse, instrumentais e de controle) e estatísticas descritivas básicas das amostras de homens e mulheres (continuação)

Variáveis explicativas de controle – atributos pessoais						
Idade		Idade da pessoa, em anos	41,263	13,446	41,645	13,551
Idade ao quadrado		Idade da pessoa ao quadrado	1883,44	11160,79	1917,89	1130,25
Responsável		<i>Dummy</i> que assume valor 1 se a pessoa era a responsável do domicílio; e 0, caso contrário	0,6943	0,4607	0,6305	0,4827
Estado civil	Solteira*	<i>Dummy</i> que assume valor 1 se a pessoa era solteira; e 0, caso contrário.	0,5004	0,5000	0,4828	0,4997
	Casada	<i>Dummy</i> que assume valor 1 se a pessoa era casada; e 0, caso contrário.	0,4215	0,4938	0,3582	0,4795
	Viúva	<i>Dummy</i> que assume valor 1 se a pessoa era viúva; e 0, caso contrário.	0,0134	0,1150	0,0997	0,2996
	Divorciada	<i>Dummy</i> que assume valor 1 se a pessoa era divorciada; e 0, caso contrário.	0,0647	0,2460	0,0593	0,2362
Cor/raça	Branca*	<i>Dummy</i> que assume valor 1 se a pessoa se autodeclara branca; e 0, caso contrário.	0,3508	0,4772	0,3532	0,4780
	Preta	<i>Dummy</i> que assume valor 1 se a pessoa se autodeclara preta; e 0, caso contrário.	0,1200	0,3249	0,1100	0,3129
	Parda	<i>Dummy</i> que assume valor 1 se a pessoa se autodeclara parda; e 0, caso contrário.	0,5142	0,4998	0,5224	0,4995
	Amarela ou indígena	<i>Dummy</i> que assume valor 1 se a pessoa se autodeclara amarela ou indígena; e 0, caso contrário.	0,0151	0,1220	0,0144	0,1190
Escolaridade	Sem instrução	<i>Dummy</i> que assume valor 1 se a pessoa não tinha instrução; e 0, caso contrário.	0,0619	0,2410	0,0471	0,2118
	Fundamental incompleto	<i>Dummy</i> que assume valor 1 se a pessoa tinha ensino fundamental incompleto ou equivalente; e 0, caso contrário.	0,3156	0,4648	0,2676	0,4427
	Fundamental completo	<i>Dummy</i> que assume valor 1 se a pessoa tinha ensino fundamental completo ou equivalente; e 0, caso contrário.	0,0866	0,2812	0,0809	0,2727
	Médio incompleto	<i>Dummy</i> que assume valor 1 se a pessoa tinha ensino médio incompleto ou equivalente; e 0, caso contrário.	0,0805	0,2720	0,0744	0,2624
	Médio completo	<i>Dummy</i> que assume valor 1 se a pessoa tinha ensino médio completo ou equivalente; e 0, caso contrário.	0,2707	0,4443	0,2917	0,4546
	Superior incompleto	<i>Dummy</i> que assume valor 1 se a pessoa tinha ensino superior incompleto ou equivalente; e 0, caso contrário.	0,0475	0,2127	0,0503	0,2186
	Superior completo*	<i>Dummy</i> que assume valor 1 se a pessoa tinha ensino superior completo; e 0, caso contrário.	0,1373	0,3441	0,1880	0,3907
Variáveis explicativas de controle – atributos domiciliares						
Renda domiciliar per capita		Razão entre o rendimento domiciliar e o número de componentes do domicílio (exclusive as pessoas cuja condição na família era pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico)	1636,73	3020,66	1464,44	2480,90
Presença de crianças		<i>Dummy</i> que assume valor 1 se existia crianças com idade entre 0 e 17 anos de idade no domicílio; e 0, caso contrário	0,4772	0,4995	0,5345	0,4988

Fonte: PNS de 2019. Elaboração própria. Observações: o asterisco (*) indica a *dummy* de referência. DP = desvio padrão.

- ii) *jornada de trabalho parcial*: variável *dummy* que assume os valores 1, se o indivíduo trabalha normalmente até 30 horas por semana (jornada parcial), e 0, caso trabalhe mais horas. Trabalhar em jornada parcial traz prejuízos significativos, principalmente em termos de remuneração e perspectivas de carreira; por isso, são esperadas associações positivas entre a jornada parcial e o trabalho reprodutivo para a amostra de mulheres; e
- iii) *conta própria*: variável *dummy* que assume os valores 1, se o indivíduo é conta própria, e 0, caso contrário. O trabalhador por conta própria explora seu próprio empreendimento, não tendo a obrigatoriedade de cumprir uma jornada de trabalho previamente definida e com um renda variável que advém da inconstância de seu trabalho (IBGE, 2008), que, em muitos casos, está na informalidade. Assim, são esperadas associações positivas entre essa configuração de emprego e o trabalho reprodutivo para a amostra de mulheres.

Já as variáveis de interesse (explicativas) da investigação do presente capítulo (*estudo I*) são as três detalhadas na sequência. Antes, vale apontar que o Quadro 2.3 apresenta de forma abrangente as perguntas da PNS 2019 utilizadas na construção de cada uma dessas variáveis.

- a) *afazeres domésticos*: variável *dummy* que assume os valores 1, se o indivíduo realizou, na semana de referência da pesquisa, qualquer uma das atividades listadas pela PNS como relacionadas à manutenção do ambiente doméstico, e 0, caso contrário;
- b) *cuidado de pessoas*: variável *dummy* que assume os valores 1, se o indivíduo realizou, na semana de referência da pesquisa, qualquer uma das atividades listadas pela PNS como relacionadas ao cuidado de outras pessoas do domicílio, e 0, caso contrário; e
- c) *horas de trabalho reprodutivo*: variável que identifica, na semana de referência da pesquisa, a quantidade de horas que o indivíduo dedicou ao trabalho reprodutivo (afazeres domésticos e/ou atividades de cuidados). Para aqueles que afirmaram não terem realizado atividades domésticas e de cuidados de pessoas, é atribuído o valor zero⁹.

Para investigar as possíveis relações entre o trabalho reprodutivo e as condições laborais de mulheres e homens, é essencial considerar dois possíveis problemas relacionados aos dados: endogeneidade e viés de (auto)seleção. A possível endogeneidade decorre da simultaneidade entre o tempo dedicado ao trabalho reprodutivo e as condições do emprego. Isto porque as horas alocadas às tarefas domésticas e de cuidado de pessoas são diretamente relacionado ao custo de oportunidade do tempo dos indivíduos (Bravo; Puentes, 2012): i.e., quanto maior (menor) tal

⁹ Assim, a variável consiste em uma iteração entre uma *dummy* representativa do indivíduo realizar algum trabalho reprodutivo (afazeres domésticos e cuidado de pessoas) e uma variável referente ao tempo (horas) dedicado a ele.

custo, menor (maior) tende a ser o tempo alocado ao trabalho reprodutivo. Assim, pessoas com empregos com jornadas mais longas ou horários inflexíveis possuem uma menor quantidade de tempo disponível para destinar às atividades referentes ao ambiente doméstico e familiar. Além disso, em especial as mulheres mais bem remuneradas, podem delegar tais responsabilidades a outras pessoas (por exemplo, creches e contratação de empregadas domésticas), reduzindo o tempo que precisam concentrar esforços nas atividades domésticas (Hirata; Kergoat, 2007).

Quadro 2.3 - Perguntas da PNS utilizadas para a construção das variáveis explicativas de interesse

Variáveis de interesse	Perguntas da PNS
Afazeres domésticos [se há resposta afirmativa a qualquer uma das perguntas de a) a g), a <i>dummy</i> assume o valor 1]	Na semana de referência, fez tarefas domésticas para o próprio domicílio, tais como: a) preparar ou servir alimentos, arrumar a mesa ou lavar as louças? b) cuidar da limpeza ou manutenção de roupas e sapatos? c) fazer pequenos reparos ou manutenção do domicílio, do automóvel, de eletrodomésticos ou outros equipamentos? d) limpar ou arrumar o domicílio, a garagem, o quintal ou o jardim? e) cuidar da organização do domicílio (pagar contas, contratar serviços, orientar empregados etc.)? f) fazer compras ou pesquisar preços de bens para o domicílio? g) cuidar dos animais domésticos?
Cuidado de pessoas [se há resposta afirmativa a qualquer uma das perguntas de h) a l), a <i>dummy</i> assume o valor 1]	Na semana de referência, realizou tarefas de cuidados a moradores deste domicílio, tais como: h) auxiliar nos cuidados pessoais (alimentar, vestir, pentear, dar remédio, dar banho, colocar para dormir)? i) auxiliar em atividades educacionais? j) ler, jogar ou brincar? k) monitorar ou fazer companhia dentro do domicílio? l) transportar ou acompanhar para escola, médico, exames, parque, praça, atividades sociais, culturais, esportivas ou religiosas?
Horas de trabalho reprodutivo [Observação: se não há resposta afirmativa a pelo menos uma das perguntas de a) a l), considera-se que a pessoa não realizou trabalho reprodutivo, sendo atribuída 0 hora à variável]	Na semana de referência, qual foi o total de horas que dedicou às atividades de cuidados de pessoas e/ou afazeres domésticos?

Fonte: PNS de 2019. Elaboração própria.

É importante considerar, ainda, que o trabalho reprodutivo exerce um papel limitador na inserção no mercado de trabalho, impactando não apenas a possibilidade de entrada, mas também a “qualidade” da inserção, expressa em atributos do emprego, como na jornada e na formalidade. Como já discutido, há uma estrutura modulada histórica e socialmente que tende a legitimar a atribuição primordial das preocupações domésticas e familiares às mulheres (Bastos *et al.*, 2018). Consequentemente, o tempo disponível para que as mulheres se dediquem

a atividades do mercado de trabalho tende a ser mais reduzido, o que pode resultar em uma inserção em empregos com piores condições.

Nesse contexto, a interdependência entre as variáveis dificulta o estabelecimento de relações causais claras, uma vez que o trabalho reprodutivo e a inserção e condições de emprego das mulheres se influenciam mutuamente. Para lidar com esse problema de endogeneidade, é necessário utilizar o método de estimação por variável instrumental, que é indicado quando a variável explicativa do modelo estimado é determinada endogenamente.

Para operacionalizar o método, é necessário selecionar uma variável que não esteja presente no modelo estimado (estrutural), mas que seja correlacionada à variável explicativa de interesse, sem, no entanto, ser associada ao termo de erro (Dougherty, 2007); este é o instrumento. Assim, por Mínimos Quadrados em dois estágios (MQ2E), são estimadas duas equações distintas: na equação do 1º estágio, é feita uma regressão em que a variável endógena é função das variáveis de controle, acrescida da variável instrumental. No 2º estágio, os valores ajustados da variável endógena, obtidos na primeira regressão, são utilizados como regressores na equação do modelo estrutural. Assim, a influência da variável instrumental é incorporada, o que faz com que a estimação do coeficiente da variável de interesse não seja enviesada.

No caso do presente estudo, vale pontuar que não foram encontradas referências bibliográficas que utilizassem tal método nas estimações dos resultados. Embora outras variáveis pudessem, em tese, ser utilizadas como instrumentos – como a presença de creches públicas ou a oferta de jornada escolar em tempo integral no domicílio –, essas alternativas exigiriam informações desagregadas a nível municipal. Contudo, conforme mencionado anteriormente, a estrutura da PNS não permite esse grau de detalhamento, o que limita a viabilidade de tais estratégias.

Diante dessas restrições, optou-se por utilizar como variável instrumental uma *dummy* que indica como o domicílio em que o indivíduo reside tem acesso a água potável. Esta variável *dummy* assume os valores 1, se a principal forma de abastecimento de água é por meio da rede geral de distribuição/abastecimento¹⁰, e 0, para os demais casos – por exemplo, domicílio abastecido por poço artesiano, fonte, nascente, água da chuva armazenada ou outras.

A escolha desse instrumento é motivada pelo provável efeito que a falta de acesso à água encanada pode ter no aumento das horas dedicadas às atividades domésticas e de cuidado. Isto

¹⁰ A rede geral é considerada como a forma mais adequada de abastecimento de água, devido à continuidade e ao menor risco de contaminação dos solos e dos recursos hídricos – externalidades ambientais que impactam a saúde. Além disso, as principais alternativas dependem mais de soluções individuais do que de ações dos provedores dos serviços (Estache; Foster; Wodon, 2002; Estache; Gomez-Lobo; Leipziger, 2001; McKenzie; Mookherjee, 2003; Mendonça; Motta, 2007).

porque tal ausência tende a intensificar o tempo necessário para lavar louças e roupas, limpar o domicílio e realizar cuidados pessoais, como dar banho em crianças, idosos ou pessoas com deficiência (Antonopoulos, 2008). Ademais, se a busca por água implicar em deslocamentos, as evidências mostram que as mulheres são as que mais assumem essa função, o que eleva o tempo dedicado a afazeres domésticos (Freitas; Magnabosco, 2022; Gross; Günther; Schipper, 2018; Houweling, 2015; Sorenson; Morssink; Campos, 2011). Portanto, tais relações entre a falta de infraestrutura básica e o incremento no trabalho reprodutivo justificam o instrumento. Espera-se, assim, um sinal negativo para a variável instrumental no primeiro estágio do modelo.

Pressupõe-se, porém, que não há uma conexão entre a rede geral de água e as condições de trabalho da mulher que não pela via do trabalho reprodutivo, uma vez que o acesso à água encanada é determinado, em grande parte, por atributos do local – que refletem, por exemplo, a existência de economias de escala e densidade e a capacidade de investimento –, bem como por motivações intrínsecas aos provedores dos serviços de abastecimento de água (Oliveira; Saiani, 2021; Saiani; Azevedo; Menezes, 2023; Santos *et al.*, 2021). Assim, é plausível defender que o canal de influência do acesso à água encanada nas condições dos empregos das pessoas, em especial das mulheres, é indireto, por meio da redução das horas de trabalho reprodutivo.

Os resultados de Koolwal e Walle (2013) reforçam esse argumento, dado que os autores não identificam uma relação estatisticamente significativa entre o acesso adequado a água e o envolvimento das mulheres no trabalho remunerado. Contudo, eles constataam uma associação entre o acesso à água e a redução do trabalho não remunerado realizado no ambiente doméstico. Esses achados ajudam a sustentar a hipótese de que o efeito do acesso à água encanada ocorreria exclusivamente na redução das horas dedicadas ao trabalho reprodutivo, sem exercer qualquer influência direta sobre a participação ou as condições de emprego no mercado de trabalho.

O método de variáveis instrumentais é implementado apenas para o modelo que inclui a variável de interesse (explicativa) *horas de trabalho reprodutivo*. Isso se deve ao fato de que o acesso à rede geral de água influenciaria o tempo dedicado ao trabalho reprodutivo, mas não a realização desse trabalho em si. Reforçando, os afazeres domésticos e os cuidados de pessoas integram o processo contínuo de reprodução da vida humana e, se assumidos, são feitos independentemente do acesso à rede de água. O que ele altera é o tempo de execução destas atividades.

Assim, no 1º estágio, é estimada a regressão com a variável de interesse (explicativa) *horas de trabalho reprodutivo* como dependente em função das variáveis de controle, que são listadas na Tabela 2.1 e da variável instrumental, como é demonstrado pela equação (2.1).

$$\text{Horas de Trabalho Reprodutivo}_i = \alpha_0 + \alpha_1 \text{Rede Geral de Água}_i + \alpha_2 X_i + v_i \quad (2.1)$$

sendo: *Horas de Trabalho Reprodutivo*_{*i*} a variável dependente do indivíduo *i*, que é predita exogenamente pelo instrumento *Rede Geral de Água*_{*i*}, sendo α_1 o coeficiente associado a ele, e pelo vetor de variáveis explicativas de controle X_i , sendo α_2 o vetor de coeficientes associados a elas; α_0 a constante; e v_i o termo de erro.

Por sua vez, o modelo estrutural é representado pela equação (2.2), que serve de base para o 2º estágio do MQ2E.

$$\text{Mercado Trabalho}_i = \beta_0 + \beta_1 \text{Horas de Trabalho Reprodutivo}_i + \beta_2 X_i + \varepsilon_i \quad (2.2)$$

sendo: *Mercado Trabalho*_{*i*} as variáveis dependentes que indicam as condições do emprego do indivíduo *i* (*dummies trabalho formal, jornada de trabalho parcial e conta própria*); β_0 a constante; β_1 os coeficientes associados às variáveis de interesse (explicativas) para o estudo *Trabalho Reprodutivo*_{*i*} (*horas de trabalho reprodutivo*); β_2 o vetor de coeficientes associados ao vetor de variáveis explicativas de controle X_i ; e ε_i o termo de erro.

Além do embasamento teórico e empírico, a escolha do instrumento é fundamentada de modo estatístico-econométrico. Para chegar a essa conclusão, são realizados testes para avaliar a validade do instrumento, garantindo que atenda aos pressupostos necessários à sua aplicação no modelo. O teste F dos instrumentos excluídos averigua a força do instrumento. Como regra geral, um valor do teste F acima de 10 é frequentemente utilizado como indicação de que ele é suficientemente forte. A hipótese nula do teste de subidentificação é a de que o modelo está subidentificado; espera-se a rejeitar para sinalizar que o modelo é bem identificado, apontando que há instrumentos válidos suficientes para identificar os parâmetros de interesse. Enfim, os testes para instrumentos fracos de Cragg-Donald e de Kleibergen-Paap são empregados para examinar a força das variáveis instrumentais. Ambos têm a hipótese nula de que os instrumentos são fracos, e rejeitá-la fornece evidências de que os instrumentos são suficientemente fortes para evitar problemas de identificação (Schmidheiny, 2024; Stock; Watson, 2019).

O outro problema que o estudo se depara é a possibilidade de se observar as condições laborais (formalidade, jornada parcial e conta própria) somente para os indivíduos que, de fato, já estão ocupados, de modo que é importante entender previamente o que contribui para a (auto)seleção ao trabalho; ou seja, o que influencia a decisão deles de participarem ou não do mercado de trabalho. Essa discussão está alinhada ao modelo de seleção de Heckman (1979), que propõe uma estratégia empírica com o intuito de corrigir o viés de (auto) seleção. O autor

argumenta que, em muitos casos, a amostra utilizada para uma análise econométrica não é aleatória ou representativa da população, comprometendo a confiabilidade das inferências¹¹.

No caso em pauta, tal viés pode surgir porque os indivíduos presentes na amostra podem estar sujeitos a um processo de (auto)seleção condicional a atributos específicos relacionados à decisão de participar ou não do mercado de trabalho. Assim, estudar as condições de emprego desses indivíduos sem considerar a possibilidade do viés de (auto)seleção, que condiciona de forma heterogênea a inserção no mercado de trabalho, pode resultar em conclusões enviesadas.

Para lidar com esse problema, é aqui utilizado o método de *Probit* com seleção, uma abordagem que se alinha à correção do viés proposta por Heckman (1979). Esse método permite a análise de situações em que a variável dependente é binária, ajustando as estimativas para levar em conta o processo de (auto)seleção da amostra (Dougherty, 2007; Mendes; Rocha, 2004). Assim, em um 1º estágio, é estimada a equação de seleção; i.e., a probabilidade de participação no mercado de trabalho¹², incluindo ao menos uma variável (instrumental) que afeta a seleção, mas não a variável dependente do modelo principal estimado. A equação (2.3) é a de seleção.

$$\text{Participação}_i = \gamma_0 + \gamma_1 \text{Trabalho Reprodutivo}_i + \gamma_2 \text{Média Locacional de Participação}_i + \gamma_3 X_i + \epsilon_i \quad (2.3)$$

sendo: *Participação_i* a variável dependente do indivíduo *i* (*dummy participação* no mercado de trabalho), predita pelas variáveis *Trabalho Reprodutivo_i* (*afazeres domésticos, cuidado de pessoas e horas de trabalho reprodutivo*), sendo γ_1 os coeficientes associados a elas; pela variável instrumental *Média Locacional de Participação_i*, sendo γ_2 o coeficiente associado a ela; e pelo vetor de variáveis de controle X_i – as mesmas das equações anteriores e posteriores, sendo γ_3 o vetor de coeficientes associados a elas; γ_0 a constante; e ϵ_i o termo de erro.

A *média locacional da participação* no mercado de trabalho representa a proporção de homens e mulheres em idade economicamente ativa que participam do mercado de trabalho em cada combinação única de local. Para isso, considerando o nível de desagregação da PNS de 2019, são utilizadas três dimensões: unidade federativa (UF); situação do domicílio – urbano

¹¹ Um exemplo clássico é a análise sobre os salários de pessoas migrantes. Os salários dos migrantes não fornecem estimativa confiável do que os não migrantes ganhariam se tivessem migrado, de modo que comparações entre os salários de migrantes e não migrantes geram estimativas enviesadas do efeito da migração (Heckman, 1979).

¹² Convém esclarecer que a força de trabalho é composta pela soma de pessoas ocupadas e desocupadas, desde que estas últimas tenham tomado medidas ativas para buscar um emprego. Por outro lado, as pessoas fora da força de trabalho são aquelas que não estão empregadas e não tomaram providências para procurar um emprego durante a semana de referência (Garcia; Marcondes, 2022). Portanto, o presente estudo considera exclusivamente as pessoas que estavam inseridas na força de trabalho no período de referência da PNS de 2019.

ou rural –; e tipo de área – capital, restante da região metropolitana excluindo a capital, Região Integrada de Desenvolvimento Econômico (RIDE) e restante da UF. Essa variável reflete o nível de oportunidades no entorno do local de residência e, em particular às mulheres, sinaliza a aceitação social sobre a participação feminina no mercado de trabalho, que pode influenciar a decisão de uma mulher se inserir ou não na força de trabalho do local (Lenze; Klasen, 2016).

Já no 2º estágio é estimada, também por *Probit*, a equação de interesse, que tem como variáveis dependentes aquelas relacionadas às condições dos empregos (*trabalho formal*, *jornada de trabalho parcial* e *conta própria*). A equação (2.4) representa tal estimação.

$$\text{Mercado Trabalho}_i = \delta_0 + \delta_1 \text{Trabalho Reprodutivo}_i + \delta_2 X_i + \mu_i \quad (2.4)$$

sendo: $\text{Mercado Trabalho}_i$ as variáveis dependentes que indicam as condições de inserção no mercado de trabalho do indivíduo i (*dummies trabalho formal*, *jornada de trabalho parcial* e *conta própria*); δ_0 a constante; δ_1 o coeficiente associado às variáveis explicativas de interesse para o estudo $\text{Trabalho Reprodutivo}_i$ (*afazeres domésticos*, *cuidado de pessoas* e *horas de trabalho reprodutivo*); δ_2 o vetor de coeficientes associados ao vetor de variáveis explicativas de controle X_i – as mesmas das equações anteriores; e μ_i o erro.

A estimação dos modelos por *Probit* com seleção calcula o parâmetro ρ (rho) – equação (2.5) –, que representa a correlação entre os termos de erro não observados das duas equações; ou seja, as de seleção e principal (de interesse). Supõe-se que os erros das duas equações – ϵ_i e μ_i – possuem distribuições normais bivariadas com média zero e variância um.

$$\text{Corr}(\mu_i, \epsilon_i) = \rho \quad (2.5)$$

sendo: ϵ_i o termo de erro da equação de seleção; μ_i o termo de erro da equação de interesse (principal); e ρ a correlação entre os dois termos de erro.

Em outras palavras, se $\rho = 0$, não existe correlação entre os erros não observados das equações de seleção e principal. As duas equações são independentes; i.e., os fatores não observados que afetam a seleção não influenciam o resultado de interesse. Nesse caso, o viés de (auto)seleção não é um problema relevante e não é necessário corrigir (Mendes; Rocha, 2004). Por outro lado, se $\rho \neq 0$, há correlação entre os erros das duas equações, indicando que fatores não observados afetam tanto a seleção quanto o resultado de interesse. Nesse cenário, ignorar o viés de (auto)seleção levaria a estimativas viesadas e inconsistentes dos parâmetros de interesse e são essenciais métodos que corrijam o problema, como aquele aqui usado. Nesse sentido, o Teste de Wald é utilizado para verificar se os erros não observados das equações de

seleção e principal são independentes. Sob a hipótese nula de que os erros das duas equações sejam independentes ($H_0: \rho = 0$), o teste avalia se a correlação estimada é estatisticamente diferente de zero.

Ademais, como a interpretação das magnitudes dos efeitos estimados por *Probit* não pode se dar pelos coeficientes mensurados, já que estes não expressam a relação direta entre as variáveis explicativas e dependente, são calculados os efeitos marginais¹³ (Dougherty, 2007).

Além dos métodos MQ2E e do *Probit* com seleção, empregados para lidar com os potenciais problemas supracitados, também são estimados modelos de probabilidade linear (MPL) pelo método de Mínimos Quadrados Ordinários (MQO). O MPL modela variáveis dependentes binárias como uma função linear de um conjunto de variáveis explicativas. Há algumas limitações usualmente atribuídas à abordagem, como a possibilidade de prever probabilidades fora do intervalo entre 0 e 1. Isso ocorre justamente por assumir uma relação linear, o que pode não refletir adequadamente a natureza das probabilidades (Dougherty, 2007). Apesar disso, o MPL é aqui considerado para uma comparação entre métodos mais robustos, que corrigem endogeneidade e viés de seleção, e uma abordagem mais simplificada, que não considera essas questões. Assim, é possível avaliar a sensibilidade dos resultados e a importância de corrigir tais vieses na análise.

É importante apontar, ainda, que além das análises comparativas dos resultados entre as amostras de homens e mulheres, é realizada uma avaliação adicional para investigar eventuais heterogeneidades nos efeitos para as mulheres com diferentes características pessoais: cor/raça, estado civil e escolaridade. Isso porque, embora o trabalho reprodutivo possa permear a vida de todas as mulheres, determinados marcadores socioeconômicos e culturais podem intensificar a realização desse tipo de atividade (Hirata; Kergoat, 2007). As revisões bibliográficas realizadas anteriormente, em especial as comentadas evidências existentes na literatura de referência, reforçam este argumento. Para essas análises, os mesmos procedimentos metodológicos são adotados em estimações para subamostras de mulheres de acordo com os atributos supracitados.

2.5. Resultados e discussões

¹³ Os efeitos marginais são calculados a partir da derivação parcial da função de probabilidade em relação à variável independente (Wooldridge, 2013).

2.5.1. Análise dos efeitos do trabalho reprodutivo nas condições laborais de homens e mulheres

O objetivo desta subseção é discutir os resultados encontrados nas regressões realizadas de acordo com o que foi previamente apresentado na seção de procedimentos metodológicos. Para facilitar a discussão – e não fugindo do escopo das análises propostas neste estudo –, as tabelas reportam somente os resultados obtidos para as variáveis explicativas de interesse; os demais coeficientes estão apresentados em tabelas do Apêndice¹⁴ no final desta Tese.

Com relação ao instrumento, os testes de validação, apresentados no Apêndice (Tabela A.9), mostram que ele é válido e exógeno para a amostra de mulheres, mas não para a de homens – o que pode decorrer da busca por água potável, na ausência de rede geral de abastecimento, ser mais atribuída às mulheres, conforme é destacado pela literatura. Portanto, os resultados por MQ2E para os homens, apesar de serem apresentados para fins de transparência e honestidade de pesquisa, não devem ser considerados, haja vista que não são consistentes¹⁵.

Ainda com relação ao 1º estágio dos modelos estimados por MQ2E¹⁶, convém destacar que as estimações geraram resultados relevantes que, embora extrapolem o escopo deste estudo, merecem destaque. Isso porque esses achados fornecem evidências adicionais às principais avaliações aqui realizadas e complementam as análises descritivas apresentadas anteriormente (seção 2.3), enriquecendo a compreensão do fenômeno investigado.

Primeiramente, a Tabela 2.14 apresenta os resultados do 1º estágio das estimações por MQ2E. Com relação à variável instrumental, pode-se observar que, em média, mulheres com acesso à rede geral de água realizam 2,1 horas a menos de trabalho reprodutivo em comparação com aquelas sem acesso, mantendo constantes as demais variáveis do modelo. O coeficiente negativo sugere, portanto, que o acesso à rede geral de água reduz o tempo dedicado ao trabalho reprodutivo. Esse resultado tem o sinal esperado e, aliado aos testes de validação do instrumento, sugere que a variável é um instrumento adequado para a análise proposta.

¹⁴ As Tabelas A.3 a A.5 apresentam os resultados completos dos modelos que incluem a variável de interesse *afazeres domésticos*, considerando, respectivamente, as variáveis dependentes: *trabalho formal*, *jornada de trabalho parcial* e *conta própria*. Da mesma forma, as Tabelas A.6 a A.8 mostram os resultados para os modelos com a variável *cuidado de pessoas*, seguindo a mesma ordem das variáveis dependentes. Por fim, as Tabelas A.10 a A.12 expõem os coeficientes dos modelos que incluíram a variável *horas de trabalho reprodutivo*, também mantendo a sequência de apresentação de acordo com as variáveis dependentes.

¹⁵ Os resultados do 1º estágio para a amostra masculina podem ser consultados na Tabela A.2 do Apêndice.

¹⁶ Para os modelos que contêm como variáveis de interesse as *dummies* que indicam se a pessoa realizou algum afazer doméstico ou atividade de cuidado na semana de referência, não são realizadas estimações pelo método de MQ2E devido às limitações de informações da PNS, que inviabiliza a definição de um instrumento adequado.

Tabela 2.14 - Resultados da estimação do 1º estágio (MQ2E) para a amostra de mulheres: variável dependente *horas de trabalho reprodutivo* e variável instrumental de interesse *rede geral de água*

Variáveis	Coefficientes
Rede geral de água	-2,1000*** (0,5466)
Norte	-2,4430*** (0,4455)
Nordeste	-0,1098 (0,3858)
Sul	-2,8761*** (0,4267)
Centro-Oeste	-2,7943*** (0,4227)
Urbano	-1,7183*** (0,5370)
Idade	0,3231*** (0,0970)
Idade ao quadrado	-0,0024** (0,0012)
Responsável	3,6038*** (0,3425)
Casada	3,0733*** (0,3625)
Divorciada	-0,4582 (0,5590)
Viúva	0,1643 (0,8118)
Preta	0,1593 (0,5406)
Parda	0,6254* (0,3798)
Amarela ou indígena	-0,6827 (1,3108)
Sem instrução	1,8304** (0,7655)
Fundamental incompleto	4,3415*** (0,5334)
Fundamental completo	3,6304*** (0,7394)
Médio incompleto	2,5293*** (0,6954)
Médio completo	2,8460*** (0,4466)
Superior incompleto	1,3646* (0,7099)
Renda domiciliar <i>per capita</i>	-0,0004*** (0,0001)
Presença de crianças	4,8684*** (0,3304)
Constante	7,8535*** (1,9715)
Observações	22.112

Fonte: PNS de 2019. Elaboração própria. Erros-padrão entre parênteses. * $p < 0,10$; ** $p < 0,05$; *** $p < 0,01$
 Observação: os resultados do 1º estágio são os mesmos, independente da variável dependente do 2º estágio.

Ademais, é possível destacar outros aspectos interessantes dos resultados. Considerando as regiões, as mulheres do Norte, Sul e Centro-Oeste dedicam menos de 2 horas semanais ao trabalho reprodutivo quando comparadas às mulheres do Sudeste. As mulheres residentes de áreas urbanas, por sua vez, dedicam 1,7 horas a menos do que aquelas que de áreas rurais.

O coeficiente da variável de idade indica que, para cada ano adicional, o tempo dedicado ao trabalho reprodutivo aumenta, em média, em 0,32 horas, *ceteris paribus*. Isso indica que, inicialmente, conforme a mulher envelhece, o tempo dedicado ao trabalho reprodutivo aumenta. Porém, o coeficiente negativo e significativo da variável idade ao quadrado indica que a relação não é linear e segue um formato próximo a um “U” invertido: i.e., o tempo dedicado ao trabalho reprodutivo cresce até atingir um pico e, a partir desse ponto, começa a diminuir.

Tais resultados estão em consonância com a literatura previamente revisada, que enfatiza como diferentes fases do ciclo de vida afetam a quantidade de trabalho reprodutivo desempenhado pelas mulheres: no caso, esse volume tende a ser mais elevado durante a fase de casamento e criação dos filhos, reduzindo na velhice, quando os filhos já alcançaram a autonomia (Garcia; Marcondes, 2022).

O coeficiente associado ao estado civil indica que mulheres casadas dedicam, em média, mais de 3 horas adicionais ao trabalho reprodutivo em comparação com mulheres solteiras. Para os demais estados civis, não foi identificada uma relação estatisticamente significativa. Esse resultado está em linha com evidências da literatura, que apontam o casamento como um fator associado ao aumento da carga de trabalho reprodutivo para as mulheres (Perez, 2019; Pinheiro *et al.*, 2023). No que se refere às variáveis *dummies* de cor/raça, somente aquela que identifica mulheres pardas apresenta significância estatística, indicando que elas dedicam, em média, 0,63 horas a mais ao trabalho reprodutivo em comparação às mulheres brancas.

Os coeficientes das *dummies* de escolaridade reforçam o argumento exposto na análise descritiva de que o aumento do nível educacional está associado à redução do tempo dedicado ao trabalho reprodutivo. Nota-se uma tendência decrescente nos coeficientes à medida que a escolaridade aumenta. Porém, todas as faixas apresentam coeficientes positivos e significativos, indicando que mulheres com qualquer escolaridade inferior ao ensino superior completo dedicam, em média, mais horas ao trabalho reprodutivo em comparação ao grupo de referência. O maior efeito se dá nas mulheres com ensino fundamental incompleto, que realizam, em média, mais de 4 horas adicionais de trabalho reprodutivo em relação àquelas com ensino superior completo.

O coeficiente negativo e estatisticamente significativo da variável renda domiciliar *per capita* sinaliza que o aumento da renda está associado à redução do tempo dedicado ao trabalho

reprodutivo. Esse resultado é consistente com os indícios da literatura, que sugerem que maiores níveis de renda familiar ampliam as possibilidades de terceirização dessas atividades, tanto por meio da contratação de serviços domésticos como do acesso a infraestruturas básicas que reduzem a necessidade de trabalho reprodutivo (Hirata; Kergoat, 2007; Soares; Saboia, 2007).

Enfim, a variável que indica a presença de crianças no domicílio revela que mulheres que residem com crianças dedicam, em média, quase 5 horas a mais ao trabalho reprodutivo em comparação com aquelas que vivem em domicílios sem crianças, evidenciando o impacto do cuidado infantil na carga horária desse trabalho. Portanto, no geral, estes resultados corroboram os indícios das análises descritivas e são consistentes com evidências existentes na literatura.

A partir da Tabela 2.15, são reportados os resultados das estimações que relacionam o trabalho reprodutivo às condições laborais de homens e mulheres. Primeiramente, cada tabela apresenta os coeficientes encontrados por MPL e, em seguida, os resultados das estimações que lidam com: i) a endogeneidade (MQ2E); e ii) o viés de (auto)seleção (*Probit* com seleção)¹⁷. As tabelas também expõem os resultados da estatística ρ (rho) e a probabilidade do teste de Wald.

No geral, a rejeição da hipótese nula, com um nível de significância de ao menos 10% em grande parte das regressões, indica que os erros das equações de seleção e de interesse são correlacionados, justificando o uso da correção de viés de seleção. As exceções são observadas nos modelos que analisam a probabilidade de os homens serem trabalhadores por conta própria.

Os resultados da Tabela 2.15 sinalizam que as probabilidades de homens e mulheres terem um trabalho formal são negativamente associadas à realização de afazeres domésticos, sendo a magnitude do efeito marginal superior nas mulheres. Observa-se que, enquanto a realização de afazeres domésticos reduz a probabilidade de um homem estar em um emprego formal em aproximadamente 3,34 p.p., nas mulheres, o efeito marginal negativo supera 7 p.p..

Além disso, a realização de afazeres domésticos também influencia significativamente a jornada de trabalho parcial (até 30 horas semanais). Homens que realizam esses afazeres têm uma probabilidade 5 p.p. maior de trabalhar em jornada parcial, enquanto, para as mulheres, o efeito marginal positivo é ainda mais significativo: aumento de mais de 14 p.p. na probabilidade de estar em empregos de jornadas reduzidas. Quanto à probabilidade de ser trabalhador(a) por conta própria, realizar afazeres domésticos, como preparar alimentos, lavar louça e organizar o domicílio, eleva essa probabilidade em cerca de 5 p.p. para os homens e 6 p.p. para as mulheres.

¹⁷ Convém ressaltar que os resultados dos coeficientes das equações de seleção estão consistentes com a literatura dos determinantes da participação no mercado de trabalho, conforme discutido na subseção 2.3. Tais resultados não são debatidos por se entender que foge do escopo do presente estudo, mas podem ser consultados no Apêndice.

Tabela 2.15 - Resultados das estimações: variáveis dependentes *trabalho formal, jornada de trabalho parcial e conta própria* e variáveis explicativas de interesse *afazeres domésticos e cuidado de pessoas*

Variáveis explicativas de interesse	Homens			Mulheres		
	MPL ³	Probit com seleção		MPL ³	Probit com seleção	
		Coefficientes	Efeitos marginais		Coefficientes	Efeitos marginais
Trabalho formal						
Afazeres domésticos	-0,0100 (0,0165)	-0,0847* (0,0444)	-0,0316* (0,0166)	-0,0491 (0,0346)	-0,2028** (0,0794)	-0,0744** (0,0291)
ρ	---	-0,6031 (0,0888)		---	-0,8338 (0,0426)	
Teste Wald ¹	---	0,0000		---	0,0000	
Observações ²	28.382	34.819		22.112	37.505	
Cuidado de pessoas	-0,0204 (0,0135)	-0,0690** (0,0350)	-0,0258** (0,0131)	-0,0253* (0,0146)	0,0024 (0,0365)	0,0009 (0,0134)
ρ	---	-0,6179 (0,0857)		---	-0,8304 (0,0431)	
Teste Wald ¹	---	0,0000		---	0,0000	
Observações ²	23.933	29.422		19.337	33.222	
Jornada de trabalho parcial						
Afazeres domésticos	0,0450*** (0,0119)	0,2304*** (0,0493)	0,0503*** (0,0108)	0,1268*** (0,0234)	0,4332*** (0,0782)	0,1397*** (0,0259)
ρ	---	0,5909 (0,0962)		---	0,5036 (0,1206)	
Teste Wald ¹	---	0,0000		---	0,0006	
Observações ²	28.382	34.819		22.112	37.505	
Cuidado de pessoas	0,0279*** (0,0100)	0,1337*** (0,0411)	0,0291*** (0,0090)	0,0537*** (0,0139)	0,1139*** (0,0418)	0,0372*** (0,0143)
ρ	---	0,5920 (0,1047)		---	0,4664 (0,1382)	
Teste Wald ¹	---	0,0000		---	0,0042	
Observações ²	23.933	29.422		19.337	33.222	
Conta própria						
Afazeres domésticos	0,0466*** (0,0143)	0,1538*** (0,0494)	0,0504*** (0,0156)	0,0487** (0,0202)	0,2640*** (0,0830)	0,0598*** (0,0190)
ρ	---	0,1469 (0,2263)		---	0,7287 (0,1251)	
Teste Wald ¹	---	0,5224		---	0,0005	
Observações ²	28.382	34.819		22.112	37.505	
Cuidado de pessoas	0,0272** (0,0123)	0,0869** (0,0370)	0,0286** (0,0120)	0,0225* (0,0120)	0,0262 (0,0391)	0,0059 (0,0089)
ρ	---	0,0913 (0,2354)		---	0,7213 (0,1168)	
Teste Wald ¹	---	0,6998		---	0,0002	
Observações ²	23.933	29.422		19.337	33.222	
Controles	Sim	Sim		Sim	Sim	

Fonte: PNS de 2019. Elaboração própria. Erros-padrão entre parênteses. * p < 0,10; ** p < 0,05; *** p < 0,01.

¹ Probabilidade do teste de Wald. ² O número de observações das estimações por Probit com seleção consideram as pessoas selecionadas e as não-selecionadas. ³ Coeficientes por probabilidade linear (MPL).

Em relação às atividades de cuidado, verifica-se um padrão diferenciado nos resultados. Tais atividades resultam em uma menor probabilidade de os homens terem um emprego formal e uma maior probabilidade de trabalharem por conta própria, efeitos que não foram observados na amostra feminina. Porém, uma associação positiva entre a probabilidade de ter um emprego

com jornada parcial e a realização de atividades de cuidado é estatisticamente significativa tanto para homens quanto para mulheres, sendo o efeito marginal mais acentuado nas mulheres.

Portanto, algum efeito deletério da realização de afazeres domésticos sobre as condições laborais é observado em ambos os gêneros, o que é condizente com o fato de que as atividades domésticas demandam tempo e disponibilidade que podem dificultar como se dá a inserção no mercado de trabalho. Contudo, as maiores magnitudes dos coeficientes na amostra feminina sugerem que realizar atividades relacionadas à manutenção do ambiente doméstico impõe barreiras mais significativas às mulheres. Conforme discussão apresentada anteriormente, na revisão da literatura teórica e empírica, isso possivelmente reflete normas de gênero e barreiras estruturais que tornam mais difícil a elas equilibrarem os trabalhos reprodutivos e remunerados.

Por outro lado, os resultados para as atividades de cuidado de pessoas trazem indícios que chamam a atenção, especialmente devido ao aparente efeito negativo para as condições de trabalho dos homens, enquanto, nas mulheres, o efeito se concentra apenas na probabilidade de ter emprego de jornada parcial. Tais evidências instigam mais investigações e não permitem conclusões definitivas, mas é plausível aventar, na linha do que foi discutido anteriormente, que estão relacionadas ao fato de que homens envolvidos em atividades de cuidado podem enfrentar dificuldades por estarem desalinhados às expectativas de gênero tradicionais, o que pode comprometer as suas capacidades de se engajarem em empregos com melhores condições.

A Tabela 2.16 mostra os resultados relacionados à variável de interesse (explicativa) que sinaliza a quantidade de horas semanais dedicadas ao trabalho reprodutivo. Nas regressões em que a variável dependente é a *dummy* que identifica se o indivíduo possui um trabalho formal, são observados coeficientes estatisticamente significativos – de forma consistente em todas as estimações, mas somente para o caso das mulheres. Estes resultados sinalizam que cada hora adicional dedicada pelas mulheres a algum trabalho reprodutivo reduz a probabilidade de elas possuírem um emprego formal entre 0,09 e 2,7 p.p., a depender do método empregado.

Já nas regressões para a variável dependente *jornada de trabalho parcial*, verifica-se que, nos homens, cada hora adicional de trabalho reprodutivo por semana está associada a um aumento de aproximadamente 0,2 p.p. na probabilidade de trabalhar em uma jornada de até 30 horas. Já nas mulheres, o efeito marginal tem maior magnitude, variando entre 0,6 e 0,7 p.p..

Por sua vez, as regressões que analisam as probabilidades de serem trabalhadores(as) por conta própria evidenciam que, para os homens, cada hora adicional de trabalho reprodutivo aumenta em aproximadamente 0,2 p.p. a probabilidade de estarem nessa forma de posição na ocupação. Já para as mulheres, o efeito marginal também é positivo e varia entre 0,09 e 0,3 p.p..

Tabela 2.16 - Resultados das estimações: variáveis dependentes *trabalho formal*, *jornada de trabalho parcial* e *conta própria* e variável explicativa de interesse *horas de trabalho reprodutivo*

Variável explicativa de interesse	Homens				Mulheres			
	MPL ³	MQ2E ³	Probit com seleção		MPL ³	MQ2E ³	Probit com seleção	
			Coefficientes	Efeitos marginais			Coefficientes	Efeitos marginais
Trabalho formal								
Horas de trabalho reprodutivo	-0,0011** (0,0005)	-0,0895 (0,0688)	-0,0007 (0,0015)	-0,0003 (0,0006)	-0,0041*** (0,0004)	-0,0271*** (0,0094)	-0,0022* (0,0013)	-0,0008* (0,0005)
ρ	---	---		-0,6286 (0,0790)	---	---		-0,7890 (0,0461)
Teste Wald ¹	---	---		0,0000	---	---		0,0000
Observações ²	28.832	28.832		34.819	22.112	22.112		37.505
Jornada de trabalho parcial								
Horas de trabalho reprodutivo	0,0029*** (0,0004)	-0,0388 (0,0416)	0,0099*** (0,0016)	0,0022*** (0,0004)	0,0072*** (0,0004)	0,0121 (0,0086)	0,0185*** (0,0017)	0,0063*** (0,0006)
ρ	---	---		0,5665 (0,0935)	---	---		0,1916 (0,1132)
Teste Wald ¹	---	---		0,0000	---	---		0,0987
Observações ²	28.832	28.832		34.819	22.112	22.112		37.505
Conta própria								
Horas de trabalho reprodutivo	0,0022*** (0,0006)	0,0472 (0,0487)	0,0056*** (0,0017)	0,0018*** (0,0006)	0,0032*** (0,0004)	-0,0032 (0,0075)	0,0039** (0,0016)	0,0009** (0,0004)
ρ	---	---		0,2619 (0,2071)	---	---		0,6335 (0,1121)
Teste Wald ¹	---	---		0,2277	---	---		0,0001
Observações ²	28.832	28.832		34.819	22.112	22.112		37.505
Controles	Sim	Sim		Sim	Sim	Sim		Sim

Fonte: PNS de 2019. Elaboração própria. Erros-padrão entre parênteses. * p < 0,10; ** p < 0,05; *** p < 0,01

¹ Probabilidade do teste de Wald. ² O número de observações das estimações por *Probit* com seleção consideram as pessoas selecionadas e as não-selecionadas. ³ Coeficientes por probabilidade linear (MPL) e Mínimos Quadrados em dois estágios (MQ2E).

Tabela 2.17 - Análises de heterogeneidade: resultados das estimações para as variáveis dependentes *trabalho formal, jornada de trabalho parcial e conta própria* e variáveis explicativas de interesse *afazeres domésticos e cuidado de pessoas*, segundo a cor/raça das mulheres

Variáveis explicativas de interesse	Trabalho formal			Jornada de trabalho parcial			Conta própria		
	MPL ³	Probit com seleção		MPL ³	Probit com seleção		MPL ³	Probit com seleção	
		Coefficientes	Efeitos marginais		Coefficientes	Efeitos marginais		Coefficientes	Efeitos marginais
Mulheres brancas (brancas e amarelas)									
Afazeres domésticos	-0,0086 (0,0537)	-0,1015 (0,1393)	-0,0378 (0,0518)	0,0957** (0,0372)	0,2409 (0,1474)	0,0859 (0,0523)	0,0359 (0,0333)	0,1985 (0,1642)	0,0530 (0,0392)
ρ	---	-0,6106 (0,1660)	---	-0,3371 (0,3367)	---	---	---	0,3011 (0,7177)	---
Teste Wald ¹	---	0,0073	---	0,3558	---	---	---	0,6938	---
Observações ²	8.423	13.512	8.423	13.512	8.423	13.512	8.423	13.512	---
Cuidado de pessoas	-0,0074 (0,0230)	0,0151 (0,0619)	0,0056 (0,0230)	0,0618*** (0,0219)	0,1934*** (0,0655)	0,0689*** (0,0233)	0,0173 (0,0204)	0,0290 (0,0680)	0,0071 (0,0169)
ρ	---	-0,6222 (0,1694)	---	-0,3170 (0,3664)	---	---	---	0,5128 (0,3040)	---
Teste Wald ¹	---	0,0084	---	0,4202	---	---	---	0,1696	---
Observações ²	7.250	11.719	7.250	11.719	7.250	11.719	7.250	11.719	---
Mulheres não-brancas (pretas, pardas e indígenas)									
Afazeres domésticos	-0,0806* (0,0437)	-0,2508*** (0,0883)	-0,0902*** (0,0318)	0,1521*** (0,0304)	0,4725*** (0,1004)	0,1405*** (0,0300)	0,0564** (0,0223)	0,2814*** (0,0948)	0,0603*** (0,0205)
ρ	---	-0,9434 (0,0180)	---	0,8358 (0,0422)	---	---	---	0,8447 (0,0861)	---
Teste Wald ¹	---	0,0000	---	0,0000	---	---	---	0,0000	---
Observações ²	13.689	23.993	13.689	23.993	13.689	23.993	13.689	23.993	---
Cuidado de pessoas	-0,0334* (0,0196)	-0,0011 (0,0426)	-0,0004 (0,0153)	0,0475*** (0,0179)	0,0513 (0,0438)	0,0153 (0,0131)	0,0230 (0,0149)	0,0179 (0,0458)	0,0038 (0,0099)
ρ	---	-0,9397 (0,0214)	---	0,8230 (0,0497)	---	---	---	0,8179 (0,0942)	---
Teste Wald ¹	---	0,0000	---	0,0000	---	---	---	0,0001	---
Observações ²	12.087	21.503	12.087	21.503	12.087	21.503	12.087	21.503	---
Controles	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim

Fonte: PNS de 2019. Elaboração própria. Erros-padrão entre parênteses. * $p < 0,10$; ** $p < 0,05$; *** $p < 0,01$

¹ Probabilidade do teste de Wald. ² O número de observações das estimações por *Probit* com seleção consideram as pessoas selecionadas e as não-selecionadas. ³ Coeficientes por probabilidade linear (MPL).

Portanto, ainda que os coeficientes sejam de pequenas magnitudes, eles apontam efeitos mais pronunciados do tempo alocado em trabalho reprodutivo nas condições dos empregos das mulheres em comparação aos homens, o que reflete, ao menos em algum grau, desigualdades de gênero na divisão desse tipo de trabalho e suas repercussões no mercado de trabalho. As mulheres parecem enfrentar penalizações maiores no acesso ao emprego formal e serem mais inclinadas a optar por jornadas parciais ou pelo trabalho por conta própria. Embora os efeitos constatados para os homens sejam menores, deve-se destacar que eles indicam que a realização de trabalho reprodutivo também pode influenciar ajustes nas escolhas laborais masculinas.

2.5.2. Análise de heterogeneidade dos efeitos do trabalho reprodutivo nas mulheres segundo atributos pessoais

A seção de análise das estatísticas descritivas, que examina o percentual de pessoas que realizam afazeres domésticos e atividades de cuidado, bem como as médias de horas dedicadas a essas tarefas de acordo com atributos pessoais e locacionais, revelam que, embora as mulheres sistematicamente assumam maior carga de trabalho reprodutivo e dediquem mais tempo a ele, parece haver diferenças consideráveis entre elas. Assim, esta subseção apresenta os resultados das regressões que investigam se o trabalho reprodutivo impacta de forma heterogênea as condições do emprego das mulheres segundo a cor/raça, o estado civil e a escolaridade.

A Tabela 2.17 expõe os resultados das estimações que segmentam as mulheres segundo a cor/raça declarada. As mulheres brancas e amarelas são agrupadas na primeira subamostra, enquanto as mulheres pretas, pardas e indígenas compõem a segunda subamostra. Esta divisão é similar à realizada por Pinheiro *et al.* (2023) e é coerente aos aspectos observados nas análises das estatísticas descritivas, que sugerem que as mulheres brancas e amarelas possuem padrões mais semelhantes em termos de realização e dedicação de horas ao trabalho reprodutivo.

Os resultados sinalizam efeitos heterogêneos do trabalho reprodutivo nas condições dos empregos das mulheres conforme a cor/raça. A probabilidade de mulheres não-brancas terem um trabalho formal é associada negativamente à realização de afazeres domésticos, enquanto essa relação não é observada nas brancas e amarelas. Mulheres pretas, pardas e indígenas que realizam afazeres domésticos têm uma probabilidade 9 p.p. menor de ter um trabalho formal.

A realização de atividades de cuidado, por sua vez, tem um resultado estatisticamente significativo apenas por MPL, mas a estatística ρ indica a relevância do uso de um modelo que

lida com a seleção. De modo similar, o efeito negativo dos afazeres domésticos na probabilidade de trabalhar por conta própria é observado apenas nas mulheres não-brancas (próximo a -6 p.p.).

Quanto à jornada de trabalho, os coeficientes negativos e estatisticamente significantes nas duas subamostras indicam que a realização de afazeres domésticos eleva a probabilidade de as mulheres, independentemente da cor/raça, trabalharem em jornadas parciais. Porém, o efeito é mais acentuado nas mulheres não-brancas: fazer atividades relativas à manutenção do domicílio eleva em 14 p.p. a probabilidade de ter um emprego com jornada parcial nas mulheres pretas, pardas e indígenas; já nas mulheres brancas e amarelas, o efeito é próximo a 10 p.p..

Por outro lado, o efeito das atividades de cuidado de pessoas na probabilidade de ter uma jornada de trabalho parcial é estatisticamente significativa apenas nas mulheres brancas e amarelas. O resultado sugere que realizar tais atividades aumenta em aproximadamente 6 p.p. a probabilidade de as mulheres brancas e amarelas possuírem um trabalho em jornada parcial.

A Tabela 2.18, por sua vez, mostra que cada hora adicional de trabalho reprodutivo aumenta a probabilidade de as mulheres não-brancas trabalharem por conta própria em 0,4 p.p., algo que não é observado na amostra de mulheres brancas. Já os modelos que analisam a jornada de trabalho parcial indicam que as horas dedicadas ao trabalho reprodutivo têm um efeito mais expressivo nas mulheres brancas – cada hora adicional aumenta em aproximadamente 0,8 p.p. a probabilidade de ter uma jornada de até 30 horas semanais; enquanto para as mulheres não-brancas, o impacto é de 0,4 p.p.. Tais resultados destacam que, embora as mulheres não-brancas enfrentem penalizações mais intensas em outras dimensões do mercado de trabalho, a redução da carga horária em função do trabalho reprodutivo é mais acentuada entre as mulheres brancas.

De modo geral, estas evidências sinalizam não somente a não equidade de gênero, mas também como as interseções entre gênero, raça e trabalho reprodutivo podem revelar as múltiplas dimensões das desigualdades que interagem para restringir as opções de trabalho das mulheres. Isto particularmente naquelas não-brancas, que enfrentam desafios adicionais para equilibrar as suas responsabilidades no mercado de trabalho e no contexto doméstico.

Para a análise de acordo com o estado civil, a Tabela 2.19 demonstra que a realização de afazeres domésticos exerce um impacto significativamente mais restritivo nas condições dos empregos das mulheres casadas. Atividades relativas à limpeza e à manutenção do lar reduzem a probabilidade de mulheres casadas terem um trabalho formal em 14 p.p.; enquanto, nas solteiras, viúvas ou divorciadas, o impacto é mais moderado, com um coeficiente negativo de 6,5 p.p..

Tabela 2.18 - Análises de heterogeneidade: resultados das estimações para as variáveis dependentes *trabalho formal*, *jornada de trabalho parcial* e *conta própria* e variável explicativa de interesse *horas de trabalho reprodutivo*, segundo a cor/raça das mulheres

Variável explicativa de interesse	Trabalho formal				Jornada de trabalho parcial				Conta própria			
	MPL ³	MQ2E ³	Probit com seleção		MPL ³	MQ2E ³	Probit com seleção		MPL ³	MQ2E ³	Probit com seleção	
			Coefficiente	Efeito marginal			Coefficiente	Efeito marginal			Coefficiente	Efeito marginal
Mulheres brancas (brancas e amarelas)												
Horas de trabalho reprodutivo	-0,0038*** (0,0006)	-0,0116 (0,0078)	-0,0027 (0,0021)	-0,0010 (0,0008)	0,0076*** (0,0006)	0,0060 (0,0090)	0,0230*** (0,0029)	0,0078*** (0,0010)	0,0027*** (0,0006)	-0,0116 (0,0079)	0,0039 (0,0028)	0,0010 (0,0008)
ρ	---	---	-0,7391 (0,0913)		---	---	-0,1159 (0,2866)		---	---	0,5067 (0,2383)	
Teste Wald ¹	---	---	0,0000		---	---	0,6887		---	---	0,0817	
Observações ²	8.423	8.423	13.512		8.423	8.423	13.512		8.423	8.423	13.512	
Mulheres não-brancas (pretas, pardas e indígenas)												
Horas de trabalho reprodutivo	-0,0043*** (0,0005)	-0,0436** (0,0221)	-0,0004 (0,0016)	-0,0002 (0,0006)	0,0069*** (0,0005)	0,0186 (0,0157)	0,0127*** (0,0021)	0,0042*** (0,0008)	0,0036*** (0,0005)	0,0051 (0,0132)	0,0049** (0,0020)	0,0011** (0,0005)
ρ	---	---	-0,8753 (0,0362)		---	---	0,5390 (0,0933)		---	---	0,6517 (0,1126)	
Teste Wald ¹	---	---	0,0000		---	---	0,0000		---	---	0,0001	
Observações ²	13.689	13.689	23.993		13.689	13.689	23.993		13.689	13.689	23.993	
Controles	Sim	Sim	Sim		Sim	Sim	Sim		Sim	Sim	Sim	

Fonte: PNS de 2019. Elaboração própria. Erros-padrão entre parênteses. * p < 0,10; ** p < 0,05; *** p < 0,01

¹ Probabilidade do teste de Wald. ² O número de observações das estimações por *Probit* com seleção consideram as pessoas selecionadas e as não-selecionadas. ³ Coeficientes por probabilidade linear (MPL) e Mínimos Quadrados em dois estágios (MQ2E).

Tabela 2.19 - Análises de heterogeneidade: resultados das estimações para as variáveis dependentes *trabalho formal*, *jornada de trabalho parcial* e *conta própria* e variáveis explicativas de interesse *afazeres domésticos* e *cuidado de pessoas*, segundo o estado civil das mulheres

Variáveis explicativas de interesse	Trabalho formal			Jornada de trabalho parcial			Conta própria		
	MPL ³	Probit com seleção		MPL ³	Probit com seleção		MPL ³	Probit com seleção	
		Coefficientes	Efeitos marginais		Coefficientes	Efeitos marginais		Coefficientes	Efeitos marginais
Mulheres casadas									
Afazeres domésticos	-0,1062** (0,0487)	-0,3684*** (0,1271)	-0,1358*** (0,0469)	0,1590** (0,0329)	0,5998*** (0,1284)	0,1901*** (0,0426)	0,0797** (0,0337)	0,3635*** (0,1400)	0,1004** (0,0393)
ρ	---	-0,7485 (0,1168)	---	---	0,5605 (0,1545)	---	---	0,4830 (0,3469)	---
Teste Wald ¹	---	0,0003	---	---	0,0049	---	---	0,2443	---
Observações ²	7.782	13.435	7.782	13.435	7.782	13.435	7.782	13.435	7.782
Cuidado de pessoas	-0,0103 (0,0207)	0,0515 (0,0568)	0,0189 (0,0208)	0,0473** (0,0215)	0,0735 (0,0648)	0,0238 (0,0215)	0,0105 (0,0200)	-0,0197 (0,0685)	-0,0054 (0,0186)
ρ	---	-0,7873 (0,1023)	---	---	0,5020 (0,1765)	---	---	0,4861 (0,3239)	---
Teste Wald ¹	---	0,0001	---	---	0,0194	---	---	0,2106	---
Observações ²	7.615	13.147	7.615	13.147	7.615	13.147	7.615	13.147	7.615
Mulheres solteiras, viúvas ou divorciadas									
Afazeres domésticos	-0,0442 (0,0406)	-0,1770* (0,0932)	-0,0651* (0,0342)	0,1221*** (0,0283)	0,4077*** (0,0935)	0,1339*** (0,0316)	0,0472** (0,0236)	0,2311* (0,1259)	0,0581* (0,0336)
ρ	---	-0,8357 (0,0547)	---	---	0,4388 (0,1806)	---	---	0,2788 (1,2527)	---
Teste Wald ¹	---	0,0000	---	---	0,0354	---	---	0,8330	---
Observações ²	14.330	24.070	14.330	24.070	14.330	24.070	14.330	24.070	14.330
Cuidado de pessoas	-0,0418** (0,0200)	-0,0347 (0,0497)	-0,0128 (0,0184)	0,0692*** (0,0188)	0,1716*** (0,0573)	0,0573*** (0,0209)	0,0299** (0,0145)	0,0802 (0,0789)	0,0189 (0,0247)
ρ	---	-0,8163 (0,0614)	---	---	0,3769 (0,2295)	---	---	0,3849 (0,8280)	---
Teste Wald ¹	---	0,0000	---	---	0,1382	---	---	0,6764	---
Observações ²	11.722	20.075	11.722	20.075	11.722	20.075	11.722	20.075	11.722
Controles	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim

Fonte: PNS de 2019. Elaboração própria. Erros-padrão entre parênteses. * p < 0,10; ** p < 0,05; *** p < 0,01

¹ Probabilidade do teste de Wald. ² O número de observações das estimações por *Probit* com seleção consideram as pessoas selecionadas e as não-selecionadas. ³ Coeficientes por probabilidade linear (MPL).

Para a jornada de trabalho, os resultados sugerem que a execução de afazeres domésticos aumenta em 19 p.p. a probabilidade de mulheres casadas terem uma jornada de trabalho parcial. Com outro estado civil, o efeito é inferior (13 p.p.). Quanto à probabilidade de ser conta própria, há um padrão semelhante, com as mulheres casadas apresentando uma maior probabilidade de adotarem esse tipo de ocupação do que na subamostra de solteiras, viúvas ou divorciadas.

Já a Tabela 2.20 indica que, para as horas dedicadas ao trabalho reprodutivo, o impacto não tem um padrão claro. Nas mulheres casadas, cada hora adicional de trabalho reprodutivo aumenta em cerca de 0,8 p.p. a probabilidade de ter uma jornada parcial. Já nas solteiras, viúvas e divorciadas, o resultado é estatisticamente significativo em todas as estimações: cada hora adicional de trabalho reprodutivo diminui a probabilidade de ter um trabalho formal em 0,15 p.p., enquanto aumenta as probabilidades de ter uma jornada parcial em 0,7 p.p. e de trabalhar por conta própria em 0,3 p.p.. Assim, em conjunto, os resultados das Tabelas 2.19 e 2.20 não permitem afirmar conclusivamente que as mulheres casadas, em comparação às demais, são mais impactadas pelo trabalho reprodutivo em termos das condições dos empregos principais.

As Tabelas 2.21 e 2.22, por sua vez, reportam os resultados das regressões em que as mulheres são segmentadas segundo os níveis de escolaridade. Observa-se que a subamostra de mulheres com ensino médio, completo ou incompleto, é a única na qual os coeficientes são estatisticamente significativos em praticamente todos os modelos. Nesse nível, realizar afazeres domésticos reduz a probabilidade de ter um trabalho formal e aumenta tanto a probabilidade de trabalhar em jornada parcial quanto de ser conta própria. Quanto às atividades de cuidado, os mesmos efeitos são constatados na jornada de trabalho parcial e no trabalho por conta própria.

Para as mulheres sem instrução ou com ensino fundamental (completo ou incompleto), os resultados sinalizam um impacto positivo de realizar atividades de manutenção do espaço doméstico na probabilidade de a jornada de trabalho ser parcial. O mesmo efeito é observado para o caso das mulheres com ensino superior, com um destaque adicional: o impacto é o mais expressivo entre todas as subamostras analisadas. Mulheres com ensino superior, seja completo ou incompleto, apresentam um aumento de mais de 15 p.p. na probabilidade de ter um emprego em jornada parcial (até 30 horas semanais) em função da realização de afazeres domésticos.

Tabela 2.20 - Análises de heterogeneidade: resultados das estimações para as variáveis dependentes *trabalho formal, jornada de trabalho parcial e conta própria* e variável explicativa de interesse *horas de trabalho reprodutivo*, segundo o estado civil das mulheres

Variável explicativa de interesse	Trabalho formal				Jornada de trabalho parcial				Conta própria			
	MPL ³	MQ2E ³	Probit com seleção		MPL ³	MQ2E ³	Probit com seleção		MPL ³	MQ2E ³	Probit com seleção	
			Coefficient es	Efeitos marginais			Coefficientes	Efeitos marginais			Coefficientes	Efeitos marginais
Mulheres casadas												
Horas de trabalho reprodutivo	-0,004*** (0,0006)	-0,0382 (0,0245)	-0,0008 (0,0020)	-0,0003 (0,0008)	0,0077*** (0,0006)	0,0027 (0,020)	0,0185*** (0,0031)	0,0062*** (0,0011)	0,0029*** (0,0006)	-0,0062 (0,018)	0,0027 (0,0028)	0,0007 (0,0008)
ρ	---	---		-0,8078 (0,0691)	---	---		0,2883 (0,1759)	---	---		0,5489 (0,1934)
Teste Wald ¹	---	---		0,0000	---	---		0,1219	---	---		0,0259
Observações ²	7.782	7.782		13.435	7.782	7.782		13.435	7.782	7.782		13.435
Mulheres solteiras, viúvas ou divorciadas												
Horas de trabalho reprodutivo	-0,0043*** (0,0005)	-0,0228** (0,0093)	-0,0040** (0,0018)	-0,0015** (0,0007)	0,0069*** (0,0005)	0,0146 (0,009)	0,0189*** (0,0021)	0,0065*** (0,0007)	0,0034*** (0,0005)	-0,0021 (0,007)	0,0070** (0,0035)	0,0016 (0,0010)
ρ	---	---		-0,7384 (0,0692)	---	---		0,0984 (0,1507)	---	---		0,4608 (0,3258)
Teste Wald ¹	---	---		0,0000	---	---		0,5165	---	---		0,2283
Observações ²	14.330	14.330		24.070	14.330	14.330		24.070	14.330	14.330		24.070
Controles	Sim	Sim		Sim	Sim	Sim		Sim	Sim	Sim		Sim

Fonte: PNS de 2019. Elaboração própria. Erros-padrão entre parênteses. * $p < 0,10$; ** $p < 0,05$; *** $p < 0,01$

¹ Probabilidade do teste de Wald. ² O número de observações das estimações por *Probit* com seleção consideram as pessoas selecionadas e as não-selecionadas. ³ Coeficientes por probabilidade linear (MPL) e Mínimos Quadrados em dois estágios (MQ2E).

Tabela 2.21 - Análises de heterogeneidade: resultados das estimações para as variáveis dependentes *trabalho formal, jornada de trabalho parcial e conta própria* e variáveis explicativas de interesse *afazeres domésticos e cuidado de pessoas*, segundo o nível de escolaridade das mulheres

Variáveis explicativas de interesse	Trabalho formal			Jornada de trabalho parcial			Conta própria		
	MPL ³	Probit com seleção		MPL ³	Probit com seleção		MPL ³	Probit com seleção	
		Coefficientes	Efeitos marginais		Coefficientes	Efeitos marginais		Coefficientes	Efeitos marginais
Mulheres sem instrução ou com ensino fundamental (completo ou incompleto)									
Afazeres domésticos	0,1078** (0,0505)	-0,1311 (0,1775)	-0,0489 (0,0657)	0,0900 (0,0673)	0,4787*** (0,1571)	0,1394*** (0,0458)	0,0328 (0,0473)	0,0975 (0,1958)	0,0341 (0,0670)
ρ	---	-0,8949 (0,0575)	---	---	0,8673 (0,0628)	---	---	-0,1025 (0,2795)	---
Teste Wald ¹	---	0,0000	---	---	0,0000	---	---	0,7156	---
Observações ²	6.413	14.835	6.413	6.413	14.835	6.413	6.413	14.835	6.413
Cuidado de pessoas	-0,0398 (0,0253)	-0,0598 (0,0575)	-0,0222 (0,0216)	0,0543** (0,0261)	0,0615 (0,0581)	0,0178 (0,0170)	0,0367* (0,0223)	0,1554** (0,0714)	0,0544** (0,0256)
ρ	---	-0,8956 (0,0644)	---	---	0,8678 (0,0669)	---	---	-0,1180 (0,2807)	---
Teste Wald ¹	---	0,0000	---	---	0,0000	---	---	0,6769	---
Observações ²	5.591	13.109	5.591	5.591	13.109	5.591	5.591	13.109	5.591
Mulheres com ensino médio (completo ou incompleto)									
Afazeres domésticos	-0,1893*** (0,0464)	-0,4764*** (0,1128)	-0,1737*** (0,0418)	0,1180*** (0,0350)	0,4015*** (0,1499)	0,1379*** (0,0491)	0,1227*** (0,0216)	0,5896*** (0,1338)	0,1409*** (0,0381)
ρ	---	-0,7629 (0,1003)	---	---	-0,1043 (0,6025)	---	---	0,5376 (0,3271)	---
Teste Wald ¹	---	0,0000	---	---	0,8635	---	---	0,1917	---
Observações ²	8.587	13.731	8.587	8.587	13.731	8.587	8.587	13.731	8.587
Cuidado de pessoas	-0,0429* (0,0238)	-0,0465 (0,0605)	-0,0171 (0,0224)	0,0411* (0,0212)	0,1371* (0,0660)	0,0482** (0,0243)	0,0434** (0,0176)	0,1166* (0,0662)	0,0286 (0,0181)
ρ	---	-0,7137 (0,1030)	---	---	-0,2136 (0,4020)	---	---	0,4536 (0,3342)	---
Teste Wald ¹	---	0,0000	---	---	0,6065	---	---	0,2450	---
Observações ²	7.719	12.508	7.719	7.719	12.508	7.719	7.719	12.508	7.719

Fonte: PNS de 2019. Elaboração própria. Erros-padrão entre parênteses. * $p < 0,10$; ** $p < 0,05$; *** $p < 0,01$

¹ Probabilidade do teste de Wald. ² O número de observações das estimações por *Probit* com seleção consideram as pessoas selecionadas e as não-selecionadas. ³ Coeficientes por probabilidade linear (MPL).

Tabela 2.21 – Análises de heterogeneidade: resultados das estimações para as variáveis dependentes *trabalho formal*, *jornada de trabalho parcial* e *conta própria* e variáveis explicativas de interesse *afazeres domésticos* e *cuidado de pessoas*, segundo o nível de escolaridade das mulheres (continuação)

Variáveis explicativas de interesse	Trabalho formal			Jornada de trabalho parcial			Conta própria		
	MPL ³	Probit com seleção		MPL ³	Probit com seleção		MPL ³	Probit com seleção	
		Coefficientes	Efeitos marginais		Coefficientes	Efeitos marginais		Coefficientes	Efeitos marginais
Mulheres com ensino superior (completo ou incompleto)									
Afazeres domésticos	0,0082 (0,0512)	0,0021 (0,1363)	0,0008 (0,0492)	0,1520*** (0,0338)	0,4723*** (0,1119)	0,1533*** (0,0367)	-0,0037 (0,0343)	-0,0607 (0,1202)	-0,0205 (0,0405)
ρ	---	-0,4010 (0,6583)		---	0,7044 (0,2204)		---	-0,9282 (0,0935)	
Teste Wald ¹	---	0,5881		---	0,0453		---	0,0149	
Observações ²	7.112	8.939		7.112	8.939		7.112	8.939	
Cuidado de pessoas	0,0241 (0,0259)	0,0687 (0,0816)	0,0252 (0,0288)	0,0577* (0,0263)	0,1239* (0,0715)	0,0403* (0,0233)	-0,0145 (0,0220)	0,0038 (0,0712)	0,0013 (0,0239)
ρ	---	-0,1849 (1,3006)		---	0,7781 (0,1788)		---	-0,8971 (0,1195)	
Teste Wald ¹	---	0,8895		---	0,0216		---	0,0172	
Observações ²	6.027	7.605		6.027	7.605		6.027	7.605	
Controles	Sim	Sim		Sim	Sim		Sim	Sim	

Fonte: PNS de 2019. Elaboração própria. Erros-padrão entre parênteses. * $p < 0,10$; ** $p < 0,05$; *** $p < 0,01$

¹ Probabilidade do teste de Wald. ² O número de observações das estimações por *Probit* com seleção consideram as pessoas selecionadas e as não-selecionadas. ³ Coeficientes por probabilidade linear (MPL).

Tabela 2.22 - Análises de heterogeneidade: resultados das estimações para as variáveis dependentes *trabalho formal, jornada de trabalho parcial e conta própria* e variável explicativa de interesse *horas de trabalho reprodutivo*, segundo o nível de escolaridade das mulheres

Variável explicativa de interesse	Trabalho formal				Jornada de trabalho parcial				Conta própria			
	MPL ³	MQ2E ³	Probit com seleção		MPL ³	MQ2E ³	Probit com seleção		MPL ³	MQ2E ³	Probit com seleção	
			Coefficientes	Efeitos marginais			Coefficientes	Efeitos marginais			Coefficientes	Efeitos marginais
Mulheres sem instrução ou com ensino fundamental (completo ou incompleto)												
Horas de trabalho reprodutivo	- 0,0045*** (0,0007)	-0,0189** (0,0094)	-0,0035 (0,0034)	-0,0013 (0,0013)	0,0074*** (0,0008)	0,0042 (0,0099)	0,0132*** (0,0038)	0,0045*** (0,0015)	0,0030*** (0,0007)	-0,0097 (0,0096)	0,0110*** (0,0028)	0,0039*** (0,0011)
ρ	---	---	-0,8340 (0,0780)		---	---	0,5516 (0,1667)		---	---	-0,2607 (0,2584)	
Teste Wald ¹	---	---	0,0000		---	---	0,0096		---	---	0,3359	
Observações ²	6.413	6.413	14.835		6.413	6.413	14.835		6.413	6.413	14.835	
Mulheres com ensino médio (completo ou incompleto)												
Horas de trabalho reprodutivo	- 0,0059*** (0,0006)	-0,0607*** (0,0235)	-0,0104*** (0,0028)	-0,0040*** (0,0011)	0,0074*** (0,0006)	0,0184 (0,0137)	0,0240*** (0,0023)	0,0081*** (0,0009)	0,0051*** (0,0005)	0,0222 (0,0145)	0,0139*** (0,0036)	0,0038*** (0,0013)
ρ	---	---	-0,4599 (0,1499)		---	---	-0,2452 (0,2151)		---	---	0,2120 (0,2841)	
Teste Wald ¹	---	---	0,0089		---	---	0,2740		---	---	0,4693	
Observações ²	8.587	8.587	13.731		8.587	8.587	13.731		8.587	8.587	13.731	
Mulheres com ensino superior (completo ou incompleto)												
Horas de trabalho reprodutivo	-0,0010 (0,0009)	0,1566 (0,3659)	0,0011 (0,0042)	0,0004 (0,0015)	0,0066*** (0,0008)	0,0411 (0,1261)	0,0168*** (0,0032)	0,0057*** (0,0012)	0,0006 (0,0006)	-0,1668 (0,3830)	-0,0008 (0,0044)	-0,0002 (0,0010)
ρ	---	---	-0,5064 (0,5072)		---	---	0,1941 (0,2636)		---	---	0,4651 (0,7379)	
Teste Wald ¹	---	---	0,4134		---	---	0,4729		---	---	0,5926	
Observações ²	7.112	7.112	8.939		7.112	7.112	8.939		7.112	7.112	8.939	
Controles	Sim	Sim	Sim		Sim	Sim	Sim		Sim	Sim	Sim	

Fonte: PNS de 2019. Elaboração própria. Erros-padrão entre parênteses. * p < 0,10; ** p < 0,05; *** p < 0,01

¹ Probabilidade do teste de Wald. ² O número de observações das estimações por *Probit* com seleção consideram as pessoas selecionadas e as não-selecionadas. ³ Coeficientes por probabilidade linear (MPL) e Mínimos Quadrados em dois estágios (MQ2E).

Nas estimações com as atividades de cuidado como variável explicativa de interesse, o efeito nas mulheres com menor escolaridade é concentrado na probabilidade de trabalhar por conta própria. Já para as mulheres com ensino superior, observa-se um efeito na probabilidade de trabalhar em jornadas parciais, similarmente ao constatado nas mulheres com ensino médio. Os resultados da Tabela 2.22, para as horas dedicadas, reforçam que as mulheres com menores níveis de escolaridade são mais negativamente afetadas pelo trabalho reprodutivo. Já nas mulheres com ensino superior, destacam-se apenas os resultados para o tamanho da jornada.

Assim, as evidências sugerem que, apesar de o trabalho reprodutivo afetar as condições dos empregos das mulheres de forma generalizada, maiores níveis de escolaridade parecem mitigar parcialmente os efeitos negativos, especialmente quanto à formalidade e à estabilidade no mercado de trabalho. É possível argumentar, então, que a educação, especialmente o ensino superior, pode atuar como um fator “protetor” para as mulheres no mercado de trabalho.

No entanto, cabe ressaltar que o ensino superior não elimina os desafios impostos pelo trabalho reprodutivo. Os coeficientes positivos estatisticamente significantes para as horas de trabalho (maior probabilidade de jornada parcial) indicam que esses desafios persistem. Ainda assim, o ensino superior proporciona uma proteção relativa, ampliando o acesso à formalidade e reduzindo, mesmo que parcialmente, os efeitos negativos associados ao trabalho reprodutivo.

2.6. Conclusões

O *estudo 1* da presente Tese de Doutorado, realizado neste capítulo, teve como objetivo investigar em que medida a realização e o tempo dedicado ao trabalho reprodutivo impactam as condições laborais de homens e mulheres no Brasil. Trabalho reprodutivo é compreendido, aqui, como afazeres domésticos e o cuidado de pessoas. As análises descritivas corroboraram as amplas evidências já documentadas (e aqui revisadas) da literatura nacional e internacional: as mulheres, independentemente de características socioeconômicas ou demográficas, realizam significativamente mais trabalho reprodutivo do que os homens, além de dedicarem um tempo substancialmente maior a essas atividades.

Além disso, as análises de estatísticas descritivas forneceram evidências iniciais de que, mesmo entre homens e mulheres com condições de emprego semelhantes, persistem diferenças marcantes nos padrões de realização de trabalho reprodutivo. Tais achados permitem levantar questionamentos sobre a abordagem teórica da “disponibilidade de tempo” (referencial discutido no capítulo), que pressupõe que pessoas com maiores disponibilidades de tempo,

como aquelas desocupadas ou em jornadas de trabalho parciais, dedicam mais horas ao trabalho reprodutivo.

No entanto, os dados revelaram que nos homens, em média e independentemente do *status* ocupacional e carga de trabalho, varia pouco o tempo dedicado ao trabalho reprodutivo, diferentemente do que acontece nas mulheres. Isto sugere que outros fatores, como normas e expectativas de gênero, podem desempenhar um papel determinante. É necessário, contudo, evidências adicionais para dar maior robustez ao argumento, o que foge do escopo do *estudo 1*.

Já os coeficientes estimados nas regressões, por meio dos métodos MQ2E e *Probit* com seleção, evidenciaram que o trabalho reprodutivo exerce impactos negativos nas condições de emprego dos dois gêneros, diminuindo a probabilidade de ter um trabalho formal e aumentando a probabilidade de trabalhar em jornada parcial ou ser conta própria. Tal resultado é consistente com a natureza do trabalho reprodutivo, uma vez que a realização de afazeres domésticos e de cuidado demanda tempo, recorrência e dedicação, fatores que limitam a disponibilidade para a participação plena em atividades profissionais. Porém, o efeito obtido foi significativamente mais pronunciado na amostra de mulheres, o que reflete, em alguma medida, as desigualdades de gênero na divisão do trabalho reprodutivo e suas consequências no mercado de trabalho.

Ressalta-se que as evidências aqui encontradas permitem uma articulação crítica com a abordagem dos “recursos relativos”, que postula que a distribuição do trabalho reprodutivo é influenciada pela contribuição relativa de cada cônjuge aos recursos econômicos domésticos. Segundo a abordagem, para reduzir sua carga de trabalho reprodutivo, as mulheres precisariam melhorar sua posição no mercado de trabalho, obtendo empregos de maior qualidade e renda. Contudo, o próprio trabalho reprodutivo limita a disponibilidade para dedicação profissional, sendo um obstáculo para as mulheres alcançarem melhores condições de emprego. Ou seja, é necessário um emprego melhor para reduzir a carga de trabalho reprodutivo, mas é justamente tal carga que contribui para as mulheres não alcançarem empregos melhores. Assim, o trabalho reprodutivo é tanto causa como consequência da disparidade de gênero (Sullivan, 2021).

Para qualificar estas evidências, foi também realizada uma análise de heterogeneidade, que demonstrou que os efeitos do trabalho reprodutivo nas condições de emprego das mulheres se distinguem, em algum grau, conforme atributos pessoais. Mulheres não brancas, por exemplo, parecem enfrentar impactos mais adversos em comparação a mulheres brancas e amarelas, o que sinaliza que as interseções entre gênero e raça podem amplificar as desigualdades.

Outro resultado de destaque das análises de heterogeneidade é o efeito parcialmente mitigador da escolaridade. Mulheres com maiores níveis de educação, particularmente aquelas com ensino superior, sofreriam menos os impactos negativos do trabalho reprodutivo,

especialmente no que diz respeito à formalidade. Assim, a educação pode atuar como um fator “protetor”, embora não elimine completamente as desvantagens enfrentadas pelas mulheres – já que ainda foram observados coeficientes estatisticamente significantes para a jornada de trabalho parcial.

Portanto, por mais que haja um padrão predominante de gênero na realização de trabalho reprodutivo, as mulheres não conformam um grupo homogêneo. Algumas, particularmente aquelas em contextos socioeconômicos mais vulneráveis, assumem uma carga desproporcional das responsabilidades sobre afazeres domésticos e atividades de cuidado de pessoas.

Em conjunto, os resultados obtidos destacam a necessidade de reorganizar a distribuição social do trabalho reprodutivo, haja vista sua influência negativa sobre as condições do emprego das mulheres. A persistência de normas de gênero que atribuem às mulheres a maior parte dessas responsabilidades não apenas limita suas oportunidades no mercado de trabalho, mas também se desdobra na manutenção estrutural de desigualdades econômicas e sociais.

III – *ESTUDO 2: RELAÇÃO ENTRE VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES E EMPREGO REMUNERADO NO BRASIL*

3.1. Apresentação

Segundo o levantamento do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, em 2022, uma média de 673 mulheres por dia recorreram a uma delegacia de polícia para reportar algum episódio de violência doméstica. Ademais, mais de 1.400 mulheres foram mortas “apenas por serem mulheres” (Bueno *et al.*, 2023). Os números são alarmantes e evidenciam um problema de saúde pública¹⁸ e uma flagrante violação dos direitos humanos que acomete não apenas o Brasil, mas sim, em algum grau, os países de todo o mundo, independentemente de suas origens históricas, religiosas e socioeconômicas (Heise, 1994).

É importante ressaltar que a construção histórica e cultural de relações de poder desiguais entre os gêneros concede e legitima o exercício de controle e subordinação dos homens contra as mulheres, inclusive por meio de atos violentos. As ideias de superioridade masculina e fragilidade feminina tendem a permear todas as relações sociais, de tal forma que a violência contra as mulheres pode ser interpretada até mesmo com “naturalidade” (Assembleia Geral das Nações Unidas, 1993; Jong; Sadala; Tanaka, 2008; Lucena *et al.*, 2016).

As mulheres vitimizadas frequentemente desenvolvem problemas de saúde física e psicológica. No entanto, os impactos da violência não se restringem às vítimas, uma vez que esse fenômeno gera custos sociais significativos, como a redução da produtividade do trabalho feminino e prejuízos financeiros e organizacionais para os empregadores devido ao aumento de ausências e menor desempenho, além de sobrecarregar os serviços públicos com os elevados gastos associados ao atendimento médico, psicológico e jurídico das vítimas (Adeodato *et al.*, 2005; Campbell, 2002; Chrisler; Ferguson, 2006; Díaz; Miranda, 2010; Moe; Bell, 2004).

Na literatura econômica com viés feminista, é frequentemente aventado que o trabalho remunerado pode ser uma importante fonte de emancipação para as mulheres (Lavinias; Cobo; Veiga, 2012). Especificamente sobre a relação entre violência doméstica e trabalho, existe um amplo debate sobre como estar engajada em um emprego pode influenciar a dinâmica de violência contra as mulheres. Contudo, não há consenso teórico ou empírico quanto à direção

¹⁸ A violência contra as mulheres é considerada um problema de saúde pública devido aos seus impactos diretos e indiretos na saúde física e mental das vítimas. Além das lesões físicas e psicológicas imediatas, a violência pode agravar condições de saúde preexistentes e gerar complicações na saúde reprodutiva, podendo resultar também em um ciclo intergeracional de problemas de saúde (Azambuja; Nogueira, 2008; Chrisler; Ferguson, 2006).

dessa influência. As evidências mais alinhadas aos chamados “modelos de barganha conjugal” apontam que o trabalho pode atuar como um fator protetivo, enquanto outros indícios sinalizam que o trabalho pode ser considerado um fator de risco para as mulheres, o que corroboraria as chamadas “teorias de *backlash*” (Bhattacharyya; Bedi; Chhachhi, 2011; Fox *et al.*, 2002).

Considerando tal debate, o **problema investigativo** que norteia o *estudo 2* da presente Tese de Doutorado, apresentado neste capítulo, é: ter um emprego remunerado influencia a ocorrência de violência doméstica contra as mulheres no Brasil? Assim, o **objetivo geral** é verificar, com dados da Pesquisa Nacional de Saúde (PNS) de 2019 aplicados em regressões com variáveis instrumentais, se existe uma relação entre o emprego feminino e a probabilidade de ocorrência de violência contra as mulheres no contexto brasileiro. Para isso, são analisadas separadamente as diferentes formas de violência, incluindo: i) violência física (que envolve tapas, empurrões, socos, chutes, estrangulamento, queimaduras ou ameaças com armas ou objetos); ii) violência psicológica (caracterizada por ofensas, humilhações, gritos, xingamentos, exposição virtual, entre outras formas de abuso emocional); e iii) violência sexual (quando a mulher é tocada, beijada, ameaçada ou forçada a ter relações sexuais contra sua vontade).

Baseando-se na literatura brevemente supracitada, a **hipótese principal** a ser testada no presente estudo é a de que as mulheres engajadas em um trabalho remunerado teriam menor probabilidade de serem vítimas de violência doméstica. Essa hipótese é embasada pela ideia de que o trabalho funcionaria como um fator protetivo às mulheres, alinhando-se aos “modelos de barganha conjugal”. Em contrapartida, a **hipótese alternativa** é a de que o trabalho poderia aumentar o risco de vitimização feminina, conforme argumentado pelas “teorias de *backlash*”.

Além disso, serão realizadas estimações que consideram as diferentes vivências das mulheres brasileiras, particularmente em relação à questão racial e à renda familiar – ou seja, avaliações de efeitos heterogêneos. Isto porque se compreende que o efeito do trabalho, se existente, pode variar conforme outras características das mulheres. Assim, utilizando recortes que segmentam as mulheres em subamostras, espera-se encontrar evidências adicionais que qualifiquem o debate e proporcionem uma compreensão mais detalhada da relação em análise.

Vale ressaltar que, embora já existam trabalhos que tenham examinado a prevalência da violência contra as mulheres com base nas informações da PNS 2019 – afinal, esta é uma das únicas bases de dados disponibilizadas a nível nacional que questiona a população sobre suas experiências com violência –, eles não desenvolvem a mesma discussão aqui proposta. Um dos trabalhos existentes é Vasconcelos *et al.* (2021), que estimaram a prevalência e os fatores associados à violência contra as mulheres infligida por parceiro íntimo. As autoras observaram uma maior prevalência de violência entre mulheres jovens e com menores níveis de renda.

Mascarenhas *et al.* (2021) também estimaram a prevalência de exposição à violência, mas suas análises incluíram, adicionalmente, os homens que informaram à pesquisa terem sofrido algum tipo de agressão. Dentre os principais resultados, constatou-se a frequência maior de violência contra as mulheres quando comparadas aos homens, especificamente de violência psicológica e sexual, além de evidências de prevalência de violência por parceiro íntimo.

Já Minayo, Pinto e Silva (2022) tiveram como objetivo principal investigar a associação entre atributos sociodemográficos, comportamentais e de autoavaliação de saúde e a ocorrência de violência; de forma similar a Mascarenhas *et al.* (2021), este trabalho incluiu os dados relativos à ocorrência de violência contra os homens. Os autores apontaram que as mulheres apresentam uma probabilidade 8% superior de sofrer qualquer um dos três tipos de violência considerados (física, psicológica e sexual) em comparação aos homens.

Diferentemente de tais análises mais amplas, o *estudo 2* foca na relação específica entre o emprego remunerado das mulheres e a probabilidade de ocorrência de violência, explorando essa dinâmica a partir de estimações econométricas com variáveis instrumentais. Tal abordagem possibilita avançar na compreensão do papel do trabalho como provável fator protetivo ou, alternativamente, como elemento associado ao aumento do risco de vitimização, contribuindo diretamente para o debate teórico sobre os “modelos de barganha conjugal” e as “teorias de *backlash*” com as evidências da realidade das mulheres brasileiras.

Antecipadamente, sintetizando os resultados aqui obtidos, cabe destacar que foi possível observar que, em alguns modelos sem correção para endogeneidade, há significância estatística e relação positiva entre o trabalho remunerado e a ocorrência de violência doméstica, tanto no caso geral como especificamente na violência psicológica. Porém, ao corrigir a endogeneidade, a associação para qualquer tipo de violência se inverte, passando a ser negativa, sugerindo um efeito protetivo do trabalho remunerado – e a importância da estratégia empírica adotada.

Ademais, a análise de heterogeneidade aprofundou esses resultados, indicando que o efeito protetivo do emprego se concentra predominantemente nas mulheres brancas. Nestas, o trabalho remunerado está associado a uma redução na probabilidade de vitimização, tanto para violência física quanto psicológica. Por outro lado, nas mulheres pretas, os achados sugerem um padrão oposto: a participação no mercado de trabalho está relacionada a um aumento na probabilidade de ocorrência de violência psicológica. Tais resultados reforçam a hipótese de que a dinâmica entre o emprego remunerado e a violência doméstica não é homogênea, mas sim mediada por marcadores sociais como cor/raça, de tal modo que é fundamental considerar interseccionalidades entre raça e gênero ao analisar as dinâmicas da violência doméstica.

Além desta apresentação introdutória, este capítulo é composto por outras seis seções. Na segunda seção, são revisadas as discussões teóricas sobre a problemática da violência contra as mulheres, abordando suas causas e efeitos e explorando as teorias que relacionam o trabalho remunerado à ocorrência de violência. A seção é finalizada com a discussão sobre as principais evidências empíricas existentes na literatura sobre o tema aqui revisado. Na terceira seção, são discutidas estatísticas descritivas referentes à incidência de violência contra as mulheres no Brasil segundo atributos socioeconômicos e demográficos selecionados. Na quarta seção, são detalhados os procedimentos metodológicos adotados. A quinta seção apresenta e debate os resultados obtidos nas regressões. Por último, a sexta seção apresenta as conclusões do estudo.

3.2. Revisão teórica e empírica

3.2.1. Violência contra as mulheres: causas e efeitos

A violência contra as mulheres¹⁹ é uma questão de saúde pública que acomete os países de todo o mundo, independentemente de suas origens históricas, religiosas e socioeconômicas. Apesar de se configurar um problema antigo, apenas no fim da década de 1970 passou a receber a atenção necessária enquanto questão a ser combatida de modo global e articulado. Isso teve início com a realização da “Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres” (pela sigla em inglês, Convenção CEDAW), realizada pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 1979, que definiu oficialmente a violência contra as mulheres como um crime contra a humanidade. Não é possível, contudo, deixar de destacar que, antes do reconhecimento das organizações multilaterais, já havia décadas de ações de movimentos feministas buscando visibilidade para o assunto (Azambuja; Nogueira, 2008; Heise, 1994).

¹⁹ Ao discutir violência contra as mulheres, é comum encontrar uma diversidade de termos. Violência de gênero, por exemplo, é considerada o conceito mais amplo por abarcar não apenas a violência contra as mulheres, mas também contra crianças, adolescentes e idosos de ambos os sexos; a ideia subjacente ao conceito é a da possibilidade concedida aos homens pela estrutura patriarcal de exercer o poder de punição por meio de atos violentos contra aqueles que se desviem da norma (Saffioti, 2001). Violência doméstica também está associada à agressão contra mulheres – como postula especificamente a Lei Maria da Penha, por exemplo – mas também contra outros membros vulneráveis da unidade domiciliar (Garcia-Moreno; Guedes; Knerr, 2012). Enfim, a violência por parceiro íntimo (VPI) especifica particularmente as violências que as mulheres sofrem de seus cônjuges ou ex-cônjuges; é o tipo mais comum de violência que aflige as mulheres (Vasconcelos, 2021). Nesta Tese, opta-se por utilizar, de forma equivalente, os termos “violência doméstica”, “violência contra as mulheres” e, eventualmente, “violência por parceiro íntimo” para se referir a ações ou comportamentos que resultam em danos físicos, psicológicos ou sexuais às mulheres, particularmente quando perpetrados por cônjuges ou ex-cônjuges.

Alguns anos depois da Convenção CEDAW, em 1993, foi proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas (1993) a “Declaração sobre a Eliminação da Violência contra as Mulheres”, considerada como o ponto fundamental do reconhecimento dessa questão como um problema de saúde pública. Esta Declaração estabeleceu a violência contra as mulheres como “qualquer ato de violência baseado no gênero do qual resulte, ou possa resultar, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico para as mulheres”.

Pode-se defender que a base da violência contra as mulheres é a construção histórica e social de relações de poder desiguais entre homens e mulheres, sendo que ao primeiro grupo é concedido e legitimado o exercício de controle e subordinação do segundo, inclusive por meio de atos violentos. As estruturas sociais que possibilitaram a consolidação da ideia de superioridade masculina permeiam todas as relações sociais, de tal forma que a violência contra as mulheres pode ser interpretada até mesmo como algo “natural”. Assim, a violência impacta potencialmente todas as mulheres, independentemente de cor/raça, faixa etária, classe social ou religião (Assembleia Geral das Nações Unidas, 1993; Brilhante *et al.*, 2016; Díaz; Miranda, 2010; Heise, 1994; Lucena *et al.*, 2016; Tiefenthaler, 2012; Watts *et al.*, 2001).

É importante assinalar que a violência é um fenômeno social milenar que afeta também os homens, mas há uma diferença fundamental quanto à sua natureza. Enquanto eles são primordialmente vitimizados por estranhos ou conhecidos em conflitos na rua, os principais perpetradores de violência contra mulheres são pessoas com as quais elas têm um profundo vínculo afetivo (Brilhante *et al.*, 2016; Garcia-Moreno; Guedes; Knerr, 2012; Heise, 1994).

Nesse sentido, o que é entendido como o ciclo da violência contra as mulheres contribui, em grande medida, para entender as particularidades desse tipo de violência, bem como as dificuldades que as vítimas, muitas vezes, possuem para romper os laços com o perpetrador. É defendido que o ciclo da violência contra as mulheres é composto por três fases: i) acumulação da tensão; ii) explosão; e iii) “lua de mel” (Lucena *et al.*, 2016).

Na fase de acumulação da tensão, ocorrem episódios de violência verbal, intimidação e provocação e, normalmente, costuma persistir por um prolongado período até culminar em uma explosão, em que há um episódio agudo de violência física. Passada a fase explosiva, começa a fase de “lua de mel”, em que o agressor demonstra arrependimento para a vítima, realiza promessas de mudanças e tenta compensá-la pelo ocorrido. No entanto, pouco tempo depois, a tendência é a de se retornar à fase de acumulação de tensão, tornando o fenômeno de violência algo recorrente (Lucena *et al.*, 2016; Senado Federal, 2018).

A violência contra as mulheres deve ser combatida por se constituir uma violação dos direitos humanos, já que mina as mulheres de alcançar todo o seu potencial (Heise, 1994). Como

já mencionado, as vítimas frequentemente acabam desenvolvendo problemas de saúde física – por exemplo, hipertensão arterial, doenças cardíacas, paralisia facial e alterações no sistema endócrino – e psicológica – como transtornos de ansiedade, distúrbios do sono e alimentação e depressão –, além de inclinação a comportamentos nocivos – abuso de álcool e tentativas de suicídio, entre outros (Adeodato *et al.*, 2005; Campbell, 2002; Lucena *et al.*, 2016, 2012).

Ressalva-se que as consequências deletérias não se restringem às vítimas. Isto porque também desencadeiam custos sociais importantes, como menor produtividade no trabalho das mulheres, custos financeiros e organizacionais aos empregadores e maiores gastos públicos com atendimento às vítimas (Díaz; Miranda, 2010; Heise, 1994; Moe; Bell, 2004; Tolman, 2011).

A violência doméstica também pode impactar os filhos das vítimas. Frequentemente, crianças que testemunham tal situação enfrentam dificuldades emocionais e comportamentais, como aumento da ansiedade, baixa autoestima e maior propensão a desenvolver padrões de comportamento agressivo ou retraído. Além disso, pode haver prejuízos ao desenvolvimento cognitivo, afetando funções essenciais para a aprendizagem e o bom desempenho acadêmico. Assim, tais limitações podem gerar dificuldades para alcançar níveis mais elevados de educação e acesso a empregos mais bem remunerados, contribuindo à perpetuação de um ciclo de desigualdade social (Edleson, 1999; Graham-Bermann; Levendosky, 1998; Howell *et al.*, 2016). Por isso, ao pensar desenvolvimento econômico, é importante considerar essa discussão; não à toa o combate a todas as formas de violência contra todas as mulheres e meninas é uma das submetas dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS)²⁰ das Nações Unidas (2024).

Além disso, devido à sua natureza multidisciplinar, a violência contra as mulheres é abordada em publicações de diferentes áreas do conhecimento. Porém, no campo da Economia, essa temática ainda é relativamente recente (Brilhante *et al.*, 2016; Díaz; Miranda, 2010). Uma das principais investigações na vertente econômica é a possível relação existente entre o *status* de ocupação da mulher e a ocorrência de violência, embora não existam abordagens teóricas ou evidências empíricas consensuais sobre o tema – argumento embasado na próxima subseção.

²⁰ Os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) consistem em uma agenda global estabelecida pela Organização das Nações Unidas (ONU), composta por 17 objetivos que buscam promover o desenvolvimento sustentável até 2030 – por isso, também é comumente chamada de Agenda 2030. As metas abordam questões como a erradicação da pobreza e da fome, a garantia de acesso à água potável e saneamento básico, a ampliação do acesso a fontes de energias sustentáveis e, dentre elas, a promoção da igualdade de gênero. Essa, que é a quinta meta da Agenda 2030, inclui submetas relacionadas ao fim da discriminação contra mulheres e meninas, ao reconhecimento do trabalho doméstico não remunerado e, diretamente ligado ao objeto de estudo desse trabalho, à eliminação de todas as formas de violência contra as mulheres.

3.2.2. Violência contra as mulheres e *status* ocupacional: referencial teórico

Na literatura, a relação entre o *status* de ocupação da mulher e a ocorrência de violência doméstica não é clara ou conclusiva em termos do trabalho atuar como um fator protetivo ou um fator de risco para o processo de vitimização. Assim, a presente subseção tem como objetivo apresentar, de forma sintetizada, as principais ideias teóricas existentes que abordam a possível relação violência-ocupação (Bhattacharyya; Bedi; Chhachhi, 2011; Fox *et al.*, 2002).

Primeiramente, cabe apontar que os “modelos de barganha conjugal” preconizam que um aumento nas oportunidades econômicas permitiria que a mulher obtivesse opções fora do relacionamento. Assim, haveria uma queda do limite de tolerância ao abuso do parceiro (Chin, 2012; Iregui-Bohórquez; Ramírez-Giraldo; Tribín-Uribe, 2019; Vyas; Mbwanbo; Heise, 2015).

A ideia é que a independência financeira, alcançada devido à obtenção de uma ocupação remunerada, aumentaria a probabilidade de a mulher influenciar a dinâmica do relacionamento violento, o que poderia culminar em redução da ocorrência de violências ou até mesmo no divórcio (Lenze; Klasen, 2016). Assim, o emprego possibilitaria o fortalecimento do que Chin (2012) chama de “*fallback position*”, que pode ser entendido como o nível de utilidade que a mulher obtém fora do relacionamento. Ao fortalecer sua “*fallback position*”, a mulher ganharia poder de barganha e, com isso, poderia agir para diminuir os episódios violentos infligidos por seu parceiro íntimo. Ou seja, mesmo que a mulher não abandone o relacionamento, o fato de que ela possa de fato fazer isso já atuaria na diminuição dos casos de abuso (Heath, 2014).

Segundo Vyas, Mbwanbo e Heise (2015), uma tradicional crítica que os “modelos de barganha conjugal” recebem provém dos teóricos de gênero, que apontam que estes modelos falham em considerar plenamente a complexidade das relações de gênero e a extensão com que os membros de um domicílio são tratados como indivíduos “generificados”. Isto porque, mesmo inserida no mercado de trabalho, a mulher pode não ter a mesma capacidade de exercer o seu poder de barganha. Há limitações impostas por regras sociais e de gênero para transformar o *status* de ocupação em poder de barganha que diminua efetivamente a violência sofrida.

Por outro lado, os “modelos de *backlash*” focam no papel simbólico do *status* de ocupação da mulher e, ao fazer isso, sugerem que o emprego pode, na verdade, aumentar o risco de ocorrência de violência doméstica ao invés de atuar como um fator protetivo. As mulheres que trabalham, ao desafiar o que é socialmente estabelecido sobre os papéis que homens e mulheres deveriam exercer (dominância masculina e dependência feminina), sofreriam maiores riscos de violência na medida em que o homem, se sentindo ameaçado e intimidado, tentaria

reforçar sua autoridade e manter a dominância no relacionamento por meio da violência (Chin, 2012; Fox *et al.*, 2002; Iregui-Bohórquez; Ramírez-Giraldo; Tribín-Urbe, 2019; Lenze; Klasen, 2016). A essa discussão está implícita a construção da masculinidade baseada em noções de domínio, insensibilidade e honra; já as mulheres são atreladas a comportamentos de obediência, fidelidade e responsabilidade pelos cuidados da casa e família (Vasconcelos *et al.*, 2021).

Enfim, é possível ainda mencionar a “teoria dos recursos”, que, sucintamente, entende que o *déficit* de recursos para o atendimento das necessidades de subsistência da família pode atuar como um potencializador da violência. Assim, chama atenção ao uso de violência como subjacente ao (des)equilíbrio de recursos entre os casais. Nos casais em que o homem trabalha há mais tempo e tem maior capacidade monetária de provisão, a violência masculina pode ser interpretada como um “privilégio” adquirido em função da maior contribuição e, assim, um reflexo da maior vulnerabilidade econômica da mulher (Fox *et al.*, 2002).

Ou seja, a “teoria dos recursos” é consistente com a visão de que a violência tende a ser utilizada como o último artifício possível ao homem em um relacionamento em que sua parceira contribui mais para o bem-estar econômico domiciliar do que ele. A fim de tentar manter a dinâmica de poder inalterada, o homem recorrerá a ameaças e força (Fox *et al.*, 2002).

3.2.3. Violência contra as mulheres e *status* ocupacional: revisão empírica

O Quadro 3.1 sintetiza os principais resultados encontrados sobre a relação entre *status* ocupacional da mulher e violência doméstica. Assim como a discussão teórica, as evidências não são conclusivas. Há trabalhos que apontam um efeito protetivo do emprego, outros indicam um efeito de maior risco de exposição a situações de violência e alguns não encontram relação significativa. Alguns estudos qualificam o trabalho da mulher e averigam efeitos heterogêneos.

Burazeri *et al.* (2005), ao analisarem informações sobre mulheres na Albânia, observam que aquelas que trabalham em ocupações de “colarinho branco” incorrem em risco maior do que as ocupadas em empregos de “colarinho azul”²¹, em trabalho doméstico ou que estão desempregadas. Os autores argumentam que tal resultado pode ser atribuído ao fato de o país ser conservador e as mulheres que alcançam melhores empregos estarem mais sujeitas à violência porque os homens recorrem a ela como “último recurso” para tentar manter a hierarquia de poder de gênero.

²¹ Por “colarinho branco”, os autores estão fazendo referência às ocupações de escritório ou comerciais, enquanto “colarinho azul” são os trabalhos na indústria e agricultura

Quadro 3.1 - Síntese da revisão de trabalhos aplicados que investigam a relação entre o status de ocupação da mulher e a ocorrência de violência

Trabalhos	Delimitações Geográficas / Temporais	Metodologias	Efeito protetivo, aumento do risco ou ausência de relação estatisticamente significativa?
Macmillan e Gartner (1999)	Canadá / 1993	Quantitativa (Regressões Logísticas)	Ausência de relação estatisticamente significativa
Fox <i>et al.</i> (2002)	Estados Unidos / 1988, 1990 e 1994	Quantitativa (Regressões Logísticas)	Ausência de relação estatisticamente significativa
Hindin e Adair (2002)	Filipinas / 1993	Quantitativa (Regressões Logísticas e por MQO)	Ausência de relação estatisticamente significativa
Bates <i>et al.</i> (2004)	Bangladesh / 2002	Qualitativa (análise de entrevistas) e Quantitativa (Regressões Logísticas)	Aumento do risco (renda)
Burazeri <i>et al.</i> (2005)	Albânia / 2003	Quantitativa (Regressões Logísticas)	Efeito protetivo (a depender do tipo de trabalho da mulher)
Gage (2005)	Haiti / 2000	Quantitativa (Regressões Logísticas)	Efeito protetivo (renda)
Naved e Persson (2005)	Bangladesh / 2000 e 2001	Quantitativa (Regressões Logísticas)	Aumento do risco (renda; para mulheres que de áreas rurais)
Villarreal (2007)	México / 2003	Quantitativa (Regressões <i>Probit</i> com uso de variável instrumental)	Efeito protetivo
Krishnan <i>et al.</i> (2010)	Índia / 2005 e 2006	Quantitativa (Regressões Logísticas)	Aumento do risco
Bhattacharyya, Bedi e Chhachhi (2011)	Índia / 2006	Quantitativa (Regressões <i>Probit</i> com uso de variável instrumental)	Efeito protetivo
Chin (2012)	Índia / 1998 e 1999	Quantitativa (MQO e uso de variável instrumental)	Efeito protetivo
Heath (2014)	Bangladesh / 2009	Quantitativa (Regressões <i>Probit</i>)	Aumento do risco (a depender de educação e idade ao casar)
Vyas, Mbwanbo e Heise (2015)	Tanzânia / 2009	Qualitativa (análise de entrevistas)	Ausência de relação
Lenze e Klasen (2016)	Jordânia / 2007	Quantitativa (MQ2E com uso de variável instrumental)	Ausência de relação estatisticamente significativa
Paul (2016)	Índia / 2005 e 2006	Quantitativa (MPL e regressões logísticas)	Aumento do risco
Cerqueira, Moura e Izumino (2019)	Brasil / 2009	Quantitativa (Regressões <i>Probit</i> com uso de variável instrumental)	Efeito protetivo (quando o casal coabitava), mas aumento do risco (quando a mulher não morava mais com o cônjuge)
Iregui-Bohórquez, Ramírez-Giraldo e Tribín-Urbe (2019)	Colômbia / 2009 a 2013	Quantitativa (Regressões com uso de variável instrumental)	Efeito protetivo (para as mulheres que trabalhavam na indústria ou no comércio), mas aumento do risco (para aquelas do setor de serviços)
Bhalotra <i>et al.</i> (2020)	31 países em desenvolvimento / 2005 a 2016	Quantitativa (Regressões por MQO)	Aumento do risco (a depender do acesso a divórcio)
Biswas e Thampi (2021)	Índia / 2015 e 2016	Quantitativa (Regressões <i>Logit</i> com uso de variável instrumental)	Aumento do risco
Dildar (2021)	Turquia / 2008 e 2014	Quantitativa (MQ2E com uso de variável instrumental)	Ausência de relação estatisticamente significativa

Fonte: elaboração própria com base nos trabalhos citados no quadro.

Observação: MQO = Mínimos Quadrados Ordinários. MQ2E = Mínimos Quadrados em dois estágios.

Iregui-Bohórquez, Ramírez-Giraldo e Tribín-Urbe (2019) também qualificam a relação entre o *status* de ocupação das mulheres e a ocorrência de violência ao investigarem o setor no qual estão inseridas e encontram evidências, de certa forma, opostas àquelas supracitadas. Os resultados indicaram que trabalhar na indústria ou no comércio está associado a um menor risco de violência, devido às melhores condições de trabalho e remuneração. Porém, as trabalhadoras dos serviços demonstram uma maior vulnerabilidade à vitimização. Isso pode ocorrer devido a longas jornadas de trabalho, inclusive à noite e aos fins de semana, e à constante interação com os clientes, o que poderia suscitar ciúmes, acusações e violência por parte do parceiro.

O diferencial do trabalho de Krishnan *et al.* (2010) foi o uso de dados longitudinais, possibilitando, assim, uma investigação da ocorrência de violência com as mesmas mulheres ao longo de determinado período. Embasados pela “teoria do *backlash*”, os autores sinalizam e argumentam que mudanças bruscas nos papéis de gênero podem estimular episódios violentos: mulheres desempregadas em um momento e que começaram a trabalhar tinham probabilidade 80% maior de sofrer violência do que aquelas que mantiveram o *status* de desemprego.

Já Heath (2014) apresenta evidências de aumento do risco de vitimização das mulheres engajadas em um trabalho remunerado; contudo, somente para aquelas com menores níveis de escolaridade ou que eram jovens no primeiro casamento. A autora argumentou que isso sustenta a ideia de que os homens recorrem à violência para neutralizar o aumento do poder de barganha que as mulheres adquirem quando trabalham (“teoria do *backlash*”). No entanto, aquelas com poder de barganha suficientemente alto conseguem escapar da dinâmica abusiva.

Algumas investigações não chegaram a relações estatisticamente significativas. Porém, cabe trazer qualificações que alguns deles fazem sobre os seus achados. Macmillan e Gartner (1999) foi um dos primeiros trabalhos a chamar atenção para a necessidade de entender o trabalho como um fator simbólico fundamental à identidade, autoestima e saúde mental das pessoas e não apenas um meio para obter recursos econômicos. Assim, eles sugeriram que, ao investigar o impacto do trabalho feminino na ocorrência de violência, é necessário considerar não apenas o *status* de ocupação da mulher, que não mostrou associação significativa com a violência, mas sim o efeito simultâneo e interdependente do *status* de emprego de ambos os cônjuges. Os resultados do estudo corroboram essa hipótese.

De modo similar, Fox *et al.* (2002) também destacaram a importância de considerar a interface entre os *status* de emprego da mulher e de seu cônjuge. *A priori*, este trabalho não obteve evidências de relações significantes entre o *status* de emprego da mulher e a ocorrência de violência. No entanto, isso se alterou quando foi considerada a percepção que os cônjuges possuíam sobre o desempenho profissional um do outro.

Vyas, Mbwanbo e Heise (2015) utilizaram dados de entrevistas semiestruturadas com mulheres da Tanzânia e os resultados contrariaram os modelos de barganha conjugal. Isto porque foi observado que o acesso a renda por meio do emprego não necessariamente resulta em fortalecimento do poder de barganha delas, de modo a permitir que negociem a diminuição dos episódios de violência ou mesmo que possam deixar o relacionamento. Na verdade, no estudo supracitado, o fator que importa é a rede de apoio da mulher, especialmente a familiar.

No entanto, as autoras destacaram o efeito positivo de ter uma renda independente na vida dessas mulheres. Isso se deve tanto à capacidade de suprir suas próprias necessidades, das crianças e de outros familiares, quanto ao fato de que o acesso a renda se mostra importante para reduzir uma fonte de tensão que frequentemente resulta em violência contra as mulheres: a dependência financeira dos maridos para atender às demandas domésticas.

Bates *et al.* (2004), Gage (2005) e Naved e Persson (2005) não se concentraram especificamente no engajamento das mulheres em ocupações remuneradas, mas sim no acesso à renda. Gage (2005), analisando dados de mulheres haitianas, observou que aquelas com renda tinham menor risco de serem vítimas de violência, especificamente física e emocional. Naved e Persson (2005) identificaram impactos diferentes dependendo da localização do domicílio: mulheres que residiam em áreas rurais com renda apresentavam maior risco de sofrer violência doméstica, enquanto mulheres urbanas com renda não mostraram o mesmo resultado.

Já Bates *et al.* (2004) encontraram evidências quantitativas de que as mulheres que contribuem mais às despesas domésticas tinham maior probabilidade de serem vitimizadas. Já as evidências qualitativas obtidas por meio de entrevistas qualificaram essa evidência ao indicar que as mulheres gravemente abusadas, que tinham acesso à renda, conseguiam atender melhor às necessidades dos filhos, mas isso não resultava em independência frente aos maridos. Na verdade, em muitos casos, as mulheres tinham renda quando os seus maridos não estavam empregados e, ao invés de utilizarem a independência financeira para sair da situação de abuso, tendiam a direcionar ao sustento familiar.

Bhalotra *et al.* (2020), por sua vez, se destacam por realizar uma análise com dados em painel abrangendo mais de 30 países em desenvolvimento. Eles adotaram uma abordagem que considera os choques macroeconômicos na taxa de desemprego e os relacionando à ocorrência de violência doméstica por parceiro íntimo. Os autores encontraram evidências de que um aumento no emprego feminino está associado a maior violência, corroborando, assim, a “teoria do *backlash*”. Esse resultado é qualificado com a evidência adicional de que a associação está totalmente relacionada aos países onde as mulheres enfrentam barreiras sociais e legais para acessar um processo de divórcio.

O trabalho de Cerqueira, Moura e Izumino (2019) merece destaque por ser o único encontrado na literatura que investiga empiricamente a relação entre a participação feminina no mercado de trabalho e a violência doméstica contra as mulheres no Brasil. Com dados da PNAD de 2009, do IBGE, e fundamentados nos modelos de “barganha conjugal” e de “*backlash*”, os resultados obtidos estão de acordo com as duas teorias, a depender do *status* de relacionamento da mulher. Para aquelas que coabitavam com o parceiro, notou-se uma relação negativa entre o trabalho e a violência, corroborando as ideias dos modelos de “barganha”. Para aquelas que não moravam com o cônjuge, a relação foi fortemente positiva, em consonância com o modelo de “*backlash*”.

Cabe ressaltar que o *estudo 2* da presente Tese de Doutorado se diferencia do trabalho de Cerqueira, Moura e Izumino (2019) por utilizar uma base de dados distinta e mais recente. Ademais, se beneficiando da estrutura do questionário da PNS, outra contribuição é a análise do fenômeno segundo os tipos de violência doméstica – o que é detalhado na próxima seção.

Por último, convém mencionar os trabalhos de Mascarenhas *et al.* (2021), Minayo, Pinto e Silva (2022) e Vasconcelos *et al.* (2021), que também utilizaram os dados da PNS 2019 para investigar aspectos relacionados à ocorrência de violência no Brasil. No entanto, esses trabalhos possuem objetivos distintos daqueles sintetizados no Quadro 3.1, que reúne estudos da literatura empírica voltados especificamente para a análise da relação entre emprego e violência contra as mulheres – o que justifica, assim, a não inclusão deles no Quadro.

Mascarenhas *et al.* (2021) e Minayo, Pinto e Silva (2022) investigam a prevalência de violência entre adultos no Brasil, a associando a algumas características sociais, econômicas e demográficas. Além disso, ambos os estudos incluem em suas análises informações sobre a violência contra homens brasileiros, o que os distanciam do foco deste estudo. Já Vasconcelos *et al.* (2021) tem como objetivo analisar a ocorrência de violência perpetrada contra mulheres por parceiros íntimos, se aproximando mais da temática aqui explorada. Apesar de identificar diversos fatores associados a esse tipo de violência, fugiu do escopo do trabalho uma análise centrada na relação entre trabalho remunerado e vitimização das mulheres, o que é feito aqui.

3.3. Análises descritivas: caracterização da violência contra as mulheres no Brasil

Essa seção apresenta uma breve caracterização da incidência de violência doméstica no Brasil com dados da PNS 2019. Para isso, são analisados valores médios segundo atributos locais (macrorregiões geográficas e situação domiciliar – urbano ou rural) e individuais

das mulheres (idade, nível educacional, cor/raça, rendimento domiciliar e *status* do emprego). Todos os cálculos consideraram os fatores de ponderação da amostra disponibilizados na PNS para garantir resultados representativos, conforme as recomendações da própria pesquisa.

A Tabela 3.1 apresenta a incidência de violência contra as mulheres no Brasil e em suas macrorregiões geográficas. Observa-se que 6,95% das mulheres reportaram terem sido vítimas de algum tipo de violência por parte de cônjuge ou ex-cônjuge em 2019 no país, com maior incidência de violência psicológica (6,45%), seguida de violência física (2,26%) e sexual (0,53%) – padrão similar ao observado por Vasconcelos *et al.* (2021). Em termos regionais, o Nordeste e o Sudeste foram as únicas regiões com taxas acima da média nacional para a violência doméstica de forma indiscriminada. As violências física e psicológica possuem padrões semelhantes, com médias de mulheres agredidas no Nordeste e no Sudeste superiores à média nacional. Além disso, somente o Sudeste apresenta um comportamento acima da média para a vitimização sexual.

Tabela 3.1 - Brasil: incidência de violência doméstica, de acordo com as macrorregiões geográficas (2019)

Brasil e macrorregiões	Vítima de qualquer tipo de violência	Vítima de violência física	Vítima de violência psicológica	Vítima de violência sexual
Brasil	6,95%	2,26%	6,45%	0,53%
Norte	6,36%	2,04%	5,70%	0,41%
Nordeste	7,58%	2,34%	7,03%	0,51%
Sul	6,51%	1,95%	5,90%	0,32%
Sudeste	7,04%	2,47%	6,64%	0,68%
Centro-Oeste	5,90%	1,79%	5,43%	0,34%

Fonte: PNS de 2019. Elaboração própria.

A Tabela 3.2 mostra a incidência de violência doméstica segundo a situação domiciliar (urbano ou rural). Mulheres residentes em áreas urbanas relataram uma taxa maior de violência (aproximadamente 7%) em comparação às mulheres residentes em áreas rurais (um pouco mais de 5%). Ao desagregar por tipo de violência, verifica-se uma inversão desse padrão somente para a ocorrência de violência sexual.

Tabela 3.2 - Brasil: incidência de violência doméstica, de acordo com as situações dos domicílios (2019)

Situações	Vítima de qualquer tipo de violência	Vítima de violência física	Vítima de violência psicológica	Vítima de violência sexual
Urbano	7,23%	2,44%	6,68%	0,51%
Rural	5,29%	1,22%	5,05%	0,63%

Fonte: PNS de 2019. Elaboração própria.

A Tabela 3.3 detalha a incidência de violência conforme as faixas etárias das mulheres. Verifica-se a existência de uma tendência de diminuição da violência com o aumento da idade, assim como foi observado em outros trabalhos (Burazeri *et al.*, 2005; Chatha; Ahmad; Sheikh,

2014; Macmillan; Gartner, 1999; Vasconcelos *et al.*, 2021; Villarreal, 2007; Yakubovich *et al.*, 2018). Destaca-se que mais de 9% das mulheres de 18 a 25 anos relataram terem sofrido algum tipo de violência, taxa que diminui para aproximadamente 4,5% entre as mulheres com 50 anos ou mais. Padrão similar é constatado para a vitimização física e psicológica, com uma redução mais clara de incidência entre as mulheres da última faixa etária. Em contrapartida, a violência sexual é uma exceção, com a maior taxa observada entre mulheres de 36 a 49 anos.

Tabela 3.3 - Brasil: incidência de violência doméstica, segundo as faixas etárias das mulheres (2019)

Faixas Etárias	Vítima de qualquer tipo de violência	Vítima de violência física	Vítima de violência psicológica	Vítima de violência sexual
18 a 25 anos	9,17%	3,48%	8,28%	0,41%
26 a 35 anos	7,81%	3,23%	7,34%	0,32%
36 a 49 anos	7,69%	2,36%	7,13%	0,81%
50 anos ou mais	4,45%	0,89%	4,15%	0,37%

Fonte: PNS de 2019. Elaboração própria.

Na Tabela 3.4, são expostas as informações sobre a violência doméstica de acordo com o nível educacional das mulheres. Ao contrário da faixa etária, na qual havia um claro padrão de diminuição da incidência de violência com o aumento da idade, pelo nível educacional não se observa o mesmo. Este resultado pode ser surpreendente, uma vez que seria plausível esperar que a educação atuasse como um fator atenuante na incidência de violência, como foi observado em outros estudos (Kocacik; Dogan, 2006; Koenig *et al.*, 2003; Vasconcelos *et al.*, 2021).

Mulheres entrevistadas por Bates *et al.* (2004) reportaram algo, coerente à discussão feita por Lasong *et al.* (2020), sobre a educação: esta pode permitir que a mulher argumente, se comunique melhor e, conseqüentemente, consiga se defender de ações agressivas do parceiro, além de proporcionar mais oportunidades e maior autonomia feminina. Vasconcelos *et al.* (2021), por sua vez, destacam que mulheres com maior nível educacional tendem a ter maior acesso a recursos sociais, culturais e financeiros, o que pode as proteger da vitimização.

Tabela 3.4 - Brasil: incidência de violência doméstica, segundo o nível educacional das mulheres (2019)

Níveis educacionais	Vítima de qualquer tipo de violência	Vítima de violência física	Vítima de violência psicológica	Vítima de violência sexual
Sem instrução	9,72%	1,60%	9,11%	4,77%
Ensino fundamental incompleto	7,39%	2,70%	7,00%	0,55%
Ensino fundamental completo	6,67%	2,27%	5,98%	0,22%
Ensino médio incompleto	7,52%	2,43%	7,27%	0,26%
Ensino médio completo	6,48%	2,09%	5,88%	0,34%
Ensino superior incompleto	6,78%	1,73%	6,35%	0,37%
Ensino superior completo	6,62%	2,12%	6,15%	0,33%

Fonte: PNS de 2019. Elaboração própria.

Os dados sobre vitimização indiscriminada mostram que, em 2019, a maior taxa foi entre mulheres sem instrução, seguidas por mulheres com ensino médio incompleto e ensino fundamental incompleto, respectivamente. A menor taxa foi observada entre mulheres com ensino médio completo. Os dados de violência física reforçam a ausência de um padrão claro: mulheres sem instrução apresentaram a menor taxa de vitimização, enquanto aquelas com ensino fundamental incompleto e ensino médio incompleto tiveram as maiores taxas.

Para a violência psicológica, mulheres sem instrução tinham a maior taxa de incidência, enquanto aquelas com ensino médio completo a menor. Apenas os dados de vitimização sexual estão alinhados à ideia de um efeito protetivo da educação, com uma discrepância significativa da incidência desse tipo de agressão nas mulheres sem instrução (quase 5%) e naquelas com algum grau de escolaridade, ainda que incompleto (taxas não ultrapassam 0,6%).

A Tabela 3.5, por sua vez, permite examinar a violência de acordo com a cor/raça. As mulheres autodeclaradas pretas apresentaram uma maior incidência de violência de forma geral, seguidas pelas pardas e brancas, respectivamente. Ademais, a vitimização física foi maior nas mulheres pretas e pardas, com padrão similar para a ocorrência de violência psicológica. Já a violência sexual foi maior entre as mulheres brancas. Em todos os recortes, as amarelas ou indígenas apresentaram as menores incidências de violência doméstica. Estas evidências são relativamente alinhadas às discussões de Vasconcelos *et al.* (2021) e Yakubovich *et al.* (2018), que sinalizaram uma maior probabilidade de as mulheres não-brancas serem vitimizadas.

Tabela 3.5 - Brasil: incidência de violência doméstica, de acordo com a cor/raça das mulheres (2019)

Cor/raça	Vítima de qualquer tipo de violência	Vítima de violência física	Vítima de violência psicológica	Vítima de violência sexual
Mulher branca	6,75%	1,84%	6,39%	0,71%
Mulher preta	7,74%	2,60%	7,11%	0,35%
Mulher parda	6,96%	2,60%	6,36%	0,40%
Mulher amarela ou indígena	6,56%	1,53%	5,90%	0,22%

Fonte: PNS de 2019. Elaboração própria.

A Tabela 3.6 expõe a incidência de violência contra as mulheres conforme as faixas de rendimento domiciliar mensal. Mais de 10% das mulheres com renda domiciliar mensal de até meio salário mínimo afirmaram terem sido vítimas de algum tipo de agressão, enquanto a taxa para mulheres de famílias com rendimento de 10 a 20 salários mínimos foi de 4,31%. Para as diferentes formas de violência, o padrão se mantém: as menores faixas exibiram as maiores taxas de violência física e psicológica. A única exceção é a violência sexual, cuja maior taxa se deu entre mulheres com renda de 2 a 3 salários mínimos. Porém, o padrão persiste nas demais

faixas e nenhuma mulher de domicílios com renda superior a 20 salários-mínimos relatou ter sido vítima de agressão sexual. Tais indícios estão alinhados com outros da literatura (Kocacik; Dogan, 2006; Mahapatro; Gupta; Gupta, 2012; Vasconcelos *et al.*, 2021; Wilt; Olson, 1996).

Tabela 3.6 - Brasil: incidência de violência doméstica, de acordo com as faixas de rendimento domiciliar mensal (2019)

Faixas de rendimento domiciliar	Vítima de qualquer tipo de violência	Vítima de violência física	Vítima de violência psicológica	Vítima de violência sexual
Até 1/2 salário mínimo	10,45%	3,58%	8,99%	0,85%
1/2 a 1 salário mínimo	6,58%	2,12%	6,39%	0,46%
1 a 2 salários mínimos	7,99%	2,38%	7,28%	0,53%
2 a 3 salários mínimos	7,23%	2,25%	6,81%	1,09%
3 a 5 salários mínimos	7,04%	2,47%	6,57%	0,50%
5 a 10 salários mínimos	6,15%	2,37%	5,59%	0,23%
10 a 20 salários mínimos	4,31%	0,94%	4,28%	0,03%
Mais de 20 salários mínimos	5,01%	0,47%	4,97%	0,00%

Fonte: PNS de 2019. Elaboração própria.

Por último, a Tabela 3.7 mostra dados sobre a incidência de violência segundo o *status* de trabalho das mulheres. Como esta é a principal relação a ser aqui investigada, tal informação preliminar pode auxiliar mais adiante na análise dos resultados das estimações econométricas. Nota-se que, tanto para a variável que não diferencia os tipos de violência quanto para aquelas que o fazem, a taxa de vitimização foi maior entre mulheres engajadas em trabalho remunerado. Essa seria uma evidência preliminar de que o trabalho não atuaria como um elemento protetivo às mulheres, mas sim de risco. Porém, uma análise de médias não é suficiente para conclusões definitivas. O problema da endogeneidade, que será discutido na próxima seção, deve ser considerado para que sejam obtidas evidências robustas sobre essa relação.

Tabela 3.7 - Brasil: incidência de violência doméstica, segundo o status ocupacional das mulheres (2019)

Status Ocupacional	Vítima de qualquer tipo de violência	Vítima de violência física	Vítima de violência psicológica	Vítima de violência sexual
Mulher trabalha	7,46%	2,37%	6,97%	0,65%
Mulher não trabalha	6,40%	2,14%	5,89%	0,40%

Fonte: PNS de 2019. Elaboração própria.

3.4. Procedimentos metodológicos

A fim de cumprir o objetivo geral do *estudo 2*, são utilizados os dados da PNS de 2019. Um dos módulos da pesquisa é o de violência, que excepcionalmente abrange apenas pessoas

acima de 18 anos – para a maior parte das demais informações, são entrevistadas pessoas acima de 15 anos. Um questionário de violência já tinha sido aplicado na PNS 2013, mas mudanças metodológicas foram incorporadas na versão de 2019, como a adoção de uma lista de tipos de agressões, agrupadas em psicológicas, físicas e sexuais. Os dados das duas edições não são comparáveis e isso justifica o uso apenas do último ano da pesquisa no *estudo 2* (IBGE, 2020).

Em resumo, a PNS define: i) violência física como o uso de força física intencional com o intuito de ferir, lesar ou provocar dor e sofrimento, deixando ou não marcas evidentes no corpo; ii) violência psicológica como ações de rejeição, depreciação, desrespeito ou punição humilhante que cause prejuízos à autoestima, à identidade ou ao desenvolvimento da pessoa vitimizada; e iii) violência sexual como ações em que o agressor se vale de uma posição de poder para obrigar a vítima a ter, presenciar ou participar de alguma forma de interações sexuais (IBGE, 2020).

Para justificar os procedimentos metodológicos utilizados, é importante assinalar que a análise empírica da relação entre a violência doméstica e o *status* ocupacional das mulheres se depara com um potencial problema de endogeneidade. Este problema pode ter duas causas: a simultaneidade e a omissão de variável relevante. Tal omissão, segundo Cerqueira, Moura e Izumino (2019, p. 19), está potencialmente presente em “qualquer análise econométrica de fenômenos sociais”. Isso porque é possível que existam outros fenômenos não mensurados, presentes no termo de erro da equação, que afetam as variáveis dependente e de interesse.

Já quanto à simultaneidade, a literatura discute que a presença de violência contra as mulheres pode as levar a aumentar ou diminuir sua disposição a trabalhar (Cerqueira; Moura; Pasinato, 2019). Assim, a oferta de trabalho das mulheres vitimizadas pode diminuir devido à violência desencadear uma série de problemas de saúde física e mental que podem prejudicar a chance de inserção no mercado de trabalho. Por outro lado, também pode aumentar a oferta de trabalho na medida em que as mulheres procuram meios para transformar sua própria realidade (Bhattacharyya; Bedi; Chhachhi, 2011; Lenze; Klasen, 2016). O problema é que, conforme já discutido, a inserção no mercado de trabalho pode influenciar a ocorrência de violência doméstica e esse é o sentido de causalidade que se deseja avaliar no presente estudo.

A endogeneidade viola o pressuposto de distribuição independente do termo de erro em relação às variáveis explicativas e faz com que uma interpretação causal da variável de interesse (explicativa) – no caso, o *status* ocupacional da mulher – seja difícil ou mesmo equivocada, uma vez que as estimações econométricas podem culminar em resultados que são enviesados ou que representam relações espúrias (Chin, 2012; Dougherty, 2007; Lenze; Klasen, 2016).

O Quadro 3.1 mostra que a literatura que avalia a relação entre o *status* da ocupação e a violência contra as mulheres percebeu a necessidade de lidar com a potencial endogeneidade. Os trabalhos mais antigos não tratavam o problema, mas os mais recentes passaram a considerá-lo e a adotar a estratégia empírica de estimadores por variável instrumental, que é indicada se a variável explicativa de um modelo for determinada de modo endógeno (Wooldridge, 2013).

Um bom instrumento deve cumprir três condições: i) ser correlacionado com a variável explicativa de interesse; ii) não ser correlacionado ao termo de erro – portanto, ser exógeno –; e iii) não constar por si só no modelo estrutural (Dougherty, 2007). Alguns instrumentos são tradicionalmente adotados em avaliações semelhantes a esta no *estudo 2* – por exemplo, tipo e tamanho da família, número de crianças no domicílio, recebimento de auxílio financeiro, média do *status* ocupacional regional da mulher e oferta de creches (Bhattacharyya; Bedi; Chhachhi, 2011; Cerqueira; Moura; Pasinato, 2019; Chin, 2012; Lenze; Klasen, 2016; Villarreal, 2007). No entanto, parte dessas variáveis não pôde ser empregada neste trabalho devido às limitações de dados da PNS. A impossibilidade de desagregação municipal inviabiliza a utilização de variáveis relacionadas à oferta local de creches, enquanto o recebimento de auxílio financeiro não é operacionalizável, dada a ausência de pergunta específica sobre o tema no questionário da pesquisa.

Assim, considerando a disponibilidade da PNS e as discussões da literatura, o *estudo 2* adota três instrumentos para as estimações com variável instrumental: a) composição familiar nuclear; b) presença de crianças em idade pré-escolar (de 0 a 5 anos de idade); e c) índice de recursos domiciliares. A estrutura de família nuclear, caracterizada pelo arranjo pai-mãe-filhos, tende a elevar a probabilidade de a mulher se engajar no mercado de trabalho, pois, nesse formato, é limitada a quantidade de outros membros que possam contribuir financeiramente, intensificando a necessidade da participação feminina para a subsistência familiar. Por sua vez, a presença de crianças em idade pré-escolar reduz a probabilidade de inserção da mulher no mercado de trabalho, uma vez que, conforme argumentado pela literatura feminista, o cuidado infantil tende a ser uma barreira ao engajamento profissional da mulher (Barbosa; Costa, 2017).

Ressalva-se que a escolha dos instrumentos não é arbitrária, mas sim fundamentada por trabalhos que compartilham objetivos similares. Bhattacharyya, Bedi e Chhachhi (2011), por exemplo, usaram os instrumentos família nuclear e presença de crianças – assim como outros específicos ao contexto indiano, como castas. Villarreal (2007) também se valeu de múltiplos instrumentos, incluindo a presença de crianças pequenas no domicílio, para medir o impacto na participação feminina no mercado de trabalho. Esses exemplos reforçam a relevância dos instrumentos escolhidos para o contexto brasileiro e a robustez do arcabouço teórico do estudo.

Além dos dois supracitados, o presente estudo também propõe e adota um terceiro instrumento: o índice de recursos domiciliares. Este foi construído a partir da média de nove variáveis *dummies*, que indicam a posse dos seguintes bens no domicílio: televisão em cores; geladeira; máquina de lavar roupa; telefone fixo; telefone celular; micro-ondas; computador; motocicleta; e automóvel. Advoga-se que é importante ter à disposição tais recursos para elevar a possibilidade de oferta da mão-de-obra das mulheres, uma vez que, em algum grau, estes itens facilitam a dinâmica familiar e a realização dos afazeres domésticos, de tal forma que se pode esperar um sinal positivo dessa variável na estimação do primeiro estágio – discutida adiante.

Com relação às variáveis dependentes, são consideradas quatro. Uma que considera de modo indiscriminado a resposta afirmativa a qualquer uma das perguntas da PNS 2019 sobre ter sido alvo de atos violentos e aquelas que levam em consideração cada um dos três tipos de violência considerados na pesquisa. Assim, a mulher que respondeu afirmativamente a qualquer uma das perguntas listadas no Quadro 3.2 é considerada como vítima de violência. Aquelas que responderam afirmativamente as perguntas de a) a e) sofreram violência psicológica. As que confirmaram as agressões de f) a j) sofreram violência física; e aquelas que responderam afirmativamente às últimas duas perguntas são interpretadas como vítimas de violência sexual.

Quadro 3.2 - Perguntas da PNS utilizadas na construção das variáveis dependentes do estudo 2

Perguntas	Variáveis dependentes	
Nos últimos doze meses, alguém:		
a) Te ofendeu, humilhou ou ridicularizou na frente de outras pessoas? b) Gritou com você ou te xingou? c) Usou redes sociais ou celular para ameaçar, ofender, xingar ou expor imagens suas sem o seu consentimento? d) Te ameaçou de ferir ou machucar alguém importante para você? e) Destruiu alguma coisa sua de propósito?	VÍTIMA DE VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA: Se há resposta afirmativa a qualquer uma das perguntas de a) a e), mulher é considerada vítima de violência psicológica.	VÍTIMA DE VIOLÊNCIA: Se há resposta afirmativa a qualquer uma das perguntas, a mulher é considerada vítima de violência.
f) Te deu um tapa ou uma bofetada? g) Te empurrou, segurou com força ou jogou algo em você com a intenção de machucar? h) Te deu um soco, chutou ou arrastou pelo cabelo? i) Tentou ou efetivamente estrangulou, asfixiou ou te queimou de propósito? j) Te ameaçou ou feriu com uma faca, arma de fogo ou alguma outra arma ou objeto?	VÍTIMA DE VIOLÊNCIA FÍSICA: Se há resposta afirmativa a qualquer uma das perguntas de f) a j), mulher é considerada vítima de violência física.	
k) Tocou, manipulou, beijou ou expôs partes do seu corpo contra sua vontade? l) Te ameaçou ou forçou a ter relações sexuais ou quaisquer outros atos sexuais contra sua vontade?	VÍTIMA DE VIOLÊNCIA SEXUAL: Se há resposta afirmativa a qualquer uma das perguntas de k) a l), mulher é considerada vítima de violência sexual.	

Fonte: PNS de 2019. Elaboração própria.

Além disso, como apontado anteriormente, uma das principais características da vitimização de mulheres é que os perpetradores das violências são geralmente seus cônjuges ou ex-cônjuges; ou seja, pessoas com as quais as mulheres desenvolveram um profundo laço sentimental. Assim, para definir as variáveis dependentes, de forma similar a Vasconcelos *et al.* (2021), é considerada também a resposta das mulheres sobre quem foi o autor da violência, mantendo apenas as respostas das que sofreram violência de: 1) cônjuge ou companheiro; 2) ex-cônjuge ou ex-companheiro; e 3) parceiro, namorado, ex-parceiro ou ex-namorado.

Cabe destacar que a amostra é limitada às mulheres em idade economicamente ativa (18 a 65 anos) e que residiam com o cônjuge. Esta opção decorre das características deste, em especial, o *status* de emprego, serem consideradas como importantes variáveis de controle em regressões com a finalidade próxima à do *estudo 2* (Fox *et al.*, 2002; Macmillan; Gartner, 1999).

Os modelos estimados, fundamentados pela literatura, baseiam-se na equação (3.1).

$$VD = \beta_0 + \beta_1 MulherTrabalha + \beta_2 X_i + \varepsilon_i \quad (3.1)$$

sendo: *VD* a variável dependente que indica se a mulher foi ou não vítima de violência doméstica – de modo indiscriminado e considerando cada um dos três tipos de violência, como mostra o Quadro 3.2 –; β_0 a constante; β_1 o coeficiente associado à variável explicativa de interesse *MulherTrabalha* (*dummy* que indica se a mulher possuía trabalho remunerado); β_2 o vetor de coeficientes associados ao vetor de variáveis explicativas de controle X_i ; e ε_i o erro.

A equação (3.1) é, primeiramente, estimada pelo método de probabilidade linear (MPL), sob a adoção do pressuposto de que a variável de interesse (*MulherTrabalha*) é um preditor exógeno da violência e não é correlacionado ao termo de erro ε_i (Villarreal, 2007). Porém, ao considerar os apontamentos anteriores, é evidente a necessidade de tentar lidar com a potencial endogeneidade da relação entre o *status* ocupacional da mulher e a vitimização. Portanto, o *estudo 2* emprega estimadores baseados no método de variáveis instrumentais e Modelos de Mínimos Quadrados em Dois Estágios (MQ2E) como a abordagem principal.

No 1º estágio, é conduzida uma regressão com o *status* ocupacional da mulher como variável dependente em função do conjunto de variáveis explicativas de controle da equação (3.1) e complementadas pelas variáveis instrumentais previamente apresentadas (criança de 0 a 5 anos, família nuclear e índice de recursos domiciliares). Isso é explicitado na equação (3.2).

$$MulherTrabalha = \alpha_0 + \alpha_1 z_1 + \alpha_2 z_2 + v_i \quad (3.2)$$

sendo: *MulherTrabalha* predita exogenamente pelos instrumentos z_1 e pelas variáveis de controle z_2 – as mesmas da equação (3.1) –; α_0 a constante; e v_i o termo de erro.

Para atestar que os instrumentos selecionados são apropriados e cumprem os requisitos necessários, são adotados dois procedimentos distintos. Primeiramente, são feitas estimações de modelos em que as três variáveis são incluídas como parte do vetor de variáveis de controle. Isso é realizado para averiguar se os instrumentos não possuem relação significativa com as variáveis de violência. Procedimento similar foi realizado por Bhattacharyya, Bedi e Chhachhi (2011).

Além disso, são considerados os resultados de testes que avaliam força, exogeneidade e validade dos instrumentos (Schmidheiny, 2024; Stock; Watson, 2019). Os seguintes testes são realizados: teste F dos instrumentos excluídos, teste de subidentificação e testes de instrumentos fracos (teste de Cragg-Donald e teste de Kleibergen-Paap). Todos foram discutidos no *estudo 1*. Assim, para evitar redundância, as hipóteses nulas e os resultados esperados não são discutidos novamente, haja vista serem os mesmos – mas podem ser lembrados na seção 2.4.

Como o *estudo 2* neste capítulo da Tese de Doutorado faz uso de múltiplos instrumentos (diferentemente do procedimento adotado no *estudo 1*, com apenas um), há um teste adicional que pode ser realizado, tornando assim conveniente apresentá-lo nesse momento: a estatística J de Hansen, que verifica a exogeneidade dos instrumentos. Sob a hipótese nula de validade dos instrumentos, ou seja, não serem correlacionados ao termo de erro, é esperado não a rejeitar.

Para investigar se os resultados observados não são sensíveis ao método de estimação, são realizadas estimações adicionais empregando o método *Probit* com instrumentos. Ressalta-se que, embora as variáveis dependentes sejam binárias, a escolha do MQ2E como abordagem principal se justifica por ser possível realizar os testes específicos que verificam força, validade e exogeneidade dos instrumentos, o que não é exequível no método de *Probit* com instrumentos.

Há, ainda, um exercício empírico adicional. Para o justificar, cabe apontar que o Quadro 3.1 mostra que a maioria dos trabalhos revisados se concentra na possível relação entre o *status* ocupacional das mulheres e a ocorrência de violência doméstica. Alguns deles, porém, avaliam se o emprego, em justaposição a outros atributos, tem maior potencial para afetar a ocorrência de violência.

Burazeri *et al.* (2005) e Iregui-Bohórquez, Ramírez-Giraldo e Tribín-Urbe (2019), por exemplo, qualificaram o tipo de trabalho das mulheres. Bhalotra *et al.* (2020) encontraram evidências de que o aumento do risco associado ao trabalho ocorre apenas em países onde as mulheres têm dificuldade de acesso ao divórcio. Já Heath (2014) evidenciou que o aumento do risco associado ao trabalho remunerado acontece somente entre mulheres com menor poder de barganha, ou seja, com menor nível educacional ou que se casaram jovens pela primeira vez.

Nessa linha, é interessante apontar que, embora as relações assimétricas de gênero tenham consequências deletérias para a vida das mulheres, sendo inclusive a raiz da violência doméstica, o debate feminista vem destacando nas últimas décadas que, apesar de todas serem afetadas pelo gênero, as mulheres não são necessariamente iguais. Isto porque diferentes fatores identitários, como classe e raça, atuam conjuntamente para determinar as relações sociais, produzindo desvantagens maiores a algumas mulheres (Passos; Souza, 2021).

Por exemplo, as mulheres brancas também são vítimas de violência doméstica, mas seu *status* social e experiências de vida são notavelmente diferentes das mulheres não brancas, cuja vitimização é ainda influenciada por uma condição racial, historicamente construída e marcada por um longo período de escravidão e suas consequências (Almeida; Pereira, 2012; Vasconcelos *et al.*, 2021). Tal contexto social e cultural pode afetar as dinâmicas de poder e vulnerabilidade, sugerindo que o efeito do trabalho remunerado pode variar de acordo com a cor/raça.

Ademais, a classe social das mulheres é outro fator relevante para entender a incidência de violência doméstica. Mulheres de baixa renda frequentemente enfrentam maior vulnerabilidade social e econômica, o que pode aumentar os riscos de vitimização (Kocacik; Dogan, 2006; Mahapatro; Gupta; Gupta, 2012; Vasconcelos *et al.*, 2021; Wilt; Olson, 1996). Com base nesse cenário, é possível que o impacto do trabalho seja distinto entre mulheres de diferentes níveis de renda pessoal e familiar, refletindo interseções entre raça, classe e vulnerabilidade à violência.

Assim, para investigar se algumas características das mulheres interferem no impacto que ter um trabalho remunerado pode exercer sobre a probabilidade de vitimização – ou seja, se existiriam efeitos heterogêneos conforme os atributos pessoais –, são realizados recortes na amostra (subamostras). O primeiro recorte considera a cor/raça. Separadamente, são analisados os resultados para mulheres brancas, pretas, pardas e não-brancas²². O segundo recorte é baseado na renda familiar, em: renda de até 1 salário-mínimo e renda acima desse valor. Para estas estimativas, que levam em conta a heterogeneidade entre as mulheres, replica-se a mesma abordagem metodológica das outras estimações: primeiramente, são realizadas regressões por MPL (sem considerar a endogeneidade) e, em seguida, são realizadas regressões por MQ2E.

²² A inclusão dessa última categoria, abrangendo conjuntamente mulheres pretas, pardas, amarelas e indígenas, foi necessária devido à baixa representatividade das últimas duas na amostra, o que dificultaria uma análise estatística robusta caso fossem consideradas individualmente.

Tabela 3.8 - Descrição das variáveis (de interesse, instrumentais e de controle) e estatísticas descritivas básicas

Variáveis		Descrições	Referências ¹	Médias	DP
Variável de interesse					
Mulher trabalha		<i>Dummy</i> que assume valor 1 se a mulher trabalhou em atividade remunerada em dinheiro; e 0, caso contrário.	Bhattacharyya, Bedi e Chhachhi (2011), Lenze e Klasen (2016)	0,4787	0,4996
Variáveis instrumentais					
Criança de 0 a 5 anos		<i>Dummy</i> que assume valor 1 se o domicílio é composto por crianças com idade entre 0 e 5 anos; e 0, caso contrário.	Bhattacharyya, Bedi e Chhachhi (2011), Villarreal (2007)	0,2856	0,4517
Família nuclear		<i>Dummy</i> que assume valor 1 se a família é nuclear; e 0, caso contrário.	Bhattacharyya, Bedi e Chhachhi (2011)	0,9832	0,1284
Índice de recursos domiciliares		Índice composto pela média de 9 <i>dummies</i> , cada uma representando a posse de um recurso específico: televisão, geladeira, máquina de lavar roupa, telefone fixo, celular, micro-ondas, computador, moto e automóvel.	Proposta da Tese	0,6076	0,2009
Características locacionais					
Regiões geográficas	Norte	<i>Dummy</i> que assume valor 1 se a mulher mora no Norte; e 0, caso contrário.	Lenze e Klasen (2016) ²	0,2047	0,4035
	Nordeste	<i>Dummy</i> que assume valor 1 se a mulher mora no Nordeste; e 0, caso contrário.		0,3418	0,4743
	Sul	<i>Dummy</i> que assume valor 1 se a mulher mora no Sul; e 0, caso contrário.		0,2027	0,4021
	Sudeste*	<i>Dummy</i> que assume valor 1 se a mulher mora no Sudeste; e 0, caso contrário.		0,1321	0,3386
	Centro-Oeste	<i>Dummy</i> que assume valor 1 se a mulher mora no Centro-Oeste; e 0, caso contrário.		0,1186	0,3233
Urbano		<i>Dummy</i> que assume valor 1 se a mulher mora em área urbana; e 0, caso contrário.	Biswas e Thampi (2021), Cerqueira, Moura e Izumino (2019), Hindin e Adair (2002), Lenze e Klasen (2016), Macmillan e Gartner (1999), Villarreal (2007)	0,7531	0,4312

Fonte: PNS de 2019. Elaboração própria.

¹ Referências bibliográficas que respaldam a inclusão da respectiva variável.

² Os autores utilizaram variáveis que indicavam características regionais do país analisado.

Observações: o asterisco (*) indica a *dummy* de referência. DP = desvio padrão. SM = salários mínimos.

Tabela 3.8 – Descrição das variáveis (de interesse, instrumentais e de controle) e estatísticas descritivas básicas (*continuação*)

Características individuais das mulheres					
Idade	18 a 25 anos*	<i>Dummy</i> que assume valor 1 se a mulher tem entre 18 e 25 anos; e 0, caso contrário.	Bhattacharyya, Bedi e Chhachhi (2011), Biswas e Thampi (2021), Burazeri <i>et al.</i> (2005), Cerqueira, Moura e Izumino (2019), Chin (2012), Dildar (2021), Gage (2005), Hindin e Adair (2002), Krishnan <i>et al.</i> (2010), Macmillan e Gartner (1999), Naved e Persson (2005), Villarreal (2007)	0,1037	0,3049
	26 a 35 anos	<i>Dummy</i> que assume valor 1 se a mulher tem entre 26 e 35 anos; e 0, caso contrário.		0,2562	0,4365
	36 a 49 anos	<i>Dummy</i> que assume valor 1 se a mulher tem entre 36 e 49 anos; e 0, caso contrário.		0,3610	0,4803
	50 anos ou mais	<i>Dummy</i> que assume valor 1 se a mulher tem mais de 50 anos; e 0, caso contrário.		0,2792	0,4486
Cor/raça	Branca*	<i>Dummy</i> que assume valor 1 se a mulher se autodeclara branca; e 0, caso contrário.	Cerqueira, Moura e Izumino (2019), Fox <i>et al.</i> (2002), Villarreal (2007)	0,3525	0,4778
	Preta	<i>Dummy</i> que assume valor 1 se a mulher se autodeclara preta; e 0, caso contrário.		0,3525	0,4778
	Parda	<i>Dummy</i> que assume valor 1 se a mulher se autodeclara parda; e 0, caso contrário.		0,0989	0,2985
	Amarela/indígena	<i>Dummy</i> que assume valor 1 se a mulher se autodeclara amarela ou indígena; e 0, caso contrário.		0,5337	0,4989
Escolaridade	Sem instrução*	<i>Dummy</i> que assume valor 1 se a mulher não tinha instrução; e 0, caso contrário.	Bhattacharyya, Bedi e Chhachhi (2011), Biswas e Thampi (2021), Burazeri <i>et al.</i> (2005), Cerqueira, Moura e Izumino (2019), Chin (2012), Dildar (2021), Fox <i>et al.</i> (2002), Gage (2005), Hindin e Adair (2002), Lenze e Klasen (2016), Macmillan e Gartner (1999), Villarreal (2007)	0,0427	0,2023
	Fundamental incompleto	<i>Dummy</i> que assume valor 1 se a mulher tinha ensino fundamental incompleto ou equivalente; e 0, caso contrário.		0,2799	0,4490
	Fundamental completo	<i>Dummy</i> que assume valor 1 se a mulher tinha ensino fundamental completo ou equivalente; e 0, caso contrário.		0,0794	0,2703
	Médio incompleto	<i>Dummy</i> que assume valor 1 se a mulher tinha ensino médio incompleto ou equivalente; e 0, caso contrário.		0,0653	0,2470
	Médio completo	<i>Dummy</i> que assume valor 1 se a mulher tinha ensino médio completo ou equivalente; e 0, caso contrário.		0,3105	0,4627
	Superior incompleto	<i>Dummy</i> que assume valor 1 se a mulher tinha ensino superior incompleto ou equivalente; e 0, caso contrário.		0,0384	0,1920
	Superior completo	<i>Dummy</i> que assume valor 1 se a mulher tinha ensino superior completo; e 0, caso contrário.		0,1838	0,3874

Fonte: PNS de 2019. Elaboração própria.

¹ Referências bibliográficas que respaldam a inclusão da respectiva variável.

² Os autores utilizaram variáveis que indicavam características regionais do país analisado.

Observações: o asterisco (*) indica a *dummy* de referência. DP = desvio padrão. SM = salários mínimos.

Tabela 3.8 – Descrição das variáveis (de interesse, instrumentais e de controle) e estatísticas descritivas básicas (*continuação*)

Características domiciliares ou do cônjuge				
Renda em SM	Rendimento domiciliar (exclusive o rendimento de pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico) em salários-mínimos.	Fox <i>et al.</i> (2002), Macmillan e Gartner (1999)	4,2494	6,2716
Cônjuge trabalha	<i>Dummy</i> que assume valor 1 se o cônjuge trabalhou em alguma atividade remunerada em dinheiro; e 0, caso contrário.	Biswas e Thampi (2021), Burazeri <i>et al.</i> (2005), Dildar (2021), Fox <i>et al.</i> (2002), Hindin e Adair (2002), Krishnan <i>et al.</i> (2010), Lenze e Klasen (2016), Macmillan e Gartner (1999), Villarreal (2007)	0,7659	0,4235

Fonte: PNS de 2019. Elaboração própria.

¹ Referências bibliográficas que respaldam a inclusão da respectiva variável.

² Os autores utilizaram variáveis que indicavam características regionais do país analisado.

Observações: o asterisco (*) indica a *dummy* de referência. DP = desvio padrão. SM = salários mínimos.

As variáveis explicativas de controle utilizadas estão de acordo com a literatura empírica e a disponibilidade de informações na PNS de 2019, podendo ser observadas na Tabela 3.8, que também apresenta algumas estatísticas descritivas. Esta tabela reporta, ainda, as variáveis explicativas de interesse e instrumentais. Para todas elas, são listados trabalhos que as embasam. Em alguma medida, tais trabalhos e as fundamentações foram discutidos ao longo desse capítulo. Assim, não são comentados nesse momento. Para finalizar, cabe apontar que todas as estimações levam em conta o plano amostral da PNS, sendo utilizados os fatores de ponderação da amostra disponibilizados pela própria pesquisa²³.

3.5. Resultados e discussões

3.5.1. Efeitos do emprego remunerado na ocorrência de violência contra as mulheres

O objetivo da presente subseção é reportar e analisar os resultados das regressões, em concordância com os procedimentos apresentados anteriormente, para cada uma das quatro variáveis dependentes (*vítima de violência*, *vítima de violência física*, *vítima de violência psicológica* e *vítima de violência sexual*). Em cada tabela, primeiramente, são apontados os resultados dos modelos de probabilidade linear (MPL); i.e., sem considerar os problemas de endogeneidade entre violência e trabalho remunerado. Nas colunas subsequentes, são expostos os resultados do segundo estágio do MQ2E²⁴, sendo realizadas três especificações distintas, em que, a cada nova estimação, um instrumento adicional é incluído, culminando em uma análise conjunta com todos os instrumentos. Na *especificação I*, a variável instrumental é a presença de crianças em idade pré-escolar. Na *especificação II*, além desse instrumento, é adicionada a variável *dummy* que indica se a família é nuclear. Finalmente, na *especificação III*, foram considerados os dois instrumentos anteriores, acrescidos do índice de recursos domiciliares.

²³ A PNS adota um desenho complexo de amostragem, o que implica que, ao analisar os dados provenientes da pesquisa, é fundamental levar em consideração a estrutura do plano amostral. O uso de fatores de ponderação é essencial para ajustar as análises à estrutura da amostra, garantindo, assim, a representatividade dos resultados (IBGE, 2020; Ministério da Saúde, 2024).

²⁴ Os resultados das regressões do 1º estágio estão na Tabela A.13 do Apêndice. Destaca-se que a maior parte das variáveis apresentam significância estatística e sinal de acordo com a literatura sobre determinantes da inserção no mercado de trabalho – revisada anteriormente –, indicando um bom ajustamento dos modelos (Cerqueira; Moura; Izumino, 2019). Ademais, os instrumentos reportam os sinais esperados e significância estatística.

Além disso, as tabelas reportam os resultados dos testes de validade e de força dos instrumentos. Estes sugerem que, em todas as três especificações, eles são válidos, relevantes e exógenos. O teste F dos instrumentos excluídos apresenta valores elevados (superiores a 10) em todas as estimações, confirmando que os instrumentos são suficientemente fortes, sendo a maior força na primeira estimação. O teste de subidentificação indica que os instrumentos estão correlacionados com a variável endógena, garantindo a identificação do modelo. Os testes de Cragg-Donald e Kleibergen-Paap estão acima dos limiares críticos em todas as estimações, indicando robustez dos instrumentos, embora a inclusão de mais deles reduza ligeiramente os valores. O teste J de Hansen das *especificações II e III* reforça a validade dos instrumentos.

É possível observar, ainda, os coeficientes das regressões por MPL com a inclusão dos instrumentos como parte do vetor de variáveis explicativas de controle. Espera-se que essas variáveis não tenham uma relação estatisticamente significativa com as variáveis dependentes referentes à violência, o que pode ser verificado na Tabela A.14 do Apêndice. Ressalva-se que, com exceção da variável *índice de recursos domiciliares* nas regressões em que a variável dependente corresponde à ocorrência de qualquer tipo de violência e de violência psicológica, todos os coeficientes estimados cumprem o requisito de ausência de significância estatística.

Diante dos resultados dos testes diagnósticos, da consistência dos coeficientes do 1º estágio com a literatura e da relativa robustez evidenciada pelo teste adicional que inclui os instrumentos no vetor variáveis de controles, é possível afirmar, com relativa robustez, que as regressões apresentam um bom ajustamento. Ademais, os instrumentos se mostram apropriados e eficazes para a análise, atendendo aos critérios de relevância, exogeneidade e força estatística.

Os resultados do MPL apresentados na Tabela 3.9 indicam, em relação à variável de interesse (*mulher trabalha*), um possível aumento do risco de vitimização. Ou seja, as mulheres que tinham um trabalho remunerado possuíam uma probabilidade 1,4 p.p. maior de serem vítimas de algum ato de violência quando comparadas àquelas que não trabalhavam. Quanto às demais variáveis que compõem o modelo, é possível destacar que as mulheres de áreas urbanas tinham uma probabilidade 2,9 p.p. maior de serem vítimas de qualquer violência.

Por outro lado, maior renda domiciliar e ter um cônjuge com trabalho remunerado diminuía a probabilidade de as mulheres serem agredidas de alguma forma. Ainda, mulheres em faixas etárias superiores a 35 anos tinham menores probabilidades de serem vitimizadas se comparadas às mulheres de 18 e 25 anos: ter entre 36 e 49 anos diminuía a probabilidade de vitimização em 1,5 p.p., enquanto ter mais de 50 anos de idade a reduzia em 6,3 p.p..

Analisando os resultados do 2º estágio do MQ2E, verifica-se que, ao considerar o problema de endogeneidade entre o trabalho e a violência doméstica, é obtida uma relação

negativa estatisticamente significativa entre as variáveis (*especificação III*). Estar engajada em um trabalho remunerado diminui em aproximadamente 15 p.p. a probabilidade de a mulher ser vítima de algum ato de agressão física, psicológica ou sexual, corroborando, assim, a ideia subjacente aos modelos de “barganha conjugal”. Essa inversão de sinal após a consideração da endogeneidade no método utilizado foi igualmente verificada por Villareal (2007).

Os demais coeficientes do modelo indicam que mulheres que residem em áreas urbanas continuam apresentando maiores probabilidades de serem vitimizadas, com um aumento do coeficiente em relação ao MPL: em comparação às residentes de áreas rurais, morar em áreas urbanas aumenta em aproximadamente 4 p.p. a probabilidade de vitimização das mulheres. Em relação à idade, apenas as mulheres com 50 anos de idade ou mais persistiram com menores probabilidades de serem vítimas de algum tipo de ato violento – lembrando que, por MPL, também é sinalizada uma redução para as mulheres com idade entre 36 e 49 anos.

A Tabela 3.10 mostra os resultados das estimações que consideram como dependente a variável que identifica as mulheres vítimas de violência física. Os coeficientes da variável de interesse (*mulher trabalha*) não apresentaram significância estatística em nenhum dos modelos; ou seja, tanto por MPL quanto no 2º estágio do MQ2E. Assim, estar empregada não impactaria a probabilidade de a mulher sofrer este tipo de violência. Por MPL, nota-se que a renda familiar, ter mais de 36 anos e ter um cônjuge engajado em trabalho remunerado estão associados à redução da probabilidade de ocorrência de violência física, enquanto residir em áreas urbanas aumenta a probabilidade. Por MQ2E, contudo, apenas os coeficientes de residir em área urbana e ter 50 anos ou mais mantiveram significância.

Tabela 3.9 - Resultados das estimações para a variável dependente *vítima de violência*

Variáveis	MPL	MQ2E – 2º Estágio		
		I	II	III
Mulher trabalha	0,0139** (0,0070)	-0,1235 (0,1103)	-0,1148 (0,1062)	-0,1520* (0,0883)
Norte	-0,0083 (0,0102)	-0,0196 (0,0151)	-0,0189 (0,0149)	-0,0220 (0,0135)
Nordeste	0,0013 (0,0101)	-0,0040 (0,0120)	-0,0037 (0,0119)	-0,0051 (0,0113)
Sul	-0,0055 (0,0106)	-0,0002 (0,0103)	-0,0006 (0,0103)	0,0008 (0,0105)
Centro-Oeste	-0,0119 (0,0103)	-0,0168 (0,0116)	-0,0165 (0,0115)	-0,0178 (0,0111)
Urbano	0,0292** (0,0074)	0,0427** (0,0149)	0,0419** (0,0145)	0,0455** (0,0129)
Mulher: 26 a 35 anos	-0,0146 (0,0125)	-0,0022 (0,0174)	-0,0030 (0,0172)	0,0003 (0,0161)
Mulher: 36 a 49 anos	-0,0211* (0,0122)	-0,0037 (0,0196)	-0,0048 (0,0194)	-0,0001 (0,0177)
Mulher: 50 anos ou mais	-0,0628*** (0,0138)	-0,0630*** (0,0141)	-0,0630*** (0,0140)	-0,0631*** (0,0143)
Mulher preta	0,0011 (0,0106)	0,0038 (0,0112)	0,0037 (0,0112)	0,0044 (0,0115)
Mulher parda	-0,0047 (0,0077)	-0,0094 (0,0111)	-0,0091 (0,0108)	-0,0103 (0,0109)
Mulher amarela ou indígena	-0,0094 (0,0269)	-0,0098 (0,0289)	-0,0098 (0,0287)	-0,0099 (0,0294)
Mulher: Fundamental incompleto	-0,0278 (0,0450)	-0,0274 (0,0477)	-0,0274 (0,0475)	-0,0273 (0,0484)
Mulher: Fundamental completo	-0,0422 (0,0465)	-0,0341 (0,0463)	-0,0346 (0,0462)	-0,0325 (0,0476)
Mulher: Médio incompleto	-0,0422 (0,0471)	-0,0342 (0,0469)	-0,0347 (0,0469)	-0,0326 (0,0483)
Mulher: Médio completo	-0,0524 (0,0472)	-0,0325 (0,0421)	-0,0338 (0,0423)	-0,0284 (0,0439)
Mulher: Superior incompleto	-0,0537 (0,0489)	-0,0234 (0,0416)	-0,0253 (0,0419)	-0,0171 (0,0432)
Mulher: Superior completo	-0,0429 (0,0491)	-0,0091 (0,0429)	-0,0112 (0,0430)	-0,0020 (0,0432)
Renda em SM	-0,0010*** (0,0003)	-0,0001 (0,0007)	-0,0001 (0,0007)	0,0001 (0,0006)
Cônjuge trabalha	-0,0300*** (0,0105)	-0,0098 (0,0220)	-0,0111 (0,0215)	-0,0056 (0,0200)
Constante	0,1398** (0,0490)	0,1581** (0,0623)	0,1570** (0,0614)	0,1619*** (0,0609)
Observações	20.938	20.938	20.938	20.938
J de Hansen (p-valor)	---	---	0,6774	0,7317
Teste F dos instrumentos excluídos	---	54,87	29,53	30,15
Teste de subidentificação (p-valor)	---	0,000	0,000	0,000
Teste para instrumentos fracos				
Teste de Cragg-Donald	---	157,512	83,231	95,086
Teste de Kleibergen-Paap	---	54,872	29,527	30,146

Fonte: PNS de 2019. Elaboração própria. Erros-padrão entre parênteses. * $p < 0,10$; ** $p < 0,05$; *** $p < 0,01$

I – Instrumento: Criança de 0 a 5 anos

II – Instrumentos: Criança de 0 a 5 anos + Família Nuclear

III – Instrumentos: Criança de 0 a 5 anos + Família Nuclear + Índice de Recursos Domiciliares

Tabela 3.10 - Resultados das estimações para a variável dependente *vítima de violência física*

Variáveis	MPL	MQ2E – 2º Estágio		
		I	II	III
Mulher trabalha	0,0034 (0,0034)	-0,0576 (0,0611)	-0,0520 (0,0602)	-0,0408 (0,0525)
Norte	-0,0077 (0,0079)	-0,0127 (0,0092)	-0,0123 (0,0091)	-0,0114 (0,0075)
Nordeste	-0,0042 (0,0078)	-0,0065 (0,0072)	-0,0063 (0,0072)	-0,0059 (0,0063)
Sul	-0,0039 (0,0079)	-0,0016 (0,0064)	-0,0018 (0,0064)	-0,0022 (0,0068)
Centro-Oeste	-0,0084 (0,0076)	-0,0106 (0,0073)	-0,0104 (0,0072)	-0,0100 (0,0066)
Urbano	0,0171*** (0,0040)	0,0231*** (0,0070)	0,0226*** (0,0068)	0,0215*** (0,0054)
Mulher: 26 a 35 anos	-0,0035 (0,0080)	0,0020 (0,0110)	0,0015 (0,0109)	0,0004 (0,0102)
Mulher: 36 a 49 anos	-0,0149** (0,0067)	-0,0071 (0,0083)	-0,0078 (0,0085)	-0,0093 (0,0079)
Mulher: 50 anos ou mais	-0,0341*** (0,0082)	-0,0342*** (0,0077)	-0,0342*** (0,0077)	-0,0342*** (0,0076)
Mulher preta	0,0046 (0,0063)	0,0058 (0,0063)	0,0057 (0,0063)	0,0055 (0,0064)
Mulher parda	0,0058 (0,0039)	0,0038 (0,0068)	0,0040 (0,0068)	0,0044 (0,0069)
Mulher amarela ou indígena	-0,0059 (0,0074)	-0,0061 (0,0079)	-0,0061 (0,0078)	-0,0060 (0,0077)
Mulher: Fundamental incompleto	0,0077 (0,0072)	0,0079 (0,0079)	0,0079 (0,0078)	0,0078 (0,0078)
Mulher: Fundamental completo	-0,0014 (0,0085)	0,0022 (0,0087)	0,0018 (0,0087)	0,0012 (0,0090)
Mulher: Médio incompleto	-0,0051 (0,0092)	-0,0016 (0,0091)	-0,0019 (0,0091)	-0,0026 (0,0094)
Mulher: Médio completo	-0,0071 (0,0075)	0,0018 (0,0103)	0,0010 (0,0104)	-0,0007 (0,0097)
Mulher: Superior incompleto	-0,0140 (0,0095)	-0,0005 (0,0143)	-0,0017 (0,0143)	-0,0042 (0,0136)
Mulher: Superior completo	-0,0021 (0,0089)	0,0130 (0,0213)	0,0116 (0,0209)	0,0088 (0,0181)
Renda em SM	-0,0003** (0,0002)	0,0001 (0,0003)	0,0001 (0,0003)	-0,0000 (0,0003)
Cônjuge trabalha	-0,0136* (0,0074)	-0,0046 (0,0135)	-0,0054 (0,0134)	-0,0071 (0,0140)
Constante	0,0361*** (0,0133)	0,0442*** (0,0164)	0,0435*** (0,0161)	0,0420*** (0,0140)
Obs.	20.938	20.938	20.938	20.938
J de Hansen (p-valor) ¹	---	---	0,6103	0,8483

Fonte: PNS de 2019. Elaboração própria. Erros-padrão entre parênteses. * $p < 0,10$; ** $p < 0,05$; *** $p < 0,01$

¹ Todas as demais estatísticas são idênticas àquelas apresentadas na Tabela 3.9 para cada respectiva estimação.

I – Instrumento: Criança de 0 a 5 anos

II – Instrumentos: Criança de 0 a 5 anos + Família Nuclear

III – Instrumentos: Criança de 0 a 5 anos + Família Nuclear + Índice de Recursos Domiciliares

A Tabela 3.11, por sua vez, expõe os resultados das regressões nas quais a variável dependente é a indicativa de violência psicológica. As estimações por MPL apontam que o trabalho remunerado (*mulher trabalha*) aumentaria a probabilidade de as mulheres serem vítimas de atos de agressão psicológica em comparação àquelas que não têm. Contudo, quando a endogeneidade é levada em consideração, o sinal se inverte e o coeficiente não apresenta significância estatística. Nos resultados do 2º estágio das regressões por MQ2E, observa-se que residir em área urbana aumenta consistentemente a probabilidade de ser vítima de violência psicológica em cerca de 4 p.p. em todas as especificações. Por outro lado, ter 50 anos ou mais reduz a probabilidade em aproximadamente 5,7 p.p. em comparação às mulheres mais jovens.

Finalmente, a Tabela 3.12 reporta os resultados da variável dependente que identifica as mulheres vítimas de violência sexual. Para a variável de interesse (*mulher trabalha*), não há resultado estatisticamente significativo em nenhuma das estimações, seja no MPL ou no 2º estágio do MQ2E. Quanto às variáveis de controle, constata-se que apenas o coeficiente da renda tem significância estatística na regressão por MPL, sugerindo que o aumento da renda domiciliar reduz a probabilidade de vitimização sexual, mas isso não se mantém nas demais regressões. Portanto, as variáveis usualmente aventadas na literatura para explicar a violência doméstica não foram bons preditores da ocorrência de violência sexual com os dados oriundos da PNS.

Como discutido anteriormente, as mesmas estimações foram realizadas com o método de *Probit* com instrumentos como demonstração de robustez. Os coeficientes obtidos estão na Tabela A.15 do Apêndice. Os resultados são consistentes com aqueles encontrados por meio do MQ2E e já discutidos, especialmente em relação ao efeito estatisticamente significativo identificado no modelo que considera a violência de forma geral. No que diz respeito à magnitude do efeito, nota-se uma ligeira redução quando comparada ao estimado pelo MQ2E: estar empregada diminuiria a probabilidade de ser vítima de qualquer tipo de violência em aproximadamente 13 p.p..

Tabela 3.11 - Resultados das estimações para a variável dependente *vítima de violência psicológica*

Variáveis	MPL	MQ2E – 2º Estágio		
		I	II	III
Mulher trabalha	0,0138** (0,0068)	-0,1195 (0,1091)	-0,1140 (0,1052)	-0,1360 (0,0871)
Norte	-0,0104 (0,0100)	-0,0213 (0,0149)	-0,0209 (0,0147)	-0,0227* (0,0131)
Nordeste	0,0005 (0,0100)	-0,0046 (0,0118)	-0,0044 (0,0117)	-0,0053 (0,0110)
Sul	-0,0082 (0,0105)	-0,0031 (0,0101)	-0,0033 (0,0101)	-0,0025 (0,0102)
Centro-Oeste	-0,0122 (0,0099)	-0,0169 (0,0113)	-0,0167 (0,0112)	-0,0175 (0,0107)
Urbano	0,0250*** (0,0073)	0,0381*** (0,0147)	0,0376*** (0,0144)	0,0397*** (0,0126)
Mulher: 26 a 35 anos	-0,0104 (0,0121)	0,0016 (0,0171)	0,0011 (0,0169)	0,0031 (0,0157)
Mulher: 36 a 49 anos	-0,0179 (0,0118)	-0,0010 (0,0193)	-0,0017 (0,0191)	0,0011 (0,0173)
Mulher: 50 anos ou mais	-0,0562*** (0,0135)	-0,0565*** (0,0137)	-0,0565*** (0,0137)	-0,0565*** (0,0138)
Mulher preta	-0,0013 (0,0103)	0,0013 (0,0109)	0,0012 (0,0109)	0,0017 (0,0111)
Mulher parda	-0,0069 (0,0075)	-0,0114 (0,0110)	-0,0112 (0,0108)	-0,0119 (0,0108)
Mulher amarela ou indígena	-0,0114 (0,0266)	-0,0118 (0,0286)	-0,0118 (0,0285)	-0,0119 (0,0289)
Mulher: Fundamental incompleto	-0,0256 (0,0451)	-0,0253 (0,0477)	-0,0253 (0,0476)	-0,0252 (0,0481)
Mulher: Fundamental completo	-0,0426 (0,0465)	-0,0349 (0,0461)	-0,0352 (0,0462)	-0,0339 (0,0472)
Mulher: Médio incompleto	-0,0372 (0,0472)	-0,0294 (0,0468)	-0,0297 (0,0469)	-0,0285 (0,0480)
Mulher: Médio completo	-0,0516 (0,0473)	-0,0323 (0,0419)	-0,0331 (0,0423)	-0,0299 (0,0435)
Mulher: Superior incompleto	-0,0511 (0,0489)	-0,0217 (0,0412)	-0,0229 (0,0417)	-0,0181 (0,0428)
Mulher: Superior completo	-0,0427 (0,0492)	-0,0099 (0,0426)	-0,0112 (0,0428)	-0,0058 (0,0428)
Renda em SM	-0,0008** (0,0003)	0,0001 (0,0007)	0,0000 (0,0007)	0,0002 (0,0006)
Cônjuge trabalha	-0,0259** (0,0103)	-0,0062 (0,0217)	-0,0070 (0,0213)	-0,0038 (0,0198)
Constante	0,1312*** (0,0491)	0,1490** (0,0623)	0,1483** (0,0615)	0,1512** (0,0605)
Obs.	20.938	20.938	20.938	20.938
J de Hansen (p-valor) ¹	---	---	0,7912	0,8888

Fonte: PNS de 2019. Elaboração própria. Erros-padrão entre parênteses. * $p < 0,10$; ** $p < 0,05$; *** $p < 0,01$

¹ Todas as demais estatísticas são idênticas àquelas apresentadas na Tabela 3.9 para cada respectiva estimação.

I – Instrumento: Criança de 0 a 5 anos

II – Instrumentos: Criança de 0 a 5 anos + Família Nuclear

III – Instrumentos: Criança de 0 a 5 anos + Família Nuclear + Índice de Recursos Domiciliares

Tabela 3.12 - Resultados das estimações para a variável dependente *vítima de violência sexual*

Variáveis	MPL	MQ2E – 2º Estágio		
		I	II	III
Mulher trabalha	0,0041 (0,0036)	-0,0544 (0,0724)	-0,0491 (0,0684)	-0,0589 (0,0587)
Norte	-0,0028 (0,0035)	-0,0076 (0,0095)	-0,0071 (0,0092)	-0,0079 (0,0085)
Nordeste	-0,0033 (0,0044)	-0,0055 (0,0073)	-0,0053 (0,0072)	-0,0057 (0,0069)
Sul	-0,0044 (0,0043)	-0,0022 (0,0026)	-0,0024 (0,0026)	-0,0020 (0,0027)
Centro-Oeste	-0,0030 (0,0039)	-0,0051 (0,0065)	-0,0049 (0,0063)	-0,0053 (0,0061)
Urbano	0,0006 (0,0034)	0,0064 (0,0105)	0,0059 (0,0101)	0,0068 (0,0092)
Mulher: 26 a 35 anos	-0,0020 (0,0024)	0,0033 (0,0064)	0,0028 (0,0060)	0,0037 (0,0054)
Mulher: 36 a 49 anos	0,0013 (0,0029)	0,0088 (0,0114)	0,0081 (0,0109)	0,0093 (0,0099)
Mulher: 50 anos ou mais	-0,0054 (0,0047)	-0,0055 (0,0050)	-0,0055 (0,0050)	-0,0055 (0,0050)
Mulher preta	-0,0057 (0,0051)	-0,0045 (0,0042)	-0,0046 (0,0042)	-0,0045 (0,0044)
Mulher parda	-0,0046 (0,0044)	-0,0066 (0,0070)	-0,0064 (0,0068)	-0,0067 (0,0066)
Mulher amarela ou indígena	-0,0060 (0,0047)	-0,0062 (0,0055)	-0,0062 (0,0054)	-0,0062 (0,0055)
Mulher: Fundamental incompleto	-0,0434 (0,0463)	-0,0433 (0,0474)	-0,0433 (0,0473)	-0,0433 (0,0476)
Mulher: Fundamental completo	-0,0474 (0,0476)	-0,0440 (0,0447)	-0,0443 (0,0448)	-0,0438 (0,0456)
Mulher: Médio incompleto	-0,0473 (0,0480)	-0,0439 (0,0451)	-0,0442 (0,0452)	-0,0436 (0,0460)
Mulher: Médio completo	-0,0473 (0,0489)	-0,0388 (0,0396)	-0,0396 (0,0400)	-0,0382 (0,0418)
Mulher: Superior incompleto	-0,0472 (0,0494)	-0,0343 (0,0347)	-0,0354 (0,0354)	-0,0333 (0,0378)
Mulher: Superior completo	-0,0474 (0,0499)	-0,0330 (0,0333)	-0,0343 (0,0341)	-0,0319 (0,0368)
Renda em SM	-0,0002** (0,0001)	0,0001 (0,0004)	0,0001 (0,0004)	0,0002 (0,0003)
Cônjuge trabalha	-0,0023 (0,0037)	0,0063 (0,0141)	0,0055 (0,0135)	0,0070 (0,0118)
Constante	0,0566 (0,0481)	0,0644 (0,0594)	0,0637 (0,0587)	0,0650 (0,0577)
Obs.	20.938	20.938	20.938	20.938
J de Hansen (p-valor) ¹	---	---	0,2142	0,1712

Fonte: PNS de 2019. Elaboração própria. Erros-padrão entre parênteses. * $p < 0,10$; ** $p < 0,05$; *** $p < 0,01$

¹ Todas as demais estatísticas são idênticas àquelas apresentadas na Tabela 3.9 para cada respectiva estimação.

I – Instrumento: Criança de 0 a 5 anos

II – Instrumentos: Criança de 0 a 5 anos + Família Nuclear

III – Instrumentos: Criança de 0 a 5 anos + Família Nuclear + Índice de Recursos Domiciliares

3.5.2. Análise de heterogeneidade dos efeitos do emprego remunerado segundo atributos pessoais

Conforme discutido na seção de procedimentos metodológicos, as mesmas estimações são replicadas para subamostras para investigar possíveis efeitos heterogêneos de ter emprego remunerado sobre a probabilidade de vitimização segundo alguns atributos pessoais. As tabelas a seguir mantêm uma estrutura similar àquela das análises anteriores: inicialmente, são expostos os coeficientes estimados por MPL e, em seguida, os resultados do 2º estágio do MQ2E. Nesse caso, são aqui reportados apenas os coeficientes associados à variável de interesse (*mulher trabalha*). Porém, vale ressaltar que todas as variáveis de controle foram incluídas nos modelos estimados e os resultados estão em tabelas do Apêndice²⁵.

A Tabela 3.13 apresenta os resultados das estimações em que a variável dependente considera a vitimização de maneira indiscriminada, desagregando as informações por cor/raça das mulheres. Os resultados dos testes estão apresentados na Tabela A.19 do Apêndice²⁶. Por MPL, constata-se coeficientes positivos e estatisticamente significantes associados à variável de interesse (*mulher trabalha*) nas mulheres brancas e pretas. Porém, ao lidar com o problema de endogeneidade por meio do MQ2E, os coeficientes no geral perdem significância estatística. Apenas na *especificação III* da subamostra de mulheres brancas mantém significância, mas com uma inversão de sinal. Este resultado sinaliza, assim, que ter um emprego remunerado diminui em aproximadamente 34 p.p. a probabilidade de vitimização dentre as mulheres brancas.

A Tabela 3.14 apresenta os coeficientes estimados associados à variável de interesse (*mulher trabalha*) para os a violência desagregada em física, psicológica e sexual e as diferentes cores/raças. No caso da violência física, o coeficiente da *dummy mulher trabalha* é positivo e estatisticamente significativo por MPL na subamostra de mulheres pretas. Contudo, ao lidar com a endogeneidade por meio do MQ2E, nenhum dos modelos desse grupo teve significância estatística. Entre as mulheres brancas, o coeficiente da *dummy* na *especificação III* revela que estar empregada reduz em aproximadamente 14 p.p. a probabilidade de sofrer violência física.

²⁵ Os resultados dos primeiros estágios da análise de heterogeneidade por cor/raça e por rendimento familiar podem ser consultados no Apêndice (para a análise racial, encontram-se nas Tabelas A.16, A.17 e A.18, enquanto para a análise de renda, na Tabela A.20).

²⁶ Os instrumentos apresentam maior força e relevância para os grupos de mulheres pardas e não-brancas. Para mulheres brancas, os valores mais baixos no teste F sugerem que os instrumentos podem ser mais fracos nesse subgrupo, o que demanda cautela. Já para a subamostra de mulheres pretas, os valores do teste J de Hansen é o que demanda maior cautela em relação à exogeneidade dos instrumentos. De modo geral, porém, os modelos estão identificados, e os instrumentos se mostram válidos e relevantes.

Tabela 3.13 - Análise de heterogeneidade: resultados das estimações para a variável dependente *vítima de violência*, considerando a cor/raça das mulheres

Variável explicativa de interesse	MPL	MQ2E – 2º Estágio		
		I	II	III
Mulheres brancas				
Mulher trabalha	0,0218* (0,0126)	-0,5361 (0,5074)	-0,2449 (0,3069)	-0,3370* (0,1829)
Observações	7.381	7.381	7.381	7.381
J de Hansen (p-valor) ¹	---	---	0,0728	0,0859
Mulheres pretas				
Mulher trabalha	0,0443** (0,0190)	0,1181 (0,1265)	0,1477 (0,1197)	0,0497 (0,0967)
Observações	2.071	2.071	2.071	2.071
J de Hansen (p-valor) ¹	---	---	0,0475	0,0049
Mulheres pardas				
Mulher trabalha	-0,0038 (0,0089)	-0,0552 (0,0843)	-0,0656 (0,0850)	-0,0673 (0,0925)
Observações	11.175	11.175	11.175	11.175
J de Hansen (p-valor) ¹	---	---	0,4155	0,7147
Mulheres não-brancas (pretas, pardas, amarelas e indígenas)				
Mulher trabalha	0,0074 (0,0083)	-0,0086 (0,0715)	-0,0142 (0,0715)	-0,0326 (0,0757)
Observações	13.557	13.557	13.557	13.557
J de Hansen (p-valor) ¹	---	---	0,6645	0,7745
Controles	Sim	Sim	Sim	Sim

Fonte: PNS de 2019. Elaboração própria. Erros-padrão entre parênteses. * $p < 0,10$; ** $p < 0,05$; *** $p < 0,01$

¹ Todas as demais estatísticas são apresentadas na Tabela A.19 do Apêndice.

I – Instrumento: Criança de 0 a 5 anos

II – Instrumentos: Criança de 0 a 5 anos + Família Nuclear

III – Instrumentos: Criança de 0 a 5 anos + Família Nuclear + Índice de Recursos Domiciliares

Em relação à violência psicológica, as estimações por MPL apresentam coeficientes positivos e estatisticamente significantes para as subamostras de mulheres brancas e pretas. Entretanto, no 2º estágio do MQ2E, ocorre uma inversão de sinal para as mulheres brancas na *especificação III*, indicando que, nesse grupo, o emprego remunerado reduzia em pouco mais de 32 p.p. a probabilidade de sofrer violência psicológica. Nas mulheres pretas, o modelo da *especificação II* constata um coeficiente positivo e estatisticamente significativo (sem inversão de sinal em comparação ao MPL), sugerindo que, nesse grupo, o trabalho remunerado aumenta em quase 20 p.p. a probabilidade de ser alvo de agressões verbais, como gritos e xingamentos.

Quanto à violência sexual, os resultados obtidos apontam um pequeno efeito positivo e estatisticamente significativo do trabalho remunerado na estimação por MPL para a subamostra de mulheres pretas. Porém, esse efeito não é corroborado após o tratamento da endogeneidade.

Tabela 3.14 - Análise de heterogeneidade: resultados das estimações para as variáveis dependentes *vítima de violência física, vítima de violência psicológica e vítima de violência sexual*, considerando a cor/raça das mulheres

Variável explicativa de interesse	Vítima de violência física				Vítima de violência psicológica				Vítima de violência sexual			
	MPL	MQ2E – 2º Estágio			MPL	MQ2E – 2º Estágio			MPL	MQ2E – 2º Estágio		
		I	II	III		I	II	III		I	II	III
Mulheres brancas												
Mulher trabalha	0,0041 (0,0060)	-0,2910 (0,2737)	-0,1340 (0,1628)	-0,1359** (0,0651)	0,0242* (0,0124)	-0,5584 (0,5126)	-0,2750 (0,3108)	-0,3229* (0,1808)	0,0059 (0,0067)	-0,3034 (0,3371)	-0,1957 (0,2169)	-0,1834 (0,1407)
Observações	7.381	7.381	7.381	7.381	7.381	7.381	7.381	7.381	7.381	7.381	7.381	7.381
Controles	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
J de Hansen (p-valor) ¹	---	---	0,0900	0,0291	---	---	0,0862	0,1192	---	---	0,2989	0,4213
Mulheres pretas												
Mulher trabalha	0,0193* (0,0111)	-0,0349 (0,0916)	-0,0198 (0,0852)	-0,0497 (0,0689)	0,0459*** (0,0177)	0,1715 (0,1074)	0,1955* (0,1022)	0,0871 (0,0833)	0,0073* (0,0039)	0,0135 (0,0142)	0,0134 (0,0134)	0,0053 (0,0115)
Observações	2.071	2.071	2.071	2.071	2.071	2.071	2.071	2.071	2.071	2.071	2.071	2.071
Controles	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
J de Hansen (p-valor) ¹	---	---	0,0641	0,0655	---	---	0,1054	0,0062	---	---	0,9438	0,2266
Mulheres pardas												
Mulher trabalha	-0,0010 (0,0067)	0,0110 (0,0489)	0,0079 (0,0516)	0,0305 (0,0674)	-0,0062 (0,0086)	-0,0541 (0,0826)	-0,0652 (0,0835)	-0,0577 (0,0910)	0,0009 (0,0017)	0,0169 (0,0135)	0,0178 (0,0137)	0,0164 (0,0147)
Observações	11.175	11.175	11.175	11.175	11.175	11.175	11.175	11.175	11.175	11.175	11.175	11.175
Controles	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
J de Hansen (p-valor) ¹	---	---	0,6799	0,7183	---	---	0,3815	0,6716	---	---	0,0213	0,0345
Mulheres não-brancas (pretas, pardas, amarelas e indígenas)												
Mulher trabalha	0,0029 (0,0057)	0,0061 (0,0434)	0,0035 (0,0454)	0,0182 (0,0572)	0,0051 (0,0079)	0,0025 (0,0689)	-0,0046 (0,0691)	-0,0158 (0,0739)	0,0020 (0,0016)	0,0173 (0,0110)	0,0176 (0,0110)	0,0145 (0,0115)
Observações	13.557	13.557	13.557	13.557	13.557	13.557	13.557	13.557	13.557	13.557	13.557	13.557
Controles	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
J de Hansen (p-valor) ¹	---	---	0,7948	0,8649	---	---	0,5873	0,8025	---	---	0,6565	0,72

Fonte: PNS de 2019. Elaboração própria. Erros-padrão entre parênteses. * $p < 0,10$; ** $p < 0,05$; *** $p < 0,01$

¹ Todas as demais estatísticas são apresentadas na Tabela A.19 do Apêndice.

I – Instrumento: Criança de 0 a 5 anos

II – Instrumentos: Criança de 0 a 5 anos + Família Nuclear

III – Instrumentos: Criança de 0 a 5 anos + Família Nuclear + Índice de Recursos Domiciliares

Em síntese, a análise de heterogeneidade baseada no recorte racial evidencia que o efeito protetivo do trabalho remunerado se concentra entre mulheres brancas, especialmente no que se refere à violência física e psicológica. Em contrapartida, o trabalho está associado a um maior risco de violência psicológica para mulheres pretas. Esses resultados sinalizam uma sobreposição de vulnerabilidades que moldaria de maneira distinta a relação entre o emprego e a violência conforme a cor/raça. Assim, enquanto os modelos de “barganha conjugal” parecem oferecer uma explicação mais adequada para as mulheres brancas, os achados para as mulheres pretas sugerem que a “teoria do *backlash*” fornece uma compreensão mais consistente.

As Tabelas 3.15 e 3.16 mostram os resultados da análise de heterogeneidade de efeitos de acordo com a renda familiar das mulheres. Os resultados dos testes podem ser consultados na Tabela A.21 do Apêndice²⁷. Observa-se que, apenas no modelo que ignora a endogeneidade e analisa a vitimização de forma indiscriminada, há um coeficiente positivo e estatisticamente significativo. Porém, esse coeficiente se torna negativo – uma tendência similar à observada na maioria das demais estimações – e perde a significância ao se considerar as regressões do 2º estágio do MQ2E. Todos os demais coeficientes encontrados, inclusive quando a violência é considerada de acordo com os três tipos distintos, não apresentou significância estatística.

Tabela 3.15 - Análise de heterogeneidade: resultados das estimações para a variável dependente *vítima de violência*, considerando o rendimento familiar das mulheres

Variável explicativa de interesse	MPL	MQ2E – 2º Estágio		
		I	II	III
Rendimento de até 1 salário mínimo				
Mulher trabalha	0,0300 (0,0275)	-0,2045 (0,3348)	-0,1936 (0,3259)	-0,2453 (0,3299)
Observações	2.957	2.957	2.957	2.957
Controles	Sim	Sim	Sim	Sim
J de Hansen (p-valor) ¹	---	---	0,6739	0,1012
Rendimento de mais de 1 salário mínimo				
Mulher trabalha	0,0134* (0,0069)	-0,1230 (0,1166)	-0,1090 (0,1093)	-0,1396 (0,1008)
Observações	17.981	17.981	17.981	17.981
Controles	Sim	Sim	Sim	Sim
J de Hansen (p-valor) ¹	---	---	0,6336	0,7296

Fonte: PNS de 2019. Elaboração própria. Erros-padrão entre parênteses. * $p < 0,10$; ** $p < 0,05$; *** $p < 0,01$

¹ Todas as demais estatísticas são apresentadas na Tabela A.21 do Apêndice.

I – Instrumento: Criança de 0 a 5 anos

II – Instrumentos: Criança de 0 a 5 anos + Família Nuclear

III – Instrumentos: Criança de 0 a 5 anos + Família Nuclear + Índice de Recursos Domiciliares

²⁷ Os resultados dos testes indicam que os instrumentos utilizados são mais robustos para mulheres com renda familiar superior a 1 salário mínimo, evidenciado pelos altos valores do Teste F e dos testes de instrumentos fracos. Para mulheres com renda de até 1 salário mínimo, os instrumentos apresentam força mais limitada.

Tabela 3.16 - Análise de heterogeneidade: resultados das estimações para as variáveis dependentes *vítima de violência física*, *vítima de violência psicológica* e *vítima de violência sexual*, considerando o rendimento familiar das mulheres

Variável explicativa de interesse	Vítima de violência física				Vítima de violência psicológica				Vítima de violência sexual			
	MPL	MQ2E – 2º Estágio			MPL	MQ2E – 2º Estágio			MPL	MQ2E – 2º Estágio		
		I	II	III		I	II	III		I	II	III
Rendimento de até 1 salário mínimo												
Mulher trabalha	-0,0111 (0,0091)	0,0253 (0,1501)	0,0227 (0,1442)	-0,0146 (0,1345)	0,0335 (0,0273)	-0,3267 (0,3466)	-0,3161 (0,3370)	-0,3574 (0,3429)	-0,0037 (0,0042)	0,0749 (0,0650)	0,0579 (0,0586)	0,0603 (0,0566)
Observações	2.957	2.957	2.957	2.957	2.957	2.957	2.957	2.957	2.957	2.957	2.957	2.957
Controles	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
J de Hansen (p-valor) ¹	---	---	0,8848	0,0555	---	---	0,6821	0,2442	---	---	0,3065	0,5686
Rendimento de mais de 1 salário mínimo												
Mulher trabalha	0,0051 (0,0035)	-0,0648 (0,0664)	-0,0552 (0,0639)	-0,0320 (0,0593)	0,0129 (0,0068)	-0,1091 (0,1149)	-0,1005 (0,1079)	-0,1241 (0,0993)	0,0044 (0,0037)	-0,0642 (0,0766)	-0,0542 (0,0693)	-0,0713 (0,0692)
Observações	13.112	13.112	13.112	13.112	13.112	13.112	13.112	13.112	13.112	13.112	13.112	13.112
Controles	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
J de Hansen (p-valor) ¹	---	---	0,5359	0,6659	---	---	0,7669	0,8391	---	---	0,1691	0,1549

Fonte: PNS de 2019. **Elaboração própria.** Erros-padrão entre parênteses. * $p < 0,10$; ** $p < 0,05$; *** $p < 0,01$

¹ Todas as demais estatísticas são apresentadas na Tabela A.21 do Apêndice.

I – Instrumento: Criança de 0 a 5 anos

II – Instrumentos: Criança de 0 a 5 anos + Família Nuclear

III – Instrumentos: Criança de 0 a 5 anos + Família Nuclear + Índice de Recursos Domiciliares

3.6. Conclusões

Conforme discutido neste capítulo, a violência doméstica representa um grave problema de saúde pública, gerando impactos profundos e duradouros sobre a saúde física e mental das mulheres. As várias formas de violência por parceiros íntimos – física, psicológica e sexual – comprometem significativamente a qualidade de vida e a autonomia das mulheres, afetando suas oportunidades de desenvolvimento pessoal e profissional e repercutindo sobre filhos e demais familiares, empregadores e sistemas de saúde e assistência social.

Nesse contexto, a relação entre violência doméstica e participação feminina no mercado de trabalho é complexa e inexistente um consenso teórico ou empírico na literatura. Segundo as teorias de “barganha conjugal”, o trabalho remunerado poderia oferecer autonomia e segurança econômica às mulheres, reduzindo a vitimização. Em contraste, outras perspectivas apontam que o engajamento no mercado de trabalho pode aumentar o risco de violência, especialmente se o trabalho feminino desafiar normas patriarcais e padrões tradicionais de gênero.

O *estudo 2* da presente Tese de Doutorado, apresentado neste capítulo, investigou a relação entre trabalho remunerado e violência contra as mulheres brasileiras com dados da PNS de 2019, do IBGE, aplicados em regressões. Os resultados, em geral, indicaram uma relação significativa e positiva em estimações sem correção da endogeneidade (MPL); porém, ao considerar a endogeneidade por meio de variáveis instrumentais (MQ2E), essa relação passa a apresentar um sinal negativo e que sinaliza o efeito protetivo do trabalho para as mulheres. Isto porque, pelos resultados, estar engajada em uma atividade remunerada diminui em pouco mais de 15 p.p. a probabilidade de a mulher sofrer alguma agressão física, psicológica ou sexual.

O entendimento mais recente da literatura feminista aponta que, embora as relações de gênero sejam transversais a todas as mulheres, outros marcadores sociais, como raça e classe, exercem papéis cruciais na conformação de suas vivências. Com base nessa perspectiva, o estudo 2 avaliou a possibilidade de efeitos heterogêneos do trabalho remunerado.

Os resultados dessa análise, que considerou tanto a cor/raça como a renda familiar, sugerem que o efeito protetivo do emprego remunerado se dá entre mulheres brancas, reduzindo a probabilidade de ocorrência de violência física em 14 p.p. e psicológica em mais de 30 p.p. Por outro lado, entre as mulheres pretas, o trabalho remunerado aumentaria a probabilidade de vitimização psicológica – em aproximadamente 20 p.p.

Esses achados permitem aventar que as diferentes abordagens teóricas sobre a relação entre emprego remunerado e violência contra as mulheres encontram aderências distintas a depender do recorte racial. Para as mulheres brancas, os modelos de barganha conjugal parecem

oferecer explicações mais adequadas à dinâmica observada. Em contrapartida, para as mulheres pretas, as teorias de *backlash* parecem capturar melhor as complexidades da relação. Considerando que, no ciclo da violência doméstica, a adoção de atos de agressão psicológica – como gritos, xingamentos e ameaças – geralmente antecede outras formas de agressão (Lucena *et al.*, 2016), o resultado é um alerta importante para a conformação da violência doméstica para esse segmento específico de mulheres.

Ademais, tais resultados sugerem que a vulnerabilidade de mulheres pretas ao abuso psicológico pode ser reforçada por uma sobreposição de desvantagens estruturais ligadas à interseção entre raça e gênero e que operam no sentido oposto para as mulheres brancas; i.e., o acesso a um emprego remunerado atuando no sentido de aumentar as possibilidades e permitir saídas de relacionamentos violentos. Deve-se levar em conta que as mulheres pretas enfrentam discriminação histórica e institucional, o que restringiria seu acesso a recursos de apoio e proteção social, tornando-as mais suscetíveis a comportamentos abusivos, especialmente quando desafiam a dinâmica de poder no contexto doméstico. Nessa linha, Souza e Farias (2022) argumentam que, em uma sociedade racialmente desigual e marcada pelo racismo institucional, as denúncias de mulheres pretas muitas vezes são tratadas com descrédito e isso poderia estar associado à perpetuação de um ciclo de vulnerabilidade para essas mulheres.

Neste contexto, as mulheres brancas tendem a possuir um maior acesso a redes de apoio institucionais e sociais, o que as torna menos vulneráveis à vitimização. Em contrapartida, as mulheres pretas enfrentam barreiras estruturais adicionais que limitam sua capacidade de buscar apoio e proteção, tornando-as mais vulneráveis à violência psicológica. Essa vulnerabilidade provavelmente é ampliada pelo fato de que os agressores podem perceber a escassez de suporte externo, aumentando a exposição da mulher preta à violência.

Reforçando, então, as evidências aqui obtidas ressaltam a relevância de incorporar as interseccionalidades entre raça e gênero ao examinar a relação entre violência doméstica e inserção das mulheres no mercado de trabalho. Considerar essas interseccionalidades permite compreender como a sobreposição de discriminações e desigualdades pode intensificar as vulnerabilidades enfrentadas por grupos específicos, evidenciando que os efeitos do trabalho remunerado na violência doméstica não são homogêneos, mas variam conforme características sociais estruturais que impactam diretamente as experiências e riscos individuais.

As estimações encontraram outros resultados que podem ser discutidos. As evidências mostraram que as mulheres mais velhas, principalmente aquelas com 50 anos ou mais, têm menor probabilidade de serem vítimas de violência física ou psicológica, o que está alinhado à literatura empírica, que identifica maiores riscos para mulheres jovens (Burazeri *et al.*, 2005;

Chatha; Ahmad; Sheikh, 2014; Macmillan; Gartner, 1999; Villarreal, 2007). Vasconcelos *et al.* (2021) sugerem que essa associação pode decorrer da maior dependência das mulheres jovens em relação ao cônjuge para sustentar os filhos e manter as necessidades domiciliares, enquanto as mulheres mais velhas tendem a ter mais autonomia financeira e social. Lasong *et al.* (2020) argumentam que, embora as mulheres jovens possam compreender melhor a natureza criminosa da violência doméstica, elas não conseguem apreender as nuances desta nos relacionamentos.

Ademais, as mulheres residentes em áreas urbanas apresentaram maiores probabilidades de serem vítimas de violência doméstica, especialmente de atos de agressão física e psicológica. Resultado similar foi observado por Dildar (2021), Hindin e Adair (2002) e Villarreal (2007). Contudo, esses resultados contradizem a explicação padrão da literatura, que geralmente espera maiores probabilidades de vitimização para mulheres de áreas rurais – o que, no Brasil, foi parcialmente observado por Cerqueira, Moura e Izumino (2019). Isso porque as mulheres de áreas rurais, geralmente, têm menores níveis educacionais e habilidades que comprometem a inserção no mercado de trabalho e a qualidade do emprego, se tornando mais dependentes dos cônjuges, enquanto mulheres urbanas possuem mais oportunidades (Lasong *et al.*, 2020).

Enfim, é importante destacar a limitação inerente ao emprego de dados *cross-section*. Embora a PNS 2013 já tenha informações sobre violência, a edição de 2019 passou por mudanças metodológicas que impossibilitam uma análise longitudinal. É fundamental contar com dados populacionais ao longo do tempo para desenvolver estudos que permitam uma melhor compreensão de um fenômeno tão nocivo – tanto às vítimas como à sociedade – quanto a violência doméstica de qualquer tipo.

Outra limitação importante está relacionada ao método utilizado, dado que a aplicação de variáveis instrumentais exige que os instrumentos selecionados satisfaçam uma série de requisitos para abordar de forma adequada o problema de endogeneidade. No *estudo 2*, foram realizados vários testes para verificar a validade, exogeneidade e adequação dos instrumentos empregados. Dois dos instrumentos — presença de crianças em idade pré-escolar no domicílio e *dummy* família nuclear — são respaldados pela literatura, enquanto o terceiro instrumento — índice de recursos domiciliares —, constitui uma proposição coerente a pressupostos teóricos, cuja pertinência foi demonstrada pelos resultados dos testes.

Assim, pode-se dizer que, de modo geral, os exercícios empíricos realizados no *estudo 2* apuraram evidências robustas de que os instrumentos atendem aos requisitos necessários, como relevância e exogeneidade. Ainda assim, apesar das evidências favoráveis, o emprego de variáveis instrumentais sempre está sujeito a desafios inerentes ao método, como a chance de exclusão de fatores não observáveis correlacionados tanto aos instrumentos quanto à variável

dependente. Nesse sentido, na escolha dos instrumentos, o embasamento teórico e a realização de múltiplos testes de diagnóstico foram implementados para tentar mitigar tais limitações.

IV – ESTUDO 3: RELAÇÕES ENTRE DEPRESSÃO, VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES E TRABALHO REPRODUTIVO

4.1. Apresentação

A saúde mental tem se tornado um tema central nas discussões de saúde pública, já que doenças e distúrbios que comprometem o bem-estar psicológico das pessoas têm crescido nas últimas décadas e apresentado alta taxa de prevalência no Brasil (Nunes *et al.*, 2016; Santos *et al.*, 2019) e no mundo (Dattani; Ritchie; Roser, 2018; World Health Organization, 2022). A crescente magnitude dos distúrbios mentais impulsionou um movimento global voltado para a promoção da saúde mental e do bem-estar, refletindo-se na inclusão dessa meta no terceiro “Objetivo de Desenvolvimento Sustentável” (ODS), acordo internacional firmado no âmbito da Assembleia-Geral das Nações Unidas. Essa iniciativa não apenas visa à melhoria da saúde mental global, mas também pode ser compreendida como uma estratégia para promover os direitos humanos e ampliar a inclusão social, ao reconhecer a saúde mental como uma dimensão essencial para o desenvolvimento humano (Arias; Saxena; Verguet, 2022; IPEA, 2019).

Os efeitos deletérios do adoecimento mental vão além dos impactos diretos sobre os indivíduos debilitados, que enfrentam dificuldades para viver plenamente em diversos aspectos, como a manutenção de relações interpessoais saudáveis, a exploração de suas potencialidades, o bom desempenho no trabalho e nos estudos, e a participação ativa em suas comunidades. Esses efeitos também acarretam significativos prejuízos econômicos, refletidos no aumento da demanda e dos custos (públicos e privados) com serviços de saúde, na redução de renda e produtividade, no absenteísmo e, em última instância, na queda da produção econômica (Arias; Saxena; Verguet, 2022; Ludermit, 2008; Senicato; Azevedo; Barros, 2018).

Assim, é possível partir da definição de saúde mental da Organização Mundial da Saúde (OMS), que a entende como a capacidade dos indivíduos, grupos e ambientes interagirem entre si de modo a promover o bem-estar subjetivo, desenvolvimento e uso pleno das habilidades mentais (cognitivas, afetivas e relacionais), possibilitando o alcance de objetivos individuais e coletivos (World Health Organization, 2000). Essa definição transcende os limites individuais e os fatores biológicos que influenciam a saúde mental das pessoas (Malhotra; Shah, 2015; Senicato; Azevedo; Barros, 2018), permitindo também ressaltar o aspecto complexo de elementos culturais, sociais e institucionais que a condicionam.

A literatura argumenta que o gênero é um dos principais determinantes da condição da saúde mental e bem-estar dos indivíduos. Evidências apontam que as mulheres apresentam maior prevalência de transtornos mentais em comparação aos homens (Nunes *et al.*, 2016; Pinho; Araújo, 2012; Piovani; Aydiner-Avsar, 2021; Santos *et al.*, 2019; Santos; Diniz, 2018; World Health Organization, 2000). Ludermir (2008), por exemplo, destaca que os quadros de ansiedade e depressão são de duas a três vezes mais prevalentes nas mulheres, o que reflete os estressores e as experiências exclusiva ou desproporcionalmente vivenciados por elas, como resultado de desigualdades de gênero historicamente construídas e continuamente reproduzidas.

Considerando que o gênero é um conceito central para compreender e identificar as relações desiguais de poder entre os sexos, as quais são construídas e reformuladas ao longo do tempo, é essencial investigar as implicações das dinâmicas de gênero sobre a saúde mental das mulheres. Tal análise pode subsidiar o desenvolvimento de medidas preventivas e de políticas públicas integradas que promovam o bem-estar psíquico feminino (Santos *et al.*, 2019; World Health Organization, 2000). O presente capítulo (*estudo 3*) endereça contribuições a tal debate.

Assim, para finalizar as avaliações desta Tese de Doutorado de modo coerente, a ideia é relacionar a saúde mental das mulheres com os dois principais objetos dos *estudos 1* e *2* – o trabalho reprodutivo e a violência doméstica, respectivamente. O **problema investigativo** que norteia o desenvolvimento do *estudo 3* é: há relações entre a saúde mental feminina no Brasil e as situações majoritariamente vivenciadas e relacionadas ao ser mulher do ponto de vista social? As situações relacionadas principalmente às mulheres às quais o problema se refere são: a) vitimização por violência doméstica; e b) responsabilização primária pelo trabalho reprodutivo.

O **objetivo geral** é investigar as possíveis relações entre a saúde mental feminina, em particular a prevalência de sintomas depressivos, e: i) o trabalho reprodutivo; e ii) a violência doméstica. A **hipótese principal** é a de que, considerando o gênero como um conceito que sintetiza as relações desiguais de poder entre homens e mulheres e que concede vantagens do primeiro grupo sobre o segundo, fazendo com que elas vivenciem de modo desproporcional determinados estressores, haveria efeitos negativos na saúde mental feminina provenientes da violência doméstica e da realização primordial de afazeres domésticos e de cuidado de pessoas.

Em consonância com o restante da Tese, são utilizadas informações da PNS de 2019 do IBGE, as quais são aplicadas em regressões pelos métodos de probabilidade linear (MPL) e Probit, complementadas, para robustez e resolução de possíveis problemas de (auto)seleção, por estratégias de *Propensity Score Matching* (PSM). Assim, é investigada a existência de relações estatisticamente significativas entre a presença de um quadro depressivo clinicamente relevante e: i) a ocorrência de violência doméstica, sendo esta desagregada em física,

psicológica e sexual, assim como no *estudo 2*; e ii) a realização de trabalho reprodutivo, aberto, como no *estudo 1*, em afazeres domésticos e cuidado de pessoas. Adicionalmente, são realizadas análises que consideram a gravidade dos quadros depressivos, bem como análises de heterogeneidade, considerando a cor/raça, renda familiar e nível de escolaridade das mulheres.

Antecipada e sucintamente, os resultados obtidos indicam que ser vítima de violência aumenta consideravelmente a probabilidade de mulheres apresentarem sintomas de depressão. Ademais, a experiência de alguma violência é associada a uma maior probabilidade de ocorrência de quadros de depressão moderada, grave e muito grave. Quanto ao trabalho reprodutivo, os resultados sugerem que realizar tarefas de cuidado de pessoas eleva a probabilidade de as mulheres apresentarem sintomas depressivos, em particular um quadro grave; mas realizar afazeres domésticos não tem resultados significantes de forma consistente.

A análise de heterogeneidade revelou que o impacto da vitimização sobre as mulheres é relativamente uniforme, independentemente de raça, escolaridade ou nível de renda familiar. Em contraste, a análise do trabalho reprodutivo apontou heterogeneidades significativas, indicando que mulheres não-brancas, com escolaridade inferior ao ensino superior e renda acima de um salário mínimo apresentam um efeito mais prejudicial à saúde mental em comparação às demais.

Em tempo, vale destacar que a literatura apresenta estudos que utilizam dados da PNS de 2019 para investigar a prevalência de depressão na população brasileira. Hintz *et al.* (2023) e Brito *et al.* (2022) analisaram fatores associados à prevalência de depressão em adultos; Sguerri (2023) enfatizou a população idosa, enquanto Oliveira *et al.* (2024) avaliaram jovens adultos. Tais trabalhos não abordaram os efeitos de elementos específicos relativos à vivência de gênero, como a vitimização por parceiro íntimo ou a realização de trabalho reprodutivo. Já Harding *et al.* (2022), por sua vez, examinaram a relação entre prevalência de sintomas depressivos no Brasil e a ocorrência de violência, mas sem realizar um recorte claro de gênero.

A exceção é o trabalho de Mrejen *et al.* (2023), que analisou a associação entre a ocorrência de violência e a depressão no Brasil, segmentando a análise por gênero. Utilizando estimações *Logit*, os autores encontraram evidências de que as mulheres apresentavam maior probabilidade tanto de serem vítimas de violência quanto de desenvolverem depressão. Embora esse estudo se aproxime de parte do objetivo do *estudo 3*, ele não aborda a gravidade do quadro depressivo, o que limita os *insights* da análise. Adicionalmente, no que diz respeito à eventual relação entre a depressão e o trabalho reprodutivo, o levantamento bibliográfico realizado não identificou estudos prévios que explorassem essa relação utilizando os dados da PNS de 2019.

Portanto, ao partir da premissa de que existem estressores específicos da vivência de “ser mulher” que afetam diretamente a saúde mental feminina – considerando-se os dois que podem ser examinados com base nas informações da PNS e que foram objeto de análise nos estudos anteriores –, o *estudo 3* contribui para preencher lacunas relevantes da literatura. Isto porque endereça a ela evidências inéditas, mais robustas ou específicas sobre as relações entre gênero, violência, trabalho reprodutivo e saúde mental feminina no Brasil.

O *estudo 3* é estruturado em cinco seções, além da presente apresentação e das conclusões. A segunda seção realiza uma revisão teórica e empírica, abordando aspectos relativos à saúde mental, incluindo a prevalência de depressão e instrumentos de identificação, bem como a relação entre o bem-estar psíquico, a ocorrência de violência e a realização de trabalho reprodutivo. A terceira faz algumas análises descritivas sobre a prevalência de casos depressivos clinicamente relevantes dentre as mulheres brasileiras de acordo com atributos pessoais e locais. A quarta seção, por sua vez, detalha os procedimentos metodológicos aqui adotados. Por último, a quinta seção expõe e discute os principais resultados encontrados.

4.2. Revisão teórica e empírica

Como apontado na apresentação, o estudo 3 explora as relações entre a saúde mental e duas problemáticas distintas associadas às mulheres, exigindo, portanto, uma revisão da literatura específica para cada relação. Assim, inicialmente são abordados conceitos relativos à saúde mental que são fundamentais para o presente estudo e comuns para ambas as discussões – a depressão e o instrumento de avaliação *Patient Health Questionnaire* (PHQ-9). A seguir, é discutida a relação entre a saúde mental e a realização do trabalho reprodutivo. Por último, são apresentadas evidências que associam o bem-estar psíquico feminino à violência doméstica.

4.2.1. Depressão e o PHQ-9 como ferramenta de identificação

A depressão e os transtornos de ansiedade são amplamente reconhecidos como dois dos distúrbios mentais mais frequentes no mundo (Souza; Machado-de-Sousa, 2017). Em 2021, o Instituto de Métricas e Avaliação em Saúde (2024) estimava que 4% da população mundial apresentava quadro de depressão, representando um aumento em relação a 1990, quando a prevalência era de 3,6% (crescimento de 11%). Estimativas da Organização Mundial da Saúde

(2017) reforçam essa tendência, apontando uma taxa global de prevalência de 4,4% em 2015 e um aumento de mais de 18% entre 2005 e 2015.

É interessante destacar que a prevalência da depressão varia consideravelmente entre populações e contextos. Segundo o Instituto de Métricas e Avaliação em Saúde (2024), na América do Norte, a taxa de prevalência em 2021 foi de 5,4%, o que resultou de um aumento de mais de 42% em relação a 1990, quando era de 3,8%. Em contraste, a menor prevalência foi observada no Leste Asiático e Pacífico, com uma taxa estável de 2,9% desde 1990.

No Brasil, os dados desse mesmo instituto sinalizaram uma prevalência de 4,4% para o ano de 2021, embora estudos baseados na PNS – uma das principais fontes para investigar a prevalência de sintomas de depressão com dados populacionais brasileiros e, por isso, utilizada na presente Tese – sugiram taxas consideravelmente mais elevadas. Tal diferença é esperada, uma vez que diferenças conceituais relacionadas aos instrumentos de mensuração também podem influenciar os resultados (Sguerri, 2023). Por exemplo, Hintz *et al.* (2023) identificaram uma prevalência de 10,27% entre adultos brasileiros com os dados de 2019, enquanto Sousa *et al.* (2021) observaram 10,9%. Especificamente entre jovens adultos, Oliveira *et al.* (2024) reportaram uma prevalência de 10,9%, e, entre idosos, a taxa chegou a 13,2% (Sguerri, 2023).

A depressão é determinada por uma ampla gama de fatores, incluindo predisposição genética, bioquímica cerebral, estilo de vida e características sociodemográficas. Para este estudo, dada a natureza de suas análises e a disponibilidade de dados, é destacada a relevância de fatores sociodemográficos, sendo possível consultar Dunn *et al.* (2015) e Hidaka (2012), por exemplo, para um maior aprofundamento em relação aos determinantes genéticos e ambientais.

Os transtornos mentais comuns (TMC)²⁸ afetam predominantemente as mulheres (Parreira *et al.*, 2017; Santos *et al.*, 2019), tendência corroborada por estudos específicos sobre quadros depressivos (Akhtar-Danesh; Landeen, 2007; Brito *et al.*, 2022; Hintz *et al.*, 2023; Sousa *et al.*, 2021; Velde; Bracke; Levecque, 2010). Essa predominância é evidente tanto entre mulheres jovens (Oliveira *et al.*, 2024) como idosas (Sguerri, 2023). Além disso, a depressão é mais prevalente entre indivíduos em situações de vulnerabilidade social, como aqueles com baixa escolaridade ou menor renda familiar (Brito *et al.*, 2022; Ludermir; Lewis, 2001; Oliveira

²⁸ Os transtornos mentais comuns (TMC) abrangem uma ampla gama de condições, incluindo quadros depressivos, ansiosos e somáticos que podem requerer tratamento médico específico e medicamentoso. Além disso, também englobam situações em que os sintomas, embora não preencham os critérios de diagnósticos formais segundo o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais e a Classificação Internacional de Doenças (CID-11), provocam sofrimento significativo e incapacitação funcional (Fonseca; Guimarães; Vasconcelos, 2008; Lopes *et al.*, 2022; Santos, 2010). Entre os sintomas mais comuns estão insônia, fadiga, irritabilidade, dificuldades de memória e concentração, bem como queixas somáticas inespecíficas (Parreira *et al.*, 2017; Senicato; Azevedo; Barros, 2018).

et al., 2024). Uma possível explicação para isso seria a forte correlação entre escolaridade e melhores oportunidades no mercado de trabalho, que tendem a contribuir para o bem-estar econômico e, conseqüentemente, afetar positivamente a saúde mental (Senicato; Azevedo; Barros, 2018).

A identificação racial também se destaca como um fator relevante na prevalência de TMC, mas sem que haja um consenso estabelecido. Nunes *et al.*(2016) apontaram maior ocorrência entre pessoas não brancas. Smolen *et al.*(2018), em estudo realizado em Feira de Santana, Bahia, utilizando uma abordagem interseccional, relataram diferenças significativas na prevalência de TMC: homens brancos apresentaram uma taxa de 11,1%, enquanto mulheres pretas alcançaram 37,2%. No entanto, em análise específica para a depressão, Brito *et al.* (2022) observaram maior prevalência entre os indivíduos que se autodeclararam brancos, enquanto Hintz *et al.* (2023) identificaram maior prevalência entre as pessoas brancas e pardas.

Além disso, há algumas evidências que sugerem uma maior prevalência de distúrbios de depressão nas regiões Sul e Sudeste, reconhecidas por terem maior nível de desenvolvimento socioeconômico quando comparadas a outras regiões brasileiras. Uma possível explicação para esse fenômeno, apresentada nos trabalhos que a discutem, seria a maior demanda por longas jornadas de trabalho nessas regiões, o que ocasionaria maiores níveis de estresse e piora do bem-estar mental (Brito *et al.*, 2022; Hintz *et al.*, 2023; Oliveira *et al.*, 2024).

Considerando a emergência da preocupação com a saúde mental e da necessidade de uma avaliação adequada de tais transtornos, uma série de instrumentos foram desenvolvidos para tentar identificá-los, sendo alguns dos mais comumente utilizados o *Self-Report Questionnaire (SRQ-20)* e o *Patient Health Questionnaire (PHQ-9)*. Bruzeguini *et al.*(2023) destacam várias vantagens associadas a esses instrumentos, incluindo acessibilidade e baixo custo, aliados a uma boa capacidade de distinguir casos de não casos. Os formatos concisos, com um número reduzido de perguntas, facilitam uma aplicação ágil e prática. Ainda, esses instrumentos se sobressaem por serem gratuitos, autoaplicáveis e amplamente utilizados em contextos variados ao redor do mundo, o que reforça a eficácia e a ampla aceitação.

O SRQ-20 foi desenvolvido com o patrocínio da OMS para avaliar a prevalência de TMC em avaliações populacionais e na atenção básica à saúde, especialmente em países em desenvolvimento (Parreira *et al.*, 2017; Santos *et al.*, 2010). Esse instrumento é um questionário de triagem, não diagnóstico, composto por 20 questões de respostas dicotômicas (“sim” ou “não”). Cada resposta positiva recebe um ponto, gerando um resultado que varia entre zero (indicando nenhuma probabilidade de TMC) e 20 (indicando extrema probabilidade de TMC).

O PHQ-9, por sua vez, é um dos instrumentos mais amplamente utilizados para avaliar a depressão, sendo empregado pelo IBGE e MS na PNS para monitorar a saúde mental dos brasileiros. Derivado do *Primary Care Evaluation of Mental Disorders* (PRIME-MD), o PHQ-9 foi desenvolvido por Kroenke, Spitzer e Williams (2001), em colaboração com o Instituto Regenstrief da Universidade de Indiana e com apoio de um subsídio educacional da Pfizer Inc.

O PRIME-MD foi projetado originalmente para diagnosticar vários transtornos mentais comuns em atenção primária à saúde: depressão, ansiedade, abuso de álcool, transtornos somatoformes e transtornos da alimentação (Santos *et al.*, 2013). Posteriormente, o PHQ surgiu como uma versão autoaplicável desse instrumento, contendo módulos específicos para cada um dos transtornos. O PHQ-9, especificamente, foi estruturado como uma ferramenta de triagem e avaliação da depressão, sendo amplamente validado como instrumento de rastreamento com alta eficácia na identificação de sintomas e classificação precisa de pessoas como suspeitas ou não de depressão. (Costantini *et al.*, 2021; Levis; Benedetti; Thombs, 2019; Osório *et al.*, 2009).

Vale destacar que o PHQ-9 é composto por nove perguntas que averiguam os sintomas de episódio depressivo, de acordo com a descrição do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-IV)²⁹. Os sintomas incluem: humor deprimido; anedonia (perda de interesse ou prazer em atividades); problemas com o sono; cansaço ou falta de energia; alterações no apetite ou peso; sentimento de culpa ou inutilidade; problemas de concentração; sensação de lentidão ou inquietação; e ideação suicida (Santos *et al.*, 2013).

Os respondentes avaliam cada sintoma em uma escala de 0 a 3, com base na frequência com que eles os incomodaram nas últimas duas semanas anteriores à pesquisa, sendo: 0, caso não tenham se incomodado de forma alguma; 1, caso tenham percebido tal sintoma em alguns dias; 2, caso tenham sentido em mais da metade dos dias; e 3, caso tenham sentido em quase todos os dias. Há duas abordagens para calcular os resultados do PHQ-9: uma baseada em um algoritmo específico e outra que realiza uma contagem contínua dos pontos obtidos.

Pelo método do algoritmo, é necessário que pelo menos cinco sintomas tenham sido classificados no mínimo na escala 2 (o que indica que ocorreram “mais da metade dos dias”). A única exceção é o item sobre ideação suicida, que já conta como um dos cinco sintomas se for pontuado com 1 (ou seja, “alguns dias”). Ademais, entre os sintomas pontuados com 2 ou

²⁹ O Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-IV) é uma publicação da *American Psychiatric Association* que apresenta critérios diagnósticos amplamente utilizados para identificar e classificar transtornos mentais. A quarta edição, lançada em 1994, foi referência global até a publicação do DSM-V em 2013 (Ribeiro; Marteleto, 2023).

mais, pelo menos um deve ser anedonia ou humor deprimido (Manea; Gilbody; McMillan, 2015).

Já o segundo método consiste na soma direta das pontuações de cada item, gerando um escore total que varia de 0 a 27, com os seguintes pontos de corte para classificar a gravidade da depressão: 0-4 (mínima), 5-9 (leve), 10-14 (moderada), 15-19 (grave) e 20-27 (muito grave) (Santos *et al.*, 2013). Além disso, no método de contagem contínua, é necessário definir um ponto de corte para identificar casos de depressão, sendo comumente utilizado o valor de 10 ou mais (Costantini *et al.*, 2021). Assim, apenas os indivíduos que alcançam escores iguais ou superiores a esse limiar são classificados como casos de transtorno depressivo. Vale destacar que a maior parte dos estudos que empregaram os dados da PNS adotou esse critério, consolidando o ponto de corte de 10 como padrão para distinguir casos e não casos de depressão (Hintz *et al.*, 2023; Oliveira *et al.*, 2024; Sousa *et al.*, 2021).

Manea, Gilbody e McMillan (2015) argumentam que o método de contagem contínua dos itens tornou-se predominante em detrimento do algoritmo devido à baixa sensibilidade deste último. Ou seja, o algoritmo é menos eficaz em identificar casos verdadeiros de depressão, resultando em um número maior de falsos negativos. Isso ocorre porque o algoritmo impõe critérios mais restritivos, como a necessidade de pontuações específicas em sintomas-chave. Em contrapartida, o método de soma direta é mais sensível, permitindo capturar um espectro mais amplo de sintomas e aplicando menos restrições na definição dos casos. Os autores também destacam que a diferenciação entre “vários dias” (pontuação 1, não contabilizada pelo algoritmo) e “mais da metade dos dias” (pontuação 2, contabilizada pelo algoritmo) pode ser confusa para os respondentes, comprometendo a precisão do algoritmo.

As perguntas que compõem o PHQ-9 podem ser consultadas no Quadro 4.1. Este foi organizado de modo a apresentar, nas duas primeiras colunas, as perguntas e respostas conforme o questionário traduzido disponibilizado pelo site *PHQ Screeners*³⁰. Nas duas colunas subsequentes, é apontado como essas perguntas foram adaptadas pelo IBGE e MS na PNS de 2019, evidenciando diferenças marginais em relação ao questionário original. Por exemplo, a alteração da categoria “vários dias” para “menos da metade dos dias” pode ter reduzido a confusão dos respondentes, melhorando a compreensão das opções de resposta.

³⁰ Disponível em: <https://www.phqscreeners.com/select-screener>. O site apresenta o questionário traduzido para vários idiomas, incluindo português.

Quadro 4.1 - Estrutura do instrumento de rastreamento de depressão: comparativo entre as perguntas e respostas do PHQ-9 e da PNS 2019

Perguntas – PHQ-9	Respostas – PHQ-9	Perguntas – PNS	Respostas – PNS
<p>Durante as últimas 2 semanas, com que frequência você foi incomodado(a) por qualquer um dos problemas abaixo?</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Pouco interesse ou pouco prazer em fazer as coisas 2. Se sentir “para baixo”, deprimido/a ou sem perspectiva 3. Dificuldade para pegar no sono ou permanecer dormindo, ou dormir mais do que de costume 4. Se sentir cansado/a ou com pouca energia 5. Falta de apetite ou comendo demais 6. Se sentir mal consigo mesmo/a — ou achar que você é um fracasso ou que decepcionou sua família ou você mesmo/a 7. Dificuldade para se concentrar nas coisas, como ler o jornal ou ver televisão 8. Lentidão para se movimentar ou falar, a ponto das outras pessoas perceberem? Ou o oposto – estar tão agitado/a ou irrequieto/a que você fica andando de um lado para o outro muito mais do que de costume 9. Pensar em se ferir de alguma maneira ou que seria melhor estar morto/a 	<p>0 – Nenhuma vez 1 – Vários dias 2 – Mais da metade dos dias 3 – Quase todos os dias</p>	<p>Nas duas últimas semanas, com que frequência o(a) senhor(a):</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Teve problemas no sono, como dificuldade para adormecer, acordar frequentemente à noite ou dormir mais do que de costume? 2. Teve problemas por não se sentir descansado(a) e disposto(a) durante o dia, sentindo-se cansado(a), sem ter energia? 3. Teve pouco interesse ou não sentiu prazer em fazer as coisas? 4. Teve problemas para se concentrar nas suas atividades habituais? 5. Teve problemas na alimentação, como ter falta de apetite ou comer muito mais do que de costume? 6. Teve lentidão para se movimentar ou falar, ou ao contrário ficou muito agitado(a) ou inquieto(a)? 7. Se sentiu deprimido(a), “pra baixo” ou sem perspectiva? 8. Se sentiu mal consigo mesmo, se achando um fracasso ou achando que decepcionou sua família? 9. Pensou em se ferir de alguma maneira ou achou que seria melhor estar morto? 	<p>0 – Nenhum dia 1 – Menos da metade dos dias 2 – Mais da metade dos dias 3 – Quase todos os dias</p>

Fonte: *PHQ Screeners* e *PNS* de 2019.

4.2.2. Relação entre saúde mental e trabalho reprodutivo

Os mecanismos pela qual o trabalho reprodutivo pode impactar a saúde mental ainda não estão bem estabelecidos na literatura, mas algumas possibilidades são aventadas (Ervin *et al.*, 2022). Como discutido na revisão da literatura do *estudo 1*, as mulheres eram estritamente destinadas para a ocupação do espaço privado de manutenção do ambiente doméstico e cuidado dos membros familiares até meados do século XX, quando transformações sociais e no mercado de trabalho as levaram a ocupar também o espaço público, aumentando a inserção delas no mercado de trabalho – sem, no entanto, que elas deixassem de ser a principal responsável pelo trabalho dentro do lar (Krantz; Ostergren, 2001; Zuzanek, 1998).

Isso posto, um dos possíveis canais para a potencial relação com a saúde mental é a de que o trabalho reprodutivo, por mais que seja indispensável à vida humana, é desvalorizado, invisibilizado e muitas vezes considerado mundano, chato e repetitivo. Assim, pode prejudicar a autopercepção de valor pelas mulheres e penalizar o seu bem-estar psíquico (Pinho; Araújo, 2012; Santos; Diniz, 2018; Tao; Janzen; Abonyi, 2010).

Outro possível canal de impacto seria a sobrecarga. As mulheres frequentemente enfrentam a exigência de cumprir duas jornadas de trabalho: uma remunerada, no mercado de trabalho, e outra não remunerada, dedicada à manutenção e cuidados do ambiente familiar. Dado que tanto o tempo quanto a energia humana são recursos limitados, a necessidade de assumir múltiplos papéis pode gerar níveis elevados de estresse. Além disso, essa sobrecarga compromete o tempo disponível para atividades essenciais à manutenção da saúde mental, como lazer, descanso e ócio, que são fundamentais para o bem-estar psicológico. (Ervin *et al.*, 2022; Piovani; Aydiner-Avsar, 2021; Tao; Janzen; Abonyi, 2010).

Um terceiro canal seria a percepção relativa da carga de trabalho desempenhada por homens e mulheres no ambiente doméstico. A discussão se centra na ideia de que não é exclusiva e necessariamente a quantidade absoluta de trabalho que torna o trabalho reprodutivo um fator que contribui para o declínio da saúde mental, mas sim a percepção de que a divisão das responsabilidades domésticas e de cuidado familiar não ocorre de maneira justa entre os cônjuges (Tao; Janzen; Abonyi, 2010). Noor (1997) argumenta que as mulheres esperam e acreditam merecer, tanto como um gesto de cuidado quanto como forma de reconhecimento das demandas familiares, uma contribuição equitativa dos cônjuges nas tarefas domésticas. Quando isso não ocorre, surge frustração, o que pode gerar impactos negativos em sua saúde mental.

Considerando a síntese do Quadro 4.2, os principais resultados da revisão da literatura aplicada apontam efeitos deletérios do trabalho reprodutivo sobre a saúde mental das mulheres. Esses achados estão alinhados com as evidências de Ervin *et al.*(2022), que conduziram uma revisão sistemática abrangendo resultados de países da Europa, América do Norte, Ásia e África, e sugeriram uma associação negativa entre o trabalho doméstico não remunerado e a saúde mental de mulheres empregadas, enquanto, nos homens, não existiria tal relação. Ou seja, o trabalho reprodutivo seria menos propenso a afetar negativamente a saúde mental masculina. Cabe salientar, porém, que tanto Ervin *et al.*(2022) quanto Tao, Janzen e Abonyi (2010) destacaram a falta de consenso na literatura, ressaltando a necessidade de mais investigações.

Um aspecto a ser destacado na revisão da literatura é a predominância de estudos que abordam tanto os afazeres domésticos quanto o cuidado de pessoas como componentes do trabalho reprodutivo – geralmente ambos estão presentes na análise, mas são considerados de forma separada³¹. No entanto, existem alguns estudos que se concentram exclusivamente no desempenho dos afazeres domésticos e um que foca especificamente no cuidado de pessoas³².

Tal diferenciação é relevante, pois a literatura sugere uma distinção entre os afazeres domésticos e o cuidado de pessoas, particularmente o cuidado infantil. A argumentação central é que os afazeres domésticos frequentemente representam uma fonte de desprazer devido à natureza de repetição e à desvalorização. Em contraste, o cuidado de crianças, embora também possa ser estressante, está mais amplamente associado à ideia de valorização, prazer e propósito subjetivo, dado que o estabelecimento de vínculos afetivos com as crianças pode ser gratificante para as mulheres. Embora não seja um consenso na literatura, essa visão é defendida por alguns trabalhos (Ervin *et al.*, 2022; Jung; O'Brien, 2019) e corroborada pelas evidências obtidas por MacDonald, Phipps e Lethbridge (2005) e Ervin *et al.*(2023).

Considerando a categorização apresentada na quarta coluna do Quadro 4.2, o estudo de Hoshino *et al.* (2016) se destaca por utilizar uma variável para trabalho reprodutivo um pouco diferente em comparação aos demais. Enquanto a maioria dos estudos emprega como variável de interesse uma medida que capta a quantidade de tempo despendido, a percepção de equidade na divisão dessas tarefas com o cônjuge ou a insatisfação proveniente do trabalho reprodutivo, o trabalho supracitado examina alguns fatores estressores que podem impactar tanto o trabalho remunerado quanto o reprodutivo.

³¹ Os trabalhos de Harryson, Novo e Hammarström (2012), Tao, Janzen e Abonyi (2010) e Zuzanek (1998) consideram tanto os afazeres domésticos quanto o cuidado de pessoas na análise, mas o fazem de forma separada, enquanto Molarius e Metsini (2021) e Piovani e Aydiner-Avsar (2021) criaram um indicador que unifica os dois aspectos do trabalho reprodutivo em uma só medida.

³² Lacey, McMunn e Webb (2019).

Para o trabalho reprodutivo, Hoshino *et al.* (2016) mostram que dois fatores tiveram significância estatística: a variância do trabalho e a subutilização das habilidades pessoais. Com relação à variância, os autores sugeriram que o estresse relacionado ao trabalho reprodutivo não está estritamente vinculado apenas à quantidade de tarefas desempenhadas, mas também às flutuações imprevistas, resultantes de circunstâncias inesperadas que caracterizam a dinâmica doméstica. Nesse sentido, vale resgatar a observação de Pinho e Araújo (2012) sobre como as interrupções frequentes que ocorrem durante o trabalho reprodutivo podem igualmente se tornar fontes significativas de estresse.

Em relação à subutilização das habilidades, é interessante destacar a insatisfação gerada pela impossibilidade de empregar efetivamente as habilidades que as mulheres já possuíam. O trabalho doméstico, em geral, é realizado de forma solitária ou envolve um número limitado de pessoas (normalmente, outros membros familiares), o que dificulta a avaliação das próprias habilidades pelas mulheres (Hoshino *et al.*, 2016).

Outro aspecto que se sobressai na revisão da literatura é a grande variação das amostras analisadas. Enquanto alguns trabalhos utilizaram apenas dados coletados de mulheres³³, outros realizaram análises abrangendo tanto homens quanto mulheres³⁴. A inclusão de informações masculinas mostrou-se interessante porque, por mais que a maior parte dos resultados indique um impacto mais prejudicial do trabalho reprodutivo à saúde mental das mulheres (como será detalhado a seguir), existem evidências que sugerem que o gênero e sua influência na divisão das responsabilidades domésticas também podem afetar a saúde mental dos homens.

Dentre os trabalhos que avaliaram informações tanto de homens quanto de mulheres e não encontraram relações estatisticamente significantes entre o trabalho reprodutivo e a saúde mental masculina, destaca-se os resultados de Piovani e Aydiner-Avsar (2021). O trabalho observou associação estatisticamente significativa entre o tempo total de trabalho (trabalho remunerado e trabalho reprodutivo) e o estresse emocional nas mulheres, mas não nos homens – com o impacto no estresse sendo predominantemente relacionado ao trabalho doméstico.

³³ Hoshino *et al.* (2016), Krantz e Ostergren (2001), Noor (1997) e Pinho e Araújo (2012).

³⁴ Ervin *et al.* (2023), Harryson, Novo e Hammarström (2012), Lacey, McMunn e Webb (2019), MacDonald, Phipps e Lethbridge (2005), Molarius e Metsini (2021), Piovani e Aydiner-Avsar (2021), Tao, Janzen e Abonyi (2010) e Zuzanek (1998).

Quadro 4.2 - Síntese da revisão de trabalhos aplicados que investigam a relação entre saúde mental e trabalho reprodutivo

Trabalho	Delimitação geográfica e temporal	Metodologia	Considerou apenas afazeres domésticos, apenas cuidado de pessoas ou ambos?	Principais resultados
Noor (1997)	Inglaterra – 1991	Quantitativa (regressões hierárquicas)	Afazeres domésticos	- O tempo que as mulheres gastavam na realização de trabalho doméstico não foi um preditor significativo do <i>status</i> de estresse emocional, mas sim: - a percepção que tinham do tempo que os maridos dedicavam ao trabalho doméstico
Zuzanek (1998)	Canadá – 1986/1992/1994	Quantitativa (estatísticas descritivas)	Ambos	- mulheres apresentaram níveis mais elevados de estresse do que os homens na maioria dos grupos de ciclo de vida
Krantz e Ostergren (2001)	Suécia – 1993	Quantitativa (regressões logísticas)	Afazeres domésticos	- mulheres com elevada carga de responsabilidade pelo trabalho reprodutivo apresentaram maior probabilidade de desenvolver sintomas associados a estresse - mulheres com dupla exposição a elevadas cargas de trabalho (remunerado e reprodutivo) tinham chances ainda maiores de desenvolver tais sintomas
MacDonald, Phipps e Lethbridge (2005)	Canadá – 1998/1999	Quantitativa (regressões <i>Probit</i>)	Ambos	- o volume maior de horas de trabalho não remunerado realizado por mulheres contribui para que elas enfrentem níveis de estresse significativamente superiores aos dos homens - as horas dedicadas aos cuidados de idosos e afazeres domésticos são mais estressantes do que aquelas gastas com o cuidado de crianças
Tao, Janzen e Abonyi (2010)	Canadá – 2005	Quantitativa (regressões por MQO)	Ambos	- para as mulheres, observou-se que mais tempo gasto no cuidado com os filhos em comparação aos respectivos cônjuges foi associado a maior sofrimento emocional
Harryson, Novo e Hammarström (2012)	Suécia – 1986/2007	Quantitativa (regressões logísticas)	Ambos	- para as mulheres, ter toda a responsabilidade do trabalho doméstico estava associado a estresse emocional
Pinho e Araújo (2012)	Brasil – 2002	Quantitativa (regressões logísticas)	Cuidado de pessoas	- foi identificada associação significativa entre mulheres que enfrentam uma alta carga de trabalho doméstico e a ocorrência de TMC
Hoshino <i>et al.</i> (2016)	Japão	Quantitativa (regressões logísticas)	Não especificado	- duas características estressantes do trabalho doméstico (variação na carga de trabalho e a subutilização de habilidades) foram associadas à presença de depressão nas mulheres

Fontes: elaboração própria com base nos textos do quadro. MQO = Mínimos Quadrados Ordinários. TMC = transtornos mentais comuns. Observação: a ausência de delimitação temporal em alguns artigos decorre da falta dessa informação específica nos trabalhos em questão.

Quadro 4.2 - Síntese da revisão de trabalhos aplicados que investigam a relação entre saúde mental e trabalho reprodutivo (*continuação*)

Trabalho	Delimitação geográfica e temporal	Metodologia	Considerou apenas afazeres domésticos, apenas cuidado de pessoas ou ambos?	Principais resultados
Lacey, McMunn e Webb (2019)	Reino Unido – 2009 a 2017	Quantitativa (modelagem mista linear longitudinal)	Cuidado de pessoas	- mulheres que realizavam o cuidado intermitente de pessoas ou há pelo menos 3 anos tinham maiores níveis de estresse psicológico que mulheres que não foram cuidadoras; e - esse efeito não foi observado nos homens.
Molarius e Metsini (2021)	Suécia – 2017	Quantitativa (regressões logísticas)	Ambos	- o trabalho doméstico, quando percebido como um fardo, estava associado a depressão tanto para homens quanto para mulheres.
Piovani e Aydiner-Avsar (2021)	Estados Unidos – 2013/2014	Quantitativa (regressões logísticas)	Ambos	- foi identificada associação estatisticamente significativa entre o tempo total de trabalho (considerando trabalho remunerado e reprodutivo) com estresse emocional para mulheres, mas não para os homens.
Ervin <i>et al.</i> (2023)	Austrália – 2002 a 2020	Quantitativa (regressões de efeito fixo)	Ambos	- foi identificada uma associação negativa entre as horas dedicadas ao trabalho doméstico e a saúde mental tanto para homens quanto para mulheres; - o cuidado de pessoas idosas ou com deficiência apresentou uma associação negativa com a saúde mental das mulheres, enquanto o cuidado de crianças revelou uma associação positiva.

Fontes: elaboração própria com base nos textos do quadro. MQO = Mínimos Quadrados Ordinários. TMC = transtornos mentais comuns. Observação: a ausência de delimitação temporal em alguns artigos decorre da falta dessa informação específica nos trabalhos em questão.

Já Lacey, Mcmunn e Webb (2019) constataram que as mulheres que realizavam o cuidado intermitente de pessoas (enfermas, com deficiência ou idosas) ou há pelo menos 3 anos apresentavam níveis maiores de estresse psicológico do que aquelas que não desempenhavam o papel de cuidadora ao longo do período analisado. Esse efeito, no entanto, não foi observado nos homens.

Zuzanek (1998), com base no arcabouço teórico de ciclos de vida, também considerou a jornada total dos indivíduos, abrangendo trabalho remunerado, trabalho reprodutivo e horas de estudo. Os resultados mostraram que as mulheres canadenses relatavam níveis mais elevados de estresse e uma maior percepção de “falta de tempo” do que os homens na maioria dos grupos de ciclo de vida analisados.

Já Tao, Janzen e Abonyi (2010) observaram que a distribuição relativa do tempo dedicado à criação dos filhos e a alguns tipos de tarefa doméstica eram fonte de estresse emocional para as mulheres, mas não para os homens. Para estes últimos, foi encontrada associação estatisticamente significativa entre estresse psicológico e uma variável que indicava uma percepção de injustiça na divisão dos afazeres domésticos e de cuidado dos filhos.

Por sua vez, Harryson, Novo e Hammarström (2012) demonstraram que, para as mulheres, assumir toda a responsabilidade pelo trabalho doméstico e pelo cuidado de crianças estava associado a maior estresse psicológico, enquanto, para os homens, ter menos da metade da responsabilidade apenas do trabalho doméstico resultava em maior estresse psicológico. Molarius e Metsini (2021) analisaram homens e mulheres com idade entre 30 e 69 anos e observaram que ambos os grupos tinham maior probabilidade de relatar um diagnóstico prévio de depressão quando percebiam o trabalho reprodutivo como uma carga, um fardo.

Ainda no Quadro 4.2, também é possível observar que apenas um estudo investigou a relação entre trabalho reprodutivo e saúde mental das mulheres no Brasil, embora não tenha utilizado dados de representatividade nacional. Pinho e Araújo (2012), com informações de mulheres da cidade de Feira de Santana, Bahia, encontraram associação positiva e significativa entre a sobrecarga doméstica e a ocorrência de TMC. Uma característica notável desse estudo é que a medida de sobrecarga doméstica considerou a soma dos afazeres domésticos básicos, como lavar e passar roupa, limpar e cozinhar, ponderada pelo número de moradores do domicílio, exceto a própria entrevistada. O processo de ponderação da variável é interessante porque leva em consideração o caráter cumulativo do trabalho reprodutivo

Em conclusão, esta subseção apresentou uma revisão da literatura empírica, detalhando estudos que examinaram a relação entre saúde mental e trabalho reprodutivo, assim como os mecanismos subjacentes a essa associação. A maioria dos estudos revisados aponta para uma

relação estatisticamente significativa entre os dois fenômenos, embora sejam necessárias mais pesquisas, já que a literatura ainda não alcançou um consenso absoluto sobre essa relação.

4.2.3. Relação entre saúde mental e violência doméstica

Para discutir as possíveis relações entre saúde mental e violência doméstica, é relevante retomar a discussão previamente apresentada no *estudo 2*, que destaca que as mulheres são majoritariamente vitimizadas por parceiros íntimos – i.e., pessoas com as quais constroem laços afetivos profundos. Ser agredida física, psicológica ou sexualmente por alguém em quem se confia pode provocar efeitos duradouros e profundamente prejudiciais à autoestima da mulher, culminando em sentimentos de desamparo e desesperança. Ludermit (2008) e World Health Organization (2000) apontam que, devido ao fato de o agressor ser uma pessoa conhecida, prevalecem na vítima sentimentos de vulnerabilidade, traição, desesperança e incertezas sobre sua identidade, além de uma reinterpretação do que significam segurança, amor e cuidado.

Tais efeitos emocionais podem desencadear uma série de distúrbios mentais, como depressão, ansiedade, tentativas de suicídio, abuso de substâncias e transtorno de estresse pós-traumático, todos os quais representam agravamentos significativos da saúde psicológica e do bem-estar das vítimas (Ervin *et al.*, 2022; Lourenço; Costa, 2020; Malhotra; Shah, 2015; Stewart; Robinson, 1998).

A revisão da literatura aplicada revela estudos que corroboram, com evidências empíricas, a relação entre o adoecimento mental e a ocorrência de violência doméstica. Isso pode ser observado no Quadro 4.3, que sintetiza o levantamento bibliográfico realizado acerca da relação entre violência contra as mulheres e saúde mental. É possível identificar evidências consensuais sobre uma relação estatisticamente significativa entre a saúde mental das mulheres e a violência. Isto porque todos os estudos revisados para esta discussão, utilizando predominantemente métodos quantitativos, como regressões logísticas, encontraram evidências robustas de tal associação. A seguir, destacam-se alguns apontamentos dos trabalhos dispostos no quadro supracitado.

Alguns dos estudos se concentraram exclusivamente na violência física, investigando sua relação com o adoecimento mental das vítimas (Ellsberg *et al.*, 1999; Fikree; Bhatti, 1999; Kumar *et al.*, 2005). Outros abordaram de forma mais abrangente as múltiplas formas de violência enfrentadas pelas mulheres – física, psicológica e sexual –, mas não as distinguiram

em suas análises. Ou seja, a variável de interesse agregava todos os tipos de violência em uma única medida (Roberts *et al.*, 1998, 1999; Vachher; Sharma, 2010; Weingourt *et al.*, 2001).

Contudo, um movimento crescente, especialmente nos estudos mais recentes, tem se direcionado à análise separada dos impactos de cada uma das formas de violência no estado de saúde mental das vitimizadas, permitindo comparações com mulheres que nunca passaram por violência (Ishida *et al.*, 2010; Meekers; Pallin; Hutchinson, 2013; Mendonça; Ludermir, 2017; Navarro-Mantas; Lemus; Megías, 2021; Pico-Alfonso *et al.*, 2006; Sanz-Barbero; Barón; Vives-Cases, 2019; Sharma *et al.*, 2019; Winter; Obara; McMahon, 2020; Ziaei *et al.*, 2016)³⁵.

Nessa linha, é fundamental destacar a importância atribuída em diversos trabalhos à diferenciação dos tipos de violência, com particular ênfase na violência psicológica, que era anteriormente negligenciada nas investigações sobre os impactos do abuso no bem-estar mental das mulheres (Ludermir *et al.*, 2008; Silva; Coelho; Caponi, 2007). Isso se mostra de grande relevância, uma vez que as experiências de violência contra as mulheres são extremamente complexas e uma medida única que engloba todos os tipos de violência tende a simplificar excessivamente um fenômeno que é tão multifacetado (Meekers; Pallin; Hutchinson, 2013). Além disso, existem evidências de que a violência psicológica, em particular, tem efeitos tão prejudiciais à saúde mental das mulheres quanto a violência física ou sexual (Ludermir *et al.*, 2008; Navarro-Mantas; Lemus; Megías, 2021; Pico-Alfonso *et al.*, 2006; Ziaei *et al.*, 2016).

Pico-Alfonso *et al.* (2006) argumentam que a violência psicológica é frequentemente considerada um tipo “menor” de violência, possivelmente porque não é percebida como uma ameaça direta à vida das mulheres (Ziaei *et al.*, 2016). Essa perspectiva contribuiu para a menor atenção dada a esse tipo de violência por parte de equipes médicas, formuladores de políticas públicas e pesquisadores – apesar de ser uma das violências mais comum contra as mulheres. De acordo com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2023), por exemplo, estima-se que mais de 32% das mulheres foram vítimas ao longo da vida de insulto, humilhação ou xingamento por parceiro ou ex-parceiro. As prevalências de violência física e sexual, por sua vez, seriam de 24,5% e 21%, respectivamente.

³⁵ Há estudos que também analisaram separadamente o impacto dos diferentes tipos de violência, mas não abordaram os três tipos em suas investigações. Por exemplo, Ceballo *et al.* (2004) e Ratner (1993) se concentraram na análise das violências física e psicológica, enquanto Nur (2012) abordou as violências física e sexual.

Quadro 4.3 - Síntese da revisão de trabalhos aplicados que investigam a relação entre saúde mental e violência doméstica

Trabalho	Delimitação geográfica e temporal	Metodologia	Amostra baseada na população	Relação estatisticamente significativa entre adoecimento mental e violência doméstica
Ratner (1993)	Canadá	Quantitativa (análise de variância e regressão hierárquica)	Não	Sim
Roberts <i>et al.</i> (1998)	Austrália – 1995/1996	Quantitativa (regressões logísticas)	Não	Sim
Ellsberg <i>et al.</i> (1999)	Nicarágua – 1995	Quantitativa (regressões logísticas)	Sim	Sim
Fikree e Bhatti (1999)	Paquistão	Quantitativa (regressões logísticas)	Não	Sim
Roberts <i>et al.</i> (1999)	Austrália – 1995/1996	Quantitativa (regressões logísticas)	Não	Sim
Weingourt <i>et al.</i> (2001)	Japão – 1997	Quantitativa (estatísticas descritivas e análise de significância)	Não	Sim
Ceballo <i>et al.</i> (2004)	Chile – 2000/2002	Quantitativa (Modelo de equações estruturais e análise de significância)	Não	Sim
Kumar <i>et al.</i> (2005)	Índia – 1998/1999	Quantitativa (regressões logísticas)	Sim	Sim
Pico-Alfonso <i>et al.</i> (2006)	Espanha – 2000/2002	Quantitativa (análise de variância e regressão hierárquica)	Não	Sim
Ludermir <i>et al.</i> (2008)	Brasil – 2000/2001	Quantitativa (regressões logísticas)	Sim	Sim
Gelaye <i>et al.</i> (2009)	Etiópia – 2006	Quantitativa (regressões logísticas)	Não	Sim
Gomez-Beloz <i>et al.</i> (2009)	Peru – 2005/2006	Quantitativa (regressões logísticas)	Não	Sim
Ishida <i>et al.</i> (2010)	Paraguai – 2008	Quantitativa (regressões logísticas)	Sim	Sim
Vachher e Sharma (2010)	Índia – 2005/2006	Quantitativa (regressões logísticas)	Não	Sim
Nur (2012)	Turquia – 2009/2010	Quantitativa (regressões logísticas)	Sim	Sim
Meekers, Pallin e Hutchinson (2013)	Bolívia – 2008	Quantitativa (regressões <i>Probit</i>)	Sim	Sim
Ziaei <i>et al.</i> (2016)	Bangladesh – 2001/2003	Quantitativa (regressões logísticas)	Sim	Sim
Mendonça e Ludermir (2017)	Brasil – 2013/2014	Quantitativa (regressão de Poisson)	Não	Sim
Sanz-Barbero, Barón e Vives-Cases (2019)	Espanha – 2014	Quantitativa (regressão de Poisson)	Sim	Sim
Sharma <i>et al.</i> (2019)	Índia – 2010/2011	Quantitativa (estatísticas descritivas e análise de significância)	Não	Sim
Winter, Obara e McMahon (2020)	Quênia – 2018	Quantitativa (regressões logísticas)	Não	Sim
Navarro-Mantas, Lemus e Megías (2021)	El Salvador – 2013/2014	Quantitativa (regressões logísticas)	Sim	Sim
Mrejen <i>et al.</i> (2023)	Brasil – 2019	Quantitativa (regressões logísticas)	Sim	Sim

Fonte: elaboração própria com base nos textos do Quadro. Observação: a ausência de delimitação temporal em alguns artigos decorre da falta dessa informação específica nos trabalhos em questão.

Outro aspecto recorrente nos estudos da revisão empírica é a relação entre a gravidade da violência infligida e o efeito no adoecimento mental das mulheres. Nesse sentido, defende-se que a gravidade pode ser compreendida de diferentes formas: tanto em termos da frequência dos episódios violentos vivenciados pela mulher, quanto pela presença simultânea de diferentes tipos de violência, assim como em distintas intensidades de um mesmo tipo de violência.

Ceballo *et al.* (2004), por exemplo, encontraram evidências de que a violência doméstica estava associada a maiores aflições psicológicas em mães chilenas. Em termos de gravidade, o estudo destacou que um maior número de episódios de agressão estava correlacionado com um aumento dos sintomas de depressão e transtorno de estresse pós-traumático nas mulheres.

Por outro lado, ao considerarem a gravidade da violência doméstica como a ocorrência simultânea de diferentes tipos de violência contra uma mesma mulher, destacam-se os estudos de Ludermit *et al.* (2008), Mendonça e Ludermit (2017), Navarro-Mantas, Lemus e Megías (2021), Pico-Alfonso *et al.* (2006) e Ziaei *et al.* (2016). Todas estas pesquisas forneceram evidências de que a coexistência de diferentes formas de violência doméstica aumentava a probabilidade de a mulher sofrer o desenvolvimento de problemas de adoecimento mental.

Enfim, alguns estudos avaliam os possíveis impacto da gravidade da violência doméstica, especificamente a física, por meio de categorização dos atos violentos. Ellsberg *et al.* (1999), por exemplo, dividiram a violência física em moderada – atos como jogar objetos na vítima – e severa – uso de armas contra a vítima. Este estudo encontrou indícios de que, quanto mais grave a violência sofrida, maior a probabilidade de a mulher desenvolver transtornos mentais. Já Sanz-Barbero, Barón e Vives-Cases (2019) consideraram a violência física como severa no caso de relatos de tentativas de sufocamento, queimaduras intencionais ou ameaças com armas, enquanto a violência física moderada englobou agressões como socos, pontapés e pancadas.

Outro ponto relevante a ser destacado é que, em grande parte dos estudos revisados, os dados não são provenientes de uma amostra representativa da população. Como enfatizado por Ludermit *et al.* (2008) e Nur (2012), muitas vezes os dados são coletados em questionários aplicados em clínicas de saúde ou hospitais, o que resulta em amostras insuficientemente grandes e compostas apenas por mulheres que procuraram ajuda. Isso limita a possibilidade de estabelecer relações consistentes para a população total. Nesse sentido, no Quadro 4.3, são destacados aqueles estudos que utilizaram amostras representativas da população. Além disso, vale ressaltar que o presente *estudo 3* se diferencia da maioria ao utilizar a PNS de 2019, que, como discutido na introdução dessa Tese de Doutorado, possui representatividade nacional.

Nessa linha, é interessante apontar os procedimentos empíricos e principais resultados de dois trabalhos que utilizaram uma base de dados semelhantes à PNS. Com dados de 2008 da Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde Sexual e Reprodutiva, Ishida *et al.* (2010) avaliaram os impactos da violência física, psicológica e sexual na saúde mental das mulheres paraguaias. Além de informações sobre a violência sofrida nos últimos 12 meses, os autores também tinham dados sobre violência sofrida há mais de 12 meses, permitindo investigar se as consequências da violência na saúde mental das mulheres eram imediatas, duradouras ou ambas.

Como variáveis dependentes, os autores inseriram duas medidas: a primeira era a variável de estado da saúde mental, que se baseava nas questões do SRQ-20; a segunda, a variável de ideação suicida. Uma das perguntas do SRQ-20 indaga se a pessoa teve pensamentos de acabar com a própria vida e, para investigar os impactos da violência especificamente na ideação suicida, os autores utilizaram exclusivamente as respostas dadas a essa pergunta. Os principais resultados indicaram que as violências emocional e sexual, tanto as recentes quanto as ocorridas há mais de 12 meses, estavam associadas ao aumento do risco de TMC. Por outro lado, as violências física e sexual emergiram como os fatores de risco mais significativos para a ideação suicida, sendo que a violência sexual foi associada a um impacto adverso duradouro.

Meekers, Pallin e Hutchinson (2013), por sua vez, utilizaram dados de 2008 da Pesquisa Demográfica e de Saúde para investigar os impactos da violência física, psicológica e sexual na saúde mental das mulheres bolivianas. Assim como Ishida *et al.* (2010), o SRQ-20 foi a referência para definir as variáveis que avaliavam a saúde mental das mulheres. No entanto, a base de dados utilizada pelo estudo anterior tinha todas as 20 perguntas que compõem o SRQ-20, enquanto a Pesquisa Demográfica e de Saúde inclui apenas um subconjunto de 9 perguntas sobre o estado de saúde mental, sendo que 7 delas são idênticas às perguntas do SRQ-20.

Além disso, Meekers, Pallin e Hutchinson (2013) se diferenciaram de outros estudos do Quadro 4.3 por não construírem uma única variável para o estado de saúde mental das mulheres. Em vez disso, foram realizadas regressões *Probit* para cada uma das 9 perguntas disponíveis na pesquisa, classificando-as segundo o transtorno mental ao qual o comportamento em pauta era um sintoma. Essa abordagem mostra-se interessante porque, como destacado por Ludermir *et al.* (2008), diferentes tipos de abuso podem ter diferentes efeitos na saúde mental das mulheres.

Assim, as perguntas foram classificadas da seguinte forma: i) sintomas de depressão incluíram sentir-se cansada o tempo todo, chorar com facilidade, apresentar dificuldade em realizar atividades cotidianas e em tomar decisões; ii) sintomas de ansiedade foram identificados nas perguntas relacionadas a sentir medo sem motivo aparente, assustar-se com facilidade e ter fortes dores de cabeça; iii) a pergunta sobre a ocorrência de ataques convulsivos

foi classificada como sintoma de crises não epiléticas psicogênicas³⁶; e iv) a pergunta sobre ouvir vozes que outras pessoas não escutam foi considerada um sintoma de transtornos psicóticos.

Os resultados desse estudo revelaram uma relação estatisticamente significativa entre todos os tipos de violência doméstica e a probabilidade de apresentar sintomas de depressão, ansiedade, crises não epiléticas psicogênicas e transtornos psicóticos. A única exceção foi a violência psicológica, que apenas não teve uma relação significativa com transtornos psicóticos.

No que diz respeito à delimitação geográfica expostos no Quadro 4.3, convém apontar uma observação já realizada por Meekers, Pallin e Hutchinson (2013) e Nur (2012): a predominância de pesquisas sobre a relação entre violência doméstica e saúde mental em países desenvolvidos. De fato, essa tendência pode ser verificada na literatura. No entanto, o presente estudo fez um esforço para incluir, em sua revisão empírica, trabalhos de diferentes países e continentes e abrangendo estágios variados de desenvolvimento socioeconômico. O intuito foi ampliar a discussão e compreender melhor os diversos aspectos desse fenômeno que afeta as mulheres em todo o mundo, independentemente de raça, etnia, renda ou nacionalidade.

Por fim, vale destacar os procedimentos metodológicos e principais resultados dos trabalhos revisados que investigaram a relação entre saúde mental e violência doméstica em mulheres brasileiras, quais sejam: Ludermir *et al.* (2008), Mendonça e Ludermir (2017) e Mrejen *et al.* (2023).

O primeiro se destaca por ser o primeiro estudo de base populacional sobre a associação entre violência por parceiro íntimo e saúde mental no Brasil. Parte de uma pesquisa multinacional da OMS sobre saúde da mulher e violência doméstica. Os dados foram coletados na cidade de São Paulo e na Zona da Mata de Pernambuco. Ao diferenciar os tipos de violência, os resultados apontaram que todas as formas, com exceção da violência sexual isolada ou acompanhada de violência física ou psicológica, foram significativamente associadas a TMC.

Já Mendonça e Ludermir (2017) coletaram dados de mulheres cadastradas no Programa Saúde da Família, na cidade de Recife, Pernambuco. A avaliação da saúde mental foi realizada por meio do SRQ-20 e foram diferenciados os três tipos de violência cometidos pelos parceiros contra as mulheres. Os resultados indicaram uma associação estatisticamente significativa entre a violência doméstica e a incidência de TMC, sendo ainda mais elevada quando havia uma combinação de violência psicológica e física ou sexual. No entanto, os resultados também

³⁶ A crise não epilética psicogênica é caracterizada por crises ou ataques que podem ser confundidos com epilepsia devido a semelhanças em seus sintomas comportamentais. No entanto, tais crises não são causadas por descargas elétricas cerebrais anormais, como na epilepsia (Kurcgant; Ayres, 2011).

indicaram uma relação significativa mesmo quando havia apenas violência psicológica presente.

Enfim, Mrejen *et al.* (2023) utilizaram dados da PNS de 2019 para relacionar a saúde mental da população brasileira ao processo de vitimização. Os resultados sinalizam que as pessoas vítimas de violência tinham quase quatro vezes mais chances de apresentarem sintomas depressivos do que as não vitimizadas, sendo que tal risco maior para as mulheres. Ademais, os resultados também apontaram que a gravidade da violência, tanto em frequência quanto em multiplicidade de tipos de violência, contribuía para potencializar o risco de ter depressão.

Em suma, esta subseção apresentou as evidências empíricas existentes sobre possíveis impactos que a violência produz sobre a saúde mental das mulheres vitimizadas. Destacou também a importância da investigação empírica dos diferentes tipos de violência – física, psicológica e sexual – e seus efeitos sobre o adoecimento das mulheres, assim como o fato de que níveis mais elevados de gravidade – entendidos nos diversos trabalhos revisados como frequência dos episódios, coexistência de diferentes tipos de violência ou intensidade da violência física – produzem efeitos mais profundos sobre o bem-estar mental das mulheres.

4.3. Análises descritivas: caracterização do perfil das mulheres com sintomas depressivos clinicamente relevantes no Brasil

A presente seção apresenta uma caracterização do perfil das mulheres brasileiras que tiveram sintomas depressivos clinicamente relevantes em 2019 de acordo com alguns atributos sociodemográficos e utilizando dados da PNS. A definição das mulheres com sintomas de depressão e a categorização por níveis de gravidade segue os critérios discutidos na subseção 4.2.1, mas convém lembrar: considerando o método de contagem contínua, por ser o mais utilizado na literatura, mulheres com escore igual ou superior a 10 pontos são classificadas como casos de depressão. Os níveis de gravidade da depressão foram definidos com base no procedimento padrão, passando por uma leve adaptação e agrupamento para as análises, da seguinte forma: depressão mínima ou leve (1-9), moderada (10-14), grave (15-19) e muito grave (20-27).

Uma das justificativas metodológicas para essa subdivisão baseia-se no fato de que, ao analisar a gravidade dos sintomas de depressão apenas entre mulheres que apresentaram ao menos um sintoma, ainda que de forma esporádica no período de referência, é possível supor

que esse grupo compartilhe mais características em comum do que aquelas que não reportaram nenhum sintoma (escore 0). Dessa forma, pode-se argumentar que os atributos não observados entre as mulheres com pontuação não nula são mais comparáveis entre si do que em relação ao grupo que não apresentou qualquer sintoma.

A Tabela 4.1 ilustra a prevalência de diagnóstico de depressão entre as mulheres, tanto a nível nacional quanto pelas macrorregiões brasileiras. Observa-se que 15,14% das mulheres relatam sintomas depressivos em 2019, proporção consistente à encontrada por Hintz *et al.* (2023), que identificaram uma taxa de 14,80%. A análise por regiões revela uma prevalência superior à média nacional no Sudeste e Centro-Oeste, enquanto a menor taxa é no Norte, corroborando indícios de estudos prévios, que indicam uma maior prevalência de depressão nas áreas ao sul do país (Brito *et al.*, 2022; Hintz *et al.*, 2023; Oliveira *et al.*, 2024; Sguerri, 2023).

Tabela 4.1 - Brasil: Percentual de mulheres com sintomas depressivos clinicamente relevantes, segundo as macrorregiões geográficas (2019)

Brasil e macrorregiões geográficas	Mulheres com sintomas depressivos clinicamente relevantes	Gravidade da depressão			
		Mínima ou leve	Moderada	Grave	Muito grave
Brasil	15,14%	77,95%	13,14%	5,65%	3,27%
Norte	12,15%	81,98%	11,30%	4,28%	2,44%
Nordeste	14,84%	79,42%	12,77%	5,43%	2,39%
Sul	14,45%	77,92%	13,79%	5,07%	3,22%
Sudeste	15,89%	76,59%	13,52%	5,93%	3,96%
Centro-Oeste	16,37%	76,13%	13,07%	7,28%	3,52%

Fonte: PNS de 2019. Elaboração própria.

Em relação à gravidade dos sintomas depressivos, observa-se que, no Brasil, a maioria das mulheres apresenta um quadro de gravidade mínima ou leve e que não chega a ser clinicamente relevante, já que a pontuação obtida se localiza abaixo da linha de corte tradicionalmente utilizada na aplicação do PHQ-9. A prevalência de sintomas mais intensos diminui progressivamente: 13,14% das mulheres exibem sintomas moderados, 5,65% têm sintomas graves e 3,27% apresentam sintomas extremamente graves.

Esse perfil sugere que, embora a maioria das mulheres esteja em estágios iniciais da depressão, uma parcela significativa já enfrenta sintomas mais severos, o que destaca a importância de intervenções precoces para o tratamento da doença. Os dados desagregados por macrorregião, por sua vez, revelam uma maior prevalência de sintomas leves ou moderados nas regiões Norte e Nordeste, enquanto as regiões Centro-Oeste e Sudeste apresentam uma proporção significativamente maior de mulheres com sintomas extremamente graves.

A Tabela 4.2 segmenta as mulheres com base na situação do domicílio; i.e., distinguindo aquelas que residem em áreas urbanas ou rurais. Observa-se uma diferença significativa entre os grupos, com as mulheres de áreas urbanas apresentando uma proporção quase 4 p.p. superior de casos de depressão em comparação às de áreas rurais. A maior prevalência de adoecimento mental em áreas urbanas também é verificada em outros estudos (McKenzie; Murray; Booth, 2013; Romans; Cohen; Forte, 2011), inclusive para informações brasileiras (Brito *et al.*, 2022).

Tabela 4.2 - Brasil: Percentual de mulheres com sintomas depressivos clinicamente relevantes, segundo a situação do domicílio (2019)

Situações de domicílio	Mulheres com sintomas depressivos clinicamente relevantes	Gravidade da depressão			
		Mínima ou leve	Moderada	Grave	Muito grave
Urbano	15,62%	77,31%	13,46%	5,78%	3,45%
Rural	11,63%	82,74%	10,76%	4,63%	1,87%

Fonte: PNS de 2019. Elaboração própria.

Contudo, vale destacar que a literatura não apresenta consenso sobre essa questão, uma vez que existem estudos que confirmam essa relação e outros que não identificam diferenças significativas entre as áreas urbanas e rurais quanto à incidência de transtornos mentais (Romans; Cohen; Forte, 2011). Xu *et al.* (2023), por sua vez, qualificam essa discussão de uma outra forma ao encontrarem evidências de que a relação entre o ambiente urbano e a depressão é observada em países desenvolvidos, mas não em países em desenvolvimento.

No que se refere à gravidade dos sintomas, os dados indicam também uma diferença entre mulheres rurais e urbanas. As mulheres rurais apresentam, predominantemente, sintomas de gravidade mínima ou leve, enquanto as mulheres urbanas têm uma prevalência relativamente maior de sintomas moderados, graves e extremamente graves.

Tabela 4.3 - Brasil: Percentual de mulheres com sintomas depressivos clinicamente relevantes, segundo as faixas etárias (2019)

Faixas etárias	Mulheres com sintomas depressivos clinicamente relevantes	Gravidade da depressão			
		Mínima ou leve	Moderada	Grave	Muito grave
18 a 25 anos	15,53%	76,86%	15,20%	4,68%	3,26%
26 a 35 anos	13,85%	79,07%	12,77%	5,13%	3,03%
36 a 49 anos	15,53%	77,65%	12,63%	6,36%	3,36%
50 anos ou mais	15,40%	78,12%	12,81%	5,75%	3,32%

Fonte: PNS de 2019. Elaboração própria.

A Tabela 4.3 mostra os dados sobre a prevalência de depressão entre as mulheres de acordo com faixas etárias. Não é observado um padrão claro ou uma diferença significativa entre as faixas etárias, exceto na de 26 a 35 anos, que apresenta uma taxa ligeiramente inferior em relação às demais. De maneira coerente com essa observação, verifica-se que as mulheres dessa faixa etária apresentam predominantemente sintomas de gravidade mínima ou leve.

A Tabela 4.4, por sua vez, traz informações sobre a prevalência de sintomas depressivos nas mulheres segundo níveis educacionais. A maior taxa de prevalência é observada entre as mulheres com ensino médio incompleto, enquanto a menor taxa é encontrada entre aquelas com ensino superior completo. Em relação à gravidade dos sintomas depressivos, os dados indicam que, nas mulheres com níveis educacionais mais elevados (ensino médio completo ou mais), predominam os sintomas de gravidade mínima ou leve. Por outro lado, os sintomas mais graves são mais prevalentes nas mulheres com menor nível educacional, destacando-se a taxa de quase 6% nas mulheres com ensino médio incompleto que apresentam sintomas muito graves de depressão.

Tabela 4.4 - Brasil: Percentual de mulheres com sintomas depressivos clinicamente relevantes, segundo os níveis educacionais (2019)

Níveis educacionais	Mulheres com sintomas depressivos clinicamente relevantes	Gravidade da depressão			
		Mínima ou leve	Moderada	Grave	Muito grave
Sem instrução	17,52%	76,08%	13,86%	6,57%	3,49%
Ensino fundamental incompleto	17,96%	75,37%	13,75%	6,80%	4,08%
Ensino fundamental completo	16,55%	76,06%	14,59%	6,35%	3,00%
Ensino médio incompleto	19,27%	72,66%	15,43%	6,14%	5,77%
Ensino médio completo	13,13%	80,16%	12,18%	4,80%	2,86%
Ensino superior incompleto	15,90%	77,51%	13,30%	6,10%	3,09%
Ensino superior completo	12,35%	81,07%	12,29%	4,66%	1,98%

Fonte: PNS de 2019. Elaboração própria.

Embora alguns estudos indiquem que mulheres com maiores níveis de educação podem apresentar maior prevalência de depressão (Akhtar-Danesh; Landeen, 2007) ou que a relação entre educação e depressão siga um padrão em formato próximo a um “U”, com as mulheres de ambos os extremos da escolarização com taxas relativamente mais altas (Brito *et al.*, 2022), a literatura também discute a associação entre níveis educacionais mais elevados e melhor saúde mental, assim como menor incidência de depressão (Oliveira *et al.*, 2024; Senicato; Azevedo; Barros, 2018). Lund *et al.* (2018) argumentam que uma menor instrução educacional pode estar associada a um capital social reduzido e maiores níveis de estresse, fatores que contribuem para a piora do bem-estar psíquico e para o aumento da ocorrência de depressão nas mulheres.

A Tabela 4.5 mostra os dados sobre a incidência de depressão entre as mulheres segundo a cor/raça. Nota-se que as mulheres não-brancas apresentam uma taxa de depressão superior à das mulheres brancas, com destaque para as mulheres indígenas, que apresentam índices consideravelmente mais elevados do que os dos outros grupos. Entre as mulheres indígenas, também chama atenção o fato de que mais de 16% delas apresentam níveis graves de depressão.

Tabela 4.5 - Brasil: Percentual de mulheres com sintomas depressivos clinicamente relevantes, segundo a cor/raça (2019)

Cor/raça	Mulheres com sintomas depressivos clinicamente relevantes	Gravidade da depressão			
		Mínima ou leve	Moderada	Grave	Muito grave
Branca	14,23%	78,79%	12,97%	5,13%	3,11%
Preta	16,76%	76,82%	12,57%	6,22%	4,39%
Parda	15,49%	77,59%	13,37%	5,88%	3,17%
Amarela	16,58%	76,95%	18,01%	4,24%	0,79%
Indígena	21,97%	68,67%	13,08%	16,57%	1,68%

Fonte: PNS de 2019. Elaboração própria.

Embora a relação entre raça e prevalência de depressão não seja consensual, haja vista os resultados de Brito *et al.* (2022) e Riolo *et al.* (2005), que observaram maior prevalência de depressão entre indivíduos brancos, há indícios na literatura de que pessoas não-brancas enfrentam uma maior carga de distúrbios mentais, como a depressão. Smolen *et al.* (2018), por exemplo, encontraram indícios de que a menor incidência de TMC ocorreria entre os homens brancos, enquanto a maior era observada nas mulheres pretas. Lund *et al.* (2018) argumentam que essa disparidade pode ser, em parte, explicada por fatores relacionados ao estresse gerado pela experiência de discriminação e racismo, que impactam negativamente a saúde mental.

Já a Tabela 4.6 expõe as informações sobre a prevalência de depressão nas mulheres de acordo com o estado civil. Os indícios são consistentes àqueles apurados por Akhtar-Danesh e Landeen (2007), que identificaram uma menor prevalência de depressão nas mulheres casadas e uma maior prevalência nas mulheres divorciadas. Senicato, Azevedo e Barros (2018) sugerem que esse resultado pode estar associado ao apoio social presente em uma relação matrimonial; ou seja, o ato de dividir preocupações, atividades e tarefas cotidianas com um cônjuge pode atuar como um fator de atenuação do estresse, favorecendo a saúde mental dos indivíduos.

Em relação à gravidade dos sintomas de depressão, os dados que constam na Tabela 4.6 revelam uma maior intensidade entre as mulheres divorciadas, sendo que 8% delas possuem sintomas graves e 4,2% delas apresentam sintomas muito graves. Por outro lado, as mulheres casadas são associadas a menores taxas de sintomas em ambos os níveis de gravidade.

Tabela 4.6 - Brasil: Percentual de mulheres com sintomas depressivos clinicamente relevantes, segundo o estado civil (2019)

Estado civil	Mulheres com sintomas depressivos clinicamente relevantes	Gravidade da depressão			
		Mínima ou leve	Moderada	Grave	Muito grave
Solteira	15,35%	77,68%	13,26%	5,52%	3,54%
Casada	13,89%	79,42%	12,74%	5,16%	2,68%
Viúva	16,93%	76,14%	13,80%	6,23%	3,83%
Divorciada	18,90%	73,83%	13,92%	8,05%	4,20%

Fonte: PNS de 2019. Elaboração própria.

A Tabela 4.7, por sua vez, evidencia uma relação inversa entre a renda e a prevalência de depressão entre as mulheres brasileiras. Nota-se que mais de 20% das mulheres com renda domiciliar mensal de até meio salário mínimo apresentam sintomas depressivos clinicamente relevantes, enquanto somente 7,5% das mulheres com renda superior a 20 salários mínimos estavam em situação similar. Os dados relativos à gravidade seguem o mesmo padrão, com as mulheres de menor renda com maior frequência de sintomas de depressão moderada, grave ou muito grave, enquanto aquelas com maior poder aquisitivo tendem a predominar sintomas mínimos ou leves. Tais achados estão em consonância com indícios da literatura (Akhtar-Danesh; Landeen, 2007; Lund *et al.*, 2018; Oliveira *et al.*, 2024; Senicato; Azevedo; Barros, 2018).

Tabela 4.7 - Brasil: Percentual de mulheres com sintomas depressivos clinicamente relevantes, segundo as faixas de rendimento domiciliar mensal (2019)

Rendimento domiciliar mensal	Mulheres com sintomas depressivos clinicamente relevantes	Gravidade da depressão			
		Mínima ou leve	Moderada	Grave	Muito grave
Até 1/2 salário mínimo	20,46%	71,88%	14,92%	8,49%	4,71%
1/2 a 1 salário mínimo	17,36%	76,06%	13,70%	6,17%	4,06%
1 a 2 salários mínimos	17,14%	75,62%	13,85%	6,64%	3,89%
2 a 3 salários mínimos	14,75%	78,97%	13,00%	5,06%	2,98%
3 a 5 salários mínimos	14,32%	78,81%	12,29%	5,85%	3,05%
5 a 10 salários mínimos	14,23%	78,21%	14,47%	4,67%	2,65%
10 a 20 salários mínimos	10,76%	83,41%	9,82%	3,68%	3,09%
Mais de 20 salários mínimos	7,47%	88,77%	7,90%	2,77%	0,57%

Fonte: PNS de 2019. Elaboração própria.

A Tabela 4.8, por sua vez, demonstra que as mulheres ocupadas na semana de referência da PNS apresentavam uma taxa de depressão consideravelmente menor do que as desocupadas, com uma diferença de quase 7 p.p.. Além disso, destaca-se a maior gravidade da depressão entre

as mulheres desocupadas, com uma proporção considerável de casos graves e muito graves. Lund *et al.* (2018) argumentam que o emprego pode atuar como um fator protetivo contra a má saúde mental, pois está associado a um melhor funcionamento social, maior qualidade de vida e maior autoestima. Especificamente para as mulheres, é possível advogar que o emprego e a dinâmica do mercado de trabalho são fontes importantes de emancipação (Lavinias; Cobo; Veiga, 2012), na medida em que conferem autonomia econômica e reconhecimento social.

Tabela 4.8 - Brasil: Percentual de mulheres com sintomas depressivos clinicamente relevantes, segundo o status de ocupação (2019)

Status de ocupação	Mulheres com sintomas depressivos clinicamente relevantes	Gravidade da depressão			
		Mínima ou leve	Moderada	Grave	Muito grave
Ocupada	13,87%	79,64%	12,81%	5,00%	2,55%
Desocupada	20,57%	72,42%	15,74%	6,73%	5,11%

Fonte: PNS de 2019. Elaboração própria.

A Tabela 4.9 expõe a incidência de depressão nas mulheres em função da realização ou não de trabalho reprodutivo. Em relação à execução de afazeres domésticos, nota-se uma maior prevalência de quadros depressivos entre as mulheres que não realizam essas atividades, com destaque para a elevada taxa de quadros de depressão muito grave (9,65%). Em contrapartida, ao analisar a realização de cuidados de outras pessoas, constata-se um padrão inverso: ou seja, as mulheres que afirmaram ser responsáveis por atividades de auxílio a terceiros apresentam uma taxa superior de quadros depressivos em comparação com aquelas que não realizam esse tipo de atividade. No entanto, as informações relativas à gravidade da depressão não sinalizam variações substanciais em relação às mulheres que não desempenham atividades de cuidado.

Tabela 4.9 - Brasil: Percentual de mulheres com sintomas depressivos clinicamente relevantes, segundo a realização de trabalho reprodutivo (2019)

Realização de afazeres domésticos ou cuidado de pessoas	Mulheres com sintomas depressivos clinicamente relevantes	Gravidade da depressão			
		Mínima ou leve	Moderada	Grave	Muito grave
Realiza afazeres domésticos	14,96%	78,22%	13,15%	5,61%	3,02%
Não realiza afazeres domésticos	19,62%	70,97%	12,95%	6,43%	9,65%
Realiza cuidado de pessoas	16,12%	76,82%	13,62%	6,03%	3,53%
Não realiza cuidado de pessoas	14,16%	79,07%	12,77%	5,19%	2,96%

Fonte: PNS de 2019. Elaboração própria.

Já na Tabela 4.10, é possível observar a elevada prevalência de sintomas depressivos nas mulheres vítimas de violência doméstica por parte de cônjuges ou ex-cônjuges – em acordo com o discutido na seção anterior e evidenciado pela unanimidade dos trabalhos do Quadro 4.3, que indicam uma relação estatisticamente significativa entre violência e piora da saúde mental. Pela tabela, cerca de 33% das mulheres vítimas de algum tipo de ato violento tiveram sintomas depressivos, em comparação a aproximadamente 14% das mulheres não vitimizadas. Além disso, destaca-se a gravidade dos sintomas depressivos nas mulheres vítimas de violência, com quase 22% delas com sintomas moderados e cerca de 17% com quadros graves ou muito graves.

Tabela 4.10 - Brasil: Percentual de mulheres com sintomas depressivos clinicamente relevantes, segundo a vitimização (2019)

Vitimização	Mulheres com sintomas depressivos clinicamente relevantes	Gravidade da depressão			
		Mínima ou leve	Moderada	Grave	Muito grave
Vítima de violência	33,12%	61,85%	21,80%	10,00%	6,35%
Não é vítima de violência	13,76%	79,55%	12,28%	5,21%	2,96%

Fonte: PNS de 2019. Elaboração própria.

Considerando o quão alarmantes são as evidências anteriores, a Tabela 4.11 segmenta as mulheres violentadas segundo o tipo de agressão sofrida. Observa-se que quase metade das mulheres que sofreram violência sexual apresentaram sintomas depressivos, seguidas pelas vítimas de violência física e, por fim, por aquelas que sofreram violência psicológica. Quanto à gravidade dos sintomas depressivos, destaca-se negativamente a grande incidência de quadros de depressão grave e muito grave, especialmente entre as mulheres vítimas de violência física.

Tabela 4.11 - Brasil: Percentual de mulheres com sintomas depressivos clinicamente relevantes, segundo a vitimização, por tipo de violência (2019)

Tipos de violência	Mulheres com sintomas depressivos clinicamente relevantes	Gravidade da depressão			
		Mínima ou leve	Moderada	Grave	Muito grave
Vítima de violência física	41,00%	54,19%	21,56%	13,47%	10,77%
Vítima de violência psicológica	32,94%	62,29%	21,70%	9,86%	6,15%
Vítima de violência sexual	46,01%	40,50%	44,33%	6,88%	8,29%

Fonte: PNS de 2019. Elaboração própria.

Tais achados estão alinhados às evidências de outros estudos da literatura. Pico-Alfonso *et al.* (2006) mostraram que mulheres expostas à violência física e/ou psicológica possuíam não apenas maior incidência, mas também maior gravidade dos sintomas de depressão e ansiedade.

Gelaye *et al.* (2009), ao analisarem estudantes universitárias na Etiópia, sinalizaram que as vítimas de qualquer tipo de violência tinham o dobro de probabilidade de serem diagnosticadas com depressão moderada, em comparação àquelas que não foram vitimizadas. A situação se agrava para as mulheres vítimas de violência física e sexual, que tinham uma probabilidade quatro vezes maior de desenvolver quadros de depressão grave ou muito grave. Similarmente, ao relacionar a ocorrência de violência de parceiro íntimo e depressão pós-parto em mulheres peruanas, Gomez-Beloz *et al.* (2009) identificaram uma relação positiva e consistente entre a gravidade da depressão e a ocorrência de atos violentos.

Em conclusão, foi sinalizado que diversos fatores sociodemográficos parecem estar associados à prevalência e à gravidade dos sintomas depressivos das mulheres brasileiras. No geral, as mulheres mais vulneráveis, como aquelas de menor escolaridade, menor renda, ou que foram vítimas de violência doméstica, apresentam taxas mais altas de depressão, especialmente em quadros graves. Porém, para a inferência de causalidade, tais achados são limitados por terem sido apontados por meio de análises descritiva das médias. Assim, para apurar conclusões mais robustas, a próxima seção discute os procedimentos empíricos adotados e, a seguir, os resultados encontrados a partir da realização de estimações econométricas são discutidos.

4.4. Procedimentos metodológicos

Esta seção detalha os procedimentos econométricos adotados para atender ao objetivo do estudo 3. As variáveis dependentes são listadas abaixo, sendo de dois tipos. A primeira identifica as mulheres com sintomas de depressão clinicamente relevantes, enquanto as demais resultam da segmentação dos sintomas de acordo com a gravidade do quadro depressivo. Considerando que cada nível de depressão requer um tipo específico de atendimento (National HIV Curriculum, 2025), tal abordagem segmentada se justifica pela sua relevância analítica.

O conjunto de variáveis *dummies* utilizado para categorizar os sintomas segue o protocolo padrão do PHQ-9, respeitando os pontos de corte estabelecidos para cada nível de gravidade (Manea; Gilbody; Mcmillan, 2015), com uma única modificação: os casos classificados como mínimos e leves foram agrupados em uma única variável. Além disso,

mulheres que não apresentaram qualquer sintoma no período de referência (escore 0) foram excluídas da construção dessas variáveis relacionadas à gravidade dos sintomas³⁷.

- i) *SintomasDepreRelevantes*: variável *dummy* que assume o valor 1 para mulheres com escore PHQ-9 ≥ 10 – o ponto de corte segue a recomendação e a prática da literatura (Costantini *et al.*, 2021; Levis; Benedetti; Thombs, 2019; Osório *et al.*, 2009)³⁸;
- ii) *DepressãoMínimaLeve*: variável *dummy* que assume o valor 1 se a mulher apresentar sintomas depressivos leves ou mínimos, o que representa um escore $0 < \text{PHQ} \leq 9$ – casos tidos como não clinicamente relevantes que, no geral, requerem apenas observação;
- iii) *DepressãoModerada*: variável *dummy* que assume o valor 1 para mulheres com escore entre 10 e 14 – casos clinicamente relevantes que demandam um plano de tratamento, incluindo aconselhamento e/ou farmacoterapia;
- iv) *DepressãoGrave*: variável *dummy* que assume o valor 1 para mulheres com escore entre 15 e 19 – necessitam de tratamento ativo com psicoterapia e/ou farmacoterapia; e
- v) *DepressãoMuitoGrave*: variável *dummy* que assume o valor 1 se a mulher apresentou escore PHQ-9 ≥ 20 – nesses casos, o tratamento medicamentoso imediato e o encaminhamento para especialistas em saúde mental são imprescindíveis.

As variáveis explicativas de interesse, por sua vez, são coerentes àquelas utilizadas nos estudos anteriores da presente Tese de Doutorado. Para identificar as mulheres vitimizadas, são utilizadas quatro variáveis *dummies*: *VítimaViolência*, que assume o valor 1 para as mulheres que sofreram algum tipo de violência por parte do parceiro íntimo; e *VítimaViolênciaFísica*, *VítimaViolênciaPsicológica* e *VítimaViolênciaSexual*, que identificam, respectivamente, as mulheres vítimas de cada tipo específico de violência – ou seja, física, psicológica e sexual.

Já para captar os possíveis efeitos do trabalho reprodutivo, são utilizadas duas variáveis *dummies*: *AfazeresDomésticos*, que atribui o valor 1 para as mulheres que realizaram alguma tarefa relacionada à manutenção do ambiente doméstico na semana de referência da PNS; e

³⁷ A justificativa para a exclusão das mulheres com escore 0 na análise de gravidade da depressão foi previamente discutida na seção 4.3, mas é relevante reforçá-la. Essa escolha visa garantir que as análises considerem um grupo de mulheres com atributos não observados teoricamente mais similares entre si, em comparação àquelas que não apresentaram qualquer sintoma no período de referência.

³⁸ Como previamente discutido na primeira subseção de revisão da literatura, o método de pontuação baseado no algoritmo apresenta limitações de sensibilidade (Manea; Gilbody; Mcmillan, 2015; Santos, 2013). Costantini *et al.* (2021) argumentam que, em comparação com o algoritmo, o método de contagem contínua do escore do PHQ-9 tem demonstrado maior utilidade na identificação de casos de depressão. Diante dessas evidências, optou-se pela utilização do método de contagem contínua nesse estudo para detectar as mulheres com quadro depressivo.

CuidadoPessoas, que identifica (valor 1) as mulheres responsáveis por atividades de cuidado relativas a membros do domicílio, como crianças, idosos, enfermos ou pessoas com deficiência.

A equação (4.1) representa o modelo básico investigado. As estimações são realizadas por dois métodos: probabilidade linear (MPL) e *Probit*, ambos já utilizados nos estudos 1 e 2 desta Tese de Doutorado. Assim, para evitar redundâncias, as descrições desses métodos não são repetidas, mas vale destacar a necessidade de calcular os efeitos marginais nas regressões por *Probit* para possibilitar a interpretação das magnitudes dos coeficientes. As estimações são feitas considerando a estrutura de ponderação da amostra disponibilizada pela PNS.

$$Depressão_i = \beta_0 + \beta_1 TrabReprod_i + \beta_2 Violência_i + \beta_3 X_i + \varepsilon_i \quad (4.1)$$

sendo: *Depressão_i* as variáveis dependentes que indicam a ocorrência na mulher *i* de sintomas depressivos e suas gravidades (*SintomasDepreRelevantes*, *DepressãoMínimaLeve*, *DepressãoModerada*, *DepressãoGrave* e *DepressãoMuitoGrave*); β_0 a constante; β_1 o coeficiente associado a cada uma das variáveis explicativas de interesse relacionadas à vitimização (*VítimaViolência*, *VítimaViolênciaFísica*, *VítimaViolênciaPsicológica* e *VítimaViolênciaSexual*)³⁹; β_2 o coeficiente associado a cada uma das variáveis explicativas de interesse relacionadas à realização de algum trabalho reprodutivo (*AfazerDomésticos* e *CuidadoPessoas*); β_3 o vetor de coeficientes associados ao vetor de variáveis explicativas de controle X_i ; e ε_i o erro.

É importante destacar que as relações analisadas no estudo 3 podem estar sujeitas a problemas de (auto)seleção. É plausível argumentar que existam fatores não observados podem influenciar tanto a propensão a desenvolver quadros depressivos quanto as variáveis de interesse principais. Como demonstrado na literatura (subseção 4.2.1), a depressão possui origem multifatorial, envolvendo não apenas características sociodemográficas, mas também fatores ambientais, comportamentais e genéticos – muitos dos quais não são capturados pela PNS, base de dados utilizada no presente estudo. Consequentemente, tais fatores não mensurados podem afetar simultaneamente: i) a probabilidade de desenvolver depressão; e ii) a probabilidade de sofrer violência ou assumir trabalho reprodutivo intensivo.

Na análise da relação entre trabalho reprodutivo e saúde mental, o acesso a creches ou instituições de cuidado pode emergir como um determinante crucial, por exemplo. Sabe-se que a disponibilidade desses serviços pode reduzir significativamente a carga de trabalho

³⁹ Deve-se observar que, inicialmente, a variável *VítimaViolência* será incluída no modelo, sendo posteriormente substituída pelas *dummies* específicas para cada tipo de violência.

reprodutivo das mulheres. Paralelamente, estudos como o de Richardson *et al.* (2018) demonstram que tal acesso está associado à menor ocorrência de depressão.

No que concerne à relação entre violência e saúde mental, características psicológicas não mensuradas podem atuar como variáveis confundidoras – como a autoestima, por exemplo. Orth, Robins e Meier (2009) estabelecem uma associação robusta entre baixa autoestima e depressão, enquanto Cherrier *et al.* (2023) evidenciam sua relação com maior vulnerabilidade à vitimização. Outro exemplo que pode ser citado é o histórico de abuso na infância, que pode ser um elemento preditor tanto de depressão (Zengyan; Ameng; Aishu, 2017) quanto de vitimização na vida adulta (Spatz; Czaja; Ann, 2008). Entretanto, a PNS não contempla esses fatores em seus questionários, o que impede seu controle na análise.

Ou seja, é possível que associações observadas entre as variáveis de interesse e a depressão podem refletir, em parte, a influência desses fatores não observados. Assim, são utilizadas estratégias de *Propensity Score Matching* (PSM), que servem não apenas para controlar esses efeitos, mas também como teste de robustez dos resultados principais.

Assim, no contexto do *estudo 3*, o PSM define o *propensity score* como a probabilidade predita condicional de uma mulher ser exposta a um evento (“tratamento”) – por exemplo, sofrer violência ou realizar trabalho reprodutivo –, dado um conjunto de variáveis observadas X_i (Dehejia; Wahba, 2002). Ou seja, essa estratégia metodológica possibilita identificar mulheres com atributos observados (locacionais, pessoais e domiciliares) mais semelhantes, se diferenciando apenas nas variáveis de interesse. Para isso, são estimados pesos que balanceiam as observações entre dois grupos (mulheres expostas e não expostas) em termos dos atributos observados e controlados. Os *propensity scores* são calculados por uma regressão *Probit*, que os limita ao intervalo entre 0 e 1.

A definição dos grupos de mulheres (expostas e não-expostas) com atributos observados mais similares depende do método/ algoritmo usado no pareamento. Para a realização dos testes de robustez do *estudo 3*, é selecionado o método do “vizinho mais próximo” (*nearest neighbour matching*), considerando as versões com uma reposição (VMP-CR) e sem reposição (VMP-SR).

Pelo “vizinho mais próximo”, cada mulher exposta à condição é pareada à não exposta mais próxima em termos de *propensity score*. No VMP-CR, as mulheres não-expostas podem ser utilizadas repetidamente para serem pareadas às mulheres expostas; com isso, mulheres não-expostas pareadas a mais de uma exposta recebem pesos superiores a 1, dependendo do número de vezes em que são pareadas. No VMP-SR, cada observação é utilizada apenas uma vez; i.e., cada mulher não exposta é pareada exclusivamente a uma mulher exposta, recebendo peso igual

a 1. Em ambos os casos, mulheres do grupo de não exposição que não forem pareadas recebem peso a 0 (Caliendo; Kopeinig, 2005). Assim, são estratégias para definir o *contrafactual*.

Para avaliar a qualidade do pareamento, uma recomendação da literatura é a realização de testes *t* de diferenças de médias, para todas as variáveis, entre os grupos de exposição e não-exposição antes e após o pareamento (Caliendo; Kopeinig, 2005). A partir disso, são gerados gráficos que ilustram as diferenças. Nestes, espera-se que, antes do pareamento, as variáveis apresentem um viés padronizado elevado, evidenciado por pontos pretos distantes de zero, o que reflete diferenças médias significativas entre os grupos. Depois do pareamento, as cruces nos gráficos devem indicar uma redução substancial do viés padronizado, aproximando-se de zero, o que demonstra maior balanceamento e, assim, semelhança entre os grupos pareados. A observação da redução no viés padronizado é uma evidência de um pareamento bem-sucedido.

Após o cálculo dos *propensity scores*, realiza-se um “2º estágio”, no qual são estimados modelos *Probit* com as observações de mulheres expostas e não expostas no suporte comum e reponderadas pelas probabilidades preditas resultantes de cada um dos métodos de *matching* (VMP-CR e VMP-SR). Vale destacar que, ao contrário das estratégias de PSM, o *Probit* no suporte comum e reponderado (estimador duplo robusto) impõe forma funcional aditiva, mas a combinação de métodos pode garantir uma maior precisão às estimações (Firpo; Pinto, 2013).

Para complementar as evidências, são realizadas análises de heterogeneidade, segmentando as observações em subamostras com base na cor/raça, na renda familiar e na escolaridade das mulheres. Esse procedimento permite examinar se os efeitos do trabalho reprodutivo e da vitimização sobre a saúde mental pode variar entre diferentes grupos, proporcionando uma compreensão mais detalhada sobre como esses fatores se manifestam em distintos perfis socioeconômicos. Em tais análises, serão replicados os mesmos procedimentos das estimações por MPL e *Probit*, aplicando-os às subamostras definidas.

Enfim, as variáveis de controle comumente utilizadas na literatura para a análise dos determinantes da saúde mental e que estão à disposição na PNS de 2019 para a inclusão nos modelos são apresentadas na Tabela 4.12 – que também lista as demais variáveis. Parte da revisão da literatura realizada na subseção 4.2.1, bem como as análises descritivas da seção 4.3, já fornecem argumentos para a inclusão das variáveis de controle nos modelos estimados, mas convém reforçar suas relevâncias.

Tabela 4.12 - Descrição das variáveis (dependentes, de interesse e de controle) e estatísticas descritivas básicas

Variáveis		Descrições	Médias	DP
Variáveis dependentes				
Mulheres com sintomas depressivos clinicamente relevantes		<i>Dummy</i> que assume valor 1 se a mulher obteve escore PHQ-9 ≥ 10 ; e 0, caso contrário	0,1437	0,3508
Gravidade da depressão – mínima ou leve		<i>Dummy</i> que assume valor 1 se a mulher obteve escore PHQ-9 ≤ 9 ; e 0, caso contrário	0,7915	0,4062
Gravidade da depressão – moderada		<i>Dummy</i> que assume valor 1 se a mulher obteve escore PHQ-9 entre 10 e 14; e 0, caso contrário	0,1255	0,3313
Gravidade da depressão – grave		<i>Dummy</i> que assume valor 1 se a mulher obteve escore PHQ-9 entre 15 e 19; e 0, caso contrário	0,0560	0,2299
Gravidade da depressão – muito grave		<i>Dummy</i> que assume valor 1 se a mulher obteve escore PHQ-9 ≥ 20 ; e 0, caso contrário	0,0270	0,1622
Variáveis explicativas de interesse				
<i>Violência doméstica</i>				
Vítima de violência		<i>Dummy</i> que assume valor 1 se a mulher foi vítima de qualquer ato de violência (física, psicológica ou sexual) de cônjuge ou ex-cônjuge; e 0, caso contrário	0,0802	0,2716
Vítima de violência física		<i>Dummy</i> que assume valor 1 se a mulher foi vítima de ato de violência física de cônjuge ou ex-cônjuge; e 0, caso contrário	0,0286	0,1666
Vítima de violência psicológica		<i>Dummy</i> que assume valor 1 se a mulher foi vítima de ato de violência psicológica de cônjuge ou ex-cônjuge; e 0, caso contrário	0,0748	0,2631
Vítima de violência sexual		<i>Dummy</i> que assume valor 1 se a mulher foi vítima de ato de violência sexual de cônjuge ou ex-cônjuge; e 0, caso contrário	0,0069	0,0826
<i>Trabalho reprodutivo</i>				
Afazeres domésticos		<i>Dummy</i> que assume valor 1 se a mulher realizou qualquer atividade relacionada a afazeres domésticos na semana de referência; e 0, caso contrário	0,9717	0,1659
Cuidado de pessoas		<i>Dummy</i> que assume valor 1 se a mulher realizou qualquer atividade relacionada ao cuidado de pessoas na semana de referência; e 0, caso contrário	0,4846	0,4998
Variáveis explicativas de controle – atributos locais				
Regiões geográficas	Norte	<i>Dummy</i> que assume valor 1 se a mulher mora no Norte; e 0, caso contrário	0,1948	0,3961
	Nordeste	<i>Dummy</i> que assume valor 1 se a mulher mora no Nordeste; e 0, caso contrário	0,3241	0,4680
	Sul	<i>Dummy</i> que assume valor 1 se a mulher mora no Sul; e 0, caso contrário	0,1282	0,3343
	Sudeste*	<i>Dummy</i> que assume valor 1 se a mulher mora no Sudeste; e 0, caso contrário	0,2273	0,4191
	Centro-Oeste	<i>Dummy</i> que assume valor 1 se a mulher mora no Centro-Oeste; e 0, caso contrário	0,1256	0,3314
Urbano		<i>Dummy</i> que assume valor 1 se a mulher mora em área urbana; e 0, caso contrário	0,8490	0,3580

Fonte: PNS de 2019. Elaboração própria.

Observações: o asterisco (*) indica a *dummy* de referência. DP = desvio padrão. SM = salários mínimos.

Tabela 4.12 – Descrição das variáveis (dependentes, de interesse e de controle) e estatísticas descritivas básicas (*continuação*)

Variáveis		Descrições	Médias	DP
Variáveis explicativas de controle – atributos pessoais				
Idade	18 a 25 anos*	<i>Dummy</i> que assume valor 1 se a mulher tem entre 18 e 25 anos; e 0, caso contrário	0,1339	0,3405
	26 a 35 anos	<i>Dummy</i> que assume valor 1 se a mulher tem entre 26 e 35 anos; e 0, caso contrário	0,2628	0,4402
	36 a 49 anos	<i>Dummy</i> que assume valor 1 se a mulher tem entre 36 e 49 anos; e 0, caso contrário	0,3885	0,4874
	50 a 65 anos	<i>Dummy</i> que assume valor 1 se a mulher tem mais de 50 anos; e 0, caso contrário	0,2148	0,4107
Cor/raça	Branca*	<i>Dummy</i> que assume valor 1 se a mulher se autodeclara branca; e 0, caso contrário	0,3593	0,4798
	Preta	<i>Dummy</i> que assume valor 1 se a mulher se autodeclara preta; e 0, caso contrário	0,1138	0,3176
	Parda	<i>Dummy</i> que assume valor 1 se a mulher se autodeclara parda; e 0, caso contrário	0,5121	0,4999
	Amarela ou indígena	<i>Dummy</i> que assume valor 1 se a mulher se autodeclara amarela ou indígena; e 0, caso contrário	0,0148	0,1207
Estado civil	Solteira	<i>Dummy</i> que assume valor 1 se a mulher é solteira; e 0, caso contrário	0,4884	0,4999
	Casada*	<i>Dummy</i> que assume valor 1 se a mulher é casada; e 0, caso contrário	0,3848	0,4866
	Viúva	<i>Dummy</i> que assume valor 1 se a mulher é viúva; e 0, caso contrário	0,0303	0,1714
	Divorciada	<i>Dummy</i> que assume valor 1 se a mulher é divorciada; e 0, caso contrário	0,0965	0,2953
Escolaridade	Sem instrução*	<i>Dummy</i> que assume valor 1 se a mulher não tinha instrução; e 0, caso contrário	0,0215	0,1451
	Fundamental incompleto	<i>Dummy</i> que assume valor 1 se a mulher tinha ensino fundamental incompleto ou equivalente; e 0, caso contrário	0,1973	0,3979
	Fundamental completo	<i>Dummy</i> que assume valor 1 se a mulher tinha ensino fundamental completo ou equivalente; e 0, caso contrário	0,0672	0,2504
	Médio incompleto	<i>Dummy</i> que assume valor 1 se a mulher tinha ensino médio incompleto ou equivalente; e 0, caso contrário	0,0646	0,2458
	Médio completo	<i>Dummy</i> que assume valor 1 se a mulher tinha ensino médio completo ou equivalente; e 0, caso contrário	0,3472	0,4761
	Superior incompleto	<i>Dummy</i> que assume valor 1 se a mulher tinha ensino superior incompleto ou equivalente; e 0, caso contrário	0,0614	0,2401
	Superior completo	<i>Dummy</i> que assume valor 1 se a mulher tinha ensino superior completo; e 0, caso contrário	0,2408	0,4276
Ocupada		<i>Dummy</i> que assume valor 1 se a mulher estava ocupada na semana de referência; e 0, caso contrário	0,9040	0,2946
Condição de saúde		<i>Dummy</i> que assume valor 1 se a mulher avaliava seu estado de saúde como bom ou muito bom; e 0, caso avaliasse como regular, ruim ou muito ruim	0,6734	0,4690
Variáveis explicativas de controle – atributos domiciliares				
Renda domiciliar em SM		Rendimento domiciliar (exclusive o rendimento de pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico) em salários mínimos	4,5078	6,2270
Pessoas no domicílio		Número de componentes do domicílio (exclusive as pessoas cuja condição na família era pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico)	3,3240	1,2905

Fonte: PNS de 2019. Elaboração própria.

Observações: o asterisco (*) indica a *dummy* de referência. DP = desvio padrão. SM = salários mínimos.

Diferentes fases e experiências da vida podem estar associadas a distintas manifestações de transtornos depressivos (Sguerri, 2023), justificando a inclusão de *dummies* para faixas etárias. O estado civil também é considerado um fator relevante, pois pode refletir a presença de relações interpessoais estáveis, que tendem a impactar positivamente a saúde mental dos indivíduos (Akhtar-Danesh; Landeen, 2007; Senicato; Azevedo; Barros, 2018). Além disso, a literatura indica que a vulnerabilidade social está associada a quadros depressivos, o que fundamenta o controle pelas variáveis renda (Oliveira *et al.*, 2024), escolaridade (Lund *et al.*, 2018), número de moradores no domicílio (Hintz *et al.*, 2023) e cor/raça (Smolen *et al.*, 2018).

Há evidências, ainda, de que o ambiente e os padrões geográficos influenciam a ocorrência de transtornos mentais, justificando a inclusão de variáveis que identificam as macrorregiões (Brito *et al.*, 2022; Hintz *et al.*, 2023; Oliveira *et al.*, 2024; Sguerri, 2023) e a localização urbana ou rural dos domicílios (Brito *et al.*, 2022; McKenzie; Murray; Booth, 2013; Romans; Cohen; Forte, 2011). Ademais, a variável de condição de saúde é incorporada como um indicador objetivo e subjetivo da saúde geral, refletindo o contexto de vida dos indivíduos. Estudos indicam que uma pior percepção da própria saúde pode afetar o bem-estar psicológico, contribuindo para a prevalência de síndromes, como depressão e ansiedade (Hossain *et al.*, 2020). A inclusão dessa variável é consistente com pesquisas anteriores sobre a prevalência da depressão no Brasil, que utilizaram dados da PNS (Hintz *et al.*, 2023; Sguerri, 2023).

4.5. Resultados e discussões

4.5.1. Efeitos do trabalho reprodutivo e da vitimização na manifestação de quadros depressivos

A presente subseção reporta e analisa os resultados obtidos nas regressões que seguem os procedimentos metodológicos previamente apresentados. A Tabela 4.13 expõe os resultados das estimações por MPL e *Probit* do modelo completo, que inclui três variáveis de interesse: ser vítima de qualquer ato de violência, realizar afazeres domésticos e cuidado de pessoas.

Tabela 4.13 - Resultados das estimações para a variável dependente *Mulheres com sintomas depressivos clinicamente relevantes*

Variáveis	MPL	Probit (efeitos marginais)
Vítima de violência	0,1591** (0,0236)	0,1209*** (0,0151)
Afazeres domésticos	-0,0257 (0,0231)	-0,0202 (0,0203)
Cuidado de pessoas	0,0239*** (0,0091)	0,0231*** (0,0088)
Norte	-0,0444*** (0,0117)	-0,0441*** (0,0121)
Nordeste	-0,0289*** (0,0104)	-0,0269*** (0,0102)
Sul	-0,0005 (0,0125)	0,0013 (0,0125)
Centro-Oeste	0,0010 (0,0129)	0,0014 (0,0122)
Urbano	0,0350*** (0,0104)	0,0361*** (0,0111)
Idade: 26 a 35 anos	-0,0230 (0,0147)	-0,0240* (0,0138)
Idade: 36 a 49 anos	-0,0251* (0,0147)	-0,0261* (0,0135)
Idade: 50 a 65 anos	-0,0427** (0,0170)	-0,0437*** (0,0162)
Mulher preta	0,0031 (0,0141)	0,0045 (0,0131)
Mulher parda	-0,0046 (0,0101)	-0,0036 (0,0099)
Mulher amarela ou indígena	-0,0220 (0,0311)	-0,0234 (0,0303)
Fundamental incompleto	0,0249 (0,0305)	0,0197 (0,0265)
Fundamental completo	0,0475 (0,0344)	0,0394 (0,0300)
Médio incompleto	0,0507 (0,0361)	0,0408 (0,0309)

Fonte: PNS de 2019. Elaboração própria. Erros-padrão entre parênteses. * p < 0,10; ** p < 0,05; *** p < 0,01

Tabela 4.13 - Resultados das estimações para a variável dependente *Mulheres com sintomas depressivos clinicamente relevantes (continuação)*

Variáveis	MPL	Probit (efeitos marginais)
Médio completo	0,0060 (0,0326)	0,0002 (0,0286)
Superior incompleto	0,0579 (0,0367)	0,0526 (0,0323)
Superior completo	0,0374 (0,0327)	0,0357 (0,0293)
Renda domiciliar em SM	-0,0007 (0,0008)	-0,0009 (0,0012)
Mulher ocupada	-0,0487*** (0,0159)	-0,0418*** (0,0129)
Mulher solteira	0,0050 (0,0092)	0,0061 (0,0092)
Mulher viúva	0,0426 (0,0260)	0,0395* (0,0228)
Mulher divorciada	0,0351** (0,0154)	0,0329** (0,0139)
Pessoas no domicílio	0,0019 (0,0036)	0,0013 (0,0032)
Condição de saúde	-0,1952*** (0,0113)	-0,1670*** (0,0086)
Constante	0,2963*** (0,0437)	
Observações	21.252	21.252

Fonte: PNS de 2019. Elaboração própria. Erros-padrão entre parênteses. * $p < 0,10$; ** $p < 0,05$; *** $p < 0,01$

A priori, destaca-se que os resultados possuem consistência estatística e magnitudes semelhantes nos coeficientes por MPL e *Probit*, eliminando, assim, a possibilidade de variações significativas atribuíveis ao método empregado. No que diz respeito às variáveis de interesse, os achados corroboram as análises descritivas: ser vítima de qualquer ato de violência aumenta a probabilidade de uma mulher apresentar sintomas depressivos clinicamente relevantes de 12 a 16 p.p., aproximadamente. Além disso, estão em consonância com evidências amplamente documentadas na literatura empírica – sintetizada anteriormente no Quadro 4.3 –, que apontam a violência como um fator de risco significativo para o adoecimento mental das mulheres.

Em relação ao efeito do trabalho reprodutivo na saúde mental, verifica-se significância estatística somente para a variável que identifica a realização de atividades de cuidado. Assim, cuidar da alimentação, acompanhar no deslocamento ou monitorar atividades diversas de outras pessoas eleva em 2,3 p.p. a probabilidade de a mulher apresentar sintomas depressivos. Esse resultado se alinha às evidências sinalizadas em outros trabalhos; porém, é importante fazer uma ressalva.

Lacey, McMunn e Webb (2019) demonstraram que mulheres cuidadoras intermitentes de pessoas enfermas, idosas ou com deficiência apresentavam níveis mais elevados de estresse do que aquelas que não desempenhavam estas atividades. Ervin *et al.* (2023) identificaram que a dedicação de mais horas ao cuidado de idosos ou pessoas com deficiências estava associada à piora da saúde mental, enquanto o cuidado de crianças gerava melhora nesse aspecto. De modo similar, MacDonald, Phipps e Lethbridge (2005) ressaltaram que as horas dedicadas ao cuidado de idosos são mais estressantes para as mulheres canadenses do que o cuidado de crianças.

Essa diferença no impacto do cuidado, relacionada às características dos indivíduos beneficiados pela atividade, é mencionada na literatura. O cuidado de crianças frequentemente desperta sentimentos positivos e recompensadores, que tendem a contribuir para o bem-estar mental, enquanto o cuidado de idosos ou pessoas com deficiência tende a estar mais associado a desafios emocionais e maior estresse (Ervin *et al.*, 2022; Jung; O'Brien, 2019). Nessa linha, os dados da PNS possuem uma limitação significativa: não permitem desdobrar os cuidados em categorias específicas, como o cuidado de crianças, idosos ou pessoas com deficiência. Por esse motivo, as evidências deste coeficiente permitem apenas identificar uma relação negativa entre o cuidado de pessoas, de maneira agregada, e a saúde mental, sem distinções mais detalhadas.

Embora não sejam o foco do estudo, outros resultados das regressões também merecem ser destacados. Mulheres das regiões Norte e Nordeste apresentaram menores probabilidades de depressão em comparação às residentes no Sudeste, resultado alinhado a outras evidências

da literatura (Sguerri, 2023). Por outro lado, residir em áreas urbanas aumenta em mais de 3 p.p. a probabilidade de sintomas depressivos, reforçando achados que associam o ambiente urbano a fatores de maior exposição a estressores sociais (McKenzie; Murray; Booth, 2013).

Quanto às faixas etárias, mulheres mais velhas apresentaram menores probabilidades de sofrer sintomas de depressão em relação às jovens de 18 a 25 anos. Especificamente, mulheres de 36 a 49 anos tinham uma probabilidade de 2,5 a 2,6 p.p. menor, enquanto aquelas com mais de 50 anos uma redução de 4 p.p. na probabilidade de ter sintomas depressivos. Alguns estudos como o de Melin *et al.* (2022) e Sikström, Kelmendi e Persson (2023) também evidenciaram uma maior prevalência de depressão nos mais jovens, com redução progressiva à medida que a idade avança. Tais indícios indicam que os adultos de meia-idade têm, em geral, melhores indicadores de saúde mental frente aos jovens adultos, corroborando a tendência observada neste estudo.

Ademais, estar ocupada na semana de referência da PNS foi associada a uma redução entre 4 e 5 p.p. na probabilidade de sofrer depressão, reforçando a hipótese de que o emprego atuaria como um fator protetivo para a saúde mental, conforme argumentado por Lund *et al.* (2018). Entre as variáveis de estado civil, destaca-se o resultado das mulheres divorciadas, que apresentaram uma probabilidade 3 p.p. maior de apresentar depressão em comparação àquelas casadas. Enfim, mulheres com autopercepção de boa saúde possuíam probabilidade entre 17 e 19 p.p. menores de desenvolver sintomas depressivos em comparação àquelas que relataram saúde regular ou ruim – resultado respaldado pela literatura (Hintz *et al.*, 2023; Sguerri, 2023).

A Tabela 4.14 expõe os resultados para a violência desagregada nos três tipos principais – física, psicológica e sexual –, sendo todos os modelos controlados pelas variáveis explicativas, ainda que os seus resultados não tenham sido aqui reportados para focar no objetivo do estudo⁴⁰. Os coeficientes para todos os tipos de vitimização são estatisticamente significantes: ser vítima de agressões físicas, como chutes, tapas e empurrões, aumenta de 8 a 13 p.p. a probabilidade de diagnóstico de depressão, enquanto a vitimização psicológica, como insultos e xingamentos, eleva a probabilidade de diagnóstico entre 8 e 10 p.p. Já ser vítima de agressões de cunho sexual eleva entre 8 e 14 p.p. a probabilidade de a mulher apresentar um quadro depressivo.

Na Tabela 4.15, constam os resultados para os níveis de gravidade do quadro depressivo, destacando que ser vítima de violência reduz a probabilidade de sintomas mínimos ou leves – e que não são considerados clinicamente relevantes –, mas eleva a probabilidade de sintomas de depressão moderada em 9 p.p., grave entre 2 e 3 p.p. e muito grave em aproximadamente

⁴⁰ Estes resultados podem ser consultados na Tabela A.22 do Apêndice.

1,7 p.p. Esses resultados sinalizam que a vitimização não somente aumenta a incidência de depressão, mas também contribui para a maior gravidade dos quadros, frequentemente exigindo tratamento especializado e medicamentoso.

Tabela 4.14 - Resultados das estimações para a variável dependente *Mulheres com sintomas depressivos clinicamente relevantes*, considerando os tipos de violência

Variáveis de interesse	MPL	Probit (efeitos marginais)
Vítima de violência física	0,1263*** (0,0488)	0,0808*** (0,0296)
Vítima de violência psicológica	0,1013*** (0,0240)	0,0828*** (0,0163)
Vítima de violência sexual	0,1410* (0,0852)	0,0846* (0,0475)
Demais controles	Sim	Sim
Observações	21.252	21.252

Fonte: PNS de 2019. Elaboração própria. Erros-padrão entre parênteses. * $p < 0,10$; ** $p < 0,05$; *** $p < 0,01$

Quanto ao trabalho reprodutivo, os resultados mostram que mulheres que realizam afazeres domésticos têm menores probabilidades de apresentar quadros depressivos muito graves, quando comparadas àquelas que não fazem esse tipo de atividade. Entender plenamente esse resultado demandaria estudos mais aprofundados, mas é possível levantar a hipótese de que lavar louças e roupas, preparar alimentos, limpar e organizar o lar são tarefas essenciais para a manutenção do cotidiano de qualquer ser humano e, em maior ou menor medida, permeia a vida de todos. Assim, a falta de engajamento em tais tarefas pode ser tanto um reflexo quanto um agravante de quadros depressivos.

Por outro lado, os coeficientes indicam que realizar atividades de cuidado de pessoas diminui a probabilidade de sintomas leves, mas eleva em aproximadamente 1,6 p.p. a chance de sofrer sintomas graves. Vale relembrar que o impacto observado na variável de cuidado pode refletir e sintetizar dois efeitos com direções opostas: enquanto o cuidado de crianças pode suscitar sentimentos positivos que beneficiam a saúde mental, o cuidado de idosos ou pessoas com deficiência frequentemente está associado à piora do bem-estar psíquico das mulheres.

Tabela 4.15 - Resultados das estimações para as variáveis dependentes de gravidade da depressão

Variáveis de interesse	Gravidade da depressão							
	Mínima ou leve		Moderada		Grave		Muito grave	
	MPL	Probit (efeitos marginais)	MPL	Probit (efeitos marginais)	MPL	Probit (efeitos marginais)	MPL	Probit (efeitos marginais)
Vítima de violência	-0,1474*** (0,0262)	-0,1262*** (0,0201)	0,1001*** (0,0255)	0,0825*** (0,0181)	0,0297*** (0,0106)	0,0233*** (0,0076)	0,0176** (0,0084)	0,0160*** (0,0052)
Afazeres domésticos	0,0548 (0,0345)	0,0466 (0,0302)	0,0332 (0,0229)	0,0351 (0,0252)	-0,0122 (0,0179)	-0,0108 (0,0162)	-0,0757** (0,0313)	-0,0410*** (0,0105)
Cuidado de pessoas	-0,0288** (0,0127)	-0,0278** (0,0124)	0,0114 (0,0108)	0,0110 (0,0106)	0,0168*** (0,0065)	0,0159** (0,0063)	0,0005 (0,0051)	0,0022 (0,0043)
Demais controles	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Observações	14.649	14.649	14.649	14.649	14.649	14.649	14.649	14.649

Fonte: PNS de 2019. Elaboração própria. Erros-padrão entre parênteses. * $p < 0,10$; ** $p < 0,05$; *** $p < 0,01$

4.5.2. Análises de robustez

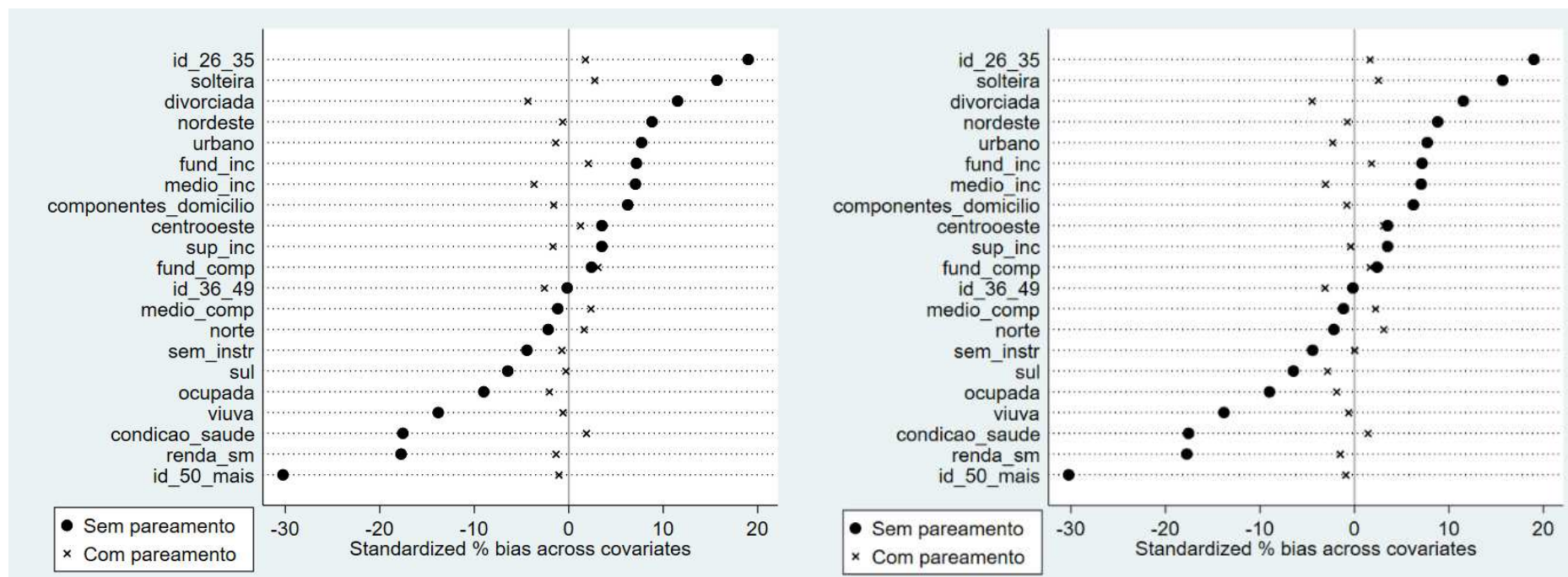
As Tabelas 4.16 e 4.17, por sua vez, apresentam os resultados dos testes de robustez, nos quais foi empregado o método de PSM para realizar as mesmas estimações descritas na seção de procedimentos metodológicos. O objetivo foi verificar a consistência dos resultados obtidos pelos métodos MPL e Probit, já discutidos, bem como lidar com potenciais problemas de (auto)seleção.

Inicialmente, as Figuras 4.1 a 4.6 exibem gráficos que comparam as variáveis antes e depois do processo de pareamento a fim de identificar se este processo foi, no geral, bem-sucedido. Nota-se que o pareamento foi satisfatório para os modelos que incluem as variáveis *vítima de violência*, *vítima de violência física* e *vítima de violência psicológica*. No entanto, para os modelos que incluem as variáveis *vítima de violência sexual* e *afazeres domésticos*, o ajustamento após o pareamento foi menos satisfatório. Por fim, destaca-se que, para a variável *cuidado de pessoas*, o pareamento foi mais eficaz no modelo que utilizou o método VMP-CR.

De modo geral, os resultados corroboram aqueles apresentados anteriormente em termos de significância estatística e sinal, com magnitudes superiores em alguns modelos. Ou seja, os achados indicam que ser vítima de violência aumenta a probabilidade de apresentar sintomas depressivos em aproximadamente 15,7 a 15,8 p.p., efeito semelhante ao encontrado no modelo estimado por MPL. Já para os casos de violência física e psicológica, os efeitos estimados com PSM são superiores aos anteriores: ser vítima de agressão física aumenta em cerca de 20 p.p. a probabilidade de sofrer depressão, enquanto a violência psicológica a eleva em 15 p.p..

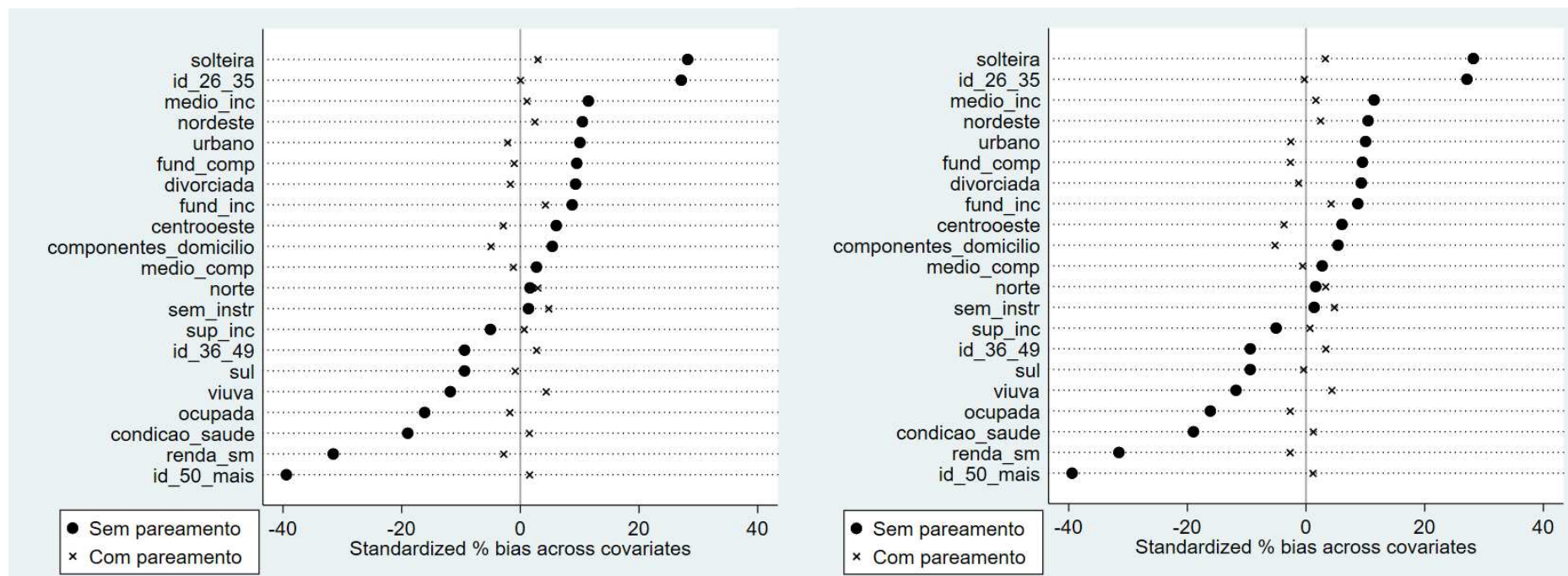
Os resultados para a variável de violência sexual indicam que ser vítima desse tipo de violência aumenta em aproximadamente 20 p.p. a probabilidade de desenvolver sintomas depressivos. No entanto, recomenda-se que esses resultados sejam interpretados com cautela, devido à dimensão reduzida da amostra de vítimas de violência sexual e às limitações no sucesso do pareamento para essa variável, o que impõe restrições à robustez da análise. Apesar disso, a análise descritiva já havia evidenciado uma incidência maior de depressão entre mulheres que sofreram violência sexual, além de os resultados obtidos por meio dos modelos MPL e *Probit* (ainda que com significância estatística de 10%) corroborarem essa associação.

Figura 4.1 - Avaliação do balanceamento de covariáveis antes e após o *matching*, de acordo com os métodos de pareamento VMP-SR e VMP-CR para a variável de interesse *Vítima de violência*



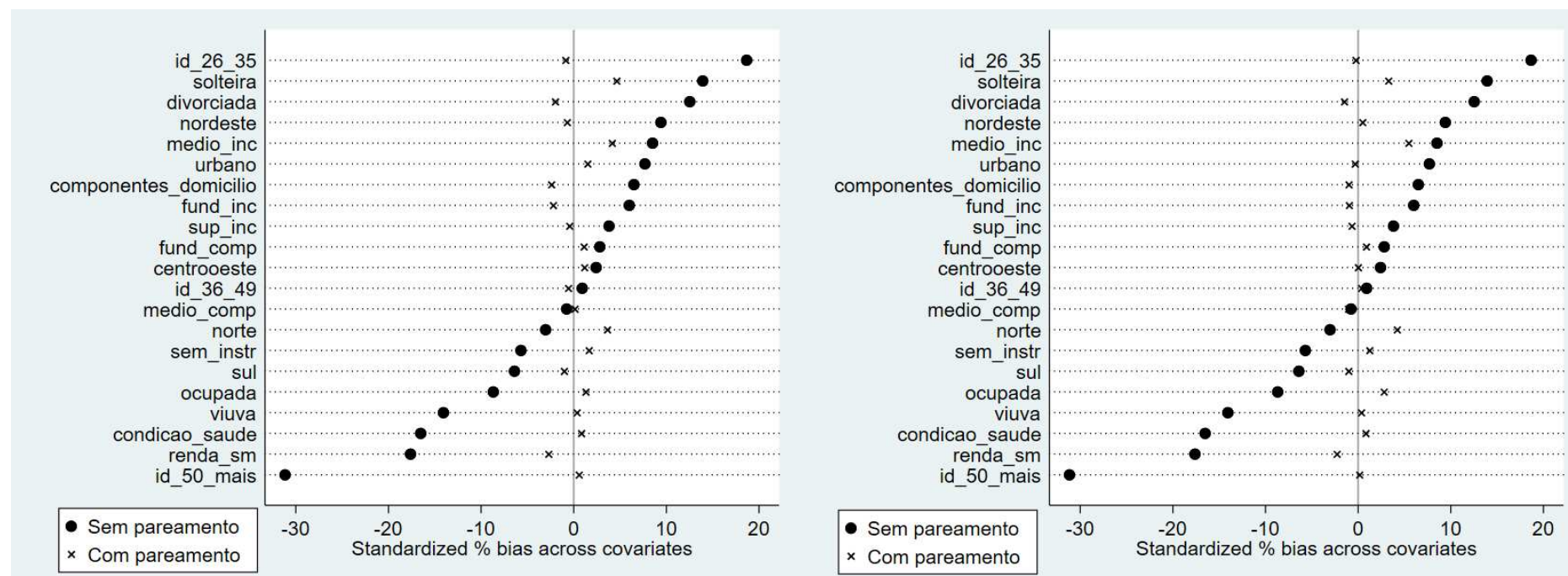
Fonte: PNS de 2019. Elaboração própria.

Figura 4.2 - Avaliação do balanceamento de covariáveis antes e após o *matching*, de acordo com os métodos de pareamento VMP-SR e VMP-CR para a variável de interesse *Vítima de violência física*



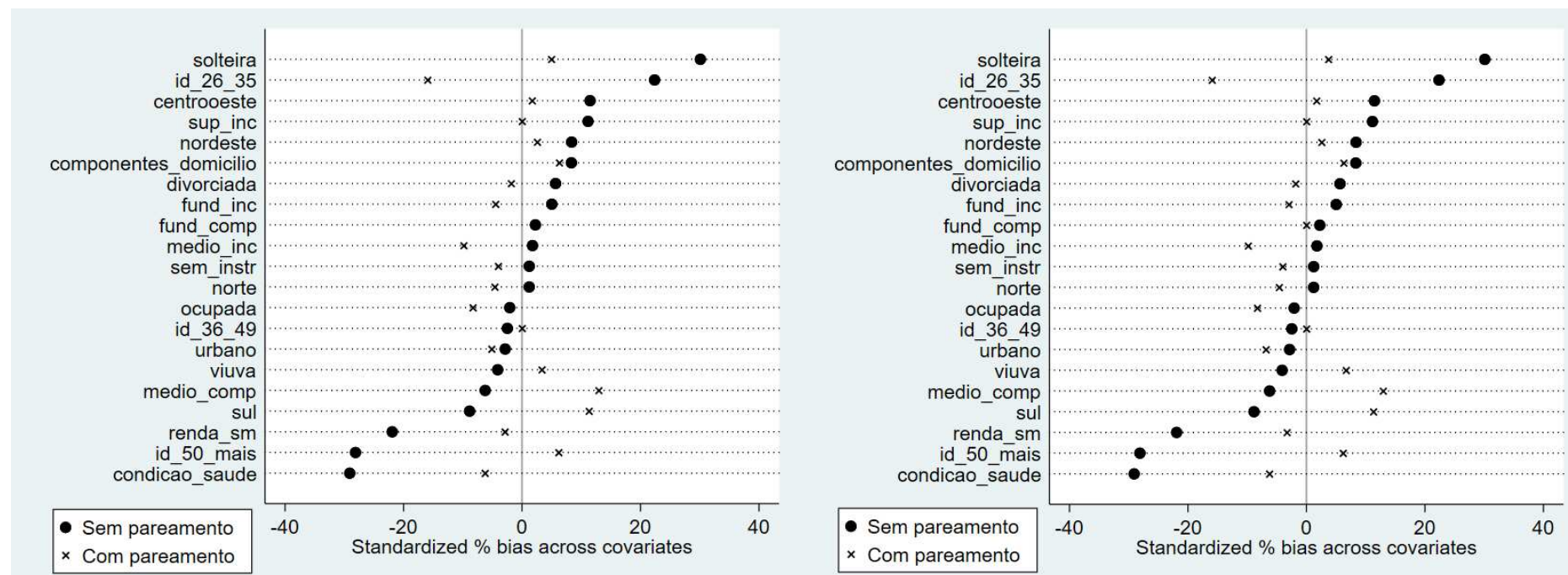
Fonte: PNS de 2019. Elaboração própria.

Figura 4.3 - Avaliação do balanceamento de covariáveis antes e após o *matching*, de acordo com os métodos de pareamento VMP-SR e VMP-CR para a variável de interesse *Vítima de violência psicológica*



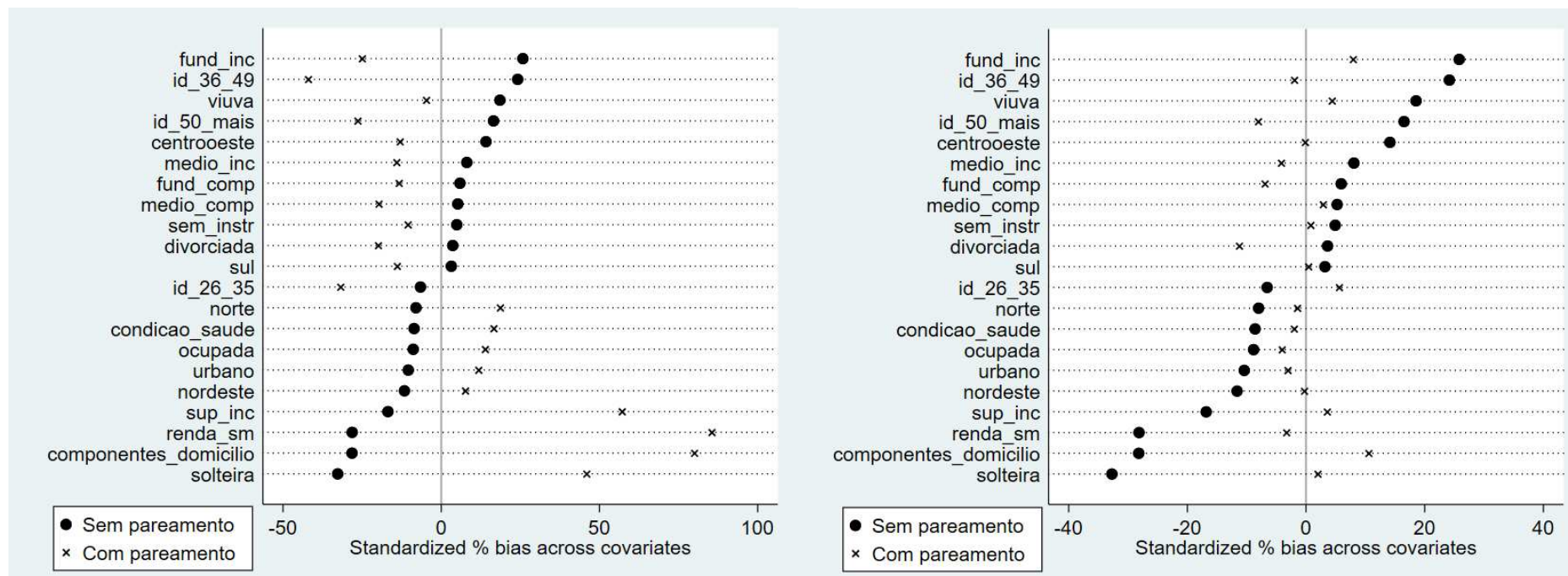
Fonte: PNS de 2019. Elaboração própria.

Figura 4.4 - Avaliação do balanceamento de covariáveis antes e após o *matching*, de acordo com os métodos de pareamento VMP-SR e VMP-CR para a variável de interesse *Vítima de violência sexual*



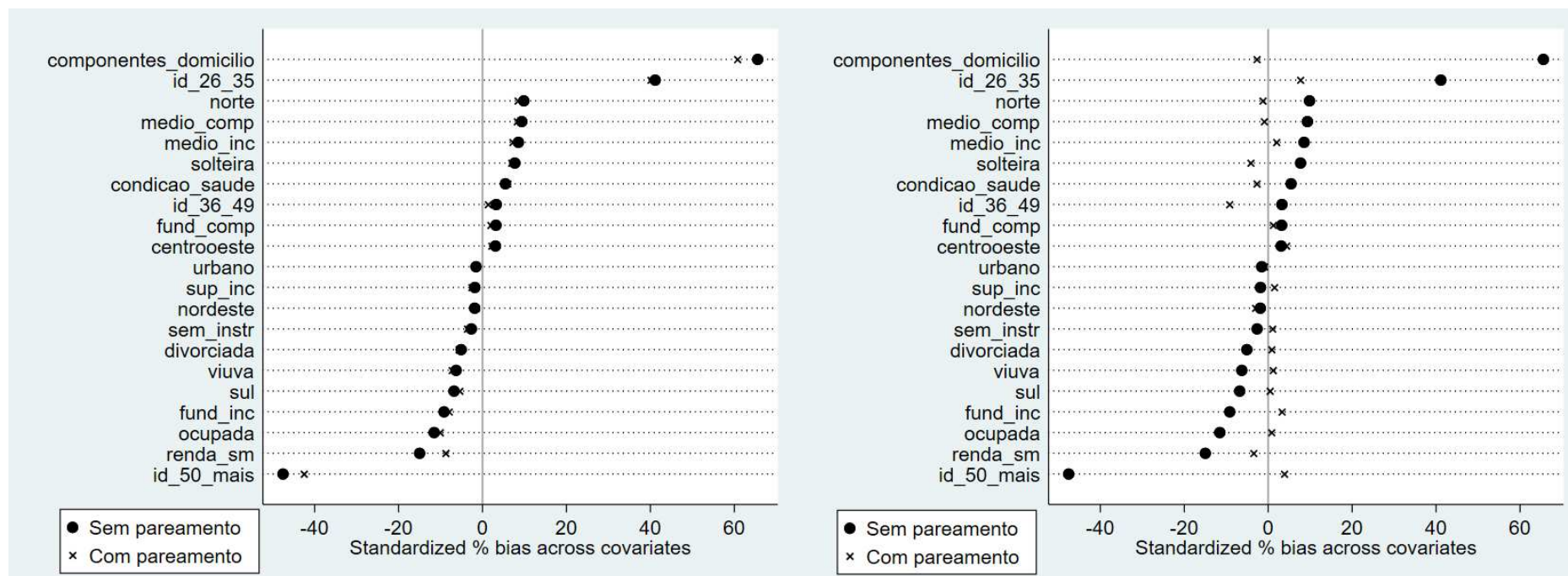
Fonte: PNS de 2019. Elaboração própria.

Figura 4.5 - Avaliação do balanceamento de covariáveis antes e após o *matching*, de acordo com os métodos de pareamento VMP-SR e VMP-CR para a variável de interesse *Afazer doméstico*



Fonte: PNS de 2019. Elaboração própria.

Figura 4.6 - Avaliação do balanceamento de covariáveis antes e após o *matching*, de acordo com os métodos de pareamento VMP-SR e VMP-CR para a variável de interesse *Cuidado de pessoas*



Fonte: PNS de 2019. Elaboração própria.

Em relação às variáveis associadas ao trabalho reprodutivo, os resultados também corroboram, em grande medida, os achados anteriores. A variável de afazeres domésticos manteve o sinal negativo observado previamente e, desta vez, o modelo pareado pelo método VMP-CR apresentou significância estatística. Já os resultados do cuidado de pessoas revelaram magnitudes bem similares às dos modelos anteriores: ser responsável por atividades de cuidado eleva entre 2,26 e 2,75 p.p. a probabilidade de ter sintomas depressivos clinicamente relevantes.

As Tabelas 4.18, 4.19 e 4.20, por sua vez, apresentam as estimativas de acordo com os diferentes níveis de gravidade do quadro depressivo⁴¹ e, de modo geral, corroboram os resultados observados anteriormente pelos métodos MPL e *Probit* – tanto em termos de significância estatística quanto de magnitude. Ser vítima de violência diminui a probabilidade de apresentar sintomas de depressão mínimos ou leves em 15 p.p., ao passo que aumenta a probabilidade de desenvolver um quadro depressivo moderado em aproximadamente 7 p.p. e um quadro depressivo grave ou muito grave em 4 p.p..

No que se refere à análise do trabalho reprodutivo, observa-se que a realização de afazeres domésticos aumenta em aproximadamente 7 p.p. a probabilidade de apresentar um quadro depressivo mínimo ou leve. No entanto, é importante destacar que esse resultado foi observado apenas no método de pareamento VMP-SR. Além disso, esse resultado diverge em maior medida daqueles que foram constatados pelos métodos MPL e *Probit*.

Por outro lado, a realização de cuidados com outras pessoas reduz a probabilidade de desenvolver um quadro depressivo leve, mas aumenta em 1 a 2 p.p. a probabilidade de apresentar um quadro depressivo grave. Adicionalmente, foi observado um resultado positivo e estatisticamente significativo para o quadro depressivo muito grave, embora apenas em um dos métodos de pareamento (VMP-SR).

De modo geral, os testes de robustez validam os resultados observados na subseção anterior, indicando que a vitimização aumenta a probabilidade de ocorrência de depressão, particularmente em quadros moderados, graves e muito graves. No que diz respeito ao trabalho reprodutivo, são constatados resultados consistentes apenas para a variável relacionada ao cuidado de pessoas, identificando um aumento na probabilidade de quadros depressivos graves. A consistência das estimativas entre os diferentes métodos empregados – MPL, *Probit* e PSM – tende a reforçar, assim, a confiabilidade das conclusões obtidas.

⁴¹ Os gráficos de qualidade do pareamento dessas estimações podem ser consultados nas Figuras A.1 a A.3 do Apêndice.

Tabela 4.16 - Teste de robustez: resultados das estimações para as variáveis de interesse de violência, de acordo com os métodos de pareamento

Variável de interesse	Métodos de pareamento		Variável de interesse	Métodos de pareamento		Variável de interesse	Métodos de pareamento		Variável de interesse	Métodos de pareamento	
	VMP-SR	VMP-CR		VMP-SR	VMP-CR		VMP-SR	VMP-CR		VMP-SR	VMP-CR
Vítima de violência	0,1582*** (0,5858) [0,0474]	0,1571*** (0,5813) [0,0490]	Vítima de violência física	0,2015*** (0,7033) [0,0774]	0,2006*** (0,7017) [0,0785]	Vítima de violência psicológica	0,1482*** (0,5406) [0,0488]	0,1488*** (0,5417) [0,0515]	Vítima de violência sexual	0,2027*** (0,7156) [0,1624]	0,1953*** (0,6899) [0,1634]
Observações	3.955	3.800	Observações	1.440	1.421	Observações	3.660	3.511	Observações	337	336

Fonte: PNS de 2019. Elaboração própria. Coeficientes entre parênteses e erros-padrão entre colchetes. * $p < 0,10$; ** $p < 0,05$; *** $p < 0,01$

VMP-SR = Vizinho Mais Próximo Sem Reposição

VMP-CR = Vizinho Mais Próximo Com Reposição

Tabela 4.17 - Teste de robustez: resultados das estimações para as variáveis de interesse de trabalho reprodutivo, de acordo com os métodos de pareamento

Variável de interesse	Métodos de pareamento		Variável de interesse	Métodos de pareamento	
	VMP-SR	VMP-CR		VMP-SR	VMP-CR
Afazer domésticos	-0,0007 (-0,0033) [0,1222]	-0,0416** (-0,1976) [0,0857]	Cuidado de pessoas	0,0226*** (0,1077) [0,0242]	0,0275*** (0,1336) [0,0350]
Observações	1.386	24.042	Observações	20.890	15.167

Fonte: PNS de 2019. Elaboração própria. Coeficientes entre parênteses e erros-padrão entre colchetes. * $p < 0,10$; ** $p < 0,05$; *** $p < 0,01$

VMP-SR = Vizinho Mais Próximo Sem Reposição

VMP-CR = Vizinho Mais Próximo Com Reposição

Tabela 4.18 - Teste de robustez: resultados das estimações para as variáveis dependentes de gravidade da depressão, de acordo com os métodos de pareamento

(variável explicativa de interesse = *Vítima de violência*)

Variável explicativa de interesse	Gravidade da depressão							
	Mínima ou leve		Moderada		Grave		Muito grave	
	VMP-SR	VMP-CR	VMP-SR	VMP-CR	VMP-SR	VMP-CR	VMP-SR	VMP-CR
Vítima de violência	-0,1496*** (-0,4794) [0,0481]	-0,1508*** (-0,4832) [0,0508]	0,0679*** (0,2948) [0,0538]	0,0709*** (0,3098) [0,0565]	0,0439*** (0,2979) [0,0648]	0,0407*** (0,2703) [0,0691]	0,0414*** (0,4860) [0,0821]	0,0428*** (0,5073) [0,0882]
Observações	3.366	3.210	3.366	3.210	3.366	3.210	3.366	3.210

Fonte: PNS de 2019. Elaboração própria. Coeficientes entre parênteses e erros-padrão entre colchetes. * $p < 0,10$; ** $p < 0,05$; *** $p < 0,01$

VMP-SR = Vizinho Mais Próximo Sem Reposição

VMP-CR = Vizinho Mais Próximo Com Reposição

Tabela 4.19 - Teste de robustez: resultados das estimações para as variáveis dependentes de gravidade da depressão, de acordo com os métodos de pareamento
(variável explicativa de interesse = *Afazeres domésticos*)

Variável explicativa de interesse	Gravidade da depressão							
	Mínima ou leve		Moderada		Grave		Muito grave	
	VMP-SR	VMP-CR	VMP-SR	VMP-CR	VMP-SR	VMP-CR	VMP-SR	VMP-CR
Afazeres domésticos	0,0716*	0,0368	-0,0341	-0,0141	-0,0130	-0,0010	-0,0182	-0,0115
	(0,2635)	(0,1408)	(-0,1645)	(-0,0701)	(-0,1363)	(0,0095)	(-0,2385)	(-0,1719)
	[0,1382]	[0,0858]	[0,1522]	[0,0973]	[0,1923]	[0,1271]	[0,2395]	[0,1187]
Observações	864	16.479	864	16.479	850	16.479	860	16.479

Fonte: PNS de 2019. Elaboração própria. Coeficientes entre parênteses e erros-padrão entre colchetes. * $p < 0,10$; ** $p < 0,05$; *** $p < 0,01$

VMP-SR = Vizinho Mais Próximo Sem Reposição

VMP-CR = Vizinho Mais Próximo Com Reposição

Tabela 4.20 - Teste de robustez: resultados das estimações para as variáveis dependentes de gravidade da depressão, de acordo com os métodos de pareamento
(variável explicativa de interesse = *Cuidado de pessoas*)

Variável explicativa de interesse	Gravidade da depressão							
	Mínima ou leve		Moderada		Grave		Muito grave	
	VMP-SR	VMP-CR	VMP-SR	VMP-CR	VMP-SR	VMP-CR	VMP-SR	VMP-CR
Cuidado de pessoas	-0,0244***	-0,0344***	0,0073	0,0088	0,0122***	0,0250***	0,0053*	0,0019
	(-0,0903)	(-0,1288)	(0,0362)	(0,0438)	(0,1121)	(0,2541)	(0,0903)	(0,0294)
	[0,0263]	[0,0378]	[0,0293]	[0,0422]	[0,0377]	[0,0570]	[0,0494]	[0,0673]
Observações	14.600	10.598	14.600	10.598	14.600	10.598	14.600	10.598

Fonte: PNS de 2019. Elaboração própria. Coeficientes entre parênteses e erros-padrão entre colchetes. * $p < 0,10$; ** $p < 0,05$; *** $p < 0,01$

VMP-SR = Vizinho Mais Próximo Sem Reposição

VMP-CR = Vizinho Mais Próximo Com Reposição

4.5.3. Análise de heterogeneidade dos efeitos do trabalho reprodutivo e da vitimização segundo atributos pessoais

A análise das estatísticas descritivas e a revisão da literatura indicam que atributos pessoais, como escolaridade e renda, podem influenciar o bem-estar psíquico dos indivíduos. Diante disso, esta subseção tem como objetivo investigar se o efeito do trabalho reprodutivo e da violência sobre a saúde mental das mulheres varia de acordo com características específicas, como raça, nível de renda e escolaridade. Para tanto, foram definidas subamostras e os mesmos procedimentos metodológicos foram replicados. A fim de facilitar a exposição dos resultados, as tabelas apresentam apenas os coeficientes das variáveis de interesse, enquanto os resultados completos das estimações estão disponíveis no Apêndice⁴².

A Tabela 4.21 evidencia um efeito deletério da violência sobre a saúde mental de todos os subgrupos de mulheres, independentemente da raça. No entanto, observa-se que o impacto é ligeiramente maior entre as mulheres brancas. Para mulheres pretas e pardas, ser vítima de algum tipo de agressão aumenta a probabilidade de apresentar um quadro depressivo relevante em aproximadamente 11 a 14 p.p.; esse efeito é bastante similar quando as mulheres amarelas e indígenas são adicionadas às pretas e pardas na análise (não-brancas)⁴³. Por outro lado, entre as mulheres brancas, o efeito varia entre 13 e 18 p.p., indicando uma sensibilidade um pouco mais acentuada nesse grupo.

No que se refere ao trabalho reprodutivo, a análise revela que o efeito negativo do cuidado de pessoas está concentrado nos subgrupos de mulheres não-brancas. Esse padrão foi observado tanto na análise de mulheres pretas e pardas quanto quando incluídas as mulheres amarelas e indígenas. Entre as mulheres pretas, subamostra que apresentou o maior coeficiente, a realização de atividades de cuidado aumenta em aproximadamente 6 p.p. a probabilidade de desenvolver um quadro sintomático de depressão. Reforça-se que, entre as mulheres brancas, o resultado não apresentou significância estatística.

⁴² Nas Tabelas A.23, A.24 e A.25 do Apêndice são apresentados os resultados completos das estimações de acordo com a cor/raça, renda e escolaridade, respectivamente.

⁴³ O subgrupo de mulheres não-brancas engloba as mulheres pretas, pardas, amarelas e indígenas. Essa agregação foi realizada para assegurar a inclusão das amarelas e indígenas nas estimações, uma vez que a realização de uma análise separada para esses grupos, de modo análogo ao que foi feito para as mulheres brancas, pretas e pardas, mostrou-se inviável devido ao número reduzido de observações na amostra, o que impediria a obtenção de resultados estatisticamente robustos para esses grupos específicos quando analisados de forma isolada.

Tabela 4.21 - Análise de heterogeneidade: resultados das estimações para a variável dependente *Mulheres com sintomas depressivos clinicamente relevantes*, considerando a cor/raça das mulheres

Variáveis de interesse	MPL	Probit (efeitos marginais)
Mulheres brancas		
Vítima de violência	0,1829*** (0,0450)	0,1330*** (0,0268)
Afazeres domésticos	-0,0532 (0,0394)	-0,0391 (0,0298)
Cuidado de pessoas	0,0032 (0,0151)	0,0031 (0,0143)
Observações	7.636	7.636
Mulheres pretas		
Vítima de violência	0,1373*** (0,0452)	0,1082*** (0,0304)
Afazeres domésticos	0,0014 (0,0573)	0,0093 (0,0584)
Cuidado de pessoas	0,0581** (0,0233)	0,0615*** (0,0221)
Observações	2.419	2.419
Mulheres pardas		
Vítima de violência	0,1369*** (0,0257)	0,1071*** (0,0171)
Afazeres domésticos	0,0016 (0,0281)	-0,0006 (0,0296)
Cuidado de pessoas	0,0328** (0,0129)	0,0303** (0,0126)
Observações	10.883	10.883
Mulheres não-brancas (pretas, pardas, amarelas e indígenas)		
Vítima de violência	0,1417*** (0,0223)	0,1098*** (0,0149)
Afazeres domésticos	0,0006 (0,0256)	0,0011 (0,0272)
Cuidado de pessoas	0,0398*** (0,0110)	0,0384*** (0,0109)
Observações	13.616	13.616
Controles	Sim	Sim

Fonte: PNS de 2019. Elaboração própria. Erros-padrão entre parênteses. * $p < 0,10$; ** $p < 0,05$; *** $p < 0,01$

Os indícios de heterogeneidade conforme o rendimento domiciliar mensal das mulheres, apresentados na Tabela 4.22, revelam que, para a variável *vítima de violência*, não há diferenças substanciais entre as duas subamostras. Ser vítima de violência aumenta a probabilidade de sofrer um quadro clínico de depressão em aproximadamente 12 a 16 p.p., independentemente do nível de renda. Sugere-se, assim, que a exposição à violência tem um impacto significativo e relativamente uniforme na saúde mental das mulheres, independentemente de sua condição socioeconômica.

Por outro lado, ao analisar o efeito do trabalho reprodutivo, observa-se que a variável *cuidado de pessoas* apresenta significância estatística apenas na subamostra de mulheres com rendimento mensal médio superior a 1 salário mínimo. Para essas mulheres, realizar atividades de cuidado de outras pessoas aumenta em aproximadamente 2 p.p. a probabilidade de apresentar

depressão. Esse achado indica que, embora o trabalho reprodutivo possa afetar negativamente a saúde mental, seu impacto é mais perceptível entre as mulheres com maiores níveis de renda.

Tabela 4.22 - Análise de heterogeneidade: resultados das estimações para a variável dependente *Mulheres com sintomas depressivos clinicamente relevantes*, considerando o rendimento familiar

Variáveis de interesse	MPL	Probit (efeitos marginais)
Rendimento de até 1 salário mínimo		
Vítima de violência	0,1571*** (0,0413)	0,1294*** (0,0292)
Afazeres domésticos	0,0012 (0,0540)	0,0167 (0,0672)
Cuidado de pessoas	0,0371 (0,0242)	0,0372 (0,0229)
Observações	2.589	2.589
Rendimento de mais de 1 salário mínimo		
Vítima de violência	0,1596*** (0,0261)	0,1206*** (0,0166)
Afazeres domésticos	-0,0249 (0,0240)	-0,0196 (0,0207)
Cuidado de pessoas	0,0225** (0,0096)	0,0219** (0,0093)
Observações	18.663	18.663
Controles	Sim	Sim

Fonte: PNS de 2019. Elaboração própria. Erros-padrão entre parênteses. * $p < 0,10$; ** $p < 0,05$; *** $p < 0,01$

Enfim, a Tabela 4.23 apresenta os coeficientes de interesse para a análise que segmenta as mulheres de acordo com os níveis de escolaridade. Os resultados indicam que, em relação à variável de vitimização, sofrer agressões – sejam elas físicas, psicológicas ou sexuais – afeta negativamente a saúde mental de todas as mulheres, independentemente da escolaridade. No entanto, o efeito obtido é ligeiramente mais acentuado entre as mulheres com ensino superior (completo ou incompleto): para esse grupo, ser vítima de violência por parte do cônjuge ou ex-cônjuge aumenta a probabilidade de apresentar sintomas depressivos em aproximadamente 13 a 18 p.p.. Entre as mulheres com ensino médio, o efeito varia entre 12 e 15 p.p., enquanto, para as mulheres sem instrução ou com ensino fundamental, o impacto situa-se entre 11 e 14 p.p..

Em relação ao trabalho reprodutivo, observa-se significância estatística nos coeficientes da subamostra de mulheres sem instrução ou com ensino fundamental (completo ou incompleto) para a variável *afazeres domésticos*: realizar atividades de manutenção do ambiente doméstico reduz entre 10 e 14 p.p. a probabilidade de apresentar um quadro de depressão nesse grupo. Já para as mulheres com maiores níveis de escolaridade, esse efeito não foi observado.

É plausível cogitar que esse resultado não reflita uma relação causal direta, mas sim uma distorção causada por fatores não observados. A realização de afazeres domésticos é uma atividade intrínseca ao cotidiano dos indivíduos, dada sua natureza essencial e rotineira. No

entanto, mulheres que enfrentam quadros depressivos mais graves podem passar por dificuldades significativas no desempenho dessas tarefas, devido a sintomas como falta de energia, desânimo ou mesmo incapacidade funcional. Dessa forma, a aparente associação negativa entre afazeres domésticos e depressão pode ser explicada não por um suposto efeito protetivo dessas atividades, mas pelo fato de que a depressão atua como um impedimento para sua realização. Em outras palavras, a incapacidade de realizar afazeres domésticos pode ser uma consequência do quadro depressivo, e não um fator que contribui para sua redução.

Tabela 4.23 - Análise de heterogeneidade: resultados das estimações para a variável dependente Mulheres com sintomas depressivos clinicamente relevantes, considerando o nível de escolaridade das mulheres

Variáveis de interesse	MPL	Probit (efeitos marginais)
Mulheres sem instrução ou com ensino fundamental (completo ou incompleto)		
Vítima de violência	0,1408*** (0,0326)	0,1111*** (0,0226)
Afazeres domésticos	-0,1446** (0,0657)	-0,1049** (0,0479)
Cuidado de pessoas	0,0374* (0,0191)	0,0333* (0,0183)
Observações	6.078	6.078
Mulheres com ensino médio (completo ou incompleto)		
Vítima de violência	0,1533*** (0,0311)	0,1166*** (0,0191)
Afazeres domésticos	-0,0061 (0,0386)	-0,0012 (0,0332)
Cuidado de pessoas	0,0250* (0,0132)	0,0233* (0,0126)
Observações	8.751	8.751
Mulheres com ensino superior (completo ou incompleto)		
Vítima de violência	0,1829*** (0,0554)	0,1319*** (0,0330)
Afazeres domésticos	-0,0093 (0,0335)	-0,0085 (0,0315)
Cuidado de pessoas	0,0069 (0,0192)	0,0087 (0,0186)
Observações	6.423	6.423
Controles	Sim	Sim

Fonte: PNS de 2019. Elaboração própria. Erros-padrão entre parênteses. * $p < 0,10$; ** $p < 0,05$; *** $p < 0,01$

Por último, os coeficientes relacionados ao cuidado de pessoas indicam que o efeito negativo sobre a saúde mental é observado apenas nas subamostras de mulheres que possuem até o ensino médio. Para as mulheres com ensino superior (completo ou incompleto), essa relação não foi identificada – além da ausência de significância estatística, o coeficiente é consideravelmente menor. Esse resultado sugere que a escolaridade, especialmente o acesso ao ensino superior, pode atuar como um fator protetivo para a saúde mental das mulheres, reduzindo a probabilidade de desenvolver sintomas depressivos associados ao trabalho

reprodutivo. Esse efeito pode estar relacionado a uma maior capacidade de gerenciamento de tarefas ou acesso a recursos financeiros e redes de apoio.

De modo geral, a análise de heterogeneidade demonstrou que há pouca variação no impacto deletério da vitimização sobre a probabilidade de apresentar um quadro de depressão clinicamente relevante entre mulheres com diferentes atributos pessoais. Em outras palavras, não foram observadas diferenças significativas em termos da magnitude do efeito da vitimização entre mulheres de distintos grupos raciais, níveis de renda ou escolaridade. Isso sugere que a experiência de vitimização afeta de maneira relativamente uniforme a saúde mental das mulheres, independentemente de suas características sociodemográficas.

Por outro lado, a análise do trabalho reprodutivo revelou que as experiências das mulheres variam consideravelmente em função de outros fatores identitários, especialmente no que diz respeito à realização de atividades de cuidado. Essas atividades, em particular, demonstraram ter um impacto diferenciado na probabilidade de desenvolvimento de doenças psiquiátricas, como a depressão. Observou-se que os efeitos negativos sobre a saúde mental associados ao cuidado de outras pessoas são mais pronunciados entre mulheres não-brancas, aquelas com rendimento domiciliar superior a um salário mínimo e aquelas com nível de instrução abaixo do ensino superior. Esse padrão sugere que a interseção entre identidade racial, *status* socioeconômico e nível educacional pode amplificar os prejuízos à saúde mental decorrentes do trabalho reprodutivo.

A priori, seria possível sugerir que a vulnerabilidade socioeconômica estaria relacionada aos efeitos adversos do cuidado na saúde mental das mulheres. Contudo, os resultados da análise de heterogeneidade por renda não ajudam a corroborar essa hipótese. Assim, a relação entre condições socioeconômicas e os impactos do trabalho reprodutivo sobre a saúde mental permanece inconclusiva, indicando a necessidade de estudos mais aprofundados para elucidar os mecanismos subjacentes a essa dinâmica.

4.6. Conclusões

Conforme foi discutido neste capítulo, a literatura é consensual ao evidenciar uma maior prevalência de TMC, ansiedade e depressão entre as mulheres (Santos *et al.*, 2019; Velde; Bracke; Levecque, 2010). Além disso, a literatura aponta que, embora o bem-estar mental das pessoas seja determinado por uma série de fatores biológicos, genéticos e ambientais, é possível argumentar que fatores sociodemográficos associados a estressores específicos de gênero e à

experiência feminina também desempenham um papel crucial.

Nesse sentido, o gênero exerce influência sobre diversos aspectos, como a posição socioeconômica, a capacidade de acesso a recursos e a definição de papéis sociais, os quais atuam como determinantes fundamentais da saúde mental (Prince *et al.*, 2007). O *estudo 3* da presente Tese de Doutorado, realizado neste capítulo, investigou as possíveis relações entre dois fenômenos específicos e a probabilidade de as mulheres apresentarem quadros depressivos clinicamente relevantes: a realização de trabalho reprodutivo e a experiência de violência.

O trabalho reprodutivo é indispensável para a manutenção da vida humana e os homens também podem participar dessas atividades. No entanto, a literatura nacional e internacional – apresentada tanto no presente estudo quanto no *estudo 1* – destaca a persistência de uma desigualdade estrutural na distribuição do trabalho reprodutivo, tanto nos afazeres domésticos como no cuidado de pessoas, com as mulheres assumindo a maior parte das responsabilidades.

A vitimização, por sua vez, é outro fenômeno vivenciado de forma desproporcional e diferenciada conforme o gênero. Embora os homens também sejam vítimas de violência, tais agressões geralmente ocorrem em contextos públicos e perpetradas por desconhecidos (IBGE, 2020; Schraiber; Gomes; Couto, 2005). Já as mulheres são majoritariamente vitimizadas por parceiros íntimos, o que implica sofrer agressões físicas, psicológicas ou sexuais por alguém com quem mantêm laços de amor e confiança (como discutido neste estudo e no *estudo 2*).

Ao longo da Tese, buscou-se demonstrar de forma consistente que esses fenômenos são desdobramentos de estruturas sociais que segmentam os indivíduos com base no gênero e estabelecem comportamentos e expectativas diferenciadas entre os homens e as mulheres. Para concluir essa linha argumentativa, a hipótese do *estudo 3* é que estas experiências específicas vivenciadas pelas mulheres seriam estressores que geram efeitos adversos na sua saúde mental.

Os resultados das estimativas do *estudo 3* corroboram tal hipótese, indicando que ser vítima de violência eleva em mais de 12 p.p. a probabilidade de a mulher desenvolver sintomas depressivos clinicamente relevantes. Os dados da PNS permitiram segmentar a análise de acordo com o tipo de violência sofrida, revelando diferenças nas probabilidades de piora da saúde mental a depender da natureza da agressão – seja ela física, psicológica ou sexual. Ademais, a análise mostrou que a vitimização está relacionada a casos de depressão moderada, grave e muito grave. A realização de cuidados de outras pessoas aumentou em mais de 2 p.p. a probabilidade de desenvolver depressão, estando especialmente associada a quadros graves desse transtorno. Testes de robustez realizados com diferentes métodos corroboraram essas evidências, confirmando que os resultados obtidos não estão associados a vieses metodológicos. Por outro lado, a realização de afazeres domésticos não apresentou resultados significativos de

forma consistente.

Por sua vez, a análise de heterogeneidade indicou que não há uma variação significativa na magnitude do efeito negativo da vitimização sobre a probabilidade de a mulher desenvolver um quadro depressivo, independentemente de características como cor/raça, nível de renda ou escolaridade – fatores que foram utilizados para segmentar a amostra. Esse resultado sugere que o impacto da vitimização na saúde mental das mulheres é relativamente homogêneo, transcendendo diferenças sociodemográficas. Por outro lado, a análise do trabalho reprodutivo revelou que os efeitos desse tipo de atividade sobre a saúde mental podem variar de maneira considerável, dependendo de outras características identitárias das mulheres. Essa diferenciação reforça a importância de adotar uma perspectiva interseccional para compreender as experiências diversas das mulheres, destacando como fatores como raça, renda e escolaridade podem interagir para moldar os impactos do trabalho reprodutivo no bem-estar psicológico.

Enfim, os resultados reforçam a hipótese de que existem estressores específicos vinculados à experiência social de ser mulher que podem prejudicar sua saúde mental, com destaque para os dois fenômenos analisados. Considerando a emergência do debate de saúde pública sobre a importância da promoção do bem-estar mental, tais evidências implicam a necessidade de expandir as políticas públicas e ações dos mais diversos atores no sentido de reconhecer que a conscientização sobre saúde mental feminina deve ser integrada a uma gama de elementos de política social, ao planejamento do sistema de saúde e à prestação de cuidados. Nessa linha, Prince *et al.* (2007) discutem que a saúde mental ainda não está plenamente incorporada ao *framework* de políticas públicas de forma a considerar o tratamento de modo holístico. As evidências deste estudo reforçam a urgência de corrigir essa lacuna, uma vez que fenômenos sociais podem influenciar negativamente o bem-estar psicológico das mulheres.

V – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta Tese de Doutorado teve como objetivo investigar questões relacionadas ao trabalho – tanto o que é realizado no âmbito doméstico, como afazeres e cuidado de pessoas, quanto o que é desempenhado no mercado de trabalho –, violência e saúde mental, sob uma perspectiva de gênero e considerando que as diferenças sociais construídas entre homens e mulheres podem produzir e reproduzir desigualdades nos mais diversos âmbitos da vida. Para isso, foram delineados três estudos, cada qual aplicando abordagens econométricas adequadas aos problemas de pesquisa propostos, tendo por base os dados da PNS de 2019, do IBGE.

O *estudo 1* teve como objetivo geral analisar os impactos do trabalho reprodutivo sobre as condições laborais de homens e mulheres, como formalidade, tamanho da jornada de trabalho e categoria ocupacional. A partir da pergunta investigativa “*em que medida a divisão sexual do trabalho prejudica as condições de emprego das mulheres?*”, foram empregadas estimações por MPL, MQ2E com variável instrumental e *Probit* com seleção. Os principais resultados indicaram que a realização de afazeres domésticos e o tempo dedicado ao trabalho reprodutivo têm efeitos negativos sobre as condições de emprego de ambos os gêneros, sendo esses impactos significativamente mais expressivos entre as mulheres.

O *estudo 2* teve como objetivo analisar a relação entre o emprego remunerado das mulheres e a probabilidade de ocorrência de violência, considerando os três tipos de agressão (física, psicológica e sexual). A partir da pergunta de pesquisa “ter um emprego remunerado influencia a ocorrência de violência contra as mulheres no Brasil?”, foram realizadas estimações por MPL e MQ2E com variáveis instrumentais. Os principais resultados indicaram coeficientes negativos nos modelos que consideram a endogeneidade da questão, sugerindo que o emprego pode reduzir em mais de 15 p.p. a probabilidade de uma mulher sofrer algum tipo de agressão.

Enfim, o *estudo 3* integrou os temas dos ensaios anteriores – trabalho reprodutivo e violência contra as mulheres – à discussão sobre saúde mental, com foco na ocorrência de quadros depressivos clinicamente relevantes. Para responder à pergunta investigativa “há relações entre a saúde mental feminina e algumas experiências vivenciadas majoritariamente e relacionadas ao “ser mulher” do ponto de vista social?”, foram estimados MPL e *Probit*. Os principais achados demonstraram que a vitimização aumenta em mais de 12 p.p. a probabilidade de desenvolvimento de sintomas depressivos, com efeitos diferenciados conforme o tipo de violência sofrida (física, psicológica ou sexual). Em relação ao impacto do trabalho reprodutivo

no bem-estar psicológico, verificou-se uma associação negativa entre a realização de atividades de cuidado e a incidência de quadros depressivos.

Além destes principais resultados, os três estudos incluíram análises de heterogeneidade, haja vista a possibilidade de que o gênero possa interagir com outros marcadores socioeconômicos e produzir efeitos diferenciados dos fenômenos investigados. De modo geral, as evidências reforçaram a hipótese de que determinados grupos de mulheres enfrentam impactos mais adversos.

No *estudo 1*, observou-se que mulheres pretas, pardas e indígenas, bem como aquelas com menor escolaridade, estão mais sujeitas aos efeitos negativos do trabalho reprodutivo. No *estudo 2*, os resultados sugeriram que o efeito protetivo do trabalho contra a violência – tanto física quanto psicológica – se concentra nas mulheres brancas, enquanto, para mulheres pretas, o emprego parece aumentar a probabilidade de agressão psicológica. Já no *estudo 3*, os impactos da violência na saúde mental se mostraram semelhantes entre diferentes grupos, com coeficientes estatisticamente significativos e magnitudes similares em todas as subamostras. Entretanto, a análise do trabalho reprodutivo revelou que o efeito negativo do cuidado sobre a saúde mental é mais acentuado entre mulheres não brancas, com menor escolaridade e renda superior a um salário mínimo.

Apesar dos esforços para lidar com desafios metodológicos, algumas limitações devem ser mencionadas. Em primeiro lugar, os três estudos utilizaram os dados da PNS de 2019 para garantir coerência interna à Tese, mas a natureza *cross-section* da base de dados impede a análise da dinâmica temporal, dificultando inferências causais mais robustas. Além disso, potenciais problemas de endogeneidade previamente identificados foram tratados por meio do método de variáveis instrumentais nos *estudos 1* e *2*, com justificativas teóricas e empíricas para a validade dos instrumentos escolhidos.

No *estudo 3*, entretanto, os resultados apurados chamaram atenção para o fato de que a relação entre afazeres domésticos e probabilidade de depressão também pode sofrer de viés endógeno. Como a depressão é caracterizada por sintomas como anedonia, cansaço e desânimo, é possível que mulheres deprimidas realizem menos tarefas domésticas (ou seja, o inverso da relação que o estudo se propõe a investigar), e não que essas atividades atuem como fator protetor da saúde mental. Assim sendo, seria importante aprofundar tal investigação de modo a entender e lidar com potencial endogeneidade que os resultados destacaram.

Outra limitação relevante diz respeito à falta de segmentação dos dados sobre trabalho reprodutivo. A PNS não distingue as horas dedicadas a afazeres domésticos e ao cuidado de

pessoas, tampouco identifica quem recebe esse cuidado (crianças, idosos ou pessoas com deficiência). Essa segmentação permitiria a expansão das análises do *estudo 1*, mas seria particularmente importante para a análise da saúde mental. Isso porque a literatura – que foi explorada ao longo do referencial teórico do *estudo 3* – sugere que diferentes tipos de cuidado geram efeitos distintos: enquanto o cuidado de crianças pode estar associado a uma melhora no bem-estar, o cuidado de outras pessoas tende a gerar maior sobrecarga emocional. A ausência dessa informação impediu uma análise mais aprofundada dessa questão. Diante dessas considerações, reforça-se a necessidade de ampliar a produção de dados que permitam análises mais refinadas.

Espera-se que os resultados apresentados nesta Tese contribuam para o debate sobre a transformação estrutural do papel social da mulher, auxiliando na formulação de políticas e intervenções que mitiguem os efeitos deletérios identificados. Dentre as implicações desses achados, duas, em particular, merecem destaque.

Primeiramente, a construção e ordenação dos estudos permitiu conectar gradativamente diferentes discussões, evidenciando a interdependência entre temas relacionados ao gênero. Assim sendo, em termos de implicação dos resultados para o desenvolvimento de políticas de enfrentamento, destaca-se primordialmente a necessidade de políticas públicas integradas e holísticas. Por exemplo, os achados do *estudo 2* indicaram que o emprego pode reduzir a violência contra as mulheres. No entanto, conforme discutido no *estudo 1*, as mulheres continuam sendo as principais responsáveis pelo trabalho reprodutivo, o que prejudica o tipo de inserção no mercado de trabalho, limitando o acesso a empregos de maior qualidade, melhores salários e oportunidades de desenvolvimento. Logo, pensar políticas públicas e medidas intervencionistas a partir de um viés de gênero precisariam levar em consideração o fato de que os assuntos se interrelacionam para que sejam realmente capazes de promover mudanças significativas na estrutura social.

Argumenta-se, em particular, que políticas públicas e medidas intervencionistas voltadas à redistribuição social do trabalho reprodutivo possuem um potencial transformador relevante. A liberação do tempo das mulheres, por meio da ampliação de vagas em creches e da universalização do acesso a serviços de cuidado de idosos e pessoas com deficiência, pode não apenas promover maior justiça na distribuição da carga de trabalho reprodutivo, mas também gerar efeitos positivos não antecipados associados à ampliação da autonomia feminina.

No entanto, é necessário reconhecer que, embora essenciais, essas políticas públicas podem não ser, por si sós, suficientes. Projeta-se, para o futuro, uma possível “crise dos

cuidados”, em razão da inversão da pirâmide etária brasileira e do aumento da expectativa de vida da população, entre outros elementos que pressionam a oferta e a organização do cuidado (Guimarães, 2024; Passos; Guedes, 2018). O crescimento da população idosa demandará, inevitavelmente, uma expansão das atividades de cuidado. No contexto brasileiro, contudo, observa-se uma resistência significativa à utilização de serviços formais de cuidado de idosos, fortemente enraizada em normas e valores sociais (Aires *et al.*, 2019). A opção por instituições de longa permanência, por exemplo, é frequentemente evitada em razão de julgamentos morais e expectativas sociais, sendo comumente associada ao “abandono” ou à “falta de reciprocidade” (Mocellin *et al.*, 2019), o que constitui um obstáculo relevante à reorganização social do cuidado. Assim, a superação dessa percepção social ainda representa um grande desafio a ser enfrentado.

Em segundo lugar, destacam-se as possíveis implicações dos achados das análises de heterogeneidade, que reforçaram um argumento central de determinadas vertentes da literatura feminista: embora o gênero seja um determinante relevante das experiências de todas as mulheres, outros marcadores socioeconômicos podem amplificar ou atenuar as desigualdades enfrentadas por elas. A raça, por exemplo, foi significativa em todas as análises de efeitos heterogêneos desta Tese. Isso reforça a importância de reconhecer que as experiências das mulheres são diversas e atravessadas por diferentes formas de opressão, exigindo abordagens políticas que contemplem essas especificidades.

Enfim, é importante destacar que esta Tese aborda temas que ganharam ainda mais evidência a partir da pandemia de COVID-19, por diversos motivos. A discussão sobre violência doméstica se intensificou, dado que a recomendação dos órgãos de saúde era o isolamento social. A quarentena forçou muitas mulheres a conviverem de forma mais constante com seus agressores, dificultando o contato com redes de apoio, como amigos e familiares, e o acesso a mecanismos legais de denúncia e proteção (Usta; Murr; El-Jarrah, 2021). Em países como China, Itália, França e Espanha, observou-se um aumento nas notificações de casos de violência doméstica após a decretação da quarentena (Vieira; Garcia; Maciel, 2020).

Paralelamente, também se intensificaram os debates sobre o trabalho reprodutivo, uma vez que a pandemia ampliou significativamente a carga de trabalho doméstico e de cuidado, especialmente com crianças, que deixaram de frequentar escolas e creches (OECD, 2020; UNFPA, 2020). Nesse contexto, cresceram também as discussões sobre os impactos dessa sobrecarga na saúde mental das mulheres, com evidências que apontam para uma piora significativa nos indicadores de bem-estar psicológico (Ervin *et al.*, 2024; Xue; McMunn, 2021).

Como a PNS abrange o ano anterior ao início da pandemia de COVID-19, as análises aqui apresentadas não captam o agravamento potencial dessas questões. No entanto, torna-se imprescindível mencionar esse contexto nas considerações finais, uma vez que os efeitos da pandemia podem ter intensificado as situações evidenciadas nas análises dos três estudos.

Esta Tese não esgota as discussões, mas, dentro do escopo proposto, espera-se que tenha contribuído com evidências adicionais para a compreensão da realidade das mulheres brasileiras, destacando a urgência dessas questões e fornecendo subsídios para a formulação de estratégias que promovam mudanças estruturais e a redução das desigualdades de gênero.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADEODATO, V. G. *et al.* Qualidade de Vida e Depressão em Mulheres Vítimas de seus Parceiros. **Revista de Saúde Pública**, v. 39, n. 1, p. 108–113, 2005. <https://doi.org/10.1590/S0034-89102005000100014>
- AIRES, M. *et al.* Responsabilidade Filial no Cuidado aos Pais Idosos: Estudo Misto. **Acta Paulista de Enfermagem**, v. 32, n. 6, p. 691–699, 2019. <https://doi.org/10.1590/1982-0194201900095>
- AKHTAR-DANESH, N.; LANDEEN, J. Relation Between Depression and Sociodemographic Factors. **International Journal of Mental Health Systems**, v. 9, p. 1–9, 2007. <https://doi.org/10.1186/1752-4458-1-4>
- ALMEIDA, T. M. C.; PEREIRA, B. C. J. Violência Doméstica e Familiar Contra Mulheres Pretas e Pardas no Brasil: Reflexões pela Ótica dos Estudos Feministas Latino-Americanos. **Crítica e Sociedade: Revista de Cultura Política**, v. 2, n. 2, p. 42–63, 2012.
- ANTONPOULOS, R. The Unpaid Care Work–Paid Work Connection. **The Levy Economics Institute, Working Paper n. 541**, n. 541, p. 1–95, 2008. <https://doi.org/10.2139/ssrn.1176661>
- ARIAS, D.; SAXENA, S.; VERGUET, S. Quantifying the Global Burden of Mental Disorders and their Economic Value. **eClinicalMedicine**, v. 54, p. 1–10, 2022. <https://doi.org/10.1016/j.eclinm.2022.101675>
- ASSEMBLEIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Sobre a Eliminação da Violência Contra as Mulheres**, 1993.
- AZAMBUJA, M. P. R.; NOGUEIRA, C. Introdução à Violência Contra as Mulheres como um Problema de Direitos Humanos e de Saúde Pública. **Saúde e Sociedade**, v. 17, n. 3, p. 101–112, 2008. <https://doi.org/10.1590/S0104-12902008000300011>
- BANDEIRA, L.; MELO, H. P. A Divisão Sexual do Trabalho: Trabalho Doméstico Remunerado e a Sociabilidade das Relações Familiares. **Gênero: Núcleo Transdisciplinar de Estudos de Gênero (NUTEG) do Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social**, v. 13, n. 2, p. 31–48, 2014.
- BARBOSA, A. L. N. H.; COSTA, J. S. M. Oferta de Creche e Participação das Mulheres no Mercado de Trabalho no Brasil. **Mercado de Trabalho**, v. 62, p. 23–35, 2017.
- BARI, L.; TURNER, T.; O’SULLIVAN, M. Gender Differences in Solo Self-Employment: Gendered Flexibility and the Effects of Parenthood. **Gender, Work & Organization**, v. 28, n. 6, p. 2180–2198, 2021. <https://doi.org/10.1111/gwao.12724>
- BASTOS, A. B. *et al.* **Insurreição de Gênero nos Espaços de Poder: A Representatividade Feminina na Política Brasileira à Luz da Reforma Eleitoral**. 1. ed. Belo Horizonte: Editora Motres, 2018.
- BATES, L. M. *et al.* Socioeconomic Factors and Processes Associated with Domestic Violence in Rural Bangladesh. **International Family Planning Perspectives**, v. 30, n. 4, p. 190–199, 2004. <https://doi.org/10.1363/3019004>
- BHALOTRA, S. *et al.* Intimate Partner Violence: The Influence of Job Opportunities for Men

and Women. **Policy Research Working Paper**, v. 9118, p. 1–44, 2020.

<https://doi.org/10.1596/1813-9450-9118>

BHATTACHARYYA, M.; BEDI, A. S.; CHHACHHI, A. Marital Violence and Women's Employment and Property Status: Evidence from North Indian Villages. **World Development**, v. 39, n. 9, p. 1676–1689, 2011.

<https://doi.org/10.1016/j.worlddev.2011.02.001>

BIANCHI, S. M. *et al.* Housework: Who Did, Does or Will Do It, and How Much Does It Matter? **Social Forces**, v. 91, n. 1, p. 55–63, 2012. <https://doi.org/10.1093/sf/sos120>

BISWAS, A.; THAMPI, A. **Women's Workforce Participation and Spousal Violence: Insights from India**: Economics Department Working Paper Series. Amherst, 2021.

<https://doi.org/10.4324/9781003343998-15>

BRAVO, D.; PUENTES, E. Female Labor Force Participation and Informal Care of Adults: Evidence for a Middle-Income Country. **Serie Documentos de Trabajo**, n. 353, p. 1–44, 2012.

BRILHANTE, A. V. M. *et al.* Um Estudo Bibliométrico sobre a Violência de Gênero. **Saúde e Sociedade**, v. 25, n. 3, p. 703–715, 2016. <https://doi.org/10.1590/s0104-12902016148937>

BRITO, V. C. A. *et al.* Prevalência de depressão autorreferida no Brasil: Pesquisa Nacional de Saúde 2019 e 2013. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, v. 31, special issue 1, p. 1–13, 2022. <https://doi.org/10.1590/ss2237-9622202200006.especial>

BRUSCHINI, C. Trabalho Doméstico: Inatividade Econômica ou Trabalho Não-Remunerado? **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 23, n. 2, p. 331–353, 2006.

<https://doi.org/10.1590/S0102-30982006000200009>

BRUZEGUINI, M. V. *et al.* Instrumentos de Rastreamento e Diagnóstico de Transtornos Depressivos Utilizados na Atenção Primária: Uma Revisão Integrativa. **Revista Brasileira de Medicina de Família e Comunidade**, v. 18, n. 45, p. 1–17, 2023.

[https://doi.org/10.5712/rbmfc18\(45\)3817](https://doi.org/10.5712/rbmfc18(45)3817)

BUENO, S. *et al.* O crescimento de todas as formas de violência contra a mulher em 2022. In: **17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023. p. 136–145.

BURAZERI, G. *et al.* Factors Associated With Spousal Physical Violence In Albania: Cross Sectional Study. **British Medical Journal**, v. 331, n. 7510, p. 197–201, 2005.

<https://doi.org/10.1136/bmj.331.7510.197>

CALIENDO, M.; KOPEINIG, S. **Some Practical Guidance for the Implementation of Propensity Score Matching**. DIW Discussion Papers, Berlim, Deutsches Institut für Wirtschaftsforschung (DIW), 2005. <https://doi.org/10.2139/ssrn.721907>

CAMPBELL, J. C. Health consequences of intimate partner violence. **Lancet**, v. 359, n. 9314, p. 1331–1336, 2002. [https://doi.org/10.1016/S0140-6736\(02\)08336-8](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(02)08336-8)

CAVALCANTI, L. G. A.; PAULO, M. A.; HANY, F. E. S. A Pesquisa Piloto de Uso do Tempo do IBGE 2009/2010. In: Seminário Internacional Fazendo Gênero 9: Diásporas, Diversidades, Deslocamentos, 2010, Florianópolis. **Anais [...]**. Florianópolis: UFSC, 2010. p. 1–10. Disponível em:

https://www.fg2010.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1278295122_ARQUIVO

[artigoIBGE-APesquisaPilotodeUsodoTempodoIBGE2009-2010.pdf](#). Acesso em: 12 mai. 2025.

CEBALLO, R. *et al.* Domestic Violence and Women's Mental Health in Chile. **Psychology of Women Quarterly**, v. 28, p. 298–308, 2004. <https://doi.org/10.1111/j.1471-6402.2004.00147.x>

CERQUEIRA, D.; MOURA, R. L.; PASINATO, W. **Participação no Mercado de Trabalho e Violência Doméstica Contra as Mulheres no Brasil**. Texto para Discussão, n. 2501, Rio de Janeiro, 2019.

CHAMLOU, N.; MUZI, S.; AHMED, H. Understanding the Determinants of Female Labor Force Participation in the Middle East and North Africa Region: The Role of Education and Social Norms in Amman. **AlmaLaurea Working Papers**, n. 31, p. 1–19, 2011.

CHARMES, J. **The Unpaid Care Work and the Labour Market. An analysis of time use data based on the latest World Compilation of Time-use Surveys**. Genova: ILO, 2019.

CHATHA, S. A.; AHMAD, K.; SHEIKH, K. S. Socio-economic Status and Domestic Violence: A Study on Married Women in Urban Lahore, Pakistan. **South Asian Studies**, v. 29, n. 1, p. 229–237, 2014.

CHE, G. N.; SUNDJO, F. Determinants of Female Labour Force Participation in Cameroon. **International Journal of Applied Economics, Finance and Accounting**, v. 3, n. 2, p. 88–103, 2018. <https://doi.org/10.33094/8.2017.2018.32.88.103>

CHERRIER, C. *et al.* Self-Esteem, Social Problem Solving and Intimate Partner Violence Victimization in Emerging Adulthood. **Behavioral Sciences**, v. 13, n. 327, p. 1–14, 2023. <https://doi.org/10.3390/bs13040327>

CHIN, Y. M. Male Backlash, Bargaining, or Exposure Reduction?: Women's Working Status and Physical Spousal Violence in India. **Journal of Population Economics**, v. 25, p. 175–200, 2012. <https://doi.org/10.1007/s00148-011-0382-8>

CHRISLER, J. C.; FERGUSON, S. Violence against Women as a Public Health Issue. **Annals of the New York Academy of Sciences**, v. 1087, n. 1, p. 235–249, 2006. <https://doi.org/10.1196/annals.1385.009>

CONNELLY, R.; DEGRAFF, D. S.; LEVISON, D. Women's Employment and Child Care in Brazil. **Economic Development and Cultural Change**, v. 44, n. 3, p. 619–656, 1996. <https://doi.org/10.1086/452234>

CONTRERAS, D.; MELLO, L.; PUENTES, E. The Determinants of Labour Force Participation and Employment in Chile. **Applied Economics**, v. 43, p. 2765–2776, 2011. <https://doi.org/10.1080/00036840903373303>

COSTANTINI, L. *et al.* Screening for Depression in Primary Care with Patient Health Questionnaire-9 (PHQ-9): A Systematic Review. **Journal of Affective Disorders**, v. 279, p. 473–483, 2021. <https://doi.org/10.1016/j.jad.2020.09.131>

DATTANI, S.; RITCHIE, H.; ROSER, M. **Mental Health**. Disponível em: <<https://ourworldindata.org/mental-health>>. Acesso em: 9 fev. 2023.

DEDECCA, C. S. Uso do Tempo e Gênero: Uma Dimensão da Desigualdade Socioeconômica Brasileira. In: ARILHA, M. *et al.* (Eds.). **Diálogos Transversais em Gênero e Fecundidade: Articulações Contemporâneas**. 1. ed. Campinas: Librum Editora,

Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 2012. p. 119–129.

DEHEJIA, R. H.; WAHBA, S. Propensity Score-Matching Methods for Nonexperimental Causal Studies. **The Review of Economics and Statistics**, v. 84, n. 1, p. 151–161, 2002. <https://doi.org/10.1162/003465302317331982>

DÍAZ, R.; MIRANDA, J. J. Aproximación Del Costo Económico Y Determinantes de la Violencia Doméstica en el Perú. **Economía y Sociedad**, v. 75, p. 56–62, 2010.

DILDAR, Y. Is Economic Empowerment a Protective Factor Against Intimate Partner Violence? Evidence from Turkey. **European Journal of Development Research**, v. 33, p. 1695–1728, 2021. <https://doi.org/10.1057/s41287-020-00311-x>

DONG, X.-Y.; AN, X. Gender Patterns and Value of Unpaid Care Work: Findings from China's First Large-Scale Time Use Survey. **Review of Income and Wealth**, v. 61, n. 3, p. 540–560, 2015. <https://doi.org/10.1111/roiw.12119>

DOUGHERTY, C. **Introduction to Econometrics**. 3. ed. Oxford University Press, 2007.

DUNN, E. C. *et al.* Genetic Determinants of Depression: Recent Findings and Future Directions. **Harvard Review of Psychiatry**, v. 23, n. 1, p. 1–18, 2015. <https://doi.org/10.1097/HRP.0000000000000054>

EDLESON, J. L. Children Witnessing of Adult Domestic Violence. **Journal of Interpersonal Violence**, v. 14, n. 8, p. 839–870, 1999. <https://doi.org/10.1177/088626099014008004>

ELLSBERG, M. *et al.* Domestic Violence and Emotional Distress Among Nicaraguan Women: Results from a Population-Based Study. **American Psychologist**, v. 54, n. 1, p. 30–36, 1999. <https://doi.org/10.1037//0003-066X.54.1.30>

ERVIN, J. *et al.* Gender Differences in the Association Between Unpaid Labour and Mental Health in Employed Adults: A Systematic Review. **The Lancet Public Health**, v. 7, p. e775–e786, 2022. [https://doi.org/10.1016/S2468-2667\(22\)00160-8](https://doi.org/10.1016/S2468-2667(22)00160-8)

ERVIN, J. *et al.* The Association Between Unpaid Labour and Mental Health in Working-Age Adults in Australia from 2002 to 2020: A Longitudinal Population-Based Cohort Study. **The Lancet Public Health**, v. 8, p. e276–e285, 2023. [https://doi.org/10.1016/S2468-2667\(23\)00030-0](https://doi.org/10.1016/S2468-2667(23)00030-0)

ERVIN, J. *et al.* Unpaid Caregiving and Mental Health during the COVID-19 Pandemic—A Systematic Review of the Quantitative Literature. **PLoS ONE**, v. 19, n. 4, p. 1–23, 2024. <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0297097>

ESTACHE, A.; FOSTER, V.; WODON, Q. **Accounting for Poverty in Infrastructure Reform: Learning from Latin America's Experience**. Washington, World Bank Institute Development Studies, 2002. <https://doi.org/10.1596/0-8213-5039-0>

ESTACHE, A.; GOMEZ-LOBO, A.; LEIPZIGER, D. Utilities Privatization and the Poor: Lessons and Evidence from Latin America. **World Development**, v. 29, n. 7, p. 1179–1198, 2001. [https://doi.org/10.1016/S0305-750X\(01\)00034-1](https://doi.org/10.1016/S0305-750X(01)00034-1)

EUWALS, R.; KNOEF, M.; VUUREN, D. VAN. The Trend in Female Labour Force Participation: What Can Be Expected for the Future ? **Empirical Economics**, v. 40, p. 729–753, 2011. <https://doi.org/10.1007/s00181-010-0364-9>

- EVANS, M. D. R.; KELLEY, J. Trends in Women's Labour Force Participation in Australia: 1984-2002. **Melbourne Institute Working Paper**, n. 2304, p. 1–34, 2004.
- FARIDI, M. Z.; CHAUDHRY, I. S.; ANWAR, M. The Socio-Economic and Demographic Determinants of Women Work Participation in Pakistan: Evidence from Bahawalpur District. **South Asian Studies**, v. 24, n. 2, p. 353–369, 2009.
- FIKREE, F. F.; BHATTI, L. I. Domestic Violence and Health of Pakistani Women. **International Journal of Gynecology and Obstetrics**, v. 65, p. 195–201, 1999. [https://doi.org/10.1016/S0020-7292\(99\)00035-1](https://doi.org/10.1016/S0020-7292(99)00035-1)
- FIRPO, S.; PINTO, R. C. C. Combinando Estratégias para Estimação de Efeitos de Tratamento. **CMICRO Working Paper Series** 332, v. 1–45, 2013.
- FOGUEL, M. N.; BARROS, R. P. DE. The Effects of Conditional Cash Transfer Programmes on Adult Labour Supply: An Empirical Analysis Using a Time-Series-Cross-Section Sample of Brazilian Municipalities. **Estudos Econômicos**, v. 40, n. 2, p. 259–293, 2010. <https://doi.org/10.1590/S0101-41612010000200001>
- FONSECA, M. L. G.; GUIMARÃES, M. B. L.; VASCONCELOS, E. M. Sofrimento Difuso e Transtornos Mentais Comuns: Uma Revisão Bibliográfica. **Revista de APS**, v. 11, n. 3, p. 285–294, 2008.
- FONTOURA, N. O.; GONZALEZ, R. Aumento da Participação de Mulheres no Mercado de Trabalho: Mudança ou Reprodução da Desigualdade? **Mercado de Trabalho**, p. 21–26, 2009.
- FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Visível e Invisível: a Vitimização de Mulheres no Brasil**. 4. ed. 2023. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/03/visiveleinvisivel-2023-relatorio.pdf>. Acesso em: 12 mai. 2025.
- FOX, G. L. *et al.* Economic Distress and Intimate Violence: Testing Family Stress and Resources Theories. **Journal of Marriage and Family**, v. 64, p. 793–807, 2002. <https://doi.org/10.1111/j.1741-3737.2002.00793.x>
- FREITAS, F. G.; MAGNABOSCO, A. L. O Saneamento e o Bem-Estar da Mulher. In: **O Saneamento e a Vida da Mulher Brasileira**. Ex Ante Consultoria Econômica, p. 70–78, 2022.
- GAGE, A. J. Women's Experience of Intimate Partner Violence in Haiti. **Social Science and Medicine**, v. 61, p. 343–364, 2005. <https://doi.org/10.1016/j.socscimed.2004.11.078>
- GÁLVEZ-MUÑOZ, L.; RODRÍGUEZ-MODRÑO, P.; DOMÍNGUEZ-SERRANO, M. Work and Time Use By Gender: A New Clustering of European Welfare Systems. **Feminist Economics**, v. 17, n. 4, p. 125–157, 2011. <https://doi.org/10.1080/13545701.2011.620975>
- GARCIA-MORENO, C.; GUEDES, A.; KNERR, W. **Understanding and Addressing Violence Against Women**. 2012. Disponível em: <https://www.who.int/publications/i/item/WHO-RHR-12.38>. Acesso em: 12 mai. 2025.
- GARCIA, B. C.; MARCONDES, G. DOS S. As Desigualdades da Reprodução: Homens e Mulheres no Trabalho Doméstico Não Remunerado. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 39, n. e0204, p. 1–23, 2022. <https://doi.org/10.20947/S0102-3098a0204>
- GELAYE, B. *et al.* Depressive Symptoms Among Female College Students Experiencing Gender-Based Violence in Awassa, Ethiopia. **Journal of Interpersonal Violence**, v. 24, n. 3,

p. 464–481, 2009. <https://doi.org/10.1177/0886260508317173>

GOMEZ-BELOZ, A. *et al.* Intimate Partner Violence and Risk for Depression Among Postpartum Women in Lima, Peru. **Violence and Victims**, v. 24, n. 3, p. 380–398, 2009. <https://doi.org/10.1891/0886-6708.24.3.380>

GRAHAM-BERMANN, S. A.; LEVENDOSKY, A. A. Traumatic Stress Symptoms in Children of Battered Women. **Journal of Interpersonal Violence**, v. 13, n. 1, p. 111–128, 1998. <https://doi.org/10.1177/088626098013001007>

GREENSTEIN, T. N. Economic Dependence, Gender, and the Division of Labor in the Home: A Replication and Extension. **Journal of Marriage and Family**, v. 62, p. 322–335, 2000. <https://doi.org/10.1111/j.1741-3737.2000.00322.x>

GROSS, E.; GÜNTHER, I.; SCHIPPER, Y. Women are Walking and Waiting for Water: The Time Value of Public Water Supply. **Economic Development and Cultural Change**, v. 66, n. 3, p. 489–517, 2018. <https://doi.org/10.1086/696531>

GUEDES, M. D. C.; ARAÚJO, C. Desigualdades de Gênero, Família e Trabalho: Mudanças e Permanências no Cenário Brasileiro. **Revista Gênero**, v. 12, n. 1, p. 61–79, 2011.

GUIGINSKI, J.; WAJNMAN, S. A Penalidade pela Maternidade: Participação e Qualidade da Inserção no Mercado de Trabalho das Mulheres com Filhos. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 36, p. 1–26, 2019. <https://doi.org/10.20947/s0102-3098a0090>

GUIMARÃES, N. A. A “Crise Do Cuidado” e os Cuidados na Crise: Refletindo a partir da Experiência Brasileira. **Sociologia & Antropologia**, v. 14, n. 1, p. 1–22, 2024. <https://doi.org/10.1590/2238-38752024v1418>

HARRYSON, L.; NOVO, M.; HAMMARSTRÖM, A. Is Gender Inequality in the Domestic Sphere Associated with Psychological Distress among Women and Men? Results from the Northern Swedish Cohort. **Journal of Epidemiology and Community Health**, v. 66, n. 3, p. 271–276, 2012. <https://doi.org/10.1136/jech.2010.109231>

HAYO, B.; CARIS, T. Female Labour Force Participation in the MENA Region: The Role of Identity. **Review of Middle East Economics and Finance**, v. 9, n. 3, p. 271–292, 2013. <https://doi.org/10.1515/rmeef-2013-0021>

HEATH, R. Women’s Access to Labor Market Opportunities, Control of Household Resources, and Domestic Violence: Evidence from Bangladesh. **World Development**, v. 57, p. 32–46, 2014. <https://doi.org/10.1016/j.worlddev.2013.10.028>

HECKMAN, J. J. Sample Selection Bias as a Specification Error. **Econometrica**, v. 47, n. 1, p. 153–161, 1979. <https://doi.org/10.2307/1912352>

HEISE, L. Gender-Based Abuse: The Global Epidemic. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 10, n. 1, p. 135–145, 1994. <https://doi.org/10.1590/S0102-311X1994000500009>

HIDAKA, B. H. Depression as a Disease of Modernity: Explanations for Increasing Prevalence. **Journal of Affective Disorders**, v. 140, n. 3, p. 205–214, 2012. <https://doi.org/10.1016/j.jad.2011.12.036>

HINDIN, M. J.; ADAIR, L. S. Who’s at Risk? Factors Associated With Intimate Partner Violence in the Philippines. **Social Science and Medicine**, v. 55, p. 1385–1399, 2002. [https://doi.org/10.1016/S0277-9536\(01\)00273-8](https://doi.org/10.1016/S0277-9536(01)00273-8)

HINTZ, A. M. *et al.* Depression and associated factors among Brazilian adults: the 2019 national healthcare population-based study. **BMC Psychiatry**, v. 23, p. 1–15, 2023. <https://doi.org/10.1186/s12888-023-05133-9>

HIRATA, H.; KERGOAT, D. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, p. 595–609, 2007. <https://doi.org/10.1590/S0100-15742007000300005>

HORNE, R. M. *et al.* Time, Money, or Gender? Predictors of the Division of Household Labour Across Life Stages. **Sex Roles**, v. 78, n. 11–12, p. 731–743, 2018. <https://doi.org/10.1007/s11199-017-0832-1>

HOSHINO, A. *et al.* Relationships between Depression and Stress Factors in Housework and Paid Work among Japanese Women. **Hong Kong Journal of Occupational Therapy**, v. 27, p. 35–41, 2016. <https://doi.org/10.1016/j.hkjot.2016.03.001>

HOSSAIN, S. *et al.* Self-Perception of Physical Health Conditions and its Association with Depression and Anxiety Among Bangladeshi University Students. **Journal of Affective Disorders**, v. 263, p. 282–288, 2020. <https://doi.org/10.1016/j.jad.2019.11.153>

HOTCHKISS, J. L. Changes in Behavioral and Characteristic Determination of Female Labor Force Participation, 1975–2005. **Economic Review**, p. 1–20, 2006.

HOUWELING, E. VAN. “A Good Wife Brings Her Husband Bath Water”: Gender Roles and Water Practices in Nampula, Mozambique. **Society & Natural Resources**, v. 29, n. 9, p. 1065–1078, 2015. <https://doi.org/10.1080/08941920.2015.1095377>

HOWELL, K. H. *et al.* Developmental Variations in the Impact of Intimate Partner Violence Exposure during Childhood. **Injury & Violence**, v. 8, n. 1, p. 43–57, 2016.

HUSSAIN, M.; ANWAR, S.; HUANG, S. Socioeconomic and Demographic Factors Affecting Labor Force Participation in Pakistan. **Journal of Sustainable Development**, v. 9, n. 4, p. 70–79, 2016. <https://doi.org/10.5539/jsd.v9n4p70>

IBGE. **Trabalhadores por Conta Própria: Perfil e Destaques** Rio de Janeiro IBGE, , 2008. Disponível em: https://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Mensal_de_Emprego/Estudos/Trabalhadores_por_Conta_Propria_parte1.pdf. Acesso em: 12 mai. 2025.

IBGE. **Pesquisa Nacional de Saúde 2019: Acidentes, Violências, Doenças Transmissíveis, Atividade Sexual, Características do Trabalho e Apoio Social - Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

IBGE. Estatísticas de gênero: Indicadores sociais das mulheres no Brasil. **Estudos e Pesquisas - Informação Demográfica e Socioeconômica**, n. 38, 2021.

IBGE. **Síntese de Indicadores Sociais: Uma Análise das Condições de Vida da População Brasileira 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

IBGE. **Outras formas de trabalho 2022**. 2023. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102020_informativo.pdf. Disponível em: 12 mai. 2025.

IBGE. Estatísticas de Gênero: Indicadores Sociais das Mulheres no Brasil. **Estudos e Pesquisas - Informação Demográfica e Socioeconômica**, v. 38, p. 1–15, 2024a.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - Notas técnicas**. versão 1.1 ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2024b.

IBGE. **ISM - Indicadores Sociais Mínimos**. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/educacao/17374-indicadores-sociais-minimos.html?=&t=notas-tecnicas>>. Acesso em: 17 mar. 2025.

INSTITUTO DE MÉTRICAS E AVALIAÇÃO EM SAÚDE. **Depressive Disorders Prevalence**. Disponível em: <<https://ourworldindata.org/grapher/depressive-disorders-prevalence-ihme?tab=table>>. Acesso em: 17 jan. 2025.

IPEA. **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**. Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/ods/ods3.html>>. Acesso em: 9 fev. 2023.

IREGUI-BOHÓRQUEZ, A. M.; RAMÍREZ-GIRALDO, M. T.; TRIBÍN-URIBE, A. M. Domestic Violence Against Rural Women in Colombia: The Role of Labor Income. **Feminist Economics**, v. 25, n. 2, p. 146–172, 2019. <https://doi.org/10.1080/13545701.2019.1566752>

ISHIDA, K. *et al.* Exploring the Associations Between Intimate Partner Violence and Women's Mental Health: Evidence from a Population-Based Study in Paraguay. **Social Science and Medicine**, v. 71, p. 1653–1661, 2010. <https://doi.org/10.1016/j.socscimed.2010.08.007>

JAUMOTTE, F. Female Labour Force Participation: Past Trends and Main Determinants in OECD Countries. **OECD Economics Department Working Papers**, n. 376, p. 1–66, 2003. <https://doi.org/10.2139/ssrn.2344556>

JESUS, J. C. **Trabalho Doméstico Não Remunerado no Brasil: Uma Análise de Produção, Consumo e Transferência**. Tese (Doutorado em Economia) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais, 2018.

JONG, L. C.; SADALA, M. L. A.; TANAKA, A. C. D. Desistindo da Denúncia ao Agressor: Relato de Mulheres Vítimas de Violência Doméstica. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v. 42, n. 4, p. 744–751, 2008. <https://doi.org/10.1590/S0080-62342008000400018>

JUNG, A. K.; O'BRIEN, K. M. The Profound Influence of Unpaid Work on Women's Lives: An Overview and Future Directions. **Journal of Career Development**, v. 46, n. 2, p. 184–200, 2019. <https://doi.org/10.1177/0894845317734648>

KERGOAT, D. Divisão sexual do trabalho e as relações de sexo. *In*: HIRATA, H. *et al.* (Eds.). **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

KOCACIK, F.; DOGAN, O. Domestic Violence against Women in Sivas, Turkey: Survey Study. **Croatian Medical Journal**, v. 47, p. 742–749, 2006.

KOENIG, M. A. *et al.* Women's Status and Domestic Violence in Rural Bangladesh: Individual- and Community-Level Effects. **Demography**, v. 40, n. 2, p. 269–288, 2003. <https://doi.org/10.1353/dem.2003.0014>

KOOLWAL, G.; WALLE, D. VAN DE. Access to Water, Women's Work, and Child Outcomes. **Economic Development and Cultural Change**, v. 61, n. 2, p. 369–405, 2013. <https://doi.org/10.1086/668280>

KOSTER, T. *et al.* Fairness Perceptions of the Division of Household Labor: Housework and Childcare. **Journal of Family Issues**, p. 1–24, 2021.

- KOZEL, V.; ALDERMAN, H. Factors Determining Work Participation Labour Supply Decisions in Pakistan's Urban Areas. **The Pakistan Development Review**, v. 29, n. 1, p. 1–18, 1990.
- KRANTZ, G.; OSTERGREN, P.-O. Double Exposure: The Combined Impact of Domestic Responsibilities and Job Strain on Common Symptoms in Employed Swedish Women. **European Journal of Public Health**, v. 11, n. 4, p. 413–419, 2001. <https://doi.org/10.1093/eurpub/11.4.413>
- KRISHNAN, S. *et al.* Do Changes in Spousal Employment Status Lead to Domestic Violence? Insights from a Prospective Study in Bangalore, India. **Social Science and Medicine**, v. 70, p. 136–143, 2010. <https://doi.org/10.1016/j.socscimed.2009.09.026>
- KROENKE, K.; SPITZER, R. L.; WILLIAMS, J. B. W. The PHQ-9. **Journal of General Internal Medicine**, v. 16, p. 606–613, 2001. <https://doi.org/10.1046/j.1525-1497.2001.016009606.x>
- KUMAR, S. *et al.* Domestic Violence and its Mental Health Correlates in Indian Women. **British Journal of Psychiatry**, v. 187, p. 62–67, 2005. <https://doi.org/10.1192/bjp.187.1.62>
- KURCGANT, D.; AYRES, J. R. C. M. Crise Não Epiléptica Psicogênica: História e Crítica de um Conceito. **História, Ciências, Saúde**, v. 18, n. 3, p. 811–828, 2011. <https://doi.org/10.1590/S0104-59702011000300012>
- LACEY, R. E.; MCMUNN, A.; WEBB, E. Informal Caregiving Patterns and Trajectories of Psychological Distress in the UK Household Longitudinal Study. **Psychological Medicine**, v. 49, n. 10, p. 1652–1660, 2019. <https://doi.org/10.1017/S0033291718002222>
- LASONG, J. *et al.* Domestic Violence Among Married Women of Reproductive Age in Zimbabwe: A Cross Sectional Study. **BMC Public Health**, v. 20, p. 1–11, 2020. <https://doi.org/10.1186/s12889-020-8447-9>
- LAVINAS, L.; COBO, B.; VEIGA, A. Bolsa Família: Impacto das Transferências de Renda Sobre a Autonomia das Mulheres Pobres e as Relações de Gênero. **Revista Latinoamericana de Población**, n. 10, p. 31–56, 2012. <https://doi.org/10.31406/relap2012.v6.i1.n10.2>
- LENZE, J.; KLASSEN, S. Does Women's Labor Force Participation Reduce Domestic Violence? Evidence from Jordan. **Feminist Economics**, v. 23, n. 1, p. 1–29, 2016. <https://doi.org/10.1080/13545701.2016.1211305>
- LEVIS, B.; BENEDETTI, A.; THOMBS, B. D. Accuracy of Patient Health Questionnaire-9 (PHQ-9) for Screening to Detect Major Depression: Individual Participant Data Meta-Analysis. **The BMJ**, v. 365, p. 1–11, 2019. <https://doi.org/10.1136/bmj.11476>
- LIRA, K. F. S.; BARROS, A. M. Violência Contra as Mulheres e o Patriarcado: Um Estudo sobre o Sertão de Pernambuco. **Revista Ágora**, n. 22, p. 275–297, 2015.
- LOPES, F. M. *et al.* Transtornos Mentais Comuns em Estudantes Universitários: Uma Revisão Sistemática da Literatura. **Psicologia em Pesquisa**, v. 16, p. 1–23, 2022. <https://doi.org/10.34019/1982-1247.2022.v16.31105>
- LOURENÇO, L. M.; COSTA, D. P. Violência entre Parceiros Íntimos e as Implicações para a Saúde da Mulher. **Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia**, v. 13, n. 1, p. 1–18, 2020. <https://doi.org/10.36298/gerais2020130109>
- LUCENA, K. *et al.* Análise do Ciclo da Violência Doméstica Contra a Mulher. **Journal of**

Human Growth and Development, v. 26, n. 2, p. 139–146, 2016.

LUCENA, K. D. T. *et al.* Análise Espacial da Violência Doméstica Contra a Mulher Entre os Anos de 2002 e 2005 em João Pessoa, Paraíba, Brasil. **Cadernos de Saude Pública**, v. 28, n. 6, p. 1111–1121, 2012. <https://doi.org/10.1590/S0102-311X2012000600010>

LUDERMIR, A. B. Desigualdades de Classe e Gênero e Saúde Mental nas Cidades. **Revista de Saúde Coletiva**, v. 18, n. 3, p. 451–467, 2008. <https://doi.org/10.1590/S0103-73312008000300005>

LUDERMIR, A. B. *et al.* Violence Against Women by Their Intimate Partner and Common Mental Disorders. **Social Science and Medicine**, v. 66, p. 1008–1018, 2008. <https://doi.org/10.1016/j.socscimed.2007.10.021>

LUDERMIR, A. B.; LEWIS, G. Links Between Social Class and Common Mental Disorders in Northeast Brazil. **Social Psychiatry and Psychiatric Epidemiology**, v. 36, p. 101–107, 2001. <https://doi.org/10.1007/s001270050297>

LUND, C. *et al.* Social Determinants of Mental Disorders and the Sustainable Development Goals: A Systematic Review of Reviews. **The Lancet Psychiatry**, v. 5, p. 357–369, 2018. [https://doi.org/10.1016/S2215-0366\(18\)30060-9](https://doi.org/10.1016/S2215-0366(18)30060-9)

MACDONALD, M.; PHIPPS, S.; LETHBRIDGE, L. Taking Its Toll: The Influence of Paid and Unpaid Work on Women's Well-Being. **Feminist Economics**, v. 11, n. 1, p. 63–94, 2005. <https://doi.org/10.1080/1354570042000332597>

MACMILLAN, R.; GARTNER, R. When She Brings Home the Bacon: Labor-Force Participation and the Risk of Spousal Violence against Women. **Journal of Marriage and Family**, v. 61, n. 4, p. 947–958, 1999. <https://doi.org/10.2307/354015>

MADALOZZO, R.; MARTINS, S. R.; SHIRATORI, L. Participação no Mercado de Trabalho e no Trabalho Doméstico: Homens e mulheres Têm Condições Iguais? **Estudos Feministas**, v. 18, n. 2, p. 547–566, 2010. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2010000200015>

MAGIDU, N. **Socio-Economic Investigation into Determinants of Labour Force Participation in Labour Markets : Evidence from Uganda**. Fifth IZA/World Bank Conference on Employment and Development. **Anais...** 2010.

MAHAPATRO, M.; GUPTA, R. N.; GUPTA, V. The Risk Factor of Domestic Violence in India. **Indian Journal of Community Medicine**, v. 37, n. 3, p. 153–157, 2012. <https://doi.org/10.4103/0970-0218.99912>

MALHOTRA, S.; SHAH, R. Women and Mental Health in India: An overview. **Indian Journal of Psychiatry**, v. 57, n. suppl 2, p. S205–S211, 2015. <https://doi.org/10.4103/0019-5545.161479>

MANEA, L.; GILBODY, S.; MCMILLAN, D. A Diagnostic Meta-Analysis of the Patient Health Questionnaire-9 (PHQ-9) Algorithm Scoring Method as a Screen for Depression. **General Hospital Psychiatry**, v. 37, p. 67–75, 2015. <https://doi.org/10.1016/j.genhosppsych.2014.09.009>

MASCARENHAS, M. D. M. *et al.* Prevalência de exposição à violência entre adultos – Brasil, 2019. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 24, p. 1–14, 2021.

MCKENZIE, D.; MOOKHERJEE, D. The Distributive Impact of Privatization in Latin America: Evidence from Four Countries. **Economía**, v. 3, n. 2, p. 161–218, 2003.

<https://doi.org/10.1353/eco.2003.0006>

MCKENZIE, K.; MURRAY, A.; BOOTH, T. Do Urban Environments Increase the Risk of Anxiety, Depression and Psychosis? An Epidemiological Study. **Journal of Affective Disorders**, v. 150, n. 3, p. 1019–1024, 2013. <https://doi.org/10.1016/j.jad.2013.05.032>

MEDEIROS, M.; PINHEIRO, L. S. Desigualdades de Gênero em Tempo de Trabalho Pago e Não Pago no Brasil, 2013. **Revista Sociedade e Estado**, v. 33, n. 1, p. 161–188, 2018. <https://doi.org/10.1590/s0102-699220183301007>

MEEKERS, D.; PALLIN, S. C.; HUTCHINSON, P. Intimate Partner Violence and Mental Health in Bolivia. **BMC Women's Health**, v. 13, n. 28, p. 1–16, 2013. <https://doi.org/10.1186/1472-6874-13-28>

MELIN, E. O. et al. Depression was Associated with Younger Age, Female Sex, Obesity, Smoking, and Physical Inactivity, in 1027 Patients with Newly Diagnosed Type 2 Diabetes: A Swedish Multicentre Cross-Sectional Study. **BMC Endocrine Disorders**, v. 22, n. 273, p. 1–12, 2022. <https://doi.org/10.1186/s12902-022-01184-3>

MENDES, M.; ROCHA, C. A. A. **Reeleição sob Informação Imperfeita: Evidências para os Municípios Brasileiros**. Textos para Discussão, n. 313, Brasília, Universidade de Brasília, Departamento de Economia, 2004.

MENDONÇA, M. F. S. DE; LUDERMIR, A. B. Violência por Parceiro Íntimo e Incidência de Transtorno Mental Comum. **Revista de Saúde Pública**, v. 51, n. 32, p. 1–8, 2017. <https://doi.org/10.1590/s1518-8787.2017051006912>

MENDONÇA, M. J. C.; MOTTA, R. S. Saúde e saneamento no Brasil. **Planejamento e Políticas Públicas**, v. 30, p. 15–30, 2007.

MINAYO, M. C. S.; PINTO, L. W.; SILVA, C. M. F. P. A Violência Nossa de Cada Dia. **SciELO Preprints**, 2022. <https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.3600>

MINCER, J. **Schooling, experience and earning**. Nova Iorque: Columbia University Press, 1974.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Orientações sobre o Uso das Bases de Dados**. Disponível em: <<https://svs.aids.gov.br/download/Vigitel/Orientacoes-sobre-o-uso-das-bases-de-dados.pdf>>. Acesso em: 21 dez. 2024.

MIRANDA, V. Cooking, Caring and Volunteering: Unpaid Work Around the World. **OECD Social, Employment and Migration Working Papers**, n. 116, 2011.

MOCELLIN, D. *et al.* Filial Responsibility: What are the Attitudes of Adult Child Caregivers on the Institutionalization of Aged Parents? **Revista Gaucha de Enfermagem**, v. 40, p. 1–9, 2019.

MOE, A. M.; BELL, M. P. Abject Economics: The Effects of Battering and Violence on Women's Work and Employability. **Violence Against Women**, v. 10, n. 1, p. 29–55, 2004. <https://doi.org/10.1177/1077801203256016>

MOLARIUS, A.; METSINI, A. Domestic Work, Self-Reported Diagnosed Depression and Related Costs among Women and Men—Results from a Population-Based Study in Sweden. **International Journal of Environmental Research and Public Health**, v. 18, n. 1–11, 2021. <https://doi.org/10.3390/ijerph18189778>

- MREJEN, M. et al. Gender Inequalities in Violence Victimization and Depression in Brazil: Results from the 2019 National Health Survey. **International Journal for Equity in Health**, v. 22, p. 1–12, 2023. <https://doi.org/10.1186/s12939-023-01916-4>
- NAÇÕES UNIDAS. **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**. Disponível em: <<https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>>. Acesso em: 21 dez. 2024.
- NATIONAL HIV CURRICULUM. **Patient Health Questionnaire-9 (PHQ-9)**. Disponível em: <<https://www.hiv.uw.edu/page/mental-health-screening/phq-9>>. Acesso em: 24 jan. 2025.
- NAVARRO-MANTAS, L.; LEMUS, S.; MEGÍAS, J. L. Mental Health Consequences of Intimate Partner Violence Against Women in El Salvador. **Violence Against Women**, v. 27, n. 15–16, p. 2927–2944, 2021. <https://doi.org/10.1177/1077801220978803>
- NAVED, R. T.; PERSSON, L. Å. Factors Associated with Spousal Physical Violence Against Women in Bangladesh. **Studies in Family Planning**, v. 36, n. 4, p. 289–300, 2005. <https://doi.org/10.1111/j.1728-4465.2005.00071.x>
- NOOR, N. M. The Relationship between Wives' Estimates of Time Spent Doing Housework, Support and Wives' Well-being. **Journal of Community and Applied Social Psychology**, v. 7, p. 413–423, 1997. [https://doi.org/10.1002/\(SICI\)1099-1298\(199712\)7:5<413::AID-CASP433>3.0.CO;2-J](https://doi.org/10.1002/(SICI)1099-1298(199712)7:5<413::AID-CASP433>3.0.CO;2-J)
- ÑOPO, H.; DAZA, N.; RAMOS, J. Gender Earnings Gaps in the World. **IZA Discussion Paper**, n. 5736, 2011. <https://doi.org/10.2139/ssrn.1855188>
- NTULI, M. Determinants of South African Women's Labour Force Participation, 1995–2004. **IZA Discussion Paper**, n. 3119, p. 1–35, 2007. <https://doi.org/10.2139/ssrn.1031715>
- NUNES, M. A. *et al.* Common Mental Disorders and Sociodemographic Characteristics: Baseline Findings of the Brazilian Longitudinal Study of Adult Health (ELSA-Brasil). **Revista Brasileira de Psiquiatria**, v. 38, p. 91–97, 2016. <https://doi.org/10.1590/1516-4446-2015-1714>
- NUR, N. The Effect of Intimate Partner Violence on Mental Health Status Among Women of Reproductive Ages: A Population-Based Study in a Middle Anatolian City. **Journal of Interpersonal Violence**, v. 27, n. 16, p. 3236–3251, 2012. <https://doi.org/10.1177/0886260512441255>
- OECD. Women at the Core of the Fight Against COVID-19. **OECD Policy Responses to Coronavirus (COVID-19)**, p. 1–30, 2020.
- OLIVEIRA, B. L. C. A. *et al.* Prevalência de Sintomas Depressivos entre Adultos Jovens no Brasil: Resultados da Pesquisa Nacional de Saúde 2013 e 2019. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 27, p. 1–12, 2024. <https://doi.org/10.1590/1980-549720240045.2>
- OLIVEIRA, W. T.; SAIANI, C. C. S. Inequality of Access to Public Services of Basic Sanitation in Brazilian Municipalities: Analysis of Kuznets Curve and Selectivity of Public Policies Hypothesis. **Modern Economy**, v. 12, p. 17–45, 2021. <https://doi.org/10.4236/me.2021.121002>
- ORTH, U.; ROBINS, R. W.; MEIER, L. L. Disentangling the Effects of Low Self-Esteem and Stressful Events on Depression: Findings from Three Longitudinal Studies. **Journal of Personality and Social Psychology**, v. 97, n. 2, p. 307–321, 2009.

<https://doi.org/10.1037/a0015645>

ORTIZ-OSPINA, E.; HASELL, J.; ROSER, M. **Economic Inequality by Gender**. Disponível em: <<https://ourworldindata.org/economic-inequality-by-gender>>. Acesso em: 7 ago. 2024.

ORTIZ-OSPINA, E.; TZVETKOVA, S.; ROSER, M. **Women's Employment**. Disponível em: <https://ourworldindata.org/female-labor-supply?utm_source=OWID+Newsletter&utm_campaign=e33e770822-Newsletter_OurWorldInData_Dec2017&utm_medium=email&utm_term=0_2e166c1fc1-e33e770822-274746833>. Acesso em: 6 ago. 2024.

OSÓRIO, F. L. *et al.* Study of the Discriminative Validity of the PHQ-9 and PHQ-2 in a Sample of Brazilian Women in the Context of Primary Health Care. **Perspectives in Psychiatric Care**, v. 45, n. 3, p. 216–227, 2009. <https://doi.org/10.1111/j.1744-6163.2009.00224.x>

PARREIRA, B. D. M. *et al.* Transtorno Mental Comum e Fatores Associados: Estudo com Mulheres de uma Área Rural. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v. 51, p. 1–8, 2017.

PASSOS, L.; GUEDES, D. R. Participação Feminina no Mercado de Trabalho e a Crise de Cuidados da Modernidade: Conexões Diversas. **Planejamento e Políticas Públicas**, n. 50, p. 67–94, 2018.

PASSOS, L.; MACHADO, D. Determinantes do Trabalho Produtivo no Brasil: As Normas de Gênero e a Decisão Intrafamiliar. **Economia e Sociedade**, v. 31, n. 1, p. 203–227, 2022. <https://doi.org/10.1590/1982-3533.2022v31n1art10>

PASSOS, L.; SOUZA, L. Vulnerabilidades Cruzadas: As Mulheres e Suas Experiências Diversificadas. **Revista Katálysis**, v. 24, n. 1, p. 198–209, 2021. <https://doi.org/10.1590/1982-0259.2021.e73900>

PAUL, S. Women's Labour Force Participation and Domestic Violence: Evidence from India. **Journal of South Asian Development**, v. 11, n. 2, p. 224–250, 2016. <https://doi.org/10.1177/0973174116649148>

PEREZ, C. C. **Invisible women: Data bias in a world designed for men**. Nova Iorque: Abrams Press, 2019.

PERISTA, H. Gênero e Trabalho Não Pago: Os Tempos das Mulheres e os Tempos dos Homens. **Análise Social**, v. 37, n. 163, p. 447–474, 2002.

PHAN, L. Measuring Women's Empowerment at Household Level Using DHS Data of Four Southeast Asian Countries. **Social Indicators Research**, 2015. <https://doi.org/10.1007/s11205-015-0876-y>

PICO-ALFONSO, M. A. *et al.* The Impact of Physical , Psychological, and Sexual Intimate Male Partner Violence on Women's Mental Health: Depressive Symptoms, Posttraumatic Stress Disorder, State Anxiety, and Suicide. **Journal of Women'S Health**, v. 15, n. 5, p. 599–611, 2006. <https://doi.org/10.1089/jwh.2006.15.599>

PINHEIRO, L. *et al.* **Gênero é o que Importa: Determinantes do Trabalho Doméstico Não Remunerado no Brasil**. Texto para Discussão, n. 2920, Brasília, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2023.

- PINHEIRO, L. S. Determinantes da Alocação de Tempo em Trabalho Reprodutivo: Uma Revisão sobre os Achados em Pesquisas Nacionais e Internacionais. In: FONTOURA, N.; ARAÚJO, C. (Eds.). **Uso do Tempo e Gênero**. Rio de Janeiro: UERJ, 2016. p. 61–100.
- PINHO, P. S.; ARAÚJO, T. M. Associação entre Sobrecarga Doméstica e Transtornos Mentais Comuns em Mulheres. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 15, n. 3, p. 560–572, 2012. <https://doi.org/10.1590/S1415-790X2012000300010>
- PIOVANI, C.; AYDINER-AVSAR, N. Work Time Matters for Mental Health: A Gender Analysis of Paid and Unpaid Labor in the United States. **Review of Radical Political Economics**, v. 53, n. 4, p. 579–589, 2021. <https://doi.org/10.1177/048661342111035565>
- PISCITELLI, A. Gênero: A História de um Conceito. In: ALMEIDA, H. B.; SZWAKO, J. E. (Eds.). **Diferenças, Igualdade**. São Paulo: Berlendis & Vertecchia, 2009. p. 116–149.
- PRINCE, M. *et al.* No Health Without Mental Health. **Lancet**, v. 370, p. 859–877, 2007. [https://doi.org/10.1016/S0140-6736\(07\)61238-0](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(07)61238-0)
- RATNER, P. A. The Incidence of Wife Abuse and Mental Health Status in Abused Wives in Edmonton, Alberta. **Canadian Journal of Public Health**, v. 84, n. 4, p. 246–249, 1993.
- RIBEIRO, N. C. R.; MARTELETO, R. M. O Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais Enquanto um Dispositivo Info-Comunicacional. **Encontros Bibli**, v. 28, p. 1–16, 2023. <https://doi.org/10.5007/1518-2924.2023.e90801>
- RICHARDSON, R. A. *et al.* The Effect of Affordable Daycare on Women’s Mental Health: Evidence from a Cluster Randomized Trial in Rural India. **Social Science & Medicine**, v. 217, p. 32–41, 2018. <https://doi.org/10.1016/j.socscimed.2018.09.061>
- RIOLO, S. A. *et al.* Prevalence of Depression by Race/Ethnicity: Findings From the National Health and Nutrition Examination Survey III. **American Journal of Public Health**, v. 95, n. 6, p. 998–1000, 2005. <https://doi.org/10.2105/AJPH.2004.047225>
- ROBERTS, G. L. *et al.* The Impact of Domestic Violence on Women’s Mental Health. **Australian and New Zealand Journal of Public Health**, v. 22, n. 7, p. 796–801, 1998. <https://doi.org/10.1111/j.1467-842X.1998.tb01496.x>
- ROBERTS, G. L. *et al.* How Does Domestic Violence Affect Women’s Mental Health? **Women and Health**, v. 28, n. 1, p. 117–129, 1999. https://doi.org/10.1300/J013v28n01_08
- ROMANS, S.; COHEN, M.; FORTE, T. Rates of Depression and Anxiety in Urban and Rural Canada. **Social Psychiatry and Psychiatric Epidemiology**, v. 46, p. 567–575, 2011. <https://doi.org/10.1007/s00127-010-0222-2>
- ROSA, M. V. G.; SOUZA, K. B. DE; FERNANDES, A. S. Efeitos do Acesso a Creche Sobre o Trabalho Feminino. Anais do Encontro Nacional de Economia. **Anais...** 2020
- RUSSELL, H. *et al.* Factors Shaping Female Labour Force Participation. In: **A Woman’s Place: Female Participation in the Irish Labour Market**. Dublin: The Equality Authority, The Economic and Social Research Institute, 2009. p. 32–43.
- SAFFIOTI, H. I. B. Contribuições Feministas para o Estudo da Violência de Gênero. **Cadernos Pagu**, n. 16, p. 115–136, 2001. <https://doi.org/10.1590/S0104-83332001000100007>
- SAIANI, C. C. S.; AZEVEDO, P. F.; MENEZES, R. T. Privatização e Equidade no Acesso a

- Serviços de Saneamento Básico no Brasil. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, v. 53, p. 9–58, 2023. <https://doi.org/10.38116/ppe53n2art1>
- SANTOS, G. B. V. *et al.* Prevalência de Transtornos Mentais Comuns e Fatores Associados em Moradores da Área Urbana de São Paulo, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 35, n. 11, p. 1–10, 2019. <https://doi.org/10.1590/0102-311x00236318>
- SANTOS, I. S. *et al.* Sensibilidade e especificidade do Patient Health Questionnaire-9 (PHQ-9) entre adultos da população geral. **Cadernos de Saude Pública**, v. 29, n. 8, p. 1533–1543, 2013. <https://doi.org/10.1590/0102-311X00144612>
- SANTOS, K. O. B. *et al.* Avaliação de um Instrumento de Mensuração de Morbidade Psíquica: Estudo de Validação do Self-Reporting Questionnaire (SRQ-20). **Revista Baiana de Saúde Pública**, v. 34, n. 3, p. 544–560, 2010. <https://doi.org/10.22278/2318-2660.2010.v34.n3.a54>
- SANTOS, L. S.; DINIZ, G. R. S. Saúde Mental de Mulheres Donas de Casa: Um Olhar Feminista-Fenomenológico-Existencial. **Psicologia Clínica**, v. 30, n. 1, p. 37–59, 2018.
- SANTOS, P. L. *et al.* Conscientização e Serviços Ambientalmente Adequados: Evidências para Acesso a Saneamento no Brasil. **Revista Iberoamericana de Economía Ecológica**, v. 34, n. 1, p. 1–24, 2021.
- SANZ-BARBERO, B.; BARÓN, N.; VIVES-CASES, C. Prevalence, Associated Factors and Health Impact of Intimate Partner Violence Against Women in Different Life Stages. **PLoS ONE**, v. 14, n. 10, p. 1–12, 2019. <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0221049>
- SCHIEBINGER, L.; GILMARTIN, S. K. Housework Is an Academic Issue. **Academe**, v. 96, n. 1, p. 39–44, 2010.
- SCHMIDHEINY, K. Instrumental Variables. In: **Short Guides to Microeconometrics**. University of Basel, p. 1–13. 2024
- SCHRAIBER, L. B.; GOMES, R.; COUTO, M. T. Homens e Saúde na Pauta da Saúde Coletiva. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 10, n. 1, p. 7–17, 2005. <https://doi.org/10.1590/S1413-81232005000100002>
- SCORZAFAVE, L. G.; MENEZES-FILHO, N. A. Participação Feminina no Mercado de Trabalho Brasileiro: Evolução e Determinantes. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, v. 31, n. 3, p. 441–478, 2001.
- SENADO FEDERAL. **Aprofundando o Olhar sobre o Enfrentamento à Violência contra as Mulheres**. Brasília: Observatório da Mulher contra a Violência, 2018.
- SENICATO, C.; AZEVEDO, R. C. S.; BARROS, M. B. DE A. Transtorno Mental Comum em Mulheres Adultas: Identificando os Segmentos mais Vulneráveis. **Ciência e Saúde Coletiva**, v. 23, n. 8, p. 2543–2554, 2018. <https://doi.org/10.1590/1413-81232018238.13652016>
- SGUERRI, V. S. **Depressão entre Idosos Brasileiros: Um Estudo Baseado na Pesquisa Nacional de Saúde-2019**. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) – Instituto René Rachou, Fundação Oswaldo Cruz, Belo Horizonte, 2023.
- SHARMA, K. K. *et al.* Mental Health Effects of Domestic Violence Against Women in Delhi: A Community-Based Study. **Journal of Family Medicine and Primary Care**, v. 8, n. 7, p. 2522–2527, 2019. https://doi.org/10.4103/jfmpe.jfmpe_427_19

- SIKSTRÖM, S.; KELMENDI, B.; PERSSON, N. Assessment of Depression and Anxiety in Young and Old with a Question-Based Computational Language Approach. **Mental Health Research**, v. 11, p. 1–10, 2023. <https://doi.org/10.1038/s44184-023-00032-z>
- SILVA, L. L.; COELHO, E. B. S.; CAPONI, S. N. C. Violência Silenciosa: Violência Psicológica como Condição da Violência Física Doméstica. **Interface**, v. 11, n. 21, p. 93–103, 2007. <https://doi.org/10.1590/S1414-32832007000100009>
- SINGH, P.; PATTANAIK, F. Unfolding Unpaid Domestic Work in India: Women's Constraints, Choices, And Career. **Palgrave Communications**, p. 1–13, 2020. <https://doi.org/10.1057/s41599-020-0488-2>
- SMITH, P. M. *et al.* Male/Female Differences in the Impact of Caring for Elderly Relatives on Labor Market Attachment and Hours of Work: 1997 – 2015. **The Journals of Gerontology. Series B, Psychological Sciences and Social Sciences**, v. 75, n. 3, p. 694–704, 2020. <https://doi.org/10.1093/geronb/gbz026>
- SMOLEN, J. R. *et al.* Intersectionality of Race, Gender, and Common Mental Disorders in Northeastern Brazil. **Ethnicity & Disease**, v. 28, n. 3, p. 207–214, 2018. <https://doi.org/10.18865/ed.28.3.207>
- SOARES, C.; SABOIA, A. L. **Tempo, Trabalho e Afazeres Domésticos: Um estudo com base nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 2001 e 2005**. Rio de Janeiro: IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais, 2007.
- SORENSEN, S. B.; MORSSINK, C.; CAMPOS, P. A. Safe Access to Safe Water in Low Income Countries: Water Fetching in Current Times. **Social Science & Medicine**, v. 72, p. 1522–1526, 2011. <https://doi.org/10.1016/j.socscimed.2011.03.010>
- SOUSA, N. F. S. *et al.* Association of Major Depressive Disorder with Chronic Diseases and Multimorbidity in Brazilian Adults, Stratified by Gender: 2019 National Health Survey. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 24, p. 1–13, 2021. <https://doi.org/10.1590/1980-549720210015.supl.2>
- SOUZA, L. P.; GUEDES, D. R. A Desigual Divisão Sexual do Trabalho: Um Olhar Sobre a Última Década. **Estudos Avançados**, v. 30, n. 87, p. 123–140, 2016. <https://doi.org/10.1590/S0103-40142016.30870008>
- SOUZA, I. M.; MACHADO-DE-SOUSA, J. P. Letters to the Editors - Brazil: World Leader in Anxiety and Depression Rates. **Revista Brasileira de Psiquiatria**, v. 39, n. 4, p. 384, 2017. <https://doi.org/10.1590/1516-4446-2017-2300>
- SOUZA, L. J.; FARIAS, R. C. P. Violência Doméstica no Contexto de Isolamento Social pela Pandemia de COVID-19. **Serviço Social & Sociedade**, v. 144, p. 213–232, 2022. <https://doi.org/10.1590/0101-6628.288>
- SPATZ, C.; CZAJA, S. J.; ANN, M. Childhood Victimization and Lifetime Revictimization. **Child Abuse & Neglect**, v. 32, p. 785–796, 2008. <https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2007.12.006>
- STEWART, D. E.; ROBINSON, G. E. A Review of Domestic Violence and Women's Mental Health. **Archives of Women's Mental Health**, v. 1, p. 83–89, 1998. <https://doi.org/10.1007/s007370050010>
- STOCK, J. H.; WATSON, M. W. **Introduction to Econometrics**. 4. ed. Boston: Pearson,

2019.

STOPA, S. R. *et al.* Pesquisa Nacional de Saúde 2019: histórico, métodos e perspectivas. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, v. 29, n. 5, p. 1–12, 2020. <https://doi.org/10.1590/s1679-49742020000500004>

SULLIVAN, O. The Gender Division of Housework and Child Care. In: SCHNEIDER, N. F.; KREYENFELD, M. (Eds.). **Research Handbook on the Sociology of the Family**. Edward Elgar Publishing, 2021. p. 342–354. <https://doi.org/10.4337/9781788975544.00033>

SULLIVAN, O.; BILLARI, F. C.; ALTINTAS, E. Fathers' Changing Contributions to Child Care and Domestic Work in Very Low-Fertility Countries: The Effect of Education. **Journal of Family Issues**, v. 35, n. 8, p. 1048–1065, 2014. <https://doi.org/10.1177/0192513X14522241>

TAO, W.; JANZEN, B. L.; ABONYI, S. Gender, Division of Unpaid Family Work and Psychological Distress in Dual-Earner Families. **Clinical Practice & Epidemiology in Mental Health**, v. 6, p. 36–46, 2010. <https://doi.org/10.2174/1745017901006010036>

TEDESCO, A. C. F.; SOUZA, K. B. Ser Mulher Importa? Determinantes, Evidências e Estimativas da Participação Feminina no Mercado de Trabalho Brasileiro. **Textos de Economia**, v. 23, n. 1, p. 1–21, 2020. <https://doi.org/10.5007/2175-8085.2020.e71518>

TIEFENTHALER, J. **The Economics of Domestic Violence**, 2012.

TOLMAN, R. M. **Impact of intimate partner violence on economic well-being**. Madison: University of Wisconsin-Madison, Center for Financial Security, 2011.

ULLRICH, L. D. Male Labor Force Participation: Patterns and Trends. **Econ Focus**, p. 26–30, 2021.

UNFPA. **COVID-19: Um Olhar para Gênero**. Disponível em: <<https://brazil.unfpa.org/pt-br/publications/um-olhar-para-genero>>. Acesso em: 10 mai. 2025.

USTA, J.; MURR, H.; EL-JARRAH, R. COVID-19 Lockdown and the Increased Violence Against Women: Understanding Domestic Violence During a Pandemic. **Violence and Gender**, v. 8, n. 3, p. 133–139, 2021. <https://doi.org/10.1089/vio.2020.0069>

VACHHER, A. S.; SHARMA, A. K. Domestic Violence Against Women and Their Mental Health Status in a Colony in Delhi. **Indian Journal of Community Medicine**, v. 35, n. 3, p. 403–405, 2010. <https://doi.org/10.4103/0970-0218.69266>

VASCONCELOS, N. M. *et al.* Prevalência e Fatores Associados a Violência por Parceiro Íntimo contra Mulheres Adultas no Brasil: Pesquisa Nacional de Saúde, 2019. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 24, p. 1–15, 2021.

VELDE, S. VAN DE; BRACKE, P.; LEVECQUE, K. Gender Differences in Depression in 23 European Countries. Cross-National Variation in the Gender Gap in Depression. **Social Science & Medicine**, v. 71, p. 305–313, 2010. <https://doi.org/10.1016/j.socscimed.2010.03.035>

VERICK, S. Female Labor Force Participation and Development. **IZA World of Labor**, p. 1–11, 2018. <https://doi.org/10.15185/izawol.87.v2>

VIECELI, L. IBGE quer pesquisar como brasileiro usa o tempo, diz Pochmann. **Folha de São Paulo**, 9 abr. 2024.

- VIEIRA, P. R.; GARCIA, L. P.; MACIEL, E. L. N. Isolamento Social e o Aumento da Violência Doméstica: O Que Isso nos Revela? **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 23, p. 1–5, 2020. <https://doi.org/10.1590/1980-549720200033>
- VILLARREAL, A. Women's Employment Status, Coercive Control, and Intimate Partner Violence in Mexico. **Journal of Marriage and Family**, v. 69, n. 2, p. 418–434, 2007. <https://doi.org/10.1111/j.1741-3737.2007.00374.x>
- VYAS, S.; MBWAMBO, J.; HEISE, L. Women's Paid Work and Intimate Partner Violence: Insights from Tanzania. **Feminist Economics**, v. 21, n. 1, p. 35–58, 2015. <https://doi.org/10.1080/13545701.2014.935796>
- WATTS, C. *et al.* **Putting Women First: Ethical and Safety Recommendations for Research on Domestic Violence Against Women**. Geneva: World Health Organization, 2001.
- WEINGOURT, R. *et al.* Domestic Violence and Women's Mental Health in Japan. **International Nursing Review**, v. 48, p. 102–108, 2001. <https://doi.org/10.1046/j.1466-7657.2001.00059.x>
- WELTERS, A.; MAIA, D. M.; GUIMARÃES, R. O Trabalho Não-Remunerado Feminino: Um Diagnóstico de sua Relevância para a Economia na América Latina. VIII Congresso Internacional de la Asociación Latinoamericana de Población. **Anais...México**: 2018
- WILT, S.; OLSON, S. Prevalence of Domestic Violence in the United States. **Journal of the American Medical Women's Association**, v. 51, n. 3, p. 77–82, 1996.
- WINTER, S. C.; OBARA, L. M.; MCMAHON, S. Intimate Partner Violence: A Key Correlate of Women's Physical and Mental Health in Informal Settlements in Nairobi, Kenya. **PLoS ONE**, v. 15, n. 4, p. 1–18, 2020. <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0230894>
- WOOLDRIDGE, J. M. **Introductory Econometrics: A Modern Approach**. 5. ed. Mason: South-Western CENGAGE Learning, 2013.
- WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Women's Mental Health: An Evidence Based Review**. Geneva: World Health Organization, 2000.
- WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Gender, Work and Health**, 2011.
- WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Mental Disorders**. Disponível em: <<https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/mental-disorders>>. Acesso em: 9 fev. 2023.
- XU, C. *et al.* Urbanicity and Depression: A Global Meta-Analysis. **Journal of Affective Disorders**, v. 340, p. 299–311, 2023. <https://doi.org/10.1016/j.jad.2023.08.030>
- XUE, B.; MCMUNN, A. Gender Differences in Unpaid Care Work and Psychological Distress in the UK Covid-19 Lockdown. **PLoS ONE**, v. 16, n. 3, p. 1–15, 2021. <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0247959>
- YAKUBOVICH, A. R. *et al.* Risk and Protective Factors for Intimate Partner Violence Against Women: Systematic Review and Meta-analyses of Prospective–Longitudinal Studies. **American Journal of Public Health**, v. 108, n. 7, p. e1–e11, 2018. <https://doi.org/10.2105/AJPH.2018.304428>
- ZANLORENSSI, G.; GOMES, L. **A Desigualdade Racial e de Gênero no Mercado de**

Trabalho no Brasil. Disponível em: <<https://pp.nexojournal.com.br/Dados/2021/02/11/A-desigualdade-racial-e-de-gênero-no-mercado-de-trabalho-no-Brasil>>. Acesso em: 8 jan. 2023.

ZENGYAN, Y.; AMENG, Z.; AISHU, L. Childhood Maltreatment and Depression: A Meta-Analysis. **Acta Psychologica Sinica**, n. 01, p. 40–49, 2017.

<https://doi.org/10.3724/SP.J.1041.2017.00040>

ZHAI, F.; GAO, Q.; WANG, X. Education and Gender Gap in Couples' Time Use: Evidence from China. **Journal of Asian Public Policy**, v. 13, n. 3, p. 333–352, 2020.

<https://doi.org/10.1080/17516234.2019.1632018>

ZIAEI, S. *et al.* Experiencing Lifetime Domestic Violence: Associations with Mental Health and Stress among Pregnant Women in Rural Bangladesh: The MINIMat Randomized Trial.

PLoS ONE, v. 11, n. 12, p. 1–14, 2016. <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0168103>

ZUZANEK, J. Time Use, Time Pressure, Personal Stress, Mental Health, and Life Satisfaction from a Life Cycle Perspective. **Journal of Occupational Science**, v. 5, n. 1, p. 26–39, 1998.

<https://doi.org/10.1080/14427591.1998.9686432>

APÊNDICE

Tabela A.1 - Informações do tamanho da amostra total da PNS e segundo as principais variáveis de interesse da Tese de Doutorado, por gênero

Descrições	Número de observações
Tamanho da amostra total da PNS	279.382
Homens	134.442
Mulheres	144.940
Tamanho da amostra respondente das perguntas de afazeres domésticos	225.563
Homens	107.144
Mulheres	118.419
Tamanho da amostra respondente das perguntas de afazeres domésticos	210.803
Homens	99.989
Mulheres	110.814
Tamanho da amostra respondente das perguntas de violência	88.531
Homens	41.662
Mulheres	46.869
Tamanho da amostra respondente das perguntas de saúde mental	90.846
Homens	42.799
Mulheres	48.047

Fonte: PNS de 2019. Elaboração própria.

Tabela A.2 – Estudo 1: resultados da estimação do 1º estágio (MQ2E) para a amostra de homens: variável dependente *horas de trabalho reprodutivo* e variável instrumental de interesse *rede geral de água*

Variáveis	Coefficientes
Rede geral de água	-0,3672 (0,2474)
Norte	-0,3107 (0,2726)
Nordeste	-0,7431*** (0,2516)
Sul	-0,2459 (0,2870)
Centro-Oeste	-0,4304 (0,3169)
Urbano	0,8628*** (0,2405)
Idade	0,1838*** (0,0506)
Idade ao quadrado	-0,0021*** (0,0006)
Responsável	3,5759*** (0,2114)
Casada	0,3740* (0,2235)
Divorciada	0,5021 (0,4319)
Viúva	1,5446 (1,0347)
Preta	1,0616*** (0,3361)
Parda	0,2171 (0,2354)
Amarela ou indígena	2,0512** (0,8943)
Sem instrução	-1,0823** (0,4709)
Fundamental incompleto	-0,9833** (0,3821)
Fundamental completo	-0,7365 (0,4695)
Médio incompleto	-0,2479 (0,4290)
Médio completo	-0,1440 (0,3249)
Superior incompleto	0,2883 (0,5248)
Renda domiciliar <i>per capita</i>	-0,0002*** (0,0000)
Presença de crianças	1,6741*** (0,2109)
Constante	3,5326*** (1,0106)
Observações	28.382

Fonte: PNS de 2019. Elaboração própria. Erros-padrão entre parênteses. * $p < 0,10$; ** $p < 0,05$; *** $p < 0,01$
 Observação: os resultados do 1º estágio são os mesmos, independente da variável dependente do 2º estágio.

Tabela A.3 - Estudo 1: resultados completos das estimações (variável dependente = *trabalho formal*; variável de interesse = *afazeres domésticos*)

Variáveis	Homens			Mulheres		
	MPL	Probit com seleção ¹		MPL	Probit com seleção ¹	
		Equação de seleção	Equação de interesse		Equação de seleção	Equação de interesse
Afazeres domésticos	-0,0100 (0,0165)	0,2223** (0,0423)	-0,0847* (0,0444)	-0,0491 (0,0346)	0,1884*** (0,0613)	-0,2028** (0,0794)
Norte	-0,1461*** (0,0159)	0,0294 (0,0464)	-0,3793*** (0,0398)	-0,1304*** (0,0161)	-0,0925** (0,0379)	-0,1830*** (0,0411)
Nordeste	-0,1239*** (0,0140)	0,0386 (0,0459)	-0,2890*** (0,0359)	-0,1136*** (0,0153)	-0,0874** (0,0344)	-0,1462*** (0,0358)
Sul	0,0401** (0,0158)	-0,0063 (0,0491)	0,1082*** (0,0392)	0,0402** (0,0169)	0,0129 (0,0369)	0,0784** (0,0394)
Centro-Oeste	0,0285 (0,0185)	0,0339 (0,0543)	0,0636 (0,0416)	-0,0030 (0,0171)	-0,0630 (0,0384)	0,0383 (0,0393)
Urbano	0,1721*** (0,0120)	-0,1988*** (0,0363)	0,5077*** (0,0323)	0,1275*** (0,0157)	-0,0420 (0,0425)	0,1647*** (0,0420)
Idade	0,0224*** (0,0028)	0,2437*** (0,0069)	0,0011 (0,0139)	0,0190*** (0,0036)	0,1614*** (0,0063)	-0,0372*** (0,0111)
Idade ao quadrado	-0,0003*** (0,0000)	-0,0031*** (0,0001)	-0,0001 (0,0002)	-0,0003*** (0,0000)	-0,0021*** (0,0001)	0,0005*** (0,0001)
Responsável	-0,0047 (0,0120)	0,2207*** (0,0328)	-0,0485 (0,0309)	-0,0534*** (0,0123)	0,0512* (0,0265)	-0,1282*** (0,0293)
Casada	0,0269** (0,0111)	0,1629*** (0,0348)	0,0480 (0,0309)	-0,0161 (0,0127)	-0,1575*** (0,0279)	0,0330 (0,0307)
Divorciada	-0,0448** (0,0221)	0,1138* (0,0649)	-0,1268** (0,0621)	0,0146 (0,0198)	0,2093*** (0,0461)	-0,0419 (0,0466)
Viúva	-0,0339 (0,0531)	-0,0341 (0,1041)	-0,0542 (0,1473)	0,0438 (0,0341)	-0,1572*** (0,0600)	0,2110*** (0,0734)
Preta	0,0524*** (0,0175)	0,1083** (0,0533)	0,1082** (0,0455)	0,0143 (0,0189)	0,1633*** (0,0453)	-0,0389 (0,0484)
Parda	0,0275** (0,0139)	0,0132 (0,0370)	0,0662** (0,0333)	0,0138 (0,0138)	0,0084 (0,0298)	0,0305 (0,0325)

Fonte: PNS de 2019. Elaboração própria. Erros-padrão entre parênteses. * p < 0,10; ** p < 0,05; *** p < 0,01

¹ Coeficientes

Tabela A.3 – *Estudo 1*: resultados completos das estimações (variável dependente = *trabalho formal*; variável de interesse = *afazeres domésticos*) (continuação)

Variáveis	Homens			Mulheres		
	MPL	Probit com seleção ¹		MPL	Probit com seleção ¹	
		Equação de seleção	Equação de interesse		Equação de seleção	Equação de interesse
Amarela ou indígena	0,0203 (0,0505)	0,0084 (0,1882)	0,0498 (0,1221)	0,0157 (0,0504)	-0,0375 (0,1307)	0,0661 (0,1171)
Sem instrução	-0,2615*** (0,0274)	-0,8514*** (0,0868)	-0,4894*** (0,0943)	-0,4267*** (0,0360)	-0,9600*** (0,0817)	-0,4977*** (0,1440)
Fundamental incompleto	-0,2152*** (0,0210)	-0,4095*** (0,0659)	-0,4712*** (0,0548)	-0,3580*** (0,0177)	-0,7807*** (0,0498)	-0,4285*** (0,0629)
Fundamental completo	-0,1692*** (0,0235)	-0,2411*** (0,0765)	-0,3852*** (0,0618)	-0,3252*** (0,0238)	-0,7059*** (0,0584)	-0,4110*** (0,0686)
Médio incompleto	-0,1333*** (0,0256)	-0,3978*** (0,0739)	-0,2524*** (0,0637)	-0,2850*** (0,0272)	-0,7458*** (0,0614)	-0,2968*** (0,0718)
Médio completo	-0,0295 (0,0194)	-0,0486 (0,0643)	-0,0756 (0,0462)	-0,1373*** (0,0161)	-0,3160*** (0,0445)	-0,2163*** (0,0395)
Superior incompleto	-0,0647** (0,0292)	-0,2773*** (0,0891)	-0,1248* (0,0688)	-0,1551*** (0,0276)	-0,2398*** (0,0593)	-0,2947*** (0,0666)
Renda domiciliar per capita	-0,0000*** (0,0000)	0,0000*** (0,0000)	-0,0000*** (0,0000)	-0,0000** (0,0000)	0,0000** (0,0000)	-0,0000*** (0,0000)
Presença de crianças	-0,0060 (0,0110)	0,1050*** (0,0334)	-0,0209 (0,0300)	-0,0061 (0,0122)	-0,1450*** (0,0289)	0,0505 (0,0314)
Média locacional de participação		2,9217*** (0,2960)			1,7614*** (0,1843)	
Constante	0,0911 (0,0601)	-5,5730*** (0,2753)	0,0893 (0,2873)	0,3181*** (0,0800)	-3,1116*** (0,1707)	1,3887*** (0,2357)

Fonte: PNS de 2019. Elaboração própria. Erros-padrão entre parênteses. * p < 0,10; ** p < 0,05; *** p < 0,01

¹ Coeficientes

Tabela A.4 - Estudo 1: resultados completos das estimações (variável dependente = *jornada de trabalho parcial*; variável de interesse = *afazeres domésticos*)

Variáveis	Homens			Mulheres		
	MPL	Probit com seleção ¹		MPL	Probit com seleção ¹	
		Equação de seleção	Equação de interesse		Equação de seleção	Equação de interesse
Afazeres domésticos	0,0450*** (0,0119)	0,2296*** (0,0420)	0,2304*** (0,0493)	0,1268*** (0,0234)	0,2012*** (0,0610)	0,4332*** (0,0782)
Norte	0,1114*** (0,0126)	0,0526 (0,0473)	0,4071*** (0,0438)	0,0937*** (0,0169)	-0,0781** (0,0384)	0,1816*** (0,0464)
Nordeste	0,1082*** (0,0104)	0,0557 (0,0460)	0,3785*** (0,0405)	0,0983*** (0,0146)	-0,0727** (0,0350)	0,1931*** (0,0423)
Sul	-0,0350*** (0,0100)	-0,0144 (0,0487)	-0,1730*** (0,0510)	-0,0327** (0,0162)	0,0166 (0,0374)	-0,0839* (0,0452)
Centro-Oeste	0,0018 (0,0118)	0,0345 (0,0541)	0,0224 (0,0532)	0,0101 (0,0170)	-0,0629 (0,0383)	0,0063 (0,0441)
Urbano	-0,1056*** (0,0112)	-0,2045*** (0,0363)	-0,3709*** (0,0342)	-0,0989*** (0,0150)	-0,0490 (0,0439)	-0,1680*** (0,0461)
Idade	-0,0283*** (0,0025)	0,2431*** (0,0069)	-0,0541*** (0,0121)	-0,0268*** (0,0031)	0,1623*** (0,0062)	-0,0252 (0,0160)
Idade ao quadrado	0,0003*** (0,0000)	-0,0031*** (0,0001)	0,0006*** (0,0001)	0,0004*** (0,0000)	-0,0021*** (0,0001)	0,0003* (0,0002)
Responsável	-0,0203** (0,0081)	0,2257*** (0,0327)	-0,0462 (0,0345)	0,0276** (0,0114)	0,0458* (0,0268)	0,0815** (0,0321)
Casada	-0,0343*** (0,0077)	0,1629*** (0,0349)	-0,1383*** (0,0335)	0,0185 (0,0115)	-0,1530*** (0,0282)	0,0134 (0,0347)
Divorciada	-0,0051 (0,0160)	0,1163* (0,0651)	-0,0151 (0,0700)	-0,0194 (0,0193)	0,2161*** (0,0473)	-0,0067 (0,0540)
Viúva	0,0044 (0,0360)	-0,0408 (0,1019)	-0,0313 (0,1345)	-0,0245 (0,0315)	-0,1628*** (0,0593)	-0,1215 (0,0788)
Preta	-0,0056 (0,0137)	0,1372*** (0,0531)	-0,0048 (0,0571)	0,0432** (0,0199)	0,1723*** (0,0465)	0,1501*** (0,0523)
Parda	0,0044 (0,0087)	0,0241 (0,0366)	0,0175 (0,0379)	0,0146 (0,0132)	0,0091 (0,0303)	0,0361 (0,0360)
Amarela ou indígena	-0,0203 (0,0382)	0,0140 (0,1847)	-0,0614 (0,1596)	-0,0091 (0,0455)	-0,0645 (0,1277)	-0,0394 (0,1304)
Sem instrução	0,0087 (0,0235)	-0,8633*** (0,0870)	-0,2161*** (0,0830)	0,0981 (0,0634)	-0,9553*** (0,0823)	-0,0375 (0,1911)
Fundamental incompleto	-0,0405*** (0,0139)	-0,4187*** (0,0661)	-0,2316*** (0,0557)	0,0783*** (0,0190)	-0,7748*** (0,0505)	-0,0109 (0,0737)
Fundamental completo	-0,0600*** (0,0164)	-0,2479*** (0,0773)	-0,2964*** (0,0688)	0,0271 (0,0241)	-0,7030*** (0,0584)	-0,1002 (0,0792)
Médio incompleto	-0,0403** (0,0189)	-0,4221*** (0,0731)	-0,2388*** (0,0738)	-0,0168 (0,0249)	-0,7424*** (0,0615)	-0,2299*** (0,0773)
Médio completo	-0,0743*** (0,0129)	-0,0580 (0,0649)	-0,3187*** (0,0556)	-0,0755*** (0,0145)	-0,3107*** (0,0449)	-0,2686*** (0,0431)
Superior incompleto	0,0190 (0,0209)	-0,3100*** (0,0876)	0,0165 (0,0810)	0,0720*** (0,0259)	-0,2360*** (0,0598)	0,1499** (0,0691)
Renda domiciliar per capita	-0,0000 (0,0000)	0,0000*** (0,0000)	0,0000 (0,0000)	-0,0000*** (0,0000)	0,0000** (0,0000)	-0,0000** (0,0000)
Presença de crianças	-0,0057 (0,0081)	0,1027*** (0,0333)	-0,0430 (0,0340)	0,0424*** (0,0130)	-0,1345*** (0,0293)	0,0734** (0,0367)
Média locacional de participação		2,9405*** (0,2972)			1,8136*** (0,1946)	
Constante	0,7890*** (0,0537)	-5,5825*** (0,2768)	0,2322 (0,2528)	0,7043*** (0,0667)	-3,1851*** (0,1701)	-0,5439* (0,3272)

Fonte: PNS de 2019. Elaboração própria. Erros-padrão entre parênteses. * p < 0,10; ** p < 0,05; *** p < 0,01

¹ Coeficientes

Tabela A.5 - Estudo 1: resultados completos das estimações (variável dependente = *conta própria*; variável de interesse = *Afazeres domésticos*)

Variáveis	Homens			Mulheres		
	MPL	Probit com seleção ¹		MPL	Probit com seleção ¹	
		Equação de seleção	Equação de interesse		Equação de seleção	Equação de interesse
Afazeres domésticos	0,0466*** (0,0143)	0,2315*** (0,0426)	0,1538*** (0,0494)	0,0487** (0,0202)	0,1928*** (0,0611)	0,2640*** (0,0830)
Norte	0,0844*** (0,0157)	0,0379 (0,0477)	0,2363*** (0,0407)	0,0832*** (0,0144)	-0,1024*** (0,0392)	0,1622*** (0,0451)
Nordeste	0,0367*** (0,0134)	0,0464 (0,0475)	0,0990*** (0,0382)	0,0668*** (0,0127)	-0,1008*** (0,0360)	0,1186*** (0,0385)
Sul	-0,0210 (0,0137)	-0,0153 (0,0492)	-0,0650 (0,0412)	-0,0216* (0,0130)	0,0110 (0,0374)	-0,0583 (0,0442)
Centro-Oeste	-0,0258* (0,0155)	0,0341 (0,0552)	-0,0766* (0,0453)	0,0093 (0,0152)	-0,0714* (0,0383)	-0,0047 (0,0446)
Urbano	-0,1214*** (0,0137)	-0,2041*** (0,0370)	-0,3358*** (0,0325)	-0,0661*** (0,0150)	-0,0255 (0,0447)	-0,0681 (0,0451)
Idade	0,0053** (0,0027)	0,2427*** (0,0069)	0,0328 (0,0226)	-0,0017 (0,0026)	0,1613*** (0,0063)	0,0602*** (0,0128)
Idade ao quadrado	-0,0000 (0,0000)	-0,0031*** (0,0001)	-0,0002 (0,0003)	0,0001** (0,0000)	-0,0021*** (0,0001)	-0,0006*** (0,0002)
Responsável	0,0116 (0,0106)	0,2242*** (0,0332)	0,0413 (0,0346)	0,0319*** (0,0098)	0,0455* (0,0268)	0,1100*** (0,0330)
Casada	-0,0100 (0,0105)	0,1638*** (0,0353)	-0,0242 (0,0332)	0,0438*** (0,0104)	-0,1586*** (0,0282)	0,0797** (0,0354)
Divorciada	0,0529** (0,0226)	0,1170* (0,0657)	0,1520** (0,0641)	0,0074 (0,0169)	0,2116*** (0,0468)	0,0874 (0,0547)
Viúva	0,0637 (0,0558)	-0,0492 (0,1006)	0,1582 (0,1486)	0,0147 (0,0291)	-0,1583*** (0,0594)	-0,0430 (0,0731)
Preta	-0,0351** (0,0169)	0,1307** (0,0544)	-0,1011** (0,0489)	-0,0569*** (0,0146)	0,1587*** (0,0455)	-0,1197** (0,0526)
Parda	-0,0130 (0,0126)	0,0214 (0,0374)	-0,0369 (0,0348)	-0,0297*** (0,0107)	0,0046 (0,0301)	-0,0927*** (0,0357)
Amarela ou indígena	0,0785* (0,0414)	-0,0108 (0,1829)	0,2222* (0,1144)	-0,0174 (0,0350)	-0,0591 (0,1282)	-0,0774 (0,1153)
Sem instrução	0,2073*** (0,0275)	-0,8617*** (0,0877)	0,5403*** (0,1124)	0,2068*** (0,0655)	-0,9598*** (0,0823)	0,1711 (0,2066)
Fundamental incompleto	0,1988*** (0,0159)	-0,4213*** (0,0669)	0,5614*** (0,0620)	0,0784*** (0,0158)	-0,7918*** (0,0491)	-0,0069 (0,0609)
Fundamental completo	0,1368*** (0,0186)	-0,2397*** (0,0784)	0,4143*** (0,0656)	0,1163*** (0,0221)	-0,7125*** (0,0580)	0,1376* (0,0740)
Médio incompleto	0,1281*** (0,0210)	-0,4141*** (0,0745)	0,3827*** (0,0706)	0,1045*** (0,0207)	-0,7562*** (0,0609)	0,0996 (0,0706)
Médio completo	0,0835*** (0,0133)	-0,0532 (0,0656)	0,2665*** (0,0498)	0,0645*** (0,0128)	-0,3240*** (0,0441)	0,1387*** (0,0455)
Superior incompleto	0,0449* (0,0193)	-0,2914*** (0,0896)	0,1251* (0,0755)	0,0174 (0,0187)	-0,2465*** (0,0604)	-0,0062 (0,0718)
Renda domiciliar per capita	-0,0000 (0,0000)	0,0000*** (0,0000)	-0,0000** (0,0000)	-0,0000 (0,0000)	0,0000** (0,0000)	0,0000 (0,0000)
Presença de crianças	-0,0301*** (0,0092)	0,1065*** (0,0340)	-0,0822*** (0,0314)	0,0015 (0,0109)	-0,1453*** (0,0290)	-0,0404 (0,0351)
Média locacional de participação		2,9396*** (0,3120)			1,6414*** (0,2040)	
Constante	0,0862 (0,0557)	-5,5638*** (0,2846)	-1,5599*** (0,4749)	0,1109** (0,0555)	-3,0243*** (0,1843)	-2,6250*** (0,2610)

Fonte: PNS de 2019. Elaboração própria. Erros-padrão entre parênteses. * p < 0,10; ** p < 0,05; *** p < 0,01

¹ Coeficientes

Tabela A.6 - Estudo 1: resultados completos das estimações (variável dependente = *Trabalho formal*; variável de interesse = *Cuidado de pessoas*)

Variáveis	Homens			Mulheres		
	MPL	Probit com seleção ¹		MPL	Probit com seleção ¹	
		Equação de seleção	Equação de interesse		Equação de seleção	Equação de interesse
Cuidado de pessoas	-0,0204 (0,0135)	0,1060*** (0,0406)	-0,0690** (0,0350)	-0,0253* (0,0146)	-0,1290*** (0,0318)	0,0024 (0,0365)
Norte	-0,1475*** (0,0164)	0,0057 (0,0487)	-0,3748*** (0,0420)	-0,1333*** (0,0167)	-0,0917** (0,0393)	-0,1852*** (0,0430)
Nordeste	-0,1261*** (0,0146)	0,0171 (0,0487)	-0,2851*** (0,0380)	-0,1149*** (0,0161)	-0,0906** (0,0361)	-0,1446*** (0,0376)
Sul	0,0375** (0,0164)	-0,0002 (0,0520)	0,1008** (0,0414)	0,0390** (0,0178)	0,0086 (0,0385)	0,0795* (0,0412)
Centro-Oeste	0,0267 (0,0196)	0,0238 (0,0575)	0,0609 (0,0440)	-0,0062 (0,0180)	-0,0627 (0,0402)	0,0354 (0,0415)
Urbano	0,1798*** (0,0126)	-0,2039*** (0,0387)	0,5246*** (0,0341)	0,1275*** (0,0162)	-0,0553 (0,0437)	0,1684*** (0,0429)
Idade	0,0230*** (0,0030)	0,2464*** (0,0072)	-0,0005 (0,0141)	0,0186*** (0,0038)	0,1636*** (0,0065)	-0,0399*** (0,0116)
Idade ao quadrado	-0,0003*** (0,0000)	-0,0031*** (0,0001)	-0,0000 (0,0002)	-0,0002*** (0,0000)	-0,0021*** (0,0001)	0,0005*** (0,0001)
Responsável	-0,0021 (0,0120)	0,2403*** (0,0338)	-0,0482 (0,0318)	-0,0560*** (0,0125)	0,0589** (0,0273)	-0,1379*** (0,0301)
Casada	0,0280 (0,0119)	0,1528*** (0,0377)	0,0529 (0,0325)	-0,0144 (0,0131)	-0,1479*** (0,0288)	0,0326 (0,0318)
Divorciada	-0,0338 (0,0280)	0,1016 (0,0802)	-0,0931 (0,0772)	0,0165 (0,0223)	0,2184*** (0,0516)	-0,0361 (0,0516)
Viúva	-0,0513 (0,0616)	0,0634 (0,1336)	-0,1187 (0,1700)	0,0436 (0,0392)	-0,1324* (0,0699)	0,2022** (0,0850)
Preta	0,0501*** (0,0187)	0,1253** (0,0567)	0,0970** (0,0484)	0,0120 (0,0201)	0,1643*** (0,0474)	-0,0441 (0,0509)
Parda	0,0245* (0,0147)	0,0150 (0,0389)	0,0561 (0,0351)	0,0102 (0,0146)	0,0018 (0,0309)	0,0261 (0,0339)
Amarela ou indígena	0,0200 (0,0527)	0,0303 (0,2068)	0,0461 (0,1266)	0,0251 (0,0521)	-0,0497 (0,1306)	0,0856 (0,1208)
Sem instrução	-0,2663*** (0,0280)	-0,9067*** (0,0941)	-0,4841*** (0,0982)	-0,4271*** (0,0378)	-0,9877*** (0,0857)	-0,4970*** (0,1483)
Fundamental incompleto	-0,2194*** (0,0208)	-0,4311*** (0,0721)	-0,4820*** (0,0577)	-0,3610*** (0,0187)	-0,8030*** (0,0507)	-0,4352*** (0,0654)
Fundamental completo	-0,1730*** (0,0233)	-0,2681*** (0,0824)	-0,3942*** (0,0655)	-0,3298*** (0,0249)	-0,7331*** (0,0603)	-0,4147*** (0,0721)
Médio incompleto	-0,1357*** (0,0256)	-0,4256*** (0,0792)	-0,2575*** (0,0670)	-0,2906*** (0,0281)	-0,7673*** (0,0627)	-0,3047*** (0,0752)
Médio completo	-0,0356* (0,0188)	-0,0704 (0,0697)	-0,0935* (0,0490)	-0,1428*** (0,0168)	-0,3244*** (0,0456)	-0,2292*** (0,0418)
Superior incompleto	-0,0717** (0,0301)	-0,3035*** (0,0950)	-0,1394* (0,0735)	-0,1583*** (0,0286)	-0,2535*** (0,0619)	-0,2984*** (0,0697)
Renda domiciliar per capita	-0,0000*** (0,0000)	0,0000** (0,0000)	-0,0000*** (0,0000)	-0,0000** (0,0000)	0,0000** (0,0000)	-0,0000*** (0,0000)
Presença de crianças	-0,0006 (0,0138)	0,0668* (0,0390)	-0,0005 (0,0360)	0,0106 (0,0152)	-0,0622* (0,0338)	0,0478 (0,0383)
Média locacional de participação		3,0443*** (0,3130)			1,8179*** (0,1910)	
Constante	0,0826 (0,0618)	-5,5215*** (0,2899)	0,0826 (0,2840)	0,2897*** (0,0797)	-2,9848*** (0,1712)	1,2630*** (0,2351)

Fonte: PNS de 2019. Elaboração própria. Erros-padrão entre parênteses. * p < 0,10; ** p < 0,05; *** p < 0,01

¹ Coeficientes

Tabela A.7 - Estudo 1: resultados completos das estimações (variável dependente = *Jornada de trabalho parcial*; variável de interesse = *Cuidado de pessoas*)

Variáveis	Homens			Mulheres		
	MPL	Probit com seleção ¹		MPL	Probit com seleção ¹	
		Equação de seleção	Equação de interesse		Equação de seleção	Equação de interesse
Cuidado de pessoas	0,0279*** (0,0100)	0,1076*** (0,0410)	0,1337*** (0,0411)	0,0537*** (0,0139)	-0,1298*** (0,0318)	0,1139*** (0,0418)
Norte	0,1141*** (0,0132)	0,0282 (0,0497)	0,4131*** (0,0466)	0,0950*** (0,0174)	-0,0802** (0,0399)	0,1878*** (0,0499)
Nordeste	0,1079*** (0,0109)	0,0335 (0,0489)	0,3727*** (0,0434)	0,0979*** (0,0153)	-0,0778** (0,0368)	0,1947*** (0,0461)
Sul	-0,0354*** (0,0105)	-0,0077 (0,0516)	-0,1757*** (0,0544)	-0,0366** (0,0168)	0,0118 (0,0390)	-0,0988** (0,0479)
Centro-Oeste	0,0035 (0,0126)	0,0247 (0,0575)	0,0279 (0,0568)	0,0144 (0,0181)	-0,0642 (0,0400)	0,0176 (0,0470)
Urbano	-0,1063*** (0,0116)	-0,2101*** (0,0387)	-0,3736*** (0,0361)	-0,0982*** (0,0155)	-0,0585 (0,0454)	-0,1767*** (0,0491)
Idade	-0,0292*** (0,0026)	0,2458*** (0,0072)	-0,0570*** (0,0132)	-0,0265*** (0,0033)	0,1648*** (0,0065)	-0,0267 (0,0180)
Idade ao quadrado	0,0004*** (0,0000)	-0,0031*** (0,0001)	0,0007*** (0,0002)	0,0004*** (0,0000)	-0,0021*** (0,0001)	0,0004 (0,0002)
Responsável	-0,0173** (0,0083)	0,2457*** (0,0336)	-0,0291 (0,0356)	0,0303*** (0,0118)	0,0525* (0,0275)	0,0904*** (0,0330)
Casada	-0,0310*** (0,0080)	0,1549*** (0,0377)	-0,1296*** (0,0359)	0,0219* (0,0118)	-0,1425*** (0,0291)	0,0276 (0,0365)
Divorciada	-0,0104 (0,0197)	0,1016 (0,0802)	-0,0384 (0,0902)	-0,0232 (0,0215)	0,2244*** (0,0531)	-0,0222 (0,0604)
Viúva	-0,0076 (0,0425)	0,0559 (0,1297)	-0,0529 (0,1708)	-0,0171 (0,0367)	-0,1381** (0,0687)	-0,0942 (0,0923)
Preta	-0,0042 (0,0146)	0,1565*** (0,0565)	0,0070 (0,0609)	0,0430** (0,0209)	0,1723*** (0,0485)	0,1496*** (0,0555)
Parda	0,0057 (0,0092)	0,0285 (0,0385)	0,0242 (0,0402)	0,0115 (0,0139)	0,0021 (0,0315)	0,0270 (0,0379)
Amarela ou indígena	-0,0240 (0,0392)	0,0319 (0,2017)	-0,0750 (0,1658)	-0,0126 (0,0485)	-0,0721 (0,1286)	-0,0462 (0,1393)
Sem instrução	0,0116 (0,0251)	-0,9216*** (0,0941)	-0,2113** (0,0899)	0,1000 (0,0655)	-0,9830*** (0,0861)	-0,0144 (0,2012)
Fundamental incompleto	-0,0334** (0,0151)	-0,4417*** (0,0721)	-0,2062*** (0,0604)	0,0834*** (0,0200)	-0,7966*** (0,0512)	0,0164 (0,0830)
Fundamental completo	-0,0535*** (0,0176)	-0,2764*** (0,0832)	-0,2777*** (0,0735)	0,0339 (0,0253)	-0,7295*** (0,0602)	-0,0762 (0,0873)
Médio incompleto	-0,0335* (0,0202)	-0,4523*** (0,0782)	-0,2209** (0,0786)	-0,0074 (0,0258)	-0,7627*** (0,0628)	-0,1959** (0,0854)
Médio completo	-0,0684*** (0,0139)	-0,0809 (0,0702)	-0,2995*** (0,0597)	-0,0725*** (0,0152)	-0,3175*** (0,0459)	-0,2587*** (0,0462)
Superior incompleto	0,0283 (0,0226)	-0,3365*** (0,0939)	0,0449 (0,0856)	0,0799** (0,0274)	-0,2493*** (0,0622)	0,1704** (0,0741)
Renda domiciliar per capita	0,0000 (0,0000)	0,0000** (0,0000)	0,0000 (0,0000)	-0,0000*** (0,0000)	0,0000** (0,0000)	-0,0000** (0,0000)
Presença de crianças	-0,0183* (0,0099)	0,0631 (0,0391)	-0,1029** (0,0412)	0,0118 (0,0149)	-0,0504 (0,0337)	0,0151 (0,0414)
Média locacional de participação		3,0649*** (0,3155)			1,8484*** (0,2040)	
Constante	0,8326*** (0,0565)	-5,5229*** (0,2923)	0,4337 (0,2722)	0,8079*** (0,0667)	-3,0394*** (0,1717)	-0,1214 (0,3632)

Fonte: PNS de 2019. Elaboração própria. Erros-padrão entre parênteses. * p < 0,10; ** p < 0,05; *** p < 0,01

¹ Coeficientes

Tabela A.8 - Estudo 1: resultados completos das estimações (variável dependente = *Conta própria*; variável de interesse = *Cuidado de pessoas*)

Variáveis	Homens			Mulheres		
	MPL	Probit com seleção ¹		MPL	Probit com seleção ¹	
		Equação de seleção	Equação de interesse		Equação de seleção	Equação de interesse
Cuidado de pessoas	0,0272** (0,0123)	0,1129*** (0,0415)	0,0869** (0,0370)	0,0225* (0,0120)	-0,1312*** (0,0316)	0,0262 (0,0391)
Norte	0,0854*** (0,0163)	0,0137 (0,0501)	0,2402*** (0,0434)	0,0830*** (0,0148)	-0,1033** (0,0405)	0,1584*** (0,0468)
Nordeste	0,0342** (0,0141)	0,0257 (0,0504)	0,0948** (0,0413)	0,0654*** (0,0133)	-0,1044*** (0,0376)	0,1114*** (0,0404)
Sul	-0,0186 (0,0144)	-0,0086 (0,0522)	-0,0580 (0,0438)	-0,0224* (0,0135)	0,0061 (0,0390)	-0,0645 (0,0464)
Centro-Oeste	-0,0241 (0,0166)	0,0243 (0,0588)	-0,0735 (0,0482)	0,0086 (0,0161)	-0,0722* (0,0400)	-0,0099 (0,0473)
Urbano	-0,1274*** (0,0143)	-0,2096*** (0,0394)	-0,3507*** (0,0346)	-0,0632*** (0,0152)	-0,0363 (0,0462)	-0,0642 (0,0445)
Idade	0,0056** (0,0028)	0,2451** (0,0073)	0,0285 (0,0242)	-0,0014 (0,0028)	0,1638*** (0,0066)	0,0627*** (0,0129)
Idade ao quadrado	-0,0000 (0,0000)	-0,0031*** (0,0001)	-0,0002 (0,0003)	0,0001* (0,0000)	-0,0021*** (0,0001)	-0,0007*** (0,0002)
Responsável	0,0145 (0,0111)	0,2441*** (0,0341)	0,0475 (0,0371)	0,0317*** (0,0101)	0,0511* (0,0275)	0,1130*** (0,0334)
Casada	-0,0107 (0,0114)	0,1572*** (0,0384)	-0,0295 (0,0350)	0,0443*** (0,0108)	-0,1475*** (0,0291)	0,0860** (0,0366)
Divorciada	0,0456 (0,0289)	0,0997 (0,0807)	0,1280 (0,0811)	0,0003 (0,0191)	0,2227*** (0,0525)	0,0657 (0,0610)
Viúva	0,0864 (0,0641)	0,0411 (0,1275)	0,2217 (0,1683)	0,0216 (0,0334)	-0,1314* (0,0688)	-0,0175 (0,0835)
Preta	-0,0310* (0,0180)	0,1527*** (0,0579)	-0,0911* (0,0522)	-0,0561*** (0,0153)	0,1603*** (0,0475)	-0,1177** (0,0544)
Parda	-0,0132 (0,0133)	0,0250 (0,0393)	-0,0373 (0,0370)	-0,0287** (0,0112)	-0,0010 (0,0312)	-0,0924** (0,0370)
Amarela ou indígena	0,0809* (0,0425)	0,0043 (0,1998)	0,2295* (0,1183)	-0,0211 (0,0360)	-0,0704 (0,1286)	-0,0903 (0,1208)
Sem instrução	0,2004*** (0,0299)	-0,9193*** (0,0946)	0,5445*** (0,1200)	0,2139*** (0,0679)	-0,9863*** (0,0863)	0,1903 (0,2081)
Fundamental incompleto	0,1963*** (0,0173)	-0,4461*** (0,0726)	0,5657*** (0,0652)	0,0834*** (0,0169)	-0,8134*** (0,0501)	0,0098 (0,0637)
Fundamental completo	0,1267*** (0,0198)	-0,2690*** (0,0841)	0,3930*** (0,0701)	0,1245*** (0,0237)	-0,7392*** (0,0601)	0,1575** (0,0778)
Médio incompleto	0,1237*** (0,0225)	-0,4451*** (0,0796)	0,3803*** (0,0748)	0,1078*** (0,0215)	-0,7783*** (0,0623)	0,1102 (0,0735)
Médio completo	0,0798*** (0,0143)	-0,0768 (0,0708)	0,2586*** (0,0530)	0,0682*** (0,0135)	-0,3318*** (0,0453)	0,1528*** (0,0484)
Superior incompleto	0,0459** (0,0214)	-0,3206*** (0,0955)	0,1350* (0,0812)	0,0218 (0,0200)	-0,2610*** (0,0629)	0,0070 (0,0758)
Renda domiciliar per capita	-0,0000 (0,0000)	0,0000** (0,0000)	-0,0000* (0,0000)	-0,0000 (0,0000)	0,0000** (0,0000)	0,0000 (0,0000)
Presença de crianças	-0,0442*** (0,0114)	0,0670* (0,0396)	-0,1266*** (0,0372)	-0,0102 (0,0133)	-0,0597* (0,0336)	-0,0468 (0,0416)
Média locacional de participação		3,0946*** (0,3296)			1,6841*** (0,2111)	
Constante	0,1281** (0,0582)	-5,5243*** (0,2992)	-1,3312*** (0,4945)	0,1402** (0,0560)	-2,8920*** (0,1840)	-2,4510*** (0,2516)

Fonte: PNS de 2019. Elaboração própria. Erros-padrão entre parênteses. * p < 0,10; ** p < 0,05; *** p < 0,01

¹ Coeficientes

Tabela A.9 - *Estudo 1*: resultados dos testes para as estimações de análise de heterogeneidade

Testes de validade do instrumento	Homens	Mulheres
Teste F dos instrumentos excluídos	2,20	14,76
Teste de subidentificação (p-valor)	0,1368	0,0002
Teste para instrumentos fracos		
Teste de Cragg-Donald	3,235	30,358
Teste de Kleibergen-Paap	2,203	14,758

Fonte: PNS de 2019. Elaboração própria.

Tabela A.10 - Estudo 1: resultados completos das estimações (variável dependente = *Trabalho formal*; variável de interesse = *Horas de trabalho reprodutivo*)

Variáveis	Homens			Mulheres		
	MPL	MQ2E – 2º estágio	Probit com seleção ¹	MPL	MQ2E – 2º estágio	Probit com seleção ¹
			Equação de interesse			Equação de interesse
Horas de trabalho reprodutivo	-0,0011** (0,0005)	-0,0895 (0,0688)	-0,0007 (0,0015)	-0,0041*** (0,0004)	-0,0271*** (0,0094)	-0,0022* (0,0013)
Norte	-0,1463*** (0,0159)	-0,1661*** (0,0352)	-0,3773*** (0,0397)	-0,1383*** (0,0161)	-0,1837*** (0,0281)	-0,2060*** (0,0428)
Nordeste	-0,1241*** (0,0140)	-0,1905*** (0,0610)	-0,2806*** (0,0360)	-0,1136*** (0,0152)	-0,1161*** (0,0165)	-0,1685*** (0,0366)
Sul	0,0399** (0,0158)	0,0173 (0,0351)	0,1079** (0,0392)	0,0288* (0,0169)	-0,0382 (0,0342)	0,0736* (0,0401)
Centro-Oeste	0,0279 (0,0186)	-0,0095 (0,0463)	0,0625 (0,0415)	-0,0148 (0,0170)	-0,0785** (0,0332)	0,0231 (0,0405)
Urbano	0,1726*** (0,0120)	0,2323*** (0,0532)	0,5055*** (0,0324)	0,1168*** (0,0154)	0,0553* (0,0307)	0,1973*** (0,0407)
Idade	0,0226*** (0,0028)	0,0389*** (0,0135)	-0,0022 (0,0132)	0,0201*** (0,0036)	0,0276*** (0,0051)	-0,0325*** (0,0117)
Idade ao quadrado	-0,0003*** (0,0000)	-0,0005*** (0,0002)	-0,0000 (0,0002)	-0,0003*** (0,0000)	-0,0003*** (0,0001)	0,0004*** (0,0001)
Responsável	-0,0021 (0,0118)	0,3143 (0,2486)	-0,0605* (0,0315)	-0,0409*** (0,0121)	0,0418 (0,0363)	-0,1337*** (0,0298)
Casada	0,0271** (0,0112)	0,0602* (0,0358)	0,0455 (0,0308)	-0,0046 (0,0126)	0,0670** (0,0334)	0,0290 (0,0314)
Divorciada	-0,0444** (0,0222)	-0,0006 (0,0591)	-0,1284** (0,0620)	0,0129 (0,0194)	0,0027 (0,0227)	-0,0263 (0,0477)
Viúva	-0,0318 (0,0533)	0,1048 (0,1565)	-0,0506 (0,1461)	0,0438 (0,0337)	0,0476 (0,0374)	0,2011*** (0,0760)
Preta	0,0533*** (0,0175)	0,1464* (0,0799)	0,1035** (0,0455)	0,0149 (0,0187)	0,0187 (0,0228)	-0,0280 (0,0498)
Parda	0,0277** (0,0139)	0,0468 (0,0296)	0,0646* (0,0332)	0,0166 (0,0139)	0,0308* (0,0169)	0,0302 (0,0335)
Amarela ou indígena	0,0224 (0,0503)	0,2041 (0,1703)	0,0477 (0,1208)	0,0121 (0,0491)	-0,0041 (0,0531)	0,0639 (0,1209)
Sem instrução	-0,2624*** (0,0274)	-0,3567*** (0,0850)	-0,4617*** (0,0926)	-0,4197*** (0,0358)	-0,3747*** (0,0441)	-0,5733*** (0,1455)
Fundamental incompleto	-0,2160*** (0,0210)	-0,3009*** (0,0741)	-0,4625*** (0,0541)	-0,3409*** (0,0176)	-0,2389*** (0,0462)	-0,4870*** (0,0615)
Fundamental completo	-0,1698*** (0,0234)	-0,2335*** (0,0674)	-0,3806*** (0,0614)	-0,3109*** (0,0239)	-0,2261*** (0,0464)	-0,4573*** (0,0690)
Médio incompleto	-0,1335*** (0,0255)	-0,1549*** (0,0482)	-0,2454*** (0,0632)	-0,2764*** (0,0275)	-0,2166*** (0,0414)	-0,3462*** (0,0749)
Médio completo	-0,0296 (0,0194)	-0,0416 (0,0347)	-0,0758* (0,0461)	-0,1264*** (0,0161)	-0,0605* (0,0330)	-0,2338*** (0,0400)
Superior incompleto	-0,0642** (0,0292)	-0,0389 (0,0560)	-0,1201* (0,0687)	-0,1488*** (0,0277)	-0,1169*** (0,0363)	-0,3003*** (0,0677)
Renda domiciliar per capita	-0,0000*** (0,0000)	-0,0000* (0,0000)	-0,0000*** (0,0000)	-0,0000*** (0,0000)	-0,0000*** (0,0000)	-0,0000*** (0,0000)
Presença de crianças	-0,0041 (0,0112)	0,1438 (0,1168)	-0,0185 (0,0300)	0,0136 (0,0123)	0,1255*** (0,0480)	0,0521 (0,0323)
Constante	0,0884 (0,0591)	0,3841 (0,2582)	0,0938 (0,2645)	0,3056*** (0,0767)	0,4607*** (0,1120)	1,1410*** (0,2320)

Fonte: PNS de 2019. Elaboração própria. Erros-padrão entre parênteses. * p < 0,10; ** p < 0,05; *** p < 0,01

¹ Coeficientes.

Tabela A.11 - Estudo 1: resultados completos das estimações (variável dependente = *Jornada de trabalho parcial*; variável de interesse = *Horas de trabalho reprodutivo*)

Variáveis	Homens			Mulheres		
	MPL	MQ2E – 2º estágio	Probit com seleção ¹	MPL	MQ2E – 2º estágio	Probit com seleção ¹
			Equação de interesse			Equação de interesse
Horas de trabalho reprodutivo	0,0029*** (0,0004)	-0,0388 (0,0416)	0,0099*** (0,0016)	0,0072*** (0,0004)	0,0121 (0,0086)	0,0185*** (0,0017)
Norte	0,1115*** (0,0125)	0,1022*** (0,0198)	0,4124*** (0,0436)	0,1072*** (0,0167)	0,1168*** (0,0241)	0,2776*** (0,0469)
Nordeste	0,1078*** (0,0103)	0,0765** (0,0354)	0,3782*** (0,0403)	0,0978*** (0,0143)	0,0984*** (0,0135)	0,2567*** (0,0406)
Sul	-0,0347*** (0,0100)	-0,0453** (0,0195)	-0,1681*** (0,0511)	-0,0132 (0,0155)	0,0010 (0,0297)	-0,0381 (0,0467)
Centro-Oeste	0,0037 (0,0117)	-0,0140 (0,0257)	0,0293 (0,0535)	0,0312* (0,0165)	0,0447 (0,0288)	0,0862* (0,0460)
Urbano	-0,1064*** (0,0111)	-0,0782** (0,0314)	-0,3768*** (0,0343)	-0,0803*** (0,0148)	-0,0673** (0,0281)	-0,1930*** (0,0422)
Idade	-0,0285*** (0,0025)	-0,0208** (0,0083)	-0,0567*** (0,0122)	-0,0286*** (0,0031)	-0,0302*** (0,0043)	-0,0629*** (0,0150)
Idade ao quadrado	0,0003*** (0,0000)	0,0003*** (0,0001)	0,0007*** (0,0001)	0,0004*** (0,0000)	0,0004*** (0,0000)	0,0008*** (0,0002)
Responsável	-0,0245*** (0,0080)	0,1248 (0,1496)	-0,0525 (0,0347)	0,0074 (0,0108)	-0,0101 (0,0330)	0,0353 (0,0338)
Casada	-0,0346*** (0,0076)	-0,0190 (0,0201)	-0,1404*** (0,0335)	-0,0008 (0,0112)	-0,0159 (0,0295)	-0,0073 (0,0353)
Divorciada	-0,0057 (0,0158)	0,0150 (0,0335)	-0,0170 (0,0699)	-0,0166 (0,0188)	-0,0144 (0,0185)	-0,0338 (0,0553)
Viúva	-0,0016 (0,0360)	0,0628 (0,0869)	-0,0481 (0,1370)	-0,0240 (0,0303)	-0,0248 (0,0304)	-0,0912 (0,0839)
Preta	-0,0072 (0,0137)	0,0367 (0,0477)	-0,0032 (0,0571)	0,0422** (0,0187)	0,0414** (0,0185)	0,1329** (0,0544)
Parda	0,0042 (0,0086)	0,0133 (0,0163)	0,0188 (0,0379)	0,0095 (0,0128)	0,0065 (0,0137)	0,0304 (0,0374)
Amarela ou indígena	-0,0256 (0,0371)	0,0601 (0,1039)	-0,0791 (0,1543)	-0,0023 (0,0452)	0,0012 (0,0477)	-0,0134 (0,1372)
Sem instrução	0,0103 (0,0235)	-0,0341 (0,0531)	-0,2214*** (0,0838)	0,0864 (0,0635)	0,0769 (0,0656)	0,1187 (0,1891)
Fundamental incompleto	-0,0389*** (0,0138)	-0,0790* (0,0443)	-0,2333*** (0,0553)	0,0493*** (0,0182)	0,0276 (0,0416)	0,0568 (0,0655)
Fundamental completo	-0,0589*** (0,0162)	-0,0889** (0,0387)	-0,3006*** (0,0688)	0,0027 (0,0239)	-0,0153 (0,0420)	-0,0535 (0,0800)
Médio incompleto	-0,0401** (0,0189)	-0,0502* (0,0279)	-0,2458*** (0,0740)	-0,0304 (0,0242)	-0,0430 (0,0333)	-0,1536* (0,0800)
Médio completo	-0,0741*** (0,0129)	-0,0798*** (0,0197)	-0,3251*** (0,0553)	-0,0940*** (0,0139)	-0,1079*** (0,0283)	-0,2971*** (0,0443)
Superior incompleto	0,0172 (0,0207)	0,0292 (0,0326)	0,0049 (0,0807)	0,0606** (0,0254)	0,0538* (0,0278)	0,1571** (0,0710)
Renda domiciliar per capita	0,0000 (0,0000)	-0,0000 (0,0000)	0,0000 (0,0000)	-0,0000** (0,0000)	-0,0000 (0,0000)	-0,0000* (0,0000)
Presença de crianças	-0,0110 (0,0081)	0,0587 (0,0706)	-0,0611* (0,0342)	0,0081 (0,0127)	-0,0156 (0,0434)	0,0177 (0,0356)
Constante	0,8082*** (0,0540)	0,9477*** (0,1588)	0,3978 (0,2526)	0,7592*** (0,0633)	0,7263*** (0,0935)	0,3716 (0,3060)

Fonte: PNS de 2019. Elaboração própria. Erros-padrão entre parênteses. * p < 0,10; ** p < 0,05; *** p < 0,01

¹ Coeficientes.

**Tabela A.12 - Estudo 1: resultados completos das estimações (variável dependente = *Conta própria*;
variável de interesse = *Horas de trabalho reprodutivo*)**

Variáveis	Homens			Mulheres		
	MPL	MQ2E – 2º estágio	Probit com seleção¹ Equação de seleção	MPL	MQ2E – 2º estágio	Probit com seleção¹ Equação de seleção
Horas de trabalho reprodutivo	0,0022*** (0,0006)	0,0472 (0,0487)	0,0056*** (0,0017)	0,0032*** (0,0004)	-0,0032 (0,0075)	0,0039** (0,0016)
Norte	0,0843*** (0,0158)	0,0945*** (0,0236)	0,2339*** (0,0410)	0,0893*** (0,0144)	0,0766*** (0,0216)	0,1888*** (0,0466)
Nordeste	0,0357*** (0,0136)	0,0695* (0,0419)	0,0875** (0,0391)	0,0667*** (0,0126)	0,0660*** (0,0121)	0,1390*** (0,0392)
Sul	-0,0209 (0,0138)	-0,0094 (0,0229)	-0,0644 (0,0411)	-0,0128 (0,0131)	-0,0315 (0,0262)	-0,0460 (0,0447)
Centro-Oeste	-0,0242 (0,0157)	-0,0051 (0,0306)	-0,0694 (0,0452)	0,0185 (0,0151)	0,0008 (0,0256)	0,0204 (0,0460)
Urbano	-0,1217*** (0,0137)	-0,1521*** (0,0369)	-0,3380*** (0,0320)	-0,0578*** (0,0149)	-0,0749*** (0,0253)	-0,0861** (0,0415)
Idade	0,0053** (0,0027)	-0,0030 (0,0095)	0,0433** (0,0205)	-0,0025 (0,0026)	-0,0005 (0,0036)	0,0560*** (0,0128)
Idade ao quadrado	-0,0000 (0,0000)	0,0001 (0,0001)	-0,0004 (0,0003)	0,0001** (0,0000)	0,0001 (0,0000)	-0,0006*** (0,0002)
Responsável	0,0100 (0,0107)	-0,1513 (0,1755)	0,0506 (0,0365)	0,0227** (0,0096)	0,0457 (0,0291)	0,1100*** (0,0336)
Casada	-0,0100 (0,0106)	-0,0269 (0,0243)	-0,0189 (0,0332)	0,0350*** (0,0103)	0,0549** (0,0260)	0,0841** (0,0355)
Divorciada	0,0526** (0,0229)	0,0303 (0,0418)	0,1552** (0,0647)	0,0087 (0,0167)	0,0059 (0,0179)	0,0802 (0,0554)
Viúva	0,0586 (0,0555)	-0,0110 (0,1104)	0,1385 (0,1468)	0,0148 (0,0291)	0,0159 (0,0288)	-0,0177 (0,0757)
Preta	-0,0359** (0,0170)	-0,0834 (0,0569)	-0,0957* (0,0492)	-0,0574*** (0,0145)	-0,0563*** (0,0153)	-0,1330** (0,0530)
Parda	-0,0130 (0,0127)	-0,0228 (0,0197)	-0,0354 (0,0348)	-0,0319*** (0,0106)	-0,0280** (0,0121)	-0,0978*** (0,0365)
Amarela ou indígena	0,0746* (0,0409)	-0,0180 (0,1149)	0,2129* (0,1124)	-0,0145 (0,0336)	-0,0190 (0,0375)	-0,0798 (0,1159)
Sem instrução	0,2082*** (0,0275)	0,2562*** (0,0603)	0,4956*** (0,1118)	0,2015*** (0,0654)	0,2140*** (0,0669)	0,2295 (0,1999)
Fundamental incompleto	0,1998*** (0,0159)	0,2431*** (0,0509)	0,5468*** (0,0620)	0,0654*** (0,0157)	0,0937** (0,0375)	0,0111 (0,0599)
Fundamental completo	0,1374*** (0,0186)	0,1699*** (0,0446)	0,4073*** (0,0656)	0,1053*** (0,0221)	0,1289*** (0,0363)	0,1622** (0,0744)
Médio incompleto	0,1282*** (0,0209)	0,1391*** (0,0304)	0,3682*** (0,0695)	0,0981*** (0,0207)	0,1147*** (0,0287)	0,1305* (0,0728)
Médio completo	0,0835*** (0,0133)	0,0897*** (0,0214)	0,2663*** (0,0495)	0,0562*** (0,0128)	0,0745*** (0,0252)	0,1447*** (0,0460)
Superior incompleto	0,0433** (0,0192)	0,0304 (0,0322)	0,1130 (0,0747)	0,0124 (0,0190)	0,0212 (0,0215)	-0,0118 (0,0731)
Renda domiciliar per capita	-0,0000*** (0,0000)	0,0000 (0,0000)	-0,0000** (0,0000)	-0,0000 (0,0000)	-0,0000 (0,0000)	0,0000 (0,0000)
Presença de crianças	-0,0343*** (0,0093)	-0,1096 (0,0823)	-0,0917*** (0,0316)	-0,0137 (0,0109)	0,0174 (0,0383)	-0,0515 (0,0349)
Constante	0,1087** (0,0549)	-0,0420 (0,1789)	-1,6876** (0,4096)	0,1292** (0,0532)	0,1723** (0,0748)	-2,3648*** (0,2442)

Fonte: PNS de 2019. Elaboração própria. Erros-padrão entre parênteses. * p < 0,10; ** p < 0,05; *** p < 0,01

Tabela A.13 - Estudo 2: resultados das estimações do 1º estágio dos MQ2E (variável dependente = *Mulher Trabalha*; instrumentos = *Criança de 0 a 5 anos, Família nuclear, Índice de recursos domiciliares*)

Variáveis	I	II	III
Norte	-0,0778*** (0,0159)	-0,0764*** (0,0159)	-0,0455*** (0,0164)
Nordeste	-0,0394*** (0,0140)	-0,0392*** (0,0140)	-0,0133 (0,0143)
Sul	0,0369** (0,0158)	0,0365** (0,0158)	0,0314** (0,0158)
Centro-Oeste	-0,0341** (0,0166)	-0,0341** (0,0166)	-0,0309* (0,0165)
Urbano	0,0992** (0,0120)	0,0995*** (0,0119)	0,0853*** (0,0120)
Mulher: 26 a 35 anos	0,0815*** (0,0197)	0,0778*** (0,0198)	0,0655*** (0,0197)
Mulher: 36 a 49 anos	0,0893** (0,0198)	0,0849*** (0,0200)	0,0653*** (0,0201)
Mulher: mais de 50 anos	-0,0536** (0,0220)	-0,0580*** (0,0221)	-0,0828*** (0,0221)
Mulher preta	0,0231 (0,0200)	0,0231 (0,0200)	0,0369* (0,0200)
Mulher parda	-0,0294** (0,0135)	-0,0293** (0,0135)	-0,0213 (0,0135)
Mulher amarela ou indígena	-0,0034 (0,0404)	-0,0024 (0,0405)	0,0090 (0,0404)
Mulher: Fundamental incompleto	-0,0040 (0,0369)	-0,0038 (0,0369)	-0,0163 (0,0378)
Mulher: Fundamental completo	0,0538 (0,0410)	0,0537 (0,0410)	0,0310 (0,0420)
Mulher: Médio incompleto	0,0559 (0,0431)	0,0576 (0,0431)	0,0336 (0,0442)
Mulher: Médio completo	0,1373*** (0,0384)	0,1376*** (0,0384)	0,1011** (0,0395)
Mulher: Superior incompleto	0,2092** (0,0451)	0,2096*** (0,0451)	0,1630*** (0,0462)
Mulher: Superior completo	0,2430** (0,0408)	0,2426*** (0,0408)	0,1940*** (0,0418)
Renda em SM	0,0066*** (0,0014)	0,0067*** (0,0014)	0,0057*** (0,0013)
Cônjuge trabalha	0,1496** (0,0139)	0,1490*** (0,0139)	0,1412*** (0,0140)
Criança de 0 a 5 anos	-0,1003*** (0,0135)	-0,1005*** (0,0135)	-0,0953*** (0,0134)
Família nuclear		0,0658* (0,0346)	0,0692** (0,0344)
Índice de recursos domiciliares			0,2352*** (0,0390)
Constante	0,1932*** (0,0437)	0,1323** (0,0536)	0,0300 (0,0576)

Fonte: PNS de 2019. Elaboração própria. Erros-padrão entre parênteses. * p < 0,10; ** p < 0,05; *** p < 0,01

I – Instrumento: Criança de 0 a 5 anos

II – Instrumentos: Criança de 0 a 5 anos + Família Nuclear

III – Instrumentos: Criança de 0 a 5 anos + Família Nuclear + Índice de Recursos Domiciliares

Tabela A.14 - Estudo 2: resultados das estimações de MPL com a inclusão dos instrumentos no vetor de variáveis de controle

Variáveis instrumentais	Vítima de qualquer tipo de violência	Vítima de violência física	Vítima de violência psicológica	Vítima de violência sexual
Criança de 0 a 5 anos	0,0128 (0,01)	0,0060 (0,0050)	0,0126 (0,0099)	0,0055 (0,0072)
Família nuclear	0,0007 (0,0236)	0,0028 (0,0133)	-0,0028 (0,0234)	0,0024 (0,0015)
Índice de recursos domiciliares	-0,0519** (0,0255)	-0,0068 (0,0202)	-0,0430* (0,0252)	-0,0183 (0,0120)
Demais controles	Sim	Sim	Sim	Sim

Fonte: PNS de 2019. Elaboração própria. Erros-padrão entre parênteses. * $p < 0,10$; ** $p < 0,05$; *** $p < 0,01$

Tabela A.15 - Estudo 2: resultados das estimações de Probit com variável instrumental (efeito marginal)

Variável de interesse	I	II	III
Vítima de qualquer tipo de violência			
Mulher trabalha	-0,1050 (0,0915)	-0,0996 (0,0890)	-0,1322* (0,0746)
Demais controles	Sim	Sim	Sim
Vítima de violência física			
Mulher trabalha	-0,0464 (0,0472)	-0,0428 (0,0472)	-0,0326 (0,0407)
Demais controles	Sim	Sim	Sim
Vítima de violência psicológica			
Mulher trabalha	-0,1017 (0,0897)	-0,0988 (0,0872)	-0,1186 (0,0727)
Demais controles	Sim	Sim	Sim
Vítima de violência sexual			
Mulher trabalha	-0,0252 (0,0310)	-0,0226 (0,0298)	-0,0308 (0,0260)
Demais controles	Sim	Sim	Sim

Fonte: PNS de 2019. Elaboração própria. Erros-padrão entre parênteses. * $p < 0,10$; ** $p < 0,05$; *** $p < 0,01$

I – Instrumento: Criança de 0 a 5 anos

II – Instrumentos: Criança de 0 a 5 anos + Família Nuclear

III – Instrumentos: Criança de 0 a 5 anos + Família Nuclear + Índice de Recursos Domiciliares

Tabela A.16 - Estudo 2: resultados das estimações do 1º estágio dos MQ2E da análise de heterogeneidade, considerando a raça das mulheres (variável dependente = *Mulher Trabalha*; instrumento = *Criança de 0 a 5 anos*)

Variáveis	Mulher branca	Mulher preta	Mulher parda	Mulher não-branca
Norte	-0,0833*** (0,0304)	-0,1715*** (0,0494)	-0,0473** (0,0211)	-0,0712*** (0,0189)
Nordeste	-0,0767*** (0,0226)	-0,0486 (0,0385)	-0,0074 (0,0198)	-0,0195 (0,0175)
Sul	0,0418** (0,0199)	-0,0046 (0,0587)	0,0412 (0,0312)	0,0261 (0,0270)
Centro-Oeste	-0,0171 (0,0258)	-0,1013** (0,0480)	-0,0285 (0,0244)	-0,0472** (0,0216)
Urbano	0,0973*** (0,0213)	0,1416*** (0,0416)	0,0863*** (0,0152)	0,0979*** (0,0144)
Mulher: 26 a 35 anos	0,0822** (0,0357)	-0,0078 (0,0577)	0,0891*** (0,0257)	0,0707*** (0,0233)
Mulher: 36 a 49 anos	0,0753** (0,0359)	0,0416 (0,0614)	0,0932*** (0,0257)	0,0845*** (0,0234)
Mulher: mais de 50 anos	-0,0808** (0,0381)	-0,0857 (0,0666)	-0,0383 (0,0291)	-0,0467* (0,0264)
Mulher: Fundamental incompleto	-0,0600 (0,0893)	0,1358** (0,0685)	0,0003 (0,0311)	0,0262 (0,0279)
Mulher: Fundamental completo	-0,0093 (0,0932)	0,0549 (0,0904)	0,0951** (0,0389)	0,0880** (0,0352)
Mulher: Médio incompleto	0,0022 (0,0980)	0,2077** (0,0863)	0,0596 (0,0418)	0,0909** (0,0375)
Mulher: Médio completo	0,0803 (0,0904)	0,2367*** (0,0717)	0,1426*** (0,0331)	0,1648*** (0,0296)
Mulher: Superior incompleto	0,1027 (0,0979)	0,3438*** (0,0996)	0,2531*** (0,0465)	0,2676*** (0,0414)
Mulher: Superior completo	0,1859** (0,0916)	0,2912*** (0,0831)	0,2226*** (0,0386)	0,2475*** (0,0344)
Renda em SM	0,0047*** (0,0013)	0,0089 (0,0081)	0,0186*** (0,0026)	0,0148*** (0,0026)
Cônjuge trabalha	0,1569*** (0,0238)	0,1281*** (0,0411)	0,1405*** (0,0180)	0,1392*** (0,0166)
Criança de 0 a 5 anos	-0,0522** (0,0224)	-0,1640*** (0,0397)	-0,1237*** (0,0177)	-0,1300*** (0,0161)
Constante	0,2652*** (0,0922)	0,1769* (0,0958)	0,1175*** (0,0444)	0,1337*** (0,0395)

Fonte: PNS de 2019. Elaboração própria. * p < 0,10; ** p < 0,05; *** p < 0,01

Tabela A.17 - Estudo 2: resultados das estimações do 1º estágio dos MQ2E da análise de heterogeneidade, considerando a raça das mulheres (variável dependente = *Mulher Trabalha*; instrumentos = *Criança de 0 a 5 anos + Família Nuclear*)

Variáveis	Mulher branca	Mulher preta	Mulher parda	Mulher não-branca
Norte	-0,0788*** (0,0301)	-0,1700*** (0,0494)	-0,0467** (0,0211)	-0,0704*** (0,0189)
Nordeste	-0,0765*** (0,0226)	-0,0489 (0,0385)	-0,0071 (0,0198)	-0,0193 (0,0175)
Sul	0,0414** (0,0199)	-0,0053 (0,0586)	0,0407 (0,0312)	0,0255 (0,0270)
Centro-Oeste	-0,0172 (0,0258)	-0,1004** (0,0482)	-0,0286 (0,0244)	-0,0473** (0,0216)
Urbano	0,0968*** (0,0213)	0,1431*** (0,0415)	0,0865*** (0,0152)	0,0983*** (0,0144)
Mulher: 26 a 35 anos	0,0776** (0,0360)	-0,0112 (0,0574)	0,0869*** (0,0259)	0,0676*** (0,0234)
Mulher: 36 a 49 anos	0,0687* (0,0363)	0,0375 (0,0611)	0,0907*** (0,0259)	0,0810*** (0,0236)
Mulher: mais de 50 anos	-0,0867** (0,0385)	-0,0907 (0,0664)	-0,0411 (0,0293)	-0,0505* (0,0265)
Mulher: Fundamental incompleto	-0,0598 (0,0895)	0,1344* (0,0686)	0,0004 (0,0311)	0,0263 (0,0279)
Mulher: Fundamental completo	-0,0094 (0,0934)	0,0578 (0,0906)	0,0946** (0,0389)	0,0876** (0,0352)
Mulher: Médio incompleto	0,0066 (0,0981)	0,2080** (0,0861)	0,0602 (0,0418)	0,0917** (0,0375)
Mulher: Médio completo	0,0815 (0,0906)	0,2358*** (0,0718)	0,1425*** (0,0331)	0,1646*** (0,0296)
Mulher: Superior incompleto	0,1049 (0,0981)	0,3414*** (0,0999)	0,2525*** (0,0465)	0,2670*** (0,0414)
Mulher: Superior completo	0,1860** (0,0918)	0,2926*** (0,0837)	0,2216*** (0,0387)	0,2465*** (0,0345)
Renda em SM	0,0047*** (0,0014)	0,0088 (0,0081)	0,0187*** (0,0026)	0,0150*** (0,0026)
Cônjuge trabalha	0,1556*** (0,0238)	0,1247*** (0,0414)	0,1403*** (0,0180)	0,1387*** (0,0166)
Criança de 0 a 5 anos	-0,0535** (0,0224)	-0,1631*** (0,0398)	-0,1236*** (0,0177)	-0,1298*** (0,0161)
Família nuclear	0,1093* (0,0592)	0,1203 (0,1101)	0,0340 (0,0452)	0,0496 (0,0419)
Constante	0,1638 (0,1073)	0,0645 (0,1431)	0,0860 (0,0602)	0,0880 (0,0549)

Fonte: PNS de 2019. Elaboração própria. * p < 0,10; ** p < 0,05; *** p < 0,01

Tabela A.18 - Estudo 2: resultados das estimações do 1º estágio dos MQ2E da análise de heterogeneidade, considerando a raça das mulheres (variável dependente = *Mulher Trabalha*; instrumentos = *Criança de 0 a 5 anos + Família Nuclear + Índice de Recursos Domiciliares*)

Variáveis	Mulher branca	Mulher preta	Mulher parda	Mulher não-branca
Norte	-0,0470 (0,0308)	-0,1379*** (0,0511)	-0,0292 (0,0217)	-0,0497** (0,0195)
Nordeste	-0,0467** (0,0234)	-0,0208 (0,0394)	0,0069 (0,0202)	-0,0025 (0,0178)
Sul	0,0337* (0,0200)	0,0008 (0,0590)	0,0390 (0,0311)	0,0247 (0,0269)
Centro-Oeste	-0,0155 (0,0256)	-0,0959** (0,0483)	-0,0255 (0,0244)	-0,0441** (0,0216)
Urbano	0,0829*** (0,0214)	0,1252*** (0,0414)	0,0786*** (0,0153)	0,0886*** (0,0145)
Mulher: 26 a 35 anos	0,0651* (0,0354)	-0,0290 (0,0569)	0,0805*** (0,0260)	0,0593** (0,0235)
Mulher: 36 a 49 anos	0,0487 (0,0361)	0,0154 (0,0604)	0,0801*** (0,0261)	0,0681*** (0,0237)
Mulher: mais de 50 anos	-0,1132*** (0,0380)	-0,1128* (0,0666)	-0,0542* (0,0297)	-0,0660** (0,0270)
Mulher: Fundamental incompleto	-0,0742 (0,0937)	0,1263* (0,0720)	-0,0068 (0,0310)	0,0181 (0,0279)
Mulher: Fundamental completo	-0,0355 (0,0974)	0,0414 (0,0926)	0,0821** (0,0394)	0,0731** (0,0357)
Mulher: Médio incompleto	-0,0180 (0,1022)	0,1881** (0,0901)	0,0458 (0,0424)	0,0749** (0,0381)
Mulher: Médio completo	0,0391 (0,0946)	0,2037*** (0,0773)	0,1226*** (0,0340)	0,1414*** (0,0306)
Mulher: Superior incompleto	0,0551 (0,1018)	0,2890*** (0,1048)	0,2278*** (0,0477)	0,2363*** (0,0428)
Mulher: Superior completo	0,1327 (0,0959)	0,2535*** (0,0886)	0,1948*** (0,0398)	0,2154*** (0,0358)
Renda em SM	0,0040*** (0,0013)	0,0055 (0,0081)	0,0171*** (0,0026)	0,0132*** (0,0026)
Cônjuge trabalha	0,1467*** (0,0238)	0,1139*** (0,0414)	0,1372*** (0,0182)	0,1340*** (0,0168)
Criança de 0 a 5 anos	-0,0512** (0,0222)	-0,1508*** (0,0399)	-0,1202*** (0,0176)	-0,1252*** (0,0160)
Família nuclear	0,1143* (0,0601)	0,1028 (0,1100)	0,0357 (0,0449)	0,0501 (0,0416)
Índice de recursos domiciliares	0,2665*** (0,0668)	0,2769** (0,1140)	0,1328** (0,0525)	0,1609*** (0,0478)
Constante	0,0418 (0,1190)	-0,0217 (0,1490)	0,0346 (0,0629)	0,0275 (0,0573)

Fonte: PNS de 2019. Elaboração própria. * p < 0,10; ** p < 0,05; *** p < 0,01

Tabela A.19 - Estudo 2: resultados dos testes para as estimações de análise de heterogeneidade, considerando a raça das mulheres (variáveis dependentes = *vítima de qualquer tipo de violência; vítima de violência física; vítima de violência psicológica; vítima de violência sexual*)

Testes de validade dos instrumentos	Cor/raça da mulher			
	Mulher branca	Mulher preta	Mulher parda	Mulher não-branca
I				
Teste F dos instrumentos excluídos	5,44	17,02	48,74	65,07
Teste de subidentificação (p-valor)	0,0176	0,0001	0,0000	0,0000
Teste para instrumentos fracos				
Teste de Cragg-Donald	13,850	41,541	138,446	180,253
Teste de Kleibergen-Paap	5,438	17,016	48,744	65,069
II				
Teste F dos instrumentos excluídos	4,41	9,52	24,72	33,58
Teste de subidentificação (p-valor)	0,0108	0,0002	0,0000	0,0000
Teste para instrumentos fracos				
Teste de Cragg-Donald	10,520	22,199	69,957	92,521
Teste de Kleibergen-Paap	4,408	9,522	24,717	33,582
III				
Teste F dos instrumentos excluídos	7,98	8,13	17,90	25,55
Teste de subidentificação (p-valor)	0,0000	0,0001	0,0000	0,0000
Teste para instrumentos fracos				
Teste de Cragg-Donald	23,044	19,837	53,806	75,333
Teste de Kleibergen-Paap	7,979	8,131	17,899	25,546

Fonte: PNS de 2019. Elaboração própria.

I – Instrumento: Criança de 0 a 5 anos

II – Instrumentos: Criança de 0 a 5 anos + Família Nuclear

III – Instrumentos: Criança de 0 a 5 anos + Família Nuclear + Índice de Recursos Domiciliares

Tabela A.20 - Estudo 2: resultados das estimações do 1º estágio dos MQ2E da análise de heterogeneidade, considerando o rendimento familiar das mulheres (variável dependente = *Mulher Trabalha*)

Variáveis	Rendimento de até 1 SM	Rendimento de mais de 1 SM	Rendimento de até 1 SM	Rendimento de mais de 1 SM	Rendimento de até 1 SM	Rendimento de mais de 1 SM
	I		II		III	
Norte	-0,0208 (0,0380)	-0,0734** (0,0171)	-0,0200 (0,0381)	-0,0715** (0,0171)	-0,0181 (0,0402)	-0,0481** (0,0176)
Nordeste	0,0252 (0,0371)	-0,0221 (0,0148)	0,0255 (0,0371)	-0,0215 (0,0148)	0,0264 (0,0378)	-0,0022 (0,0153)
Sul	-0,0375 (0,0542)	0,0328** (0,0162)	-0,0374 (0,0542)	0,0322** (0,0162)	-0,0382 (0,0543)	0,0288* (0,0162)
Centro-Oeste	-0,1047** (0,0433)	-0,0334* (0,0172)	-0,1049** (0,0434)	-0,0335* (0,0172)	-0,1052** (0,0433)	-0,0307* (0,0172)
Urbano	0,0279 (0,0211)	0,0786** (0,0137)	0,0283 (0,0212)	0,0784*** (0,0136)	0,0281 (0,0213)	0,0680** (0,0137)
Mulher: 26 a 35 anos	0,0914*** (0,0327)	0,0724*** (0,0219)	0,0902*** (0,0329)	0,0669*** (0,0220)	0,0898*** (0,0333)	0,0572*** (0,0220)
Mulher: 36 a 49 anos	0,0615** (0,0309)	0,0787*** (0,0219)	0,0605* (0,0310)	0,0721*** (0,0221)	0,0596* (0,0312)	0,0571** (0,0223)
Mulher: mais de 50 anos	0,0831** (0,0424)	-0,0874*** (0,0242)	0,0823* (0,0425)	-0,0942*** (0,0244)	0,0812* (0,0431)	-0,1125*** (0,0244)
Mulher preta	0,0767 (0,0474)	0,0168 (0,0213)	0,0768 (0,0474)	0,0167 (0,0213)	0,0774 (0,0474)	0,0280 (0,0213)
Mulher parda	-0,0067 (0,0281)	-0,0266* (0,0143)	-0,0064 (0,0281)	-0,0264* (0,0143)	-0,0062 (0,0279)	-0,0201 (0,0143)
Mulher amarela ou indígena	-0,0187 (0,0601)	0,0043 (0,0436)	-0,0178 (0,0602)	0,0056 (0,0437)	-0,0174 (0,0603)	0,0141 (0,0437)
Mulher: Fundamental incompleto	0,0841*** (0,0306)	-0,0201 (0,0447)	0,0838*** (0,0306)	-0,0195 (0,0447)	0,0829*** (0,0309)	-0,0291 (0,0457)
Mulher: Fundamental completo	0,1129*** (0,0424)	0,0395 (0,0486)	0,1126*** (0,0424)	0,0396 (0,0486)	0,1115*** (0,0431)	0,0218 (0,0497)
Mulher: Médio incompleto	0,1991*** (0,0652)	0,0209 (0,0504)	0,1986*** (0,0652)	0,0238 (0,0503)	0,1972*** (0,0661)	0,0058 (0,0515)
Mulher: Médio completo	0,1238*** (0,0392)	0,1156** (0,0457)	0,1239*** (0,0392)	0,1162** (0,0457)	0,1218*** (0,0414)	0,0886* (0,0468)

Fonte: PNS de 2019. Elaboração própria. Erros-padrão entre parênteses. SM = salário mínimo * p < 0,10; ** p < 0,05; *** p < 0,01

I – Instrumento: Criança de 0 a 5 anos

II – Instrumentos: Criança de 0 a 5 anos + Família Nuclear

III – Instrumentos: Criança de 0 a 5 anos + Família Nuclear + Índice de Recursos Domiciliares

Tabela A.20 – Estudo 2: resultados das estimações do 1º estágio dos MQ2E da análise de heterogeneidade, considerando o rendimento familiar das mulheres
(variável dependente = *Mulher Trabalha*) (continuação)

Variáveis	Rendimento de até 1 SM	Rendimento de mais de 1 SM	Rendimento de até 1 SM	Rendimento de mais de 1 SM	Rendimento de até 1 SM	Rendimento de mais de 1 SM
	I		II		III	
Mulher: Superior incompleto	0,2587** (0,1156)	0,1756*** (0,0514)	0,2578** (0,1157)	0,1762*** (0,0514)	0,2546** (0,1168)	0,1415*** (0,0525)
Mulher: Superior completo	0,0084 (0,0514)	0,2180*** (0,0474)	0,0079 (0,0514)	0,2177*** (0,0474)	0,0032 (0,0566)	0,1811*** (0,0486)
Renda em SM	0,0881*** (0,0317)	0,0057*** (0,0013)	0,0881*** (0,0317)	0,0058*** (0,0013)	0,0875*** (0,0313)	0,0051*** (0,0012)
Cônjuge trabalha	0,0039 (0,0239)	0,1347*** (0,0162)	0,0034 (0,0239)	0,1334*** (0,0162)	0,0034 (0,0240)	0,1297*** (0,0163)
Criança de 0 a 5 anos	-0,0715*** (0,0257)	-0,1008*** (0,0145)	-0,0711*** (0,0257)	-0,1011*** (0,0145)	-0,0709*** (0,0258)	-0,0969*** (0,0144)
Família nuclear			0,0547 (0,0657)	0,0866** (0,0358)	0,0551 (0,0659)	0,0876** (0,0355)
Índice de recursos domiciliares					0,0157 (0,0796)	0,1861*** (0,0427)
Constante	-0,0433 (0,0596)	0,2773*** (0,0514)	-0,0973 (0,0871)	0,1987*** (0,0601)	-0,1030 (0,0929)	0,1134* (0,0652)

Fonte: PNS de 2019. Elaboração própria. Erros-padrão entre parênteses. SM = salário mínimo * p < 0,10; ** p < 0,05; *** p < 0,01

I – Instrumento: Criança de 0 a 5 anos

II – Instrumentos: Criança de 0 a 5 anos + Família Nuclear

III – Instrumentos: Criança de 0 a 5 anos + Família Nuclear + Índice de Recursos Domiciliares

Tabela A.21 - Estudo 2: resultados dos testes para as estimações de análise de heterogeneidade, considerando o rendimento familiar das mulheres (variáveis dependentes = *vítima de qualquer tipo de violência; vítima de violência física; vítima de violência psicológica; vítima de violência sexual*)

Testes de validade dos instrumentos	Rendimento familiar da mulher	
	Até 1 salário mínimo	Mais de 1 salário mínimo
I		
Teste F dos instrumentos excluídos	7,75	48,17
Teste de subidentificação (p-valor)	0,0060	0,0000
Teste para instrumentos fracos		
Teste de Cragg-Donald	16,987	134,677
Teste de Kleibergen-Paap	7,750	48,171
II		
Teste F dos instrumentos excluídos	4,40	27,37
Teste de subidentificação (p-valor)	0,0155	0,0000
Teste para instrumentos fracos		
Teste de Cragg-Donald	8,656	74,403
Teste de Kleibergen-Paap	4,403	27,369
III		
Teste F dos instrumentos excluídos	3	23,41
Teste de subidentificação (p-valor)	0,0360	0,0000
Teste para instrumentos fracos		
Teste de Cragg-Donald	5,802	69,974
Teste de Kleibergen-Paap	3,001	23,412

Fonte: PNS de 2019. Elaboração própria.

I – Instrumento: Criança de 0 a 5 anos

II – Instrumentos: Criança de 0 a 5 anos + Família Nuclear

III – Instrumentos: Criança de 0 a 5 anos + Família Nuclear + Índice de Recursos Domiciliares

Tabela A.22 - Estudo 3: resultados completos das estimações, considerando os tipos de violência (variável dependente = *Mulheres com sintomas depressivos clinicamente relevantes*)

Variáveis	MPL	Probit (efeitos marginais)
Vítima de violência física	0,1263*** (0,0488)	0,0808*** (0,0296)
Vítima de violência psicológica	0,1013*** (0,0240)	0,0828*** (0,0163)
Vítima de violência sexual	0,1410* (0,0852)	0,0846* (0,0475)
Afazer domésticos	-0,0263 (0,0231)	-0,0208 (0,0203)
Cuidado de pessoas	0,0231** (0,0091)	0,0223** (0,0088)
Norte	-0,0435*** (0,0117)	-0,0434*** (0,0120)
Nordeste	-0,0279*** (0,0104)	-0,0260** (0,0102)
Sul	0,0004 (0,0124)	0,0021 (0,0124)
Centro-Oeste	0,0016 (0,0129)	0,0022 (0,0121)
Urbano	0,0354*** (0,0103)	0,0367*** (0,0111)
Idade: 26 a 35 anos	-0,0240 (0,0146)	-0,0249* (0,0138)
Idade: 36 a 49 anos	-0,0247* (0,0145)	-0,0258* (0,0133)
Idade: 50 a 65 anos	-0,0424** (0,0169)	-0,0435*** (0,0162)
Mulher preta	0,0036 (0,0140)	0,0051 (0,0131)
Mulher parda	-0,0047 (0,0101)	-0,0038 (0,0099)
Mulher amarela ou indígena	-0,0187 (0,0315)	-0,0203 (0,0305)
Fundamental incompleto	0,0326 (0,0322)	0,0252 (0,0276)

Fonte: PNS de 2019. Elaboração própria. Erros-padrão entre parênteses. * p < 0,10; ** p < 0,05; *** p < 0,01

Tabela A.22 – Estudo 3: resultados completos das estimações, considerando os tipos de violência (variável dependente = *Mulheres com sintomas depressivos clinicamente relevantes*) (continuação)

Variáveis	MPL	Probit (efeitos marginais)
Fundamental completo	0,0553 (0,0359)	0,0450 (0,0310)
Médio incompleto	0,0586 (0,0380)	0,0461 (0,0321)
Médio completo	0,0144 (0,0344)	0,0059 (0,0297)
Superior incompleto	0,0677* (0,0386)	0,0596* (0,0334)
Superior completo	0,0466 (0,0342)	0,0425 (0,0302)
Renda domiciliar em SM	-0,0007 (0,0008)	-0,0009 (0,0012)
Mulher ocupada	-0,0479*** (0,0159)	-0,0411*** (0,0129)
Mulher solteira	0,0043 (0,0091)	0,0055 (0,0091)
Mulher viúva	0,0408 (0,0260)	0,0378* (0,0228)
Mulher divorciada	0,0341** (0,0152)	0,0319** (0,0138)
Pessoas no domicílio	0,0013 (0,0036)	0,0009 (0,0033)
Condição de saúde	-0,1962*** (0,0113)	-0,1680*** (0,0086)
Constante	0,2912*** (0,0445)	
Observações	21.252	21.252

Fonte: PNS de 2019. Elaboração própria. Erros-padrão entre parênteses. * p < 0,10; ** p < 0,05; *** p < 0,01

Tabela A.23 - Estudo 3: resultados completos das estimações para a variável dependente *Mulheres com sintomas depressivos clinicamente relevantes*, considerando a cor/raça das mulheres

Variáveis	Mulheres brancas		Mulheres pretas		Mulheres pardas		Mulheres não-brancas (pretas, pardas, amarelas e indígenas)	
	MPL	Probit (efeitos marginais)	MPL	Probit (efeitos marginais)	MPL	Probit (efeitos marginais)	MPL	Probit (efeitos marginais)
Vítima de violência	0,1829*** (0,0450)	0,1330*** (0,0268)	0,1373*** (0,0452)	0,1082*** (0,0304)	0,1369*** (0,0257)	0,1071*** (0,0171)	0,1417*** (0,0223)	0,1098*** (0,0149)
Afazeres domésticos	-0,0532 (0,0394)	-0,0391 (0,0298)	0,0014 (0,0573)	0,0093 (0,0584)	0,0016 (0,0281)	-0,0006 (0,0296)	0,0006 (0,0256)	0,0011 (0,0272)
Cuidado de pessoas	0,0032 (0,0151)	0,0031 (0,0143)	0,0581** (0,0233)	0,0615*** (0,0221)	0,0328** (0,0129)	0,0303** (0,0126)	0,0398*** (0,0110)	0,0384*** (0,0109)
Norte	-0,0563*** (0,0203)	-0,0495** (0,0211)	0,0341 (0,0387)	0,0445 (0,0348)	-0,0510*** (0,0160)	-0,0531*** (0,0162)	-0,0351** (0,0137)	-0,0362** (0,0142)
Nordeste	-0,0477*** (0,0171)	-0,0442*** (0,0169)	0,0424* (0,0251)	0,0482** (0,0233)	-0,0341** (0,0146)	-0,0338** (0,0141)	-0,0160 (0,0126)	-0,0150 (0,0124)
Sul	-0,0124 (0,0146)	-0,0099 (0,0145)	0,1046** (0,0512)	0,1052** (0,0429)	0,0022 (0,0261)	0,0013 (0,0242)	0,0226 (0,0239)	0,0237 (0,0222)
Centro-Oeste	-0,0098 (0,0192)	-0,0075 (0,0177)	0,0384 (0,0344)	0,0412 (0,0311)	-0,0040 (0,0195)	-0,0034 (0,0182)	0,0077 (0,0161)	0,0084 (0,0153)
Urbano	0,0205 (0,0208)	0,0179 (0,0212)	0,0492 (0,0372)	0,0465 (0,0362)	0,0446*** (0,0116)	0,0494*** (0,0131)	0,0448*** (0,0116)	0,0485*** (0,0128)
Idade: 26 a 35 anos	-0,0081 (0,0248)	-0,0070 (0,0228)	-0,0346 (0,0377)	-0,0343 (0,0329)	-0,0348 (0,0214)	-0,0393* (0,0202)	-0,0321* (0,0181)	-0,0348** (0,0171)
Idade: 36 a 49 anos	-0,0156 (0,0250)	-0,0138 (0,0227)	-0,0473 (0,0354)	-0,0504 (0,0310)	-0,0218 (0,0215)	-0,0255 (0,0197)	-0,0269 (0,0180)	-0,0295* (0,0166)
Idade: 50 a 65 anos	-0,0312 (0,0282)	-0,0290 (0,0265)	-0,0516 (0,0414)	-0,0552 (0,0368)	-0,0535** (0,0249)	-0,0573** (0,0243)	-0,0502** (0,0208)	-0,0537*** (0,0200)
Fundamental incompleto	0,1231*** (0,0467)	0,1159** (0,0498)	0,0003 (0,0627)	-0,0012 (0,0554)	-0,0362 (0,0350)	-0,0323 (0,0289)	-0,0288 (0,0310)	-0,0258 (0,0260)
Fundamental completo	0,1271** (0,0517)	0,1180** (0,0548)	0,0932 (0,0759)	0,0802 (0,0624)	-0,0147 (0,0426)	-0,0116 (0,0355)	0,0041 (0,0372)	0,0042 (0,0310)
Médio incompleto	0,1346** (0,0589)	0,1232** (0,0587)	0,0020 (0,0731)	0,0004 (0,0648)	-0,0007 (0,0424)	-0,0012 (0,0341)	0,0024 (0,0364)	0,0006 (0,0300)
Médio completo	0,0931* (0,0524)	0,0844 (0,0554)	-0,0163 (0,0633)	-0,0148 (0,0559)	-0,0476 (0,0350)	-0,0430 (0,0293)	-0,0426 (0,0309)	-0,0390 (0,0263)

Fonte: PNS de 2019. Elaboração própria. Erros-padrão entre parênteses. * p < 0,10; ** p < 0,05; *** p < 0,01

Tabela A.23 – Estudo 3: resultados completos das estimações para a variável dependente *Mulheres com sintomas depressivos clinicamente relevantes*, considerando a cor/raça das mulheres (continuação)

Variáveis	Mulheres brancas		Mulheres pretas		Mulheres pardas		Mulheres não-brancas (pretas, pardas, amarelas e indígenas)	
	MPL	Probit (efeitos marginais)	MPL	Probit (efeitos marginais)	MPL	Probit (efeitos marginais)	MPL	Probit (efeitos marginais)
Superior incompleto	0,1296** (0,0540)	0,1225** (0,0564)	0,0985 (0,0886)	0,0864 (0,0708)	0,0078 (0,0501)	0,0134 (0,0420)	0,0248 (0,0426)	0,0276 (0,0357)
Superior completo	0,1488*** (0,0519)	0,1443*** (0,0549)	-0,0483 (0,0654)	-0,0552 (0,0599)	-0,0353 (0,0362)	-0,0259 (0,0316)	-0,0389 (0,0322)	-0,0332 (0,0285)
Renda domiciliar em SM	-0,0011 (0,0009)	-0,0013 (0,0015)	0,0037 (0,0036)	0,0040 (0,0034)	-0,0002 (0,0014)	-0,0009 (0,0016)	0,0002 (0,0012)	-0,0002 (0,0014)
Mulher ocupada	-0,0553* (0,0300)	-0,0455** (0,0227)	-0,0745* (0,0401)	-0,0636** (0,0315)	-0,0350* (0,0197)	-0,0299* (0,0165)	-0,0430** (0,0176)	-0,0377** (0,0147)
Mulher solteira	0,0165 (0,0158)	0,0187 (0,0153)	-0,0546** (0,0233)	-0,0548** (0,0217)	0,0091 (0,0129)	0,0100 (0,0128)	-0,0032 (0,0108)	-0,0021 (0,0108)
Mulher viúva	0,0704* (0,0423)	0,0636* (0,0344)	-0,1082*** (0,0328)	-0,1582*** (0,0514)	0,0765* (0,0418)	0,0675** (0,0317)	0,0225 (0,0308)	0,0213 (0,0282)
Mulher divorciada	0,0452** (0,0225)	0,0405** (0,0196)	-0,0235 (0,0438)	-0,0126 (0,0416)	0,0284 (0,0229)	0,0309 (0,0216)	0,0240 (0,0201)	0,0258 (0,0188)
Pessoas no domicílio	0,0034 (0,0060)	0,0029 (0,0054)	-0,0065 (0,0084)	-0,0063 (0,0076)	0,0036 (0,0048)	0,0032 (0,0044)	0,0007 (0,0042)	0,0005 (0,0038)
Condição de saúde	-0,2183*** (0,0213)	-0,1737*** (0,0146)	-0,1732*** (0,0267)	-0,1610*** (0,0220)	-0,1802*** (0,0148)	-0,1615*** (0,0118)	-0,1802*** (0,0130)	-0,1619*** (0,0104)
Constante	0,2605*** (0,0703)		0,3157*** (0,1119)		0,2858*** (0,0546)		0,2928*** (0,0483)	
Observações	7.636	7.636	2.419	2.419	10.883	10.883	13.616	13.616

Fonte: PNS de 2019. Elaboração própria. Erros-padrão entre parênteses. * p < 0,10; ** p < 0,05; *** p < 0,01

Tabela A.24 - Estudo 3: resultados completos das estimações para a variável dependente *Mulheres com sintomas depressivos clinicamente relevantes*, considerando o rendimento mensal domiciliar das mulheres

Variáveis	Rendimento de até 1 salário mínimo		Rendimento de mais de 1 salário mínimo	
	MPL	Probit (efeitos marginais)	MPL	Probit (efeitos marginais)
Vítima de violência	0,1571*** (0,0413)	0,1294*** (0,0292)	0,1596*** (0,0261)	0,1206*** (0,0166)
Afazer domésticos	0,0012 (0,0540)	0,0167 (0,0672)	-0,0249 (0,0240)	-0,0196 (0,0207)
Cuidado de pessoas	0,0371 (0,0242)	0,0372 (0,0229)	0,0225** (0,0096)	0,0219** (0,0093)
Norte	-0,0975** (0,0416)	-0,0841** (0,0380)	-0,0400*** (0,0123)	-0,0407*** (0,0127)
Nordeste	-0,0847** (0,0383)	-0,0723** (0,0329)	-0,0209* (0,0108)	-0,0195* (0,0105)
Sul	-0,0096 (0,0570)	0,0080 (0,0475)	-0,0003 (0,0126)	0,0010 (0,0127)
Centro-Oeste	-0,0037 (0,0585)	0,0051 (0,0465)	0,0017 (0,0134)	0,0018 (0,0126)
Urbano	0,0813*** (0,0228)	0,0931*** (0,0261)	0,0224** (0,0110)	0,0229** (0,0114)
Idade: 26 a 35 anos	-0,0197 (0,0345)	-0,0274 (0,0353)	-0,0240 (0,0157)	-0,0242* (0,0146)
Idade: 36 a 49 anos	-0,0342 (0,0319)	-0,0447 (0,0325)	-0,0257 (0,0158)	-0,0256* (0,0144)
Idade: 50 a 65 anos	0,0434 (0,0499)	0,0272 (0,0432)	-0,0509*** (0,0177)	-0,0510*** (0,0170)
Mulher preta	-0,0069 (0,0379)	0,0003 (0,0370)	0,0057 (0,0148)	0,0064 (0,0137)
Mulher parda	0,0184 (0,0278)	0,0217 (0,0265)	-0,0069 (0,0106)	-0,0057 (0,0104)
Mulher amarela ou indígena	0,0869 (0,1100)	0,0474 (0,0762)	-0,0327 (0,0299)	-0,0323 (0,0316)
Fundamental incompleto	-0,0151 (0,0631)	-0,0194 (0,0530)	0,0348 (0,0337)	0,0305 (0,0303)
Fundamental completo	-0,0042 (0,0701)	-0,0037 (0,0592)	0,0605 (0,0372)	0,0517 (0,0332)

Fonte: PNS de 2019. Elaboração própria. Erros-padrão entre parênteses. * p < 0,10; ** p < 0,05; *** p < 0,01

Tabela A.24 – Estudo 3: resultados completos das estimações para a variável dependente *Mulheres com sintomas depressivos clinicamente relevantes*, considerando o rendimento mensal domiciliar das mulheres (continuação)

Variáveis	Rendimento de até 1 salário mínimo		Rendimento de mais de 1 salário mínimo	
	MPL	Probit (efeitos marginais)	MPL	Probit (efeitos marginais)
Médio incompleto	-0,0629 (0,0691)	-0,0626 (0,0617)	0,0701* (0,0395)	0,0580* (0,0342)
Médio completo	-0,0604 (0,0666)	-0,0645 (0,0579)	0,0182 (0,0344)	0,0124 (0,0311)
Superior incompleto	0,0132 (0,0861)	0,0097 (0,0745)	0,0692* (0,0390)	0,0641* (0,0349)
Superior completo	0,0689 (0,1052)	0,0625 (0,0865)	0,0477 (0,0350)	0,0456 (0,0321)
Renda domiciliar em SM	-0,1021** (0,0460)	-0,0941** (0,0418)	-0,0006 (0,0008)	-0,0009 (0,0012)
Mulher ocupada	-0,0608** (0,0298)	-0,0500* (0,0269)	-0,0440** (0,0180)	-0,0386*** (0,0145)
Mulher solteira	0,0134 (0,0268)	0,0170 (0,0260)	0,0037 (0,0096)	0,0051 (0,0096)
Mulher viúva	0,0189 (0,0702)	0,0251 (0,0636)	0,0453* (0,0272)	0,0426* (0,0238)
Mulher divorciada	-0,0154 (0,0396)	-0,0109 (0,0368)	0,0391** (0,0165)	0,0367** (0,0148)
Pessoas no domicílio	-0,0045 (0,0089)	-0,0029 (0,0084)	0,0025 (0,0037)	0,0017 (0,0034)
Condição de saúde	-0,1669*** (0,0228)	-0,1644*** (0,0209)	-0,1978*** (0,0118)	-0,1666*** (0,0088)
Constante	0,3588*** (0,1088)		0,2932*** (0,0491)	
Observações	2.589	2.589	18.663	18.663

Fonte: PNS de 2019. Elaboração própria. Erros-padrão entre parênteses. * p < 0,10; ** p < 0,05; *** p < 0,01

Tabela A.25 - Estudo 3: resultados completos das estimações para a variável dependente *Mulheres com sintomas depressivos clinicamente relevantes*, considerando o nível de escolaridade das mulheres

Variáveis	Mulheres sem instrução ou com ensino fundamental (completo ou incompleto)		Mulheres com ensino médio (completo ou incompleto)		Mulheres com ensino superior (completo ou incompleto)	
	MPL	Probit (efeitos marginais)	MPL	Probit (efeitos marginais)	MPL	Probit (efeitos marginais)
Vítima de violência	0,1408*** (0,0326)	0,1111*** (0,0226)	0,1533*** (0,0311)	0,1166*** (0,0191)	0,1829*** (0,0554)	0,1319*** (0,0330)
Afazeres domésticos	-0,1446** (0,0657)	-0,1049** (0,0479)	-0,0061 (0,0386)	-0,0012 (0,0332)	-0,0093 (0,0335)	-0,0085 (0,0315)
Cuidado de pessoas	0,0374* (0,0191)	0,0333* (0,0183)	0,0250* (0,0132)	0,0233* (0,0126)	0,0069 (0,0192)	0,0087 (0,0186)
Norte	-0,0530** (0,0240)	-0,0554** (0,0248)	-0,0328* (0,0171)	-0,0279* (0,0168)	-0,0552*** (0,0208)	-0,0603*** (0,0221)
Nordeste	-0,0480** (0,0202)	-0,0440** (0,0197)	-0,0166 (0,0155)	-0,0140 (0,0148)	-0,0354* (0,0193)	-0,0353* (0,0188)
Sul	0,0085 (0,0256)	0,0097 (0,0260)	0,0137 (0,0179)	0,0175 (0,0175)	-0,0265 (0,0206)	-0,0243 (0,0204)
Centro-Oeste	0,0268 (0,0249)	0,0255 (0,0228)	0,0143 (0,0200)	0,0152 (0,0177)	-0,0319 (0,0209)	-0,0321 (0,0213)
Urbano	0,0302* (0,0159)	0,0328* (0,0168)	0,0437*** (0,0159)	0,0506*** (0,0189)	0,0313 (0,0214)	0,0291 (0,0245)
Idade: 26 a 35 anos	-0,0387 (0,0412)	-0,0417 (0,0364)	-0,0370** (0,0183)	-0,0366** (0,0171)	-0,0129 (0,0329)	-0,0147 (0,0307)
Idade: 36 a 49 anos	-0,0438 (0,0420)	-0,0471 (0,0370)	-0,0353* (0,0188)	-0,0358** (0,0170)	-0,0154 (0,0332)	-0,0158 (0,0306)
Idade: 50 a 65 anos	-0,0514 (0,0437)	-0,0577 (0,0387)	-0,0486* (0,0258)	-0,0484* (0,0247)	-0,0530 (0,0333)	-0,0546* (0,0330)
Mulher preta	0,0064 (0,0266)	0,0052 (0,0251)	0,0125 (0,0201)	0,0147 (0,0186)	-0,0077 (0,0269)	-0,0044 (0,0246)
Mulher parda	-0,0085 (0,0198)	-0,0100 (0,0195)	0,0071 (0,0159)	0,0084 (0,0152)	-0,0121 (0,0201)	-0,0086 (0,0194)
Mulher amarela ou indígena	0,0378 (0,0800)	0,0275 (0,0619)	-0,0018 (0,0508)	0,0049 (0,0464)	-0,0738* (0,0404)	-0,0801 (0,0538)

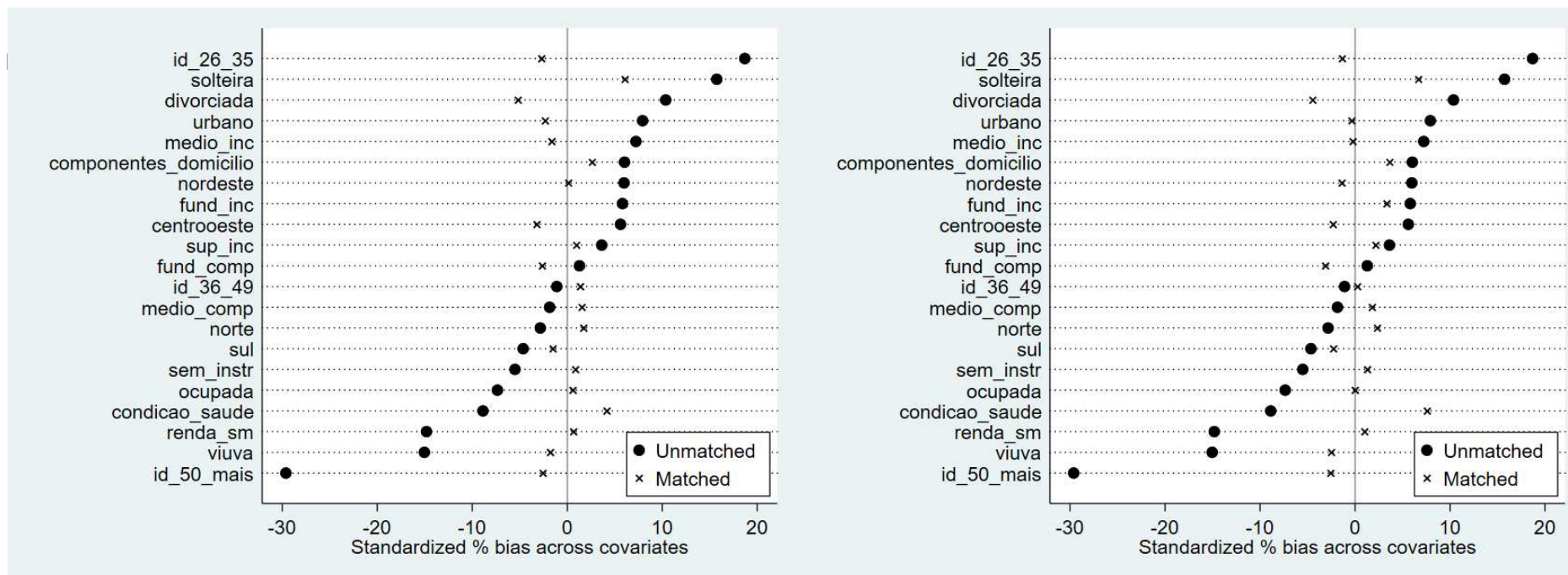
Fonte: PNS de 2019. Elaboração própria. Erros-padrão entre parênteses. * p < 0,10; ** p < 0,05; *** p < 0,01

Tabela A.25 – Estudo 3: resultados completos das estimações para a variável dependente *Mulheres com sintomas depressivos clinicamente relevantes*, considerando o nível de escolaridade das mulheres (continuação)

Variáveis	Mulheres sem instrução ou com ensino fundamental (completo ou incompleto)		Mulheres com ensino médio (completo ou incompleto)		Mulheres com ensino superior (completo ou incompleto)	
	MPL	Probit (efeitos marginais)	MPL	Probit (efeitos marginais)	MPL	Probit (efeitos marginais)
Renda domiciliar em SM	-0,0025 (0,0031)	-0,0031 (0,0038)	-0,0008 (0,0019)	-0,0019 (0,0024)	-0,0009 (0,0009)	-0,0010 (0,0013)
Mulher ocupada	-0,0445 (0,0291)	-0,0359 (0,0234)	-0,0573** (0,0222)	-0,0483*** (0,0174)	-0,0161 (0,0321)	-0,0155 (0,0281)
Mulher solteira	0,0154 (0,0193)	0,0187 (0,0184)	-0,0026 (0,0120)	-0,0039 (0,0123)	0,0072 (0,0173)	0,0089 (0,0170)
Mulher viúva	0,0223 (0,0356)	0,0268 (0,0360)	0,0626 (0,0460)	0,0534 (0,0368)	0,0841 (0,0620)	0,0702 (0,0493)
Mulher divorciada	-0,0048 (0,0262)	-0,0026 (0,0265)	0,0750*** (0,0258)	0,0652*** (0,0207)	0,0145 (0,0246)	0,0142 (0,0232)
Pessoas no domicílio	0,0033 (0,0066)	0,0031 (0,0061)	0,0082 (0,0052)	0,0077* (0,0044)	-0,0088 (0,0064)	-0,0087 (0,0063)
Condição de saúde	-0,2138*** (0,0168)	-0,2042*** (0,0149)	-0,1934*** (0,0181)	-0,1620*** (0,0130)	-0,1729*** (0,0244)	-0,1392*** (0,0161)
Constante	0,4662*** (0,0852)		0,2593*** (0,0606)		0,3291*** (0,0612)	
Observações	6.078	6.078	8.751	8.751	6.423	6.423

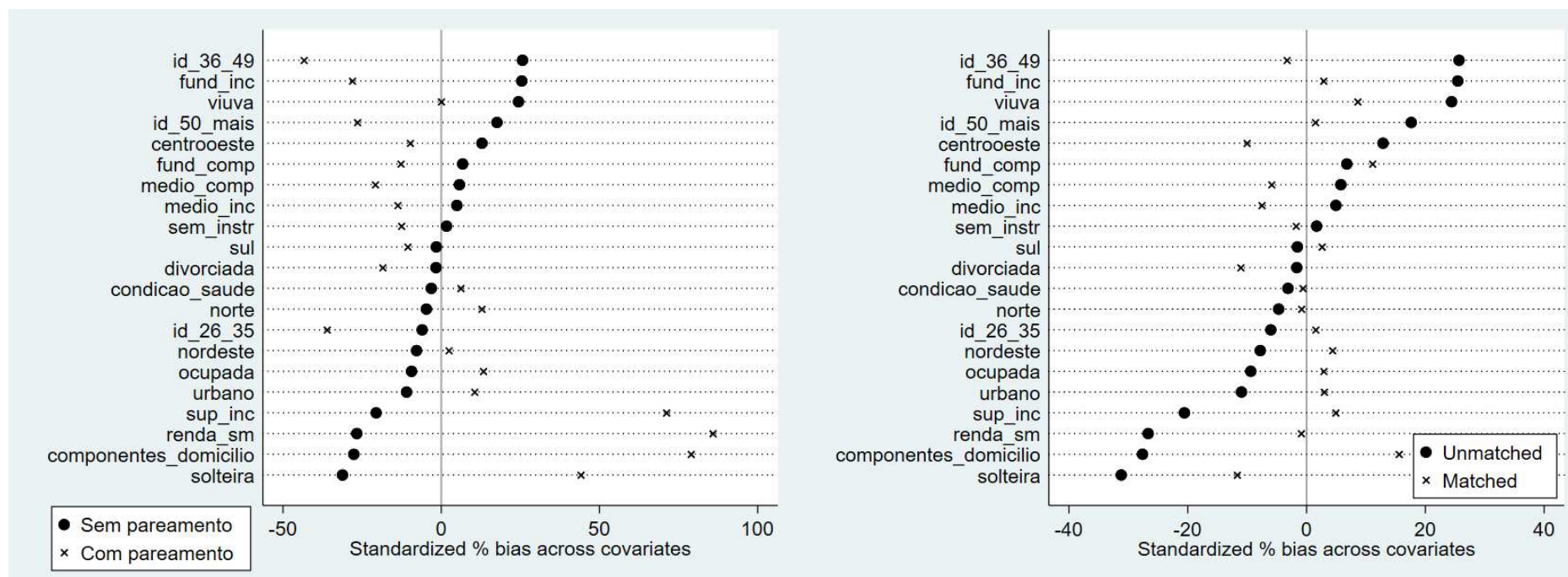
Fonte: PNS de 2019. Elaboração própria. Erros-padrão entre parênteses. * $p < 0,10$; ** $p < 0,05$; *** $p < 0,01$

Figura A.1 - Avaliação do balanceamento de covariáveis antes e após o *matching*, de acordo com os métodos de pareamento VMP-SR e VMP-CR para a variável de interesse *Vítima de violência*, considerando a gravidade do quadro depressivo



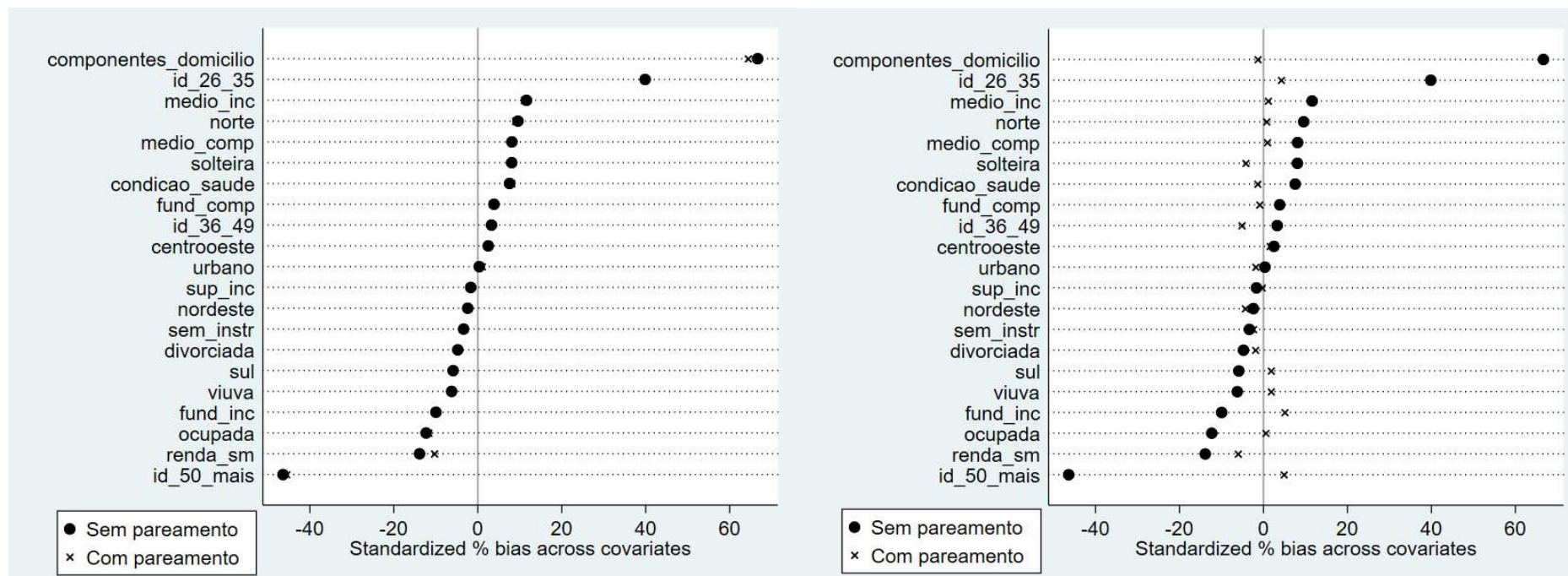
Fonte: PNS de 2019. Elaboração própria.

Figura A.2 - Avaliação do balanceamento de covariáveis antes e após o *matching*, de acordo com os métodos de pareamento VMP-SR e VMP-CR para a variável de interesse *Afazeres domésticos*, considerando a gravidade do quadro depressivo



Fonte: PNS de 2019. Elaboração própria.

Figura A.3 - Avaliação do balanceamento de covariáveis antes e após o *matching*, de acordo com os métodos de pareamento VMP-SR e VMP-CR para a variável de interesse *Cuidado de pessoas*, considerando a gravidade do quadro depressivo



Fonte: PNS de 2019. Elaboração própria.